



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Daise Silva dos Santos

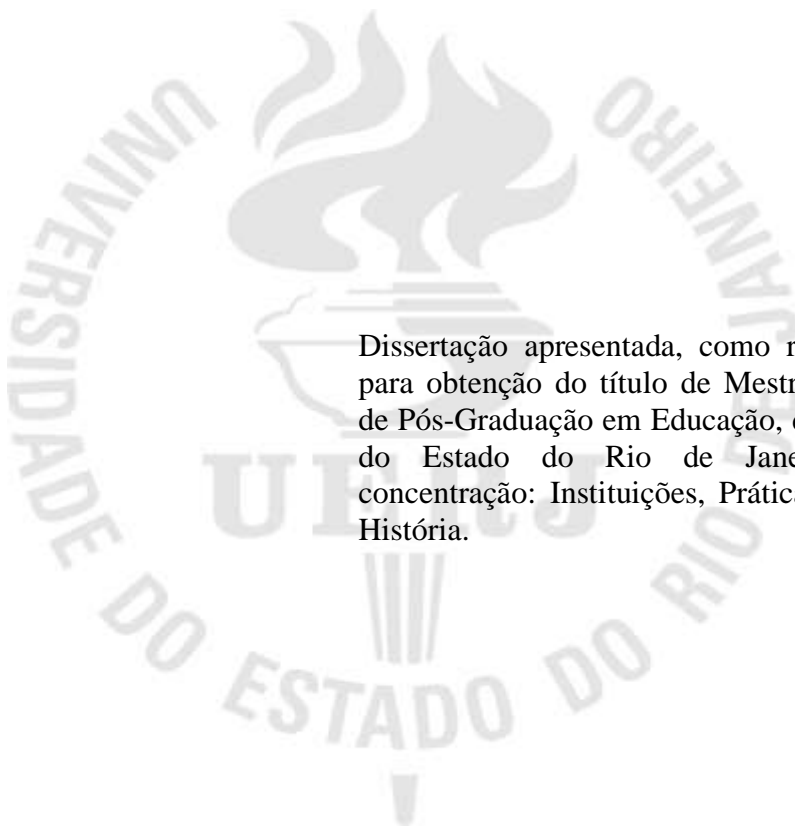
**Mais do que ler mil livros: os significados da viagem à Europa na trajetória
de Francisco Lins (1911-1917)**

Rio de Janeiro

2020

Daise Silva dos Santos

**Mais do que ler mil livros: os significados da viagem à Europa na trajetória
de Francisco Lins (1911-1917)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Daise Silva dos.
Mais do que ler mil livros: os significados da viagem à Europa na trajetória de Francisco Lins (1911-1917) / Daise Silva dos Santos. – 2020.
187 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Instituto Jean-Jacques Rousseau – Teses. 3. Escola Nova – Teses. I. Mignot, Ana Chrystina Venancio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37.017

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daise Silva dos Santos

**Mais do que ler mil livros: os significados da viagem à Europa na trajetória
de Francisco Lins (1911-1917)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 01 de setembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Chrystina Venancio Mignot (Orientadora)
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^º. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Cabral da Silva
Faculdade de Educação da UERJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À minha mãe, à Denise e ao Amaro, que cuidaram para que essa caminhada fosse possível e menos árdua para mim.

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente, a Deus pela realização de mais esta etapa. Agradeço aos meus pais, por buscarem oportunidades para mim que eles não tiveram. Em especial, minha mãe, que apostou na educação como o melhor caminho para mudar nossas vidas. À minha irmã, por ser um porto seguro, no qual sempre encontrei exemplo e que nunca mede esforços para fornecer-me auxílio no que for preciso.

Embora ainda seja pouco diante de tudo que fez, registro aqui minha gratidão ao Amaro. Sem ele talvez não tivesse conseguido avançar na pesquisa e na escrita. Pelas sextas-feiras que atravessou longas distâncias até que eu tivesse confiança para tomar a decisão de exonerar uma matrícula. Pelas viagens a Minas Gerais, em que mais do que companhia, fez sacrifícios pessoais e apoiou-me no que fosse necessário. Pela sensibilidade de notar minhas aflições e acompanha-me quando busquei ajuda. Seu apoio nos momentos difíceis foi fundamental! Obrigada pela força e compreensão, por ouvir-me, traduzir materiais, ficar feliz pelas minhas conquistas e descobertas, por ceder-me espaços seus, lembrar-me de obrigações, levar copos de água, remédios e frutinhas.

Agradeço minha orientadora, a professora Ana Chrystina Mignot, pela insistência e confiança na pesquisa, grandes ensinamentos e oportunidades. Estendo meus agradecimentos também aos que passaram por seu grupo de pesquisa e contribuíram de alguma forma neste trabalho: Heloisa Meirelles, Robson Fonseca, Adriana Valentim, Lígia Bahia, Leila Blanco, Selma Barbosa, Ana Claudia Reis, Priscila Garcez, André Júnior, Mônica Bolsoni, Vanessa Lima, e, principalmente, Shayenne Schneider e Eveline Gomes pelas leituras e sugestões nessa reta final.

Agradeço aos professores que se disponibilizaram em contribuir na banca de defesa: Professor Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos, Professora Alexandra Lima da Silva e Professor Elizeu Clementino de Souza, em especial, a Professora Márcia Cabral da Silva, que me acompanha desde a graduação e trouxe importantes contribuições para minha formação e ao participar da banca de qualificação.

A todos da Escola Municipal Anísio Spínola Teixeira: a equipe diretiva, que permitiu a realização das obrigações acadêmicas, em especial, a Tânia Morales que tanto me ajudou para seguir em frente. Também a Vanessa Guimarães, Tânia Pinhal e Patrícia Blanco, companhias na nossa luta diária.

Obrigada ao Sr. Amaro José, a Sr^a. Katia Morais e à Ludmila Patrício pela receptividade, cuidado, apoio, colaboração e por comemorarem todas as vitórias, por menores

que fossem! Aos amigos que fiz durante o mestrado, em especial a Adelly Poyares e ao Diego Fernando que me ajudaram a manter o bom-humor e desabafar. Também aos que nas disciplinas, nos corredores da UERJ e nos congressos marcaram presença e colaboraram para meu crescimento acadêmico. Agradeço muito à Raquel, pela ajuda, apoio, trocas e parcerias. Ao Pedro Campos, à Naiana Lopes e à Aline Tasmerão, pela amizade e auxílio que sempre pude contar. Também aos que de alguém modo se fizeram presentes como Raphael Geraldo, João Ignácio, Rodrigo Gomes e sua família, Tiemi Siciliano, Cíntia Tavares. A professora Céline Chevallier, meu amigo Daniel Borges e todos os que me socorreram com as traduções.

Aos funcionários dos acervos e pesquisadores que contribuíram na minha busca por fontes, entre os quais me recordo em especial de Luiz Antonio de Souza (ABL) e de Soraia de Andrade Lara Carvalho (AML) e a professora Regina Helena Campos (UFMG). Agradeço muitíssimo à Clarice Moukachar, pela disposição em atender meus pedidos e enviar material da Suíça. Ao Professor Jacyntho José Lins Brandão (UFMG) pela simpatia e ajuda quando me enviou o livro de Waldemar Lins. À Vanessa Novais pela tese e disponibilidade em ajudar-me com material de Juiz de Fora. E ao Emerson Silva pelo envio das cartas de Genebra.

Aos professores que durante minha formação, que me motivaram e enriqueceram minha formação. A toda representação discente, à comissão de bolsas e aos funcionários do PROPED, ao lado dos quais pude estar em alguns momentos e me permitiram compreender o funcionamento da pós-graduação e o quanto a atuação de vocês é importante.

Ao CNPQ agradeço pelo financiamento nessa etapa final.

A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
E pela dor eu descobri o poder da alegria
E a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer

Belchior

RESUMO

SANTOS, Daise Silva dos. *Mais do que ler mil livros: os significados da viagem à Europa na trajetória de Francisco Lins (1911-1917)*. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Compreender os significados da primeira viagem de Francisco Lins (1866, Ubá/ MG – 1933, Juiz de Fora/ MG) à Europa em sua trajetória é o objetivo desta investigação. Embora esse intelectual tenha caído no esquecimento, durante sua vida, ocupou importantes espaços enquanto jornalista, educador e escritor. Colaborava com diversos jornais da época, tendo sido redator no *Jornal do Comércio* e no *O Pharol*, ambos da cidade de Juiz de Fora. Participou da fundação da Academia Mineira de Letras (AML), ocupando como membro a cadeira n.º 19. Publicou os livros: *Canções da Aurora* (1886), *Harpas das Selvas* (1887), *Versos* (1898), *Borboletas Negras* (1909), *Uma Campanha pro Hermes-Wenceslau* (1910). Em comissão oficial de viagem à Europa, entre 1911 e 1917, estava incumbido pela Secretaria de Agricultura de representar o Brasil na Exposição Internacional de Turim (1911) e pela Secretaria de Interior de estudar os institutos de ensino primários e profissionais da Itália, Bélgica, Suíça, França e Alemanha. Além das referidas missões, entre 1912 e 1915, o brasileiro cursou as aulas do Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR). Era o único brasileiro matriculado entre os representantes de quatorze nacionalidades que integravam a primeira turma do IJJR. O instituto fundado por Édouard Claparède, em 1912, era dirigido por Pierre Bovet e contava na sua equipe com outros grandes educadores como Adolphe Ferrière, Paul Godin, François Naville, Jules Bois, Alice Descoedres, Mina Audemars. Nos anos seguintes tornar-se-ia o principal centro de referência internacional de estudos sobre a infância e de difusão de novos métodos de ensino e atrairia educadores de diversas partes do mundo. Nesta investigação utilizei uma ampla variedade de fontes, dentre elas: notícias e textos publicados nos jornais, documentos oficiais do IJJR e cartas. Desse modo, busquei conhecer as razões, os percursos e os desdobramentos da viagem, bem como suas redes de sociabilidade e pensamento intelectual no campo da educação. Investigar essa travessia contribui para as investigações dos modos como circularam ideias, métodos e modelos educativos por meio das viagens de educadores no início do século XX, bem como para compreensão de uma possível porta de entrada das ideias da Escola Nova no Brasil, que influenciaram as reformas educacionais realizadas entre os anos 1920 e 1930. Permite, também, lançar luz sobre um educador ainda não explorado no campo da História da Educação e conhecer sua atuação nas discussões sobre a Reforma da Instrução Pública de Minas Gerais durante a gestão de Francisco Campos.

Palavras-chave: Instituto Jean-Jacques Rousseau. Escola Nova. Viagens.

ABSTRACT

SANTOS, Daise Silva dos. *More than reading a thousand book: the meanings of the travel to Europe of Francisco Lins' trajectory (1911-1917)*. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The objective of this research is to understand the meanings of Francisco Lins' first trip (1866, Ubá/MG - 1933, Juiz de Fora/MG) to Europe in its trajectory. Although this intellectual has fallen by the wayside, during his life he occupied important spaces as a journalist, educator and writer. He used to collaborate with several newspapers of that time and he was a writer for *Jornal do Comércio* and *O Pharol*, in the city of Juiz de Fora. He participated in the founding of the Academia Mineira de Letras (AML), occupying chair number 19 as a member. He published the books: *Canções da Aurora* (1886), *Harpas das Selvas* (1887), *Versos* (1898), *Borboletas Negras* (1909), *Uma Campanha para Hermes-Wenceslau* (1910). On an official commission to travel to Europe, between 1911 and 1917, he was tasked by the Secretariat of Agriculture to represent Brazil at the International Exhibition in Turin (1911) and by Interior Secretariat to study the primary and professional educational institutes of Italy, Belgium, Switzerland, France and Germany. In addition to these tasks, between 1912 and 1915 he attended classes at the Institute Jean-Jacques Rousseau (IJJR). He was the only Brazilian enrolled among the representatives of fourteen nationalities that were part of the first IJJR class. The institute founded by Édouard Claparède in 1912 was run by Pierre Bovet and it had on his team other great educators like Adolphe Ferrière, Paul Godin, François Naville, Jules Bois, Alice Descoedres, Mina Audemars. In the following years it would become the main international center for studies on childhood and dissemination of new teaching methods, attracting educators from different parts of the world. In this investigation I used a wide variety of sources, among them: news and published texts in the newspapers, official documents from the IJJR and letters. Thus, I sought to know the reasons, routes and developments of the trip, as well as his networks of sociability and intellectual thinking in the field of education. Investigating this journey contributes to the investigation of the ways in which educational ideas, methods and models circulated through the travels of educators in the early 20th century, as well as to understand a possible gateway for the ideas of New School Movement in Brazil, which influenced the educational reforms carried out between the 1920s and 1930s. It also shed light on an unexplored educator in the field of History of Education and to know its performance in the discussions on the Reform of Public Education of Minas Gerais during the management of Francisco Campos.

Keywords: Institute Jean-Jacques Rousseau. New School Movement. Travels.

RÉSUMÉ

SANTOS, Daise Silva dos. *Plus que lire mille livres: le sens du voyage en Europe dans la trajectoire de Francisco Lins (1911-1917)*. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Comprendre le sens du premier voyage de Francisco Lins (1866, Ubá / Minas Gerais - 1933, Juiz de Fora / Minas Gerais) en Europe dans sa trajectoire est l'objectif de cette recherche. Bien que cet intellectuel soit tombé dans l'oubli, il a occupé au cours de sa vie des espaces importants en tant que journaliste, éducateur et écrivain. Il a collaboré avec plusieurs journaux de l'époque, ayant été écrivain pour *Jornal do Comércio* et *O Pharol*, tous deux de la ville de Juiz de Fora. Il a participé à la fondation de l'Academia Mineira de Letras (AML), occupant le siège numéro 19 en tant que membre. Il a publié les livres: *Canções da Aurora* (1886), *Harpas das Selvas* (1887), *Versos* (1898), *Borboletas Negras* (1909), *Uma Campanha pró Hermes-Wenceslau* (1910). Lors d'un voyage officiel en Europe, entre 1911 et 1917, il a été chargé par le Secrétariat de l'Agriculture de représenter le Brésil à l'Exposition Internationale de Turin (1911) et par le Secrétariat de l'Intérieur d'étudier les instituts d'enseignement primaire et professionnel d'Italie, de Belgique, Suisse, France et Allemagne. En plus de ces missions, entre 1912 et 1915, le Brésilien a fréquenté aux cours de *l'Institut Jean-Jacques Rousseau* (IJJR). Il était le seul Brésilien inscrit parmi les représentants de quatorze nationalités qui faisaient partie de la première classe de l'IJJR. L'institut fondé par Édouard Claparède, en 1912, était dirigé par Pierre Bovet et comptait dans son équipe d'autres grands éducateurs tels que Adolphe Ferrière, Paul Godin, François Naville, Jules Bois, Alice Descoedres, Mina Audemars. Dans les années suivantes, il deviendra le principal centre international de référence pour les études sur l'enfance et la diffusion de nouvelles méthodes d'enseignement, attirant des éducateurs de différentes régions du monde. Dans cette recherche, j'ai utilisé une grande variété de sources, parmi lesquelles: des nouvelles et des textes publiés dans les journaux, des documents officiels de l'IJJR et des lettres. De cette manière, j'ai cherché à connaître les raisons, les itinéraires et les évolutions du voyage, ainsi que ses réseaux de sociabilité et de pensée intellectuelle dans le domaine de l'éducation. Investiguer ce croisement contribue aux recherches de la manière dont les idées, méthodes et modèles éducatifs ont circulé à travers les voyages des éducateurs au début du XXe siècle, ainsi qu'à comprendre une possible porte d'entrée pour les idées de l'Éducation Nouvelle au Brésil, qui ont influencé les réformes éducatives réalisées entre les années 1920 et 1930. Cela nous permet également d'éclairer sur un éducateur qui n'a pas encore été exploré dans le domaine de l'histoire de l'éducation et de connaître son rôle dans les discussions sur la Réforme de l'Enseignement Public à Minas Gerais lors de la gestion de Francisco Campos.

Mots clés: Institut Jean-Jacques Rousseau. Éducation Nouvelle. Voyages.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Fotografia de Francisco Lins.....	30
Imagem 2 -	Anúncio das lições de francês.....	41
Imagem 3 -	Livro <i>Canções de Aurora</i> (1886) e Livro <i>Versos</i> (1898).....	53
Imagem 4 -	Livro <i>Borboletas Negras</i> (1909) e Livro <i>Uma Campanha</i> (1910).....	53
Imagem 5 -	Francisco Lins.....	67
Imagem 6 -	Capa do Guia Oficial da Exposição.....	79
Imagem 7 -	Notícia da viagem na capa do <i>Jornal do Comércio</i>	88
Imagem 8 -	Emblema do Instituto.....	100
Imagem 9 -	Emblema na capa do Programa Geral do IJJR.....	100
Imagem 10 -	Ficha de Francisco Lins no Livro d'Ouro do IJJR.....	109
Imagem 11 -	Capa da Revista do Ensino na comemoração do centenário.....	143
Imagem 12 -	Cartas ao Minas Geraes.....	150
Imagem 13 -	Página do diário de Adolphe Ferrière.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Pseudônimos e abreviaturas nos periódicos.....	38
Quadro 2 -	Nacionalidades dos alunos 1912-1913.....	104
Quadro 3 -	Período de estudos	106
Quadro 4 -	Professores e disciplinas do Instituto em 1912-1913.....	107
Quadro 5 -	Artigos publicados no <i>O Paiz</i> (1924).....	115
Quadro 6 -	Artigos na Revista do Ensino.....	140
Quadro 7 -	Cartas ao jornal <i>Minas Geraes</i> (1930).....	153
Quadro 8 -	Crônicas ao jornal <i>Minas Geraes</i> (1929-1930).....	184
Quadro 9 -	Crônicas em cartas aos periódicos	184
Quadro 10 -	Crônicas com pseudônimo de Fábio Lourival em <i>O Pharol</i>	185
Quadro 11 -	Crônicas com Pseudônimo Lins de França no jornal <i>O Pharol</i>	186
Quadro 12 -	Colunas com pseudônimos no jornal <i>O Pharol</i>	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABL	Academia Brasileira de Letras
AML	Academia Mineira de Letras
APM	Arquivo Público Mineiro
BIE	<i>Bureau International d'Éducation</i>
BIEN	<i>Bureau Internacional des Écoles Nouvelles</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conferência Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIP	Departamento de Instrução Pública
EMOP	Escola de Minas de Ouro Preto
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IJR	Instituto Jean-Jacques Rousseau
LBCA	Liga Brasileira Contra o Analfabetismo
LDN	Liga da Defesa Nacional
MES	Ministério da Educação e Saúde
MG	Minas Gerais
MMP	Museu Mariano Procópio
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PRM	Partido Republicano Mineiro
PROPED	Programa de Pós-Graduação em Educação
SI	Secretaria de Interior

SUMÁRIO

	“PROMETO SER LEVE E... BREVE”	14
1	“NA PONTA DO PRESENTE”: PELOS RASTROS DO INTELLECTUAL VIAJANTE	26
1.1	Formação e trajetória inicial	27
1.2	Ascensão e sobrevivência nas letras	29
1.2.1	<u>Nomes que dão nome: o uso de pseudônimos e de abreviaturas</u>	34
1.2.2	<u>Entre jornais e escolas: seus múltiplos ofícios</u>	39
1.2.3	<u>“Ao correr da pena”: a educação como tema</u>	47
1.2.4	<u>Quase poeta: obras e repercussões</u>	52
1.3	Estratégias e sociabilidade intelectuais	60
1.4	Por trás do esquecimento	66
2	EM BUSCA DO OUTRO: A PRIMEIRA VIAGEM À EUROPA	72
2.1	Razões para buscar	72
2.2	“Vitrines do progresso”: as Grandes Exposições Internacionais	76
2.2.1	<u>A Exposição Internacional de Turim (1911)</u>	78
2.3	Pelas obrigações de comissionado: a ampliação da viagem	83
2.4	Espaço de formação e de propaganda para a Escola Nova	97
2.4.1	<u>Um brasileiro no Instituto Jean-Jacques Rousseau</u>	102
3	ETERNIZADO NOS IMPRESSOS: PUBLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA VIAGEM	111
3.1	“De um grande número de notas”: artigos ao jornal <i>O Paiz</i> (1924)	112
3.2	Repercutindo a viagem nas páginas oficiais	133
3.2.1	<u>Primeiro Congresso de Instrução Primária</u>	137
3.2.2	<u>Um impresso que forma e informa: as publicações da <i>Revista do Ensino</i></u>	140
3.2.3	<u>Amizades e travessias: crônicas no jornal <i>Minas Geraes</i></u>	149
	“E, POR FALAR EM FIM”	164
	REFERÊNCIAS	167
	APÊNDICE – Lista de fontes	176
	APÊNDICE B - Quadros	184

“PROMETO SER LEVE E... BREVE”

Vejo claramente agora que, viajando mil vezes mais aprende o homem do que lendo mil livros.

Francisco Lins

O trecho acima foi escrito por Francisco Lins próximo ao final de sua vida. Fato que, em um primeiro momento parece contraditório, por trata-se do pensamento de um intelectual que viveu entre os séculos XIX e XX e que facilmente associa-se a alguém mergulhado nas leituras e nos livros, longe, portanto, da ideia que se teria de um viajante, possivelmente imaginado mais como um aventureiro. Nessa perspectiva, como poderia um intelectual considerar que uma viagem o ensinasse mais do que livros? Para compreender a afirmação contida na epígrafe é preciso ter em vista que os sentidos conferidos às viagens mudam historicamente e que o autor desse trecho desfrutou, durante o início do século XX, de duas experiências em comissão de viagem à Europa.

O professor, jornalista e literato Francisco Lins, nascido em Minas Gerais, teve uma infância humilde no interior, oriundo de uma família de muitos irmãos, sustentada pelos salários de pais professores. Apesar disso, dedicou longas horas de sua juventude às leituras de jornais franceses que o fizeram sonhar com o dia em que conheceria a Europa. Obteve grande destaque como jornalista, foi redator de periódicos como *Jornal do Comércio* e *O Pharol*, entre outros, nos quais publicava crônicas e traduções, algumas assinadas por uma grande variedade de pseudônimos. Na carreira literária, publicou alguns livros de poesia e crônicas. Ao lado de intelectuais de Juiz de Fora, onde viveu por longos anos, fundou a Academia Mineira de Letras (AML), que enquanto membro ocupou a cadeira nº. 19, cujo patrono era o Padre Corrêa de Almeida. Em 1911, teve finalmente oportunidade de realizar a tão esperada viagem à Europa. Inicialmente encarregado pelo governo de representar o estado mineiro na Exposição Internacional de Turim e conhecer institutos de ensino em Itália, Bélgica, Suíça, França e Alemanha.

As viagens eram entendidas como um modo de conhecimento do que havia de mais moderno no mundo. Com esse propósito ganharam muitas adesões, facilitadas pelas inovações nos transportes e, conseqüente, melhoria nas condições e redução do tempo de viagem. Entre o século XIX e XX, o envio de sujeitos envolvidos em projetos educacionais para estudar no estrangeiro foi amplamente empregado como estratégia de circulação de novas ideias, modelos e métodos pedagógicos visando à promoção de reformas educativas

(MIGNOT e GONDRA, 2007). Trata-se de um período de grande intercâmbio de ideias e modelos educativos, no qual diversas comissões foram organizadas para conhecer instituições e experimentar o que era considerado mais moderno em termos pedagógicos em países tidos como centros de referência e civilização.

A primeira viagem de Francisco Lins à Europa, entre 1911 e 1917, interessa-me particularmente, porque nesta oportunidade ingressou na turma do recém fundado Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR), em Genebra, sendo o único brasileiro entre as quatorze nacionalidades representadas nos primeiros semestres. Foi, assim, o primeiro aluno de nosso país matriculado na instituição que nas décadas seguintes tornar-se-ia um grande centro referência nas pesquisas sobre a infância, atraindo professores de diversas partes do mundo e difundindo as ideias da Escola Nova, o que influenciou as reformas educativas promovidas em vários estados brasileiros entre as décadas de 1920 e 1930.

De modo a situar o percurso de construção desta dissertação, recorro às lembranças que me remetem a tempos de normalidade e que, agora, parecem muito distantes. Isso porque no momento em que escrevo, o mundo vive uma pandemia de coronavírus. De repente, cessaram-se as viagens, separam-se os amigos, cresceram nossas ansiedades quanto ao futuro. Sentar para escrever tornou-se um desafio em meio ao grande número de notícias ruins. Todavia, o exercício de escrita também se transformou em uma espécie de fuga da realidade que me impede de circular livremente e retomar a rotina. Não ousou afirmar, como Lins, que as viagens ensinam mais do que livros, pois certamente, no momento em que elas não são possíveis, a leitura desses tornaram-se a melhor forma de conhecer o mundo.

O processo de construção desta pesquisa começou muito antes de ingressar no mestrado e resultou na minha própria constituição como historiadora da educação. Em 2009, ingressei nos cursos de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Uma mudança significativa para uma jovem como eu, oriunda de uma família pobre, de pouca ou nenhuma escolaridade, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro e que estudou a vida toda em escolas públicas. Não atribuo isso a um exclusivo mérito pessoal, mas às políticas públicas desenvolvidas ao longo dos anos que me possibilitaram não apenas o ingresso, mas a permanência no ensino superior por meio da ampliação de vagas e concessão de bolsas. Para alguns parecia loucura cursar duas universidades simultaneamente, ainda mais pela diversidade de atividades que desenvolvi nesse tempo, sem que pudessem entender que se tratava de uma estratégia para desfrutar e manter-me naquele espaço que tanto vislumbrei.

Desse modo, durante os anos de graduação, estive envolvida em projetos como: iniciação científica da FAPERJ (2011); iniciação à docência com bolsa CAPES/PIBID (2013-2015); e monitoria da disciplina “Fundamentos da Linguagem e Educação” na Faculdade de Educação da UERJ (2014-2016). Todos esses projetos colaboraram de alguma forma para minha formação como pesquisadora da educação, mas de modo particular foi na última experiência que me aproximei do campo da História da Educação, através da professora Márcia Cabral da Silva e da participação no Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura escrita e Educação (GRUPEEL) naquele período.

Após a aprovação em alguns concursos públicos, concluí as graduações e iniciei minha carreira como professora de História e de áreas integradas, respectivamente, na Prefeitura Municipal de Piraí e na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Consegui, desse modo, experienciar de ambas as formações, em turmas de praticamente todos os anos de escolaridade e, inclusive, na Educação de Jovens e Adultos. Contudo, precisei afastar-me da universidade, não tendo sido aprovada na primeira tentativa de ingresso no mestrado em Educação. Em nova tentativa, em 2018, obtive aprovação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ), com um projeto que visava estudar a viagem de Manuel Bonfim à Paris, em 1910, sob a orientação da professora Ana Chrystina Mignot, da qual me aproximei após frequentar como ouvinte uma disciplina isolada do curso.

Logo que ingressei no mestrado deparei-me com dificuldades relacionadas à localização de fontes e descobri que existia na mesma linha de pesquisa alguém que já investigava Manuel Bonfim. Assim, optei por trocar meu objeto de pesquisa. Por sugestão de minha orientadora, que coordena o projeto de pesquisa “Travessias entre a ciência e a fé: a nova pedagogia para a educadora católica Laura Jacobina Lacombe (1927-1932)”, no qual estuda as relações dos educadores brasileiros com os suíços, cheguei ao intelectual Francisco Lins, de quem até então sequer havia ouvido falar. As únicas informações que recebi de início eram de ser aquele o primeiro aluno brasileiro do Instituto Jean-Jacques Rousseau, que teria sido diretor da Escola Normal de Juiz de Fora e um dos que receberam Édouard Claparède no porto da cidade do Rio de Janeiro, quando esteve no Brasil, em 1930 (RUCHAT, 2008). Mesmo diante da dificuldade imposta pelo fato de se tratar de um educador de biografia desconhecida, concentrei-me no trabalho investigativo, aguçada por esse importante desafio.

De fato, poucas são as pesquisas que tratam do sujeito aqui investigado e nenhuma trabalha especificamente esse intelectual. Segundo Faria Filho, Chamon e Inácio (2009), embora muito já se tenha estudado, e se reconhecido a importância da relação dos intelectuais mineiros com a educação, pouco se produziu sobre os que atuaram antes de 1930. Por conta disso, paira hoje um enorme desconhecimento sobre quem teria sido Francisco Lins.

Além do já referido trabalho de Martine Ruchat, publicado no artigo “A escola de psicologia de Genebra em Belo Horizonte”, em 2008, que me informa pouco sobre quem teria sido o primeiro aluno brasileiro do IJRR que esperava Claparède no Porto do Rio de Janeiro, em 1930. Destaco a dissertação “Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928-1968)”, defendida por Delaine Gomes de Oliveira, em 2000. Essa investigação é centrada na criação, percurso e representações da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora. Delaine de Oliveira (2000) apresenta a partir de documentações oficiais da instituição, como Livros de Atas da Congregação, a lista de professores e diretores durante o período investigado. Cita Francisco Lins como um dos membros do corpo docente da instituição desde a fundação, em 1928. Essa pesquisa contradiz o texto de Ruchat (2008), que se refere ao mineiro como tendo sido diretor da Escola Normal de Juiz de Fora.

Na tese “As apropriações e representações de Édouard Claparède no Brasil (1928-1973)”, defendida em 2013, Emerson Correia da Silva busca tratar as representações e apropriações de Édouard Claparède nos seus livros publicados no Brasil, entre 1928 e 1973. Entre as fontes levantadas para pesquisa, apresenta uma relação de cartas e documentos do acervo pessoal de Claparède, em Genebra. A partir dessa fui informada da existência de três cartas enviadas por Francisco Lins ao suíço, em 1930. As referências feitas ao brasileiro, ao longo dessa tese, restringem-se as mesmas apresentadas por Ruchat (2008), sobre sua presença no porto do Rio de Janeiro quando o mestre suíço chegou ao Brasil, e a descrição do conteúdo das cartas.

Maraliz de Castro Vieira Christo, em seu livro “A Europa dos pobres: a *Belle Époque* Mineira”, publicado em 1994, investiga o grupo de intelectuais que se reuniram na AML a fim de demonstrar como o projeto modernizador de Juiz de Fora, no início do século XX, interferiu na educação da cidade permitindo que membros das camadas médias se tornassem intelectuais da classe dominante. Christo (1994) elabora quadros com informações de todos os acadêmicos fundadores da AML - no qual são apresentadas a origem social, a escolaridade, a trajetória profissional e a produção intelectual - e a partir desses traça o perfil e examina as trajetórias sociais em comum. Para isso, faz uso de diversas fontes como dicionários sobre a história de Minas Gerais, periódicos, prefácios e obras de referência. Segundo a historiadora, esses intelectuais, entre os quais Francisco Lins incluía-se, tinham como característica principal o revezamento, acumulação e manipulação de lugares de prestígio das instituições culturais de Juiz de Fora, além da combinação de atividades como a de professor, escritor, funcionário público e jornalista. Esse estudo constitui-se importante referencial para compreender a cidade de Juiz de Fora, no início do século XX, a trajetória e os intelectuais que integravam a rede de sociabilidade de Francisco Lins.

A partir do referido livro, Marília Neto Kappel elaborou sua tese “Literatos, Jornalistas e Inspectores de ensino: perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)”, defendida em 2019, em que busca examinar o debate educacional promovido por seis fundadores da Academia Mineira de Letras na imprensa de Juiz de Fora, entre o final do século XIX e início do século XX, e em que medida suas redes de sociabilidade potencializaram suas ações e ideias. Os acadêmicos fundadores selecionados combinaram as atividades de jornalista, professor e inspetor de ensino, são eles: Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevão de Oliveira, Heitor Guimarães, José Rangel, Lindolpho Gomes. A autora utiliza de biografias, artigos de jornal, relatórios de inspeção e produções dos intelectuais como fonte para o estudo. Mesmo não citando Francisco Lins, Kappel (2019) fornece-me grande contribuição para a compreensão da rede de sociabilidade de Juiz de Fora, na qual ele estava inserido e as diversas atividades por ele realizadas.

Aspectos da vida e da sociabilidade de Francisco Lins também são tratados em parte na dissertação “Hipólito Boaventura Caron (1863-1892) e o Museu Mariano Procópio: paisagens, retratos e arte decorativa”, defendida em 2019, por Aline Medeiros de Vasconcellos. Apesar do objetivo desse estudo ser o de apontar as obras e as circunstâncias das produções do artista brasileiro Hipólito Boaventura Caron¹, hoje pertencentes ao Museu Mariano Procópio (MMP), em Juiz de Fora, entre essas se encontra um retrato de Francisco Lins, que era amigo do pintor. Ao analisar o quadro, Vasconcellos (2019) identifica uma série de detalhes representados e a procedência da pintura até chegar ao acervo do MMP. Assim, apresenta breves observações sobre Francisco Lins, suas relações com Boaventura Caron e com outros jornalistas de Juiz de Fora.

Contribuiu também para este estudo a tese de Cleide Maria de Maciel de Melo, “A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais - 1927”, defendida em 2010, na qual investiga os processos de escolarização em Minas Gerais, por meio da análise do Primeiro Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais², realizado em 1927. Embora o interesse principal sejam as disputas em torno da infância entre os representantes políticos, médico e pedagógico, Melo (2010) identificou os participantes do

¹ Informações apontam que seu nascimento seu deu em Resende (RJ), em 14 de março de 1863. Sua vida artística profissional teve início na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1880, e a partir de então dedicou-se, principalmente, a pintar paisagens. Morou em Juiz de Fora por diversas vezes, onde estabeleceu amizade com Francisco Lins. Do mesmo modo que o retrato pintado pelo artista é uma homenagem a Lins, esse também reverencia o amigo por diversas vezes aos jornais. Caron morreu precocemente de febre amarela, em 1892, aos 29 anos (VASCONCELLOS, 2019).

² Durante os primeiros preparativos para o evento anunciados pela *Revista do Ensino* (MG) aparecia com o nome “Primeiro Congresso de Ensino Primário”. A partir da edição nº 20, publicada em abril 1927, passam a ser noticiado como “Primeiro Congresso de Instrução Primária”. Optei por utilizar esse último nome para me referir ao evento na produção deste texto.

Congresso, entre os quais estava Francisco Lins. A pesquisa utilizou como fonte os periódicos: o *Minas Geraes*, o *Correio Mineiro*, o *Diário de Minas* e a *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Por meio dessa pesquisa, compreendo mais sobre a atuação de Francisco Lins na educação, como Inspetor Regional de Ensino e nas discussões sobre a Reforma de Ensino enquanto integrante de comissões e relatoria de teses no Congresso.

Cabe destacar ainda que Diana Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, no texto “Reescrevendo a história do ensino Primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando Azevedo”, publicado na *Revista Educação e Pesquisa*, em 2002, e no livro “As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil”, em 2005, utilizaram entre suas fontes dois artigos de Francisco Lins, “Pela renovação de Minas” e “Cem Anos Depois”, ambos publicados na *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Contudo, esses reconhecidos historiadores da educação não exploraram a autoria dos textos e, aparentemente, desconheciam tratar-se do mesmo autor, tendo em vista que Lins assina “Pela renovação de Minas” com o pseudônimo de Fábio Lourival.

Além das escassas informações sobre o educador, outra dificuldade foi a distância dos arquivos. Felizmente, essas foram encurtadas pela possibilidade de pesquisas através de acervos digitalizados como da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Arquivo do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Todavia, foram nas visitas aos arquivos e às bibliotecas e no contato físico com alguns dos documentos que esta investigação ganhou forma.

Entre as idas e vindas em algumas instituições de guarda, muitas vezes sem sucesso, na busca por indícios que me ajudassem a responder as questões que mobilizam essa investigação, localizei entre as revistas da AML, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o discurso de Mario Mendes Campos, sucessor de Lins na cadeira nº. 19 da instituição. Esse abriu um horizonte de possibilidades, pois nele são tratados aspectos da atuação de Francisco Lins na educação. Além desse, estive em outros acervos na cidade do Rio de Janeiro como: a Academia Brasileira de Letras (ABL), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Embora tenha obtido alguns êxitos, tudo indicava que os passos que me levariam a diante seriam dados apenas transformando-me também em uma viajante. Assim, a fim de encontrar material que colaborasse na construção do meu objeto de pesquisa, realizei viagens a Belo Horizonte e a Juiz de Fora. Apesar da tarefa de consulta aos acervos ocupar a maior parte do tempo, sempre que possível, aproveitava para conhecer as cidades e visitar pontos culturais. Imagino que Francisco Lins tenha desfrutado da mesma forma de suas viagens. Em Belo Horizonte, por exemplo, pude visitar a AML, que estava de portas fechadas, passando

por um processo de organização dos arquivos. Todavia, a bibliotecária Soraia apresentou-me a belíssima casa que sedia atualmente a instituição, contou-me sobre a história do prédio e forneceu-me os poucos materiais sobre Francisco Lins na instituição. Em outros momentos na cidade, pude consultar acervos no Arquivo Público Mineiro (APM), na Biblioteca do Estado, na Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no Colégio Estadual Governador Milton Campos (Estadual Central) e a Sala Helena Antipoff da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em Juiz de Fora, estive na Biblioteca Municipal Murilo Mendes e na Biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim, além de um grande número de documentos reunidos, experimentei também o que as viagens proporcionam, acumulei histórias e estabeleci contatos.

Contudo, desde os primeiros deslocamentos, conheci também uma série de problemas derivados das políticas públicas locais. Em janeiro de 2018, quando estive pela primeira vez em Belo Horizonte, não podia ser feita uma simples consulta ao sistema de busca das instituições, pois esse estava sem manutenção. Além da falta de funcionários, devido à demissão massiva realizada no início do mandato do governador Zema, do partido Novo, os poucos que restaram no APM desdobravam-se em setores que sequer conheciam. Em outra ocasião, encontrei obstáculos até conseguir que abrissem a Sala Helena Antipoff, na Biblioteca da UFMG, o que só foi possível graças a uma funcionária que se deslocou da Faculdade de Educação e uma bolsista de Iniciação Científica cedida pela professora Regina Helena Campos, que coordena o acervo.

Enfrentei situações bem piores para vasculhar os materiais do Estadual Central, porque nem os funcionários sabiam da existência do arquivo em uma sala da escola, muito menos informar-me sobre os procedimentos de autorização para acessá-lo. Certamente, o tempo e deslocamento gasto para ver o material foram maiores do que o que utilizei para fotografar os documentos que encontrei em um armário empoeirado que tive que explorar sozinha. Na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, encontrei situações parecidas, pois o Setor de Memória só contava com o trabalho de um estagiário que ficava apenas no turno da manhã. A responsável pela sessão aposentou-se há pelo menos 4 anos e não havia substituta. Surpreendentemente, a professora aposentada ainda trabalha como voluntária e é quem colabora na organização do acervo.

Apesar das dificuldades apresentadas, contei também com colaborações amigáveis, como a de Clarice Moukachar, por meio de consultas e envio de materiais dos arquivos da Suíça, onde realiza seu doutorado na Universidade de Genebra. Da mesma maneira, o professor Jacyntho José Lins Brandão (UFMG), único familiar de Francisco Lins localizado e também membro da AML, enviou-me uma cópia do livro *Homens de Febra*, de Waldemar

Lins, acompanhada carinhosamente de um cartão postal de Minas Gerais. A cópia do livro “Homens de Febra” (1933), escrito pelo sobrinho de Francisco Lins, foi recebida com alegria por mim, pois nela são apresentadas as vidas de seis homens³, entre os quais se encontra o educador mineiro.

Para operar esse e outros documentos eleitos como fontes para esta pesquisa, trabalho de acordo com a perspectiva de *documento/monumento* de Le Goff (2013), na qual esses são pensados como produtos da sociedade e das relações de poder em que estavam envolvidos. Em meu papel de crítica aos documentos, busco evidenciar suas condições de produção e em que medida é instrumento de poder, considerando que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro -voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 2013, p. 496-497).

Nesse trabalho de desconfiar das fontes e confrontar as informações contidas nelas, encontrei uma série de divergências nos vários dicionários biográficos que trazem verbetes sobre Francisco Lins. Resultado de uma confusão com outro sujeito, o jurista pernambucano Francisco Accioli Lins, alguns deles divergiam quanto ao nome dos pais, data e lugar de nascimento.

As diversificadas fontes utilizadas na pesquisa exigiram o emprego também de diferentes maneiras de operar com elas. Assim, para o trabalho com os impressos, fontes privilegiadas nesta investigação, recorri aos estudos de Roger Chartier (1998), segundo o qual não há texto fora do suporte e que a compreensão de qualquer texto depende da forma como ele atinge o leitor. Desse modo, busquei considerar não apenas o conteúdo, mas a forma, a materialidade e os suportes em que circularam os textos, tendo em vista que atuam na constituição dos sentidos, e, portanto, mudam conforme os dispositivos em que se insere são modificados. Escolho classificar os textos do intelectual conforme ele mesmo denominava, desse modo, alguns são tratados por artigos de opinião e outros, crônicas. Essas últimas, algumas vezes não apresentam título de cartas, o que me fez recorrer ao estudo de Chalhoub, Neves e Pereira (2005) a fim de problematizá-las

³ São eles: Francisco Lins, Paulo Seabra, José Pedro Teixeira de Souza, José Consenso Nogueira Campos, Napoleão Reys e Arthur Bernardes.

Vale ressaltar que este trabalho se insere nos estudos da História Cultural e da História dos Intelectuais e, por isso, não se interessa apenas pelas ideias e correntes de pensamento, mas, sobretudo, pelos sujeitos produtores dessas e suas trajetórias, a fim de entender os sentidos como esses apreende o real em função de seus pontos de vista. Isso porque a História Cultural, segundo a acepção de Roger Chartier (1990), busca compreender como a realidade social é construída, pensada e dada a ler, os sentidos que os indivíduos dão as suas experiências na relação com as condições que se apresentam e os processos nos quais esses constroem sentidos para suas ações.

Segundo Gomes e Hansen (2016), a História Cultural, por voltar-se aos processos de produção e alteração de significados pelos sujeitos históricos e procurando abranger a circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais, torna essencial atentar também para os fenômenos de mediação cultural. Busco, portanto, pensar Francisco Lins como um intelectual mediador, tendo em vista as diversas práticas, funções, produtos e modos de operar assumidos por ele em diferentes tempos e espaços (GOMES; HANSEN, 2016). Compreendo, assim, que a noção de intelectual possui contornos fluídos, polissêmicos e que se modificam com o tempo (KOSELLECK, 2004 *apud* GOMES; HANSEN, 2016), não me permitindo conceituá-la de maneira rígida, desenvolvo minhas reflexões com base nas acepções de intelectuais conforme Sirinelli (2003), na qual há uma mais ampla, que entende esses como criadores e mediadores culturais, e outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento.

Emprego conceitos como o de representação social, conforme apresentado por Roger Chartier: as representações são “esquemas intelectuais múltiplos construídos por diferentes grupos” criando figuras que permitem atribuição de sentido ao presente, inteligibilidade ao outro e decifração do espaço (CHARTIER, 1990, p. 17). Isso porque as percepções do real não são neutras, produzem estratégias e práticas que se impõe aos outros de modo a legitimar projetos reformadores ou justificar, aos próprios indivíduos, suas escolhas e modos de operar. As representações são constituídas pelos grupos que as criam e estão sempre em disputa, pois todas aspiram à hegemonia. Conforme Chartier (1990, p. 17), “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Ainda embasada na perspectiva de Chartier (*apud* BICCAS, 2017), utilizo o conceito de apropriação, compreendendo que os sentidos e as interpretações do público não estão unicamente inscritos nos objetos culturais e nas intenções dos seus elaboradores. Segundo esse, a apropriação está relacionada também as condições de possibilidades individuais que pode até mesmo levar o público a subverter o seu sentido inicial. A partir disso, considera-se a

necessidade de recuperar os sujeitos, os contextos, os processos de produção e de mediação cultural a fim de compreender como o público se apropria dos objetos culturais (BICCAS, 2017; GOMES; HANSEN, 2016).

Desse modo, investigo o percurso de Francisco Lins localizando-o no tempo e no ambiente social em que esteve inserido, considerando a constituição desse sujeito na condição de intelectual de seu tempo. Numa perspectiva de compreensão dos intelectuais que “impedem-nos de tomá-los como parceiros de si mesmos” (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009, p. 10), na investigação de sua trajetória, entendo esse sujeito e seus espaços sociais como centrais e mutáveis, tendo em vista serem criados e recriados a todo instante conforme o percurso, escolhas, experiências e relações estabelecidas. Ou seja, o interesse por suas experiências no tempo em que se inserem parte da compreensão dessas como constitutivas do intelectual, produtoras de sua identidade e modeladas por grupos de pertencimento, por redes de relações (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009).

Opero a noção de redes de sociabilidades como categoria de análise e seguindo a perspectiva de Sirinelli (2003) ao compreender que todo grupos de intelectuais se organiza por meio de uma sensibilidade ideológica ou cultural e afinidades que conduzem a uma vontade e um gosto de conviver. Essas estruturas, embora variáveis e difíceis de apreender, são fundamentais para pensar os sujeitos nelas integrados. Busco considerar que não apenas as relações de amizade, mas também “a hostilidades e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 250). Bem como os lugares de sociabilidade onde os intelectuais se organizam para divulgar suas propostas, como os jornais, correspondências e academias literárias (GOMES, 1993).

A partir de tais orientações, privilegio a viagem enquanto um momento da vida do intelectual, questionando-me fundamentalmente sobre quais seriam os significados dessa experiência na sua trajetória. Essa problemática desdobra-se em outros como: até que ponto essa viagem modificou a vida desse sujeito? Qual a importância conferida a essa travessia? Quais os desdobramentos em sua atuação intelectual? Como formulou e divulgou suas ideias? E como se deram as apropriações dos modelos estrangeiros nas suas produções intelectuais?

Desse modo, tomando a viagem do educador à Europa, entre 1911 e 1917, como objeto de estudo, viso compreender os significados que essa experiência conferiu a sua trajetória. Assim, a partir do estudo desse viajante, pretendo perceber como o sujeito se constitui como intelectual na educação, como se deu a atuação e a sua inserção nas discussões do campo, bem como entender a maneira como articulou seu pensamento. A relevância dessa investigação sustenta-se no fato de tratar-se do único aluno brasileiro matriculado na primeira turma do Instituto Jean-Jacques Rousseau e que, como tal, assumiu a missão de introduzir no

Brasil os conhecimentos que estavam sendo produzidos no interior dessa. Com isso, procuro entender também os modos como circularam as novas ideias e modelos educativos no período.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro apresento o viajante, por entender que para o estudo da viagem é necessário pensar o indivíduo que embarca nela, já que suas subjetividades influenciam nessa experiência. Abordo também a formação do educador, sua constituição como intelectual, sua atuação em diversos campos, produções e estratégias desenvolvidas como a formação de uma extensa rede de sociabilidade intelectual. Opero com a noção de intelectual mediador desenvolvida por Gomes e Hansen (2016) e o conceito de redes de sociabilidade, conforme Sirinelli (2003). Considerando as limitações de abordar aspectos da trajetória de Francisco Lins, trabalho na perspectiva de Bourdieu (2006), que trata como ilusão biográfica ver a vida como relato coerente, com sentido e direção, sendo impossibilitada, portanto, de conhecer por completo a sua história. Desse modo, como historiadora, permito que esse sujeito saia um pouco do esquecimento a que foi relegado e “tremule por algum tempo na ponta do presente”, como referido por Albuquerque Júnior (2007). Diversas fontes como os verbetes de dicionários biográficos, o discurso de Mario Mendes Campos ao assumir a cadeira nº. 19 da AML após a morte de Francisco Lins e publicado na Revista da instituição, o livro *Homens de Febra* de Waldemar Lins, documentos governamentais e, principalmente, jornais contribuíram com indícios para compor a trajetória de Lins.

No segundo capítulo, volto-me para a viagem, a partir do pressuposto de que ao embarcar para a Europa, em 1911, Francisco Lins carregava expectativas, mas também suas obrigações de comissionado do governo mineiro, como muitos outros que partiram em busca do outro. Em diálogo, assim, com estudos como de Mignot e Gondra (2007), compreendo que as viagens foram estratégias de conhecimento de mundo e de alteridades, como tal, foram amplamente utilizadas, nos séculos XIX e XX, para circularem novas ideias, modelos e métodos pedagógicos, a fim de promover mudanças na educação dos países daqueles que viajavam. Trato as razões, os contextos e os percursos que caracterizaram essa viagem, apresentando possíveis motivações, sua participação na representação do estado mineiro na Exposição Internacional de Turim (1911), bem como os rumos inesperados que o levam a permanecer por tanto tempo e ingressar na primeira turma do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Para isso, utilizo de uma concepção ampla de viagem adotada por Viñao (2007) que abarca longos períodos, como os sete anos que Lins viveu no continente europeu. Além de entender como Mignot (2007, p. 267) que essas “não começam no dia de partida e não se encerram na hora de chegada”. Uma ampla quantidade de fontes foi utilizada, entre as quais

destaco os vários artigos de jornais e documentos oficiais, como o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e os programas e listas de alunos do Instituto Jean-Jacques Rousseau.

No último capítulo, analiso os desdobramentos da viagem nas páginas dos periódicos, por meio de artigos e crônicas de sua autoria, notícias de sua participação no I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais (1927), pela nova viagem em 1930 e pelas relações que estabeleceu com importantes educadores que conheceu no tempo em que estudou no IJJR. Parto da compreensão de que as viagens não acabam quando o viajante retorna ao seu país de origem, pois na divulgação de suas ideias e na elaboração de narrativas sobre a travessia, essas perduram sempre em memória e são eternizadas pelos registros escritos. Detenho-me na análise dos textos publicados em periódicos, buscando apresentar seu pensamento, compreender as influências recebidas, identificar o papel desempenhado pelo educador na discussão das Reformas Educativas. São fontes privilegiadas para isso edições do jornal *O Paiz*, no qual o educador escreveu uma série de dez artigos nos quais buscava tratar o problema da educação e como teria sido resolvido no estrangeiro, e os periódicos oficiais do estado mineiro, o *Minas Geraes* e a *Revista do Ensino*, ambos reportaram sua atuação no I Congresso de Instrução Primária e por onde circularam artigos e crônicas do intelectual sobre educação. Recorro também a algumas cartas para compreender as relações de Francisco Lins com importantes educadores com quem teve contato no Instituto Jean Jacques Rousseau, como Édouard Claparède, Paul Godin, Adolphe Ferrière e Helena Antipoff.

Como se pode notar, as poucas produções que citam o intelectual, não tiveram enfoque sobre esse sujeito e sua atuação na educação. Tal lacuna nos estudos de História da Educação dificultou o conhecimento sobre uma possível porta de entrada das ideias da Escola Nova no Brasil. Nessa medida, a investigação que proponho torna-se relevante por lançar luz sobre esse educador ainda pouco explorado pela Historiografia da Educação, apesar do importante papel desempenhado no intercâmbio de ideias pedagógicas estrangeiras e suas contribuições na discussão das reformas educativas em Minas Gerais da década de 1920.

1 “NA PONTA DO PRESENTE”: PELOS RASTROS DO INTELLECTUAL VIAJANTE

A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos.

Fernando Pessoa

Conhecer o viajante é fundamental para o entendimento de qualquer viagem. Conforme a reflexão exposta no trecho de Fernando Pessoa, que trago na epígrafe deste capítulo inicial, as viagens mudam conforme o olhar dos sujeitos envolvidos nela. Segundo Amorim (2017), “compreender os sentidos de uma viagem significa pensar também em quem viaja, atentando ao fato de que a constituição do sujeito exerce influências sobre as suas escolhas, a percepção que tem do social, assim como suas visões de mundo” (AMORIM, 2017, p. 34).

Desse modo, considero mergulhar na vida de Francisco Lins como um caminho para entender as razões que condicionaram sua viagem à Europa, entre 1911 e 1917, que tomo por objeto de estudo nesta dissertação. Além de que, por tratar-se de um sujeito sobre o qual paira hoje um enorme desconhecimento, apesar da importância que exerceu outrora, entendo ser fundamental sua apresentação. Assumo, assim, na condição de historiadora, a tarefa de tratar a trajetória desse educador a fim de que ele possa “tremular” por um tempo “na ponta do presente”, conforme destaca Albuquerque Junior (2007):

A memória é uma questão política e uma questão de fraternidade. O historiador é aquele que pode generosamente oferecer a possibilidade a estes rostos e a estas vozes silenciadas de tremularem por algum tempo na ponta do presente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 212).

Tal atividade que não é de maneira nenhuma fácil, pois na busca por rastros que me permitissem estudar Francisco Lins, esbarrei em várias dificuldades como: ausência de estudos anteriores, de biografias e de arquivos pessoais, distância dos acervos e divergências entre alguns dados presentes em dicionários biográficos, que logo descobri tratar-se de uma confusão com outro sujeito, Francisco Accioli Lins⁴. Longe de por fim às dúvidas, a cada descoberta surgiam novas questões.

⁴ Accioli Lins foi um jurista pernambucano, filho de Sebastião da Cunha Accioli Lins. O *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro* de J. F. Velho Sobrinho (1937), o *Diccionario Bibliographico brasileiro* de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1893) e o *Dicionário Biobibliográfico de Escritores Mineiros*, organizado por Constância Lima Duarte (2010) fazem essa confusão.

Por vezes, explorar aspectos biográficos desse sujeito pareceu-me desanimador, haja vista pensar que esse personagem, com quem me envolvi e sobre o qual tanto já sei em relação ao ponto de partida desta pesquisa, jamais me será conhecido por completo. Esse fato é tratado por Bourdieu (2006) que compreende como uma ilusão retórica ver a vida como um relato coerente, dotada de sentido e direção, levando-se em conta que há uma série de aspectos que não são apreensíveis nos trabalhos biográficos, como a personalidade e a intimidade do sujeito. Todavia, torna-se gratificante observar que, ao longo do trabalho de pesquisa, as descobertas, como peças, à medida que eram reunidas, ajudavam-me na construção da trajetória que apresento neste texto. Nessa perspectiva, afasto-me de qualquer possível pretensão em exaurir os conhecimentos sobre esse sujeito. Empenho-me, a partir de rastros e vestígios deixados no tempo, na tentativa de montar esse quebra-cabeça que nunca verei completo.

Para tanto, fiz uso de variadas fontes como o discurso de posse de Mario Mendes Campos ao suceder Francisco Lins na AML, recortes de jornais variados e verbetes de dicionários biográficos, buscando privilegiar aspectos como a formação, atuação, redes de sociabilidade e memória desse sujeito. Opero com uma perspectiva em que considero esse como intelectual mesmo em suas práticas de mediação cultural, tendo em vista que algumas atividades exercidas por ele muitas vezes não são reconhecidas como próprias desse grupo. Gomes e Hansen (2016) chamam a atenção para isso:

[...] apesar da atividade de mediação cultural ser considerada indispensável e incontornável, em qualquer sociedade – a educação talvez seja sua melhor expressão –, com frequência o intelectual mediador – que a ela dedica tempo, esforço e tem sempre um projeto político-cultural –, sobretudo quando exclusivamente dedicado à mediação, não é nem mesmo reconhecido como intelectual, sendo negligenciado nas análises e considerado de valor secundário, quando não supérfluo (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17).

Assim, considero Lins intelectual, independente de sua atuação de “criação” ou “mediação”, posições essas que não são fixas (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17).

1.1 Formação e trajetória inicial

Nascido em Ubá, município da província de Minas Gerais, em 09 de maio de 1866, o professor, jornalista e literato Francisco Lins ganhou notoriedade em vida por suas habilidades escritas. Essas, provavelmente, desenvolvidas no seio de uma família de dezenove filhos do casal de professores primários Augusto Pereira Lins e Libania Camila Cunha Lins.

Em meio às dificuldades financeiras dessa numerosa família, desde muito jovem, Francisco Lins alimentava um interesse pelas leituras, em especial em língua francesa. Ler era sua principal atividade quando livre da obrigação de carregar latas d'água para toda a família, conforme narra seu sobrinho Waldemar Lins⁵ no livro *Homens de Febra*:

Lia extraordinariamente, em quarto fechado, sozinho. Aberto um cofre de níqueis, seu, esse dinheiro pediu o menino que fosse empregado na assinatura, por um ano, de um jornal de Paris. Tinha, desde essa idade, a mania do idioma francês. A folhinha de seu quarto, de desfolhar, era em francês (LINS, W., 1933, p. 119).

A ausência de arquivos pessoais não me permite conhecer como se deu a formação elementar de Francisco Lins, todavia, suponho que tenha iniciado-se no interior da família e o aprendizado de francês tenha sido por autodidatismo, mediado pelos jornais franceses. Segundo Christo (1994), entre os membros fundadores da Academia Mineira de Letras (AML), na qual Lins esteve incluído, havia um significativo número de autodidatas. Esses iniciaram a aprendizagem das primeiras letras em âmbito familiar ou frequentando a casa dos “mestre-escolas”⁶, por ser a única alternativa no interior, tendo em vista que em Minas Gerais, a normatização do Estado sobre o ensino elementar deu-se apenas com a Reforma João Pinheiro, em 1906 (CHRISTO, 1994).

As leituras e os conhecimentos de francês daquele jovem, provavelmente, aguçaram o desejo de conhecer o mundo, fazendo com que rapidamente a cidade de Piranga, para onde se mudou junto com a família por volta de 1871, tornasse-se pequena demais para ele. Ainda muito novo, decidiu fugir a pé para uma nova vida em Ouro Preto, então capital mineira. Empregando-se na casa de ferragens do comerciante português Frutuoso Gomes Monteiro, logo passou também a dar aulas particulares para a filha desse negociante (LINS, W., 1933). A considerável quantia que começou a receber levou-o a adotar um novo estilo e angariar atenção nos meios em que circulava:

Estava rico, o rapaz, com tanto dinheiro, relativamente áquelle tempo. Ficou lépido, passou a vestir-se como dandy, de bengala, cartolina, luvas, e era o orador forçado, cheio de admiradores, em todas as reuniões familiares e na praça pública, junto a estátua de Tiradentes. A mocidade só falava em Chico Lins, Chico Lins (LINS, W., 1933, 122).

⁵ Waldemar Lins era sobrinho de Francisco Lins, filho do irmão Antonio Augusto Lins. Escreveu o livro *Homens de Febra*, em 1933, no qual se propõem a abordar “a história de diversos homens de valor real”. Francisco Lins está entre outros cinco mineiros eleitos pelo autor. Recebi uma cópia do livro enviada pelo professor Jacyntho José Lins Brandão (UFMG), que, além de membro da AML, pertence à família Lins.

⁶ Mestres particulares de ensino, sem assistência ou controle do Estado, mas reconhecidos pela comunidade pelos conhecimentos.

Em Ouro Preto, Francisco de Paula Lins⁷ cursou o secundário em Humanidades no Liceu Mineiro de Ouro Preto. Seu excelente desempenho escolar despertava admirações. O jornal *A Província de Minas* chegou a se referir a ele mais de uma vez como “o inteligente estudante Francisco de Paula Lins” (*A Província de Minas*, 17/04/1884, p. 1 e 30/10/1884, p. 3). Seu destaque o levou a ser nomeado amanuense – cargo equivalente a de secretário escolar – no Liceu Mineiro, em 27 de novembro de 1883, função que por disposição regulamentar era concedida ao aluno mais distinto e na qual permaneceu até pedir exoneração, em março de 1885 (LINS, W., 1933; *Liberal Mineiro*, 27/11/1883, p. 03; 09/03/1885, p. 01).

Apesar dos méritos acadêmicos, por razões de ordem financeira, não conseguiu prosseguir nos estudos superiores. Interrompeu, assim, o curso de engenharia que havia iniciado na Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), uma instituição que buscava “uma nova confiança no valor da ciência, e a quebra do domínio do ecletismo católico” (CHRISTO, 1994, p. 45). Entre o grupo de intelectuais fundadores da AML, Christo (1994) identificou a prevalência de acadêmicos que tiveram a escolaridade afetada por processo de empobrecimento, carência de recursos, orfandade e/ou falência das famílias⁸.

Tudo indica que as dificuldades financeiras dos primeiros anos e a ausência de um curso superior também não detiveram Francisco Lins, tendo obtido notoriedade no decorrer de sua trajetória em todas as esferas nas quais atuou. Encontrou seu lugar na imprensa periódica. Inicialmente, pelas publicações de poesias e atuação na redação de pequenos jornais, até alcançar renome em jornais de maior circulação e nos círculos letrados de Juiz de Fora, onde morou durante boa parte da vida.

1.2 Ascensão e sobrevivência nas letras

Os trabalhos de Francisco Lins como escritor e jornalista começaram bem cedo. Ainda no Liceu Mineiro, onde estudava, atuou como redator de *O Beija-Flor* (*A Província de Minas*, 17/04/1884, p.1), um periódico escolar de formato pequeno, publicado em Ouro Preto, a partir de 15 de abril de 1884, cujo editor era João Chrysostomo de Carvalho⁹.

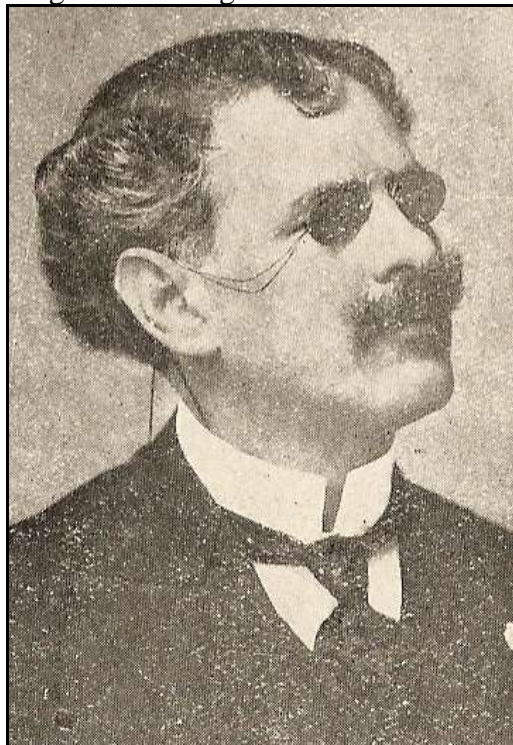
⁷ Francisco de Paula Lins é como consta seu nome no Livro de Matrículas do antigo Liceu Mineiro – atualmente Colégio Estadual Governador Milton Campos - e nos jornais que anunciam sua nomeação e exoneração como amanuense. A comprovação de que se trata do intelectual Francisco Lins foram constatadas por meio das informações biográficas que conferem, como nome dos pais e data de nascimento.

⁸ Cerca de 75% dos acadêmicos fundadores da AML (CHRISTO, 1994).

⁹ Essas únicas informações encontradas sobre o impresso constam em uma nota publicada no jornal *A Província de Minas* (17/04/1884, p.1) na qual afirma ter recebido o primeiro número de *O Beija-Flor*.

Contudo, seu nome só se tornou conhecido pelo público por seus trabalhos nos jornais de Juiz de Fora, onde foi morar por volta de 1888. Ao mudar-se Lins certamente vislumbrava um lugar de maior projeção intelectual, tendo em vista a importância econômica e cultural do local, no fim do século XIX. A cidade era atrativa para os que buscavam novas oportunidades principalmente em cargos burocráticos, que surgiam na cidade que se encontrava em pleno crescimento econômico e considerada o maior centro cultural de Minas Gerais (KAPPEL, 2019). Vivendo na “Atenas Mineira”¹⁰, Lins aproximou-se do núcleo cultural do estado, onde viviam outros intelectuais com os quais, mais adiante, criaria a Academia Mineira de Letras (AML).

Imagem 1 – Fotografia de Francisco Lins



Fonte: LINS, Francisco. *Uma Campanha pro Hermes-Wenceslau*. Belo Horizonte: Typ. Do Diario de Minas, 1910.

As singularidades desde a sua urbanização conferiram um destaque a Juiz de Fora em relação às demais cidades mineiras. Enquanto outras foram formadas pela tradição barroca durante o Ciclo do Ouro, Juiz de Fora não participou da cultura colonial mineira. No final do século XVIII, a cidade que surgiu como uma parada para os tropeiros a caminho das regiões mineradoras ganhou um novo propósito. Diante da decadência da mineração mineira, a economia brasileira voltou-se para a agropecuária. O café passou a ser cultivado em toda a

¹⁰ A cidade de Juiz de Fora era representada pelos intelectuais locais como “Atenas Mineira”.

região em torno do Rio Paraíba e seus afluentes. Assim, as margens do rio Paraíba, Juiz de Fora destacou-se como a principal produtora de café do estado. A construção da Estrada de Rodagem União Industrial e da Estrada de Ferro Central do Brasil a fim de escoar a produção possibilitou o desenvolvimento do comércio e outras atividades econômicas, além de estimular o convívio com o cosmopolitismo do Rio de Janeiro. O crescimento econômico da cidade suscitou um desenvolvimento industrial, tornando-se ainda o principal núcleo industrial de Minas Gerais.

Juiz de Fora igualmente obteve destaque nas letras. Entre 1870 e 1900, surgiram mais de cem periódicos, alguns de circulação efêmera, nos distritos da cidade (OLIVEIRA, 1966 *apud* KAPPEL, 2019, p. 110). A cidade obteve destaque em prol da causa republicana, sendo o berço do Partido Republicano Mineiro (PRM), seus cidadãos letrados formaram um grupo de exímios defensores da queda do regime imperial. Com isso, nas duas primeiras décadas do regime republicano, o grupo de intelectuais militantes na imprensa da cidade ganharam projeção local, e alguns deles nacional (KAPPEL, 2019, p. 103-104). Lins trabalhou, por longo período e simultaneamente, em pelo menos dois desses jornais locais: *O Pharol*, o *Jornal do Comércio*. Também tendo colaborado com *Correio de Minas*. Esses três periódicos de Juiz de Fora estavam entre os quatro jornais mais importantes do Estado de Minas Gerais devido a grande duração e circulação no Estado (KAPPEL, 2019).

Fundado em 1866 em Paraíba do Sul (RJ), *O Pharol* transferiu-se para Juiz de Fora em 1870. Na cidade mineira adquiriu importância pelo longo período de circulação, que se estendeu até 1939, e pelos nomes dos profissionais que atuavam e dirigiam (KAPPEL, 2019, p. 108). A propriedade do jornal, que inicialmente era de Tomaz Cameron, mudou diversas vezes. Isso fez com que o periódico sofresse muitas transformações ao longo de sua existência (ESTEVES, 1915, p. 323-324). As alterações foram desde o posicionamento político até a frequência de sua circulação. O jornal que, de início, possuía feições conservadoras, a partir de 1889 resolveu declarar-se imparcial. Entre 1891 e 1895 adotou um posicionamento monarquista, mas após esse período nomeou-se restaurador. E, em 1897, constavam em seus editoriais que o jornal era filiado à ideia republicana conservadora. Quanto à circulação do periódico, até 1873 era de publicação semanal, em 1874 ampliou-se para duas vezes por semana, em 1882 para três vezes, até que em 1885 tornou-se diário.

Em janeiro de 1886, *O Pharol* publicou pela primeira vez algo de autoria de Francisco Lins, na ocasião do lançamento de seu primeiro livro de versos *Canções de Aurora*. Tratava-se do poema, acompanhado de uma nota sobre a obra de estreia do autor, na qual foram tecidas críticas sobre a estrutura de suas poesias, mas indicava interesse em futuras

publicações de Lins. Desde então, diversos de seus textos circularam no periódico e, ao longo dos anos, escreveu as seguintes colunas: “Raios e sombras” (1889-1890); “Philosophia barata” (1890), “O correr da pena”¹¹ (1892), “Cartas da Roça” (1890-1893). Não havia uma periodicidade para suas publicações, por vezes, diferentes colunas suas eram publicadas simultaneamente. Os pseudônimos do autor também variaram bastante entre elas.

Francisco Lins chegou a ser um dos sócios *d’O Pharol*, conforme sua carta transcrita pelo jornal em janeiro de 1890 nos informa:

Tendo adquirido, por compra ao dr. Feliciano Penido, a parte que elle tinha na empreza *d’O Pharol*, torno-me um dos proprietários da folha de cuja redacção faço parte há muitos mezes.
Não havendo nenhuma mudança no programa do jornal, espero que elle continuará a merecer as sympathias que tem acompanhado até hoje.
Juiz de Fora, 30 de dezembro de 1889 – FRANCISCO LINS (*O Pharol*, 01/01/1890, p. 1)¹².

Simultaneamente, Lins escrevia para diversos outros periódicos, destacando-se também na redação do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, no qual por longo tempo foi redator-chefe. Manteve ainda por muitos anos uma coluna cotidiana chamada “O Dia”, na qual publicava crônicas sobre assuntos políticos, literários e sociais.

O *Jornal do Comércio*¹³ de Juiz de Fora, fundado em 20 de janeiro de 1896, por Vicente Leon Aníbal, tinha seu título inspirado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Em 1897, o jornal foi adquirido pelo então colaborador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, porém, em 1911, quando eleito deputado federal, transferiu a propriedade para Francisco de Campos Valladares¹⁴.

Inicialmente, teve por redatores Heitor Guimarães e Olegário Pinto, mas trocou de propriedade diversas vezes e outros nomes figuraram nos cargos ao longo de sua existência, que se encerrou nos anos 1930. Como redatores-chefes, além de Francisco Lins, estiveram: José Rangel, Augusto Francisco, José Maria dos Santos, Albino Esteves, J. Paixão, Silva Tavares, Raul Penido, Francisco Valadares e Mário Magalhães, “Homens, todos eles, de

¹¹ Semelhante ao título “Ao correr da Pena” da série de crônicas que José de Alencar publicou no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1854 e 1855. Provável referência ao caráter despretensioso e datado do gênero crônicas que eram publicadas nos periódicos (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005).

¹² Optei por manter a grafia em todas as citações.

¹³ As poucas informações encontradas sobre o *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora são as apresentadas por Esteves (1915) e por Almeida (2012). Esse periódico pode ser consultado na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora (MG).

¹⁴ O advogado e político Francisco de Campos Valladares nasceu em Pitangui (MG). Foi Deputado Federal por Minas Gerais e, durante muitos anos, proprietário dos jornais *O Pharol* e *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, cidade onde faleceu em 1933.

apreciável valor cultural e literário, que mantiveram o *Jornal do Comércio* em nível dignificante e influente” (OLIVEIRA, 1981, p. 28 *apud* ALMEIDA, 2012, p. 89).

Da análise de exemplares desse periódico, Almeida (2012) aponta que o jornal era composto por 4 páginas, sendo reservadas as duas primeiras para notícias principais e as últimas para anúncios de propagandas. Possuía 11 sessões, mas nenhuma tinha a instrução como pauta. Embora não consiga dimensionar sua circulação e nem detalhes sobre a composição dos leitores, afirma que a duração do periódico por si indica a sua importância social (ALMEIDA, 2012). Esse “órgão do partido republicano”, que como expresso no título, tinha como assunto principal o comércio, também abordava em suas publicações assuntos como economia, literatura e educação. Circulou não apenas em cidades mineiras, mas também no Rio de Janeiro.

Além da sua atuação nos referidos periódicos, Lins gerenciou o jornal *O Pobre*, na mesma cidade, em colaboração com o padre Julio Maria¹⁵. Esse impresso era de responsabilidade da União Católica Pão de Santo Antônio, uma associação caritativa fundada em 1898 pelo comerciante e empreendedor Francisco Batista de Oliveira, com o propósito de distribuir alimento aos necessitados através da arrecadação mensal dos seus membros e sócios (CHAVES, 2019, p. 159). Apesar de bem parecido com a imprensa comum, por trazer além de ensaios e notícias da cidade, o impresso possuía um viés religioso, tendo por missão a afirmação da crença católica em Minas Gerais. *O Pobre* circulou apenas entre 1889 e 1901 e ao todo foram publicadas quinze edições¹⁶.

Alguns anúncios de jornais indicam que Francisco Lins estaria envolvido na direção de uma revista literária *A Quinzena*¹⁷, a ser fundada em 20 de setembro de 1888 e de propriedade do Liceu Mineiro (*O Pharol*, 18/09/1888, p. 03; *Diário de Minas*, 18/09/1888, p. 01), porém não há informações quanto à concretização desse projeto.

A atuação de Francisco Lins nesses e em outros diversos periódicos rendeu-lhe prestígio e uma extensa rede de sociabilidade, principalmente, em Juiz de Fora, haja vista que os jornais, entre o final do século XIX e início do século XX, constituíam-se como um importante espaço de sociabilidade dos intelectuais. Segundo Kappel (2019), em franca expansão no período, a imprensa representava significativa atividade intelectual, pois era por

¹⁵ Formado pela Faculdade de Direito do largo do São Francisco em São Paulo, foi pároco na igreja de São Sebastião em Juiz de Fora (CHAVES, 2019, p. 159-160).

¹⁶ Das 15 edições do jornal *O Pobre*, 10 encontram-se disponíveis digitalizadas no site do Arquivo Público Mineiro (APM): <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>.

¹⁷ Não foram encontradas informações sobre esse impresso.

meio dela que os homens ligados às letras se articulavam e comunicavam pensamentos e discursos (KAPPEL, 2019, p. 97).

Ainda sobre suas constantes movimentações, saliento que embora tenha mudado para Juiz de Fora no final do século XIX, fixou-se na cidade em definitivo apenas muitos anos depois. Em alguns momentos, sem que fique clara a razão, ele deslocou-se para o interior de Minas Gerais, tendo vivido em cidades como Leopoldina, Piranga e no Espírito Santo¹⁸. No período em que viveu afastado de Juiz de Fora, escreveu a coluna “Cartas da Roça” ao jornal *O Pharol*, na qual diversas vezes manifestou insatisfação com a vida no interior:

Vivo aqui no isolamento, quase ignorado e desconhecendo tudo o que se passa presentemente lá pelas regiões da política e... da bilontragem.
 Trato agora sómente de fazer viagens, em companhia daquelle idolatrado cavallo, que os leitores já conhecem tradicionalmente; escrevo, ás vezes, *Cartas da roça* e, nas horas vagas, para matar o tempo, começo a *rimar esperanças, acreditando em fadas* como fazem os *bebês*.
 Difficilmente, por isso, chegam ao meu conhecimento novas do que se passa nas terras de além montanha.
 - Feliz! Devem exclaimar os leitores eu detstam a vida nos centros populosos.
 Feliz? Pergunto eu.
 Felizes sois vos, meus amigos, mesmo porque...
 ... vou fazer ponto aqui, terminando esta *cacetada*. (*O Pharol*, 20/06/1892, p. 1)

Ao que tudo indica essas viagens teriam sido a trabalho e Lins não parecia satisfeito em se afastar dos grandes centros. Contudo, as informações são inconclusivas quanto ao tipo de serviço e razões para ter se afastado. Algum indício nesse sentido é um anúncio de jornal que afirma que ele estava trabalhando para *Companhia New York Life Insurance*, em Leopoldina (*O Pharol*, 17/06/1890). Há menções também sobre Lins ter trabalhado como guarda-livros, uma espécie de contador à época. Segundo Waldemar Lins (1933), o professor mineiro trabalhou como tal na firma Baptista de Oliveira & Companhia.

1.2.1 Nomes que dão nome: o uso de pseudônimos e de abreviaturas

Na investigação sobre a atuação de Francisco Lins nas letras, chama a atenção o uso recorrente de pseudônimos. Como marca mantinha sempre suas iniciais “F. L.”, variava entre pseudônimos como: Fábio Loti, Fábio Laurival, Léo Franck e Lins de França. O próprio intelectual afirmava serem esses pseudônimos, por conta disso, descarto a possibilidade tratá-los como heterônimos. Tasmerão (2017), ao investigar o heterônimo de Helenice, utilizado por Vinicius de Moraes na coluna “Abra o seu coração”, publicada no periódico *Flan* em

¹⁸ Nas última *Cartas da Roça*, ele escreve do Espírito Santo, porém suponho que não tratar do Estado e sim da Fazenda do Espírito Santo, localizada em um distrito de Juiz de Fora, que pertencia a família de sua esposa.

1953, trata dessa diferença. Enquanto os pseudônimos são adotados como forma de evitar o reconhecimento do autor, ocultando seu nome original, os heterônimos são personagens encenadas, com história de vida própria, mesmo que existam proximidades, pensam e têm estilos de escrita diferentes do autor (ALBERTI, 2004 *apud* TASMERÃO, 2017).

Além dos nomes fictícios pelos quais se apresentava nos textos jornalísticos, enquanto investigava a trajetória do intelectual nos arquivos, surpreendi-me com a aparição de outro que até então desconhecia. Seu nome de batismo era na verdade Francisco de Paula Lins, porém, logo que iniciou na imprensa tratou de ocultar o original. Mignot (1993) ao tratar a mudança de nome de uma instituição de ensino, considerou isso como algo bastante significativo: “o nome próprio é emblemático. Denota, conota, evoca, indica, significa. Nomes mudam, flutuam, simbolizando travessias, desintegração, desagregação, inauguração” (MIGNOT, 1993, p. 626). Ainda segundo Mignot (1993), nomear confere identidade e decifrar os segredos contidos na mudança é compreender que o nome não existe sozinho, faz parte de um contexto e historicidade. Isso porque “Nome traduz origem, filiações, pertencimentos, segregações. Nome de batismo sugere tempo e espaço. Nome dá nome. Nome revela cerimônia e intimidade.” (MIGNOT, 1993, p. 630). Por sua vez, ao estudar o papel dos nomes dos personagens nas obras de Guimarães Rosa, Machado (2003, p. 27) considera que o nome contém, além de significação, um papel de classificação.

Por um lado, se o Nome é uma marca de individualização, de identificação do indivíduo *que é nomeado*, ele marca também sua pertinência a uma classe predeterminada (família, classe social, clã, meio cultural, nacionalidade etc.), sua inclusão num grupo. O nome próprio é a marca linguística pela qual o grupo toma posse do indivíduo, e esse fenômeno é geralmente assinalado por ritos, cerimônias de aquisição ou mudança de Nome. A denominação é também a dominação do indivíduo nomeado pelo grupo (MACHADO, 2003, p. 28).

Sendo assim, a alteração no nome de Francisco Lins e o uso de pseudônimos na imprensa é algo que deve ser considerado e que pode ser compreendido quando se localiza essa mudança no tempo-espaço. No caso dos pseudônimos, não se tratava de uma particularidade do autor. O hábito de adotar pseudônimos, principalmente no final do século XIX e início do século XX, era prática bastante comum. Como estratégia de anonimato foi utilizada por diversos escritores como Olavo Bilac, Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar.

Segundo Brito Brocas (1992, p. 120 *apud* NUNES, 2010, p. 70), por não apresentarem vantagens econômicas, alguns literatos separavam as letras da vida civil, principalmente quando se tratavam de gêneros menos nobres como o romance. Conforme o jornalismo foi oferecendo melhores condições de trabalho para os intelectuais, essa divisão entre a literatura

e a vida civil extinguiu-se e as novas gerações começaram a aspirar vencer nas letras. Com isso, os escritores passaram a produzir em grande quantidade, para obtenção de ganhos satisfatórios, em diferentes impressos ao mesmo tempo. Nessa conjuntura, o uso de nomes fictícios era justificado como uma forma de evitar que a crítica comprometesse a qualidade da produção literária daqueles intelectuais. Afinal, produzindo em grande quantidade e de modo menos elaborado eram mais comuns as imperfeições e incoerências nessas produções jornalísticas (NUNES, 2010, p.70).

Era usual também resguardarem-se da autoria em alguns artigos, por conta de conteúdos mais acalorados. Nesses casos, conforme Nunes (2010, p. 70), os pseudônimos estão relacionados com a liberdade de expressão e ao acirramento do debate político. A prática de anonimato passou a ser coibida apenas com a primeira Lei de Imprensa brasileira, de 31 de outubro de 1923, que vetou o uso de pseudônimos.

Francisco Lins, no entanto, não utilizava outros nomes para manter o anonimato ou mesmo por razões políticas. Seus pseudônimos eram conhecidos pelo público e com eles assinava textos de variadas temáticas. De todo modo, é evidente a preocupação pessoal do autor quanto à maneira como seria apresentado. Tratou sobre o assunto na crônica cujo trecho é transcrita a seguir, publicada nos jornais¹⁹ e em seu livro *Borboletas Negras* (1909):

[...] O nome com que, pela primeira vez, me apresentei ao público, foi o meu verdadeiro nome – Francisco Lins, em que não acho graça alguma. As duas últimas syllabas de *Francisco* desagradam-se francamente, *Cisco*... Uma cousa nojenta! Além de tudo, geralmente se pronuncia a vogal – *o* como si fosse – *u*... Que horror! Felizmente, *Lins* é uma palavra musical, que faz pensar no lindo canto que se evola de um punhado de moedas de ouro, cahindo dentro de uma salva de prata. Por esse motivo, quase sempre me assigno – *Franc Lins*, jogando fora o *cisco*. E fico muito satisfeito quando sómente me chamam – *Lins*. Por caiporismo, não há muito, indo visitar uma família, veiu receber-me uma creança e a diabinha, ao dar os olhos em mim, gritou:
 -- Papae, seu *Lixo* está ahi!
 -- Ora, sebo! Exclamei, vendo-me, com tristeza, depois de livre do *cisco*, ridiculamente cahido no *lixo*.
 Então, escolhi um pseudonymo – *Fabio Loti*, em que se encontram as minhas iniciaes.
Loti é o nome de uma flor da Indias, que occulta sob as folhas, cheia de modéstia como a violeta. Eu desejava que todos os pronunciamentos como sendo oxytono; mas, desgraçadamente, todos teimaram, não sei si para rallar-me, em colocar *accento*, e agudíssimo, sobre a primeira vogal... E, uma vez, passando por mim o dr. José Mariano, perguntou maliciosamente:
 -- Você não fica satisfeito, tendo o valor de um: quer logo valer por sete!...
 -- Por sete! gaguejei.
 E a palavra *lote* disparou a saltar dentro da minha cabeça, furiosamente, de envolta, não com sete, porém com um milhão de burros.

¹⁹ Um trecho dessa crônica circulou no jornal *O Pharol* (08/12/1905, p. 1) com o título *Pseudônimos*. Mais tarde, quando já havia adotado outros pseudônimos, com algumas modificações, publicou em sua coluna *O Dia*, no *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora. Embora essa última não tenha sido localizada, consta no livro *Borboletas Negras* em 1909.

Dei o cavaco!

E passei a subscrever os meus artigos: Fabio Laurival. Mas um amigo, que sabe latim, veio dizer-me, sem ser perguntado:

-- Fabio Laurival: um plantador de favas num vale de louros. A família romana dos Fabios tomou esse nome porque era constituída por plantadores de favas.

Ahi, troquei por outra, para evitar mistura de favas e louros, a palavra – Laurival. Sem embargo, não fiquei satisfeito: foram-se os louros, mas ficaram as favas, e, de então em diante, tudo a ellas me cheirava. E comecei a pensar que era bem possível preferir o leitor que eu tratasse de planta-las, abandonando a litteratura.

Immediatamente, deliberei abrigar-me sob o pseudonymo – Léo Frank, esperando viver tranquilo. Mas, pouco depois, fui fulminado por essas palavras, que alguém me dirigiu, sorrindo:

-- O' Léo, as vezes, quando me vejo abarbado com as tuas litteratices, fico desconfiado que sofres de *léo*...

Desmaiei.

Em seguida resolvi assignar-me: Lins de França.

- De França! Gamiu logo um typo. Você é do Brasil, todo mundo sabe. Porque se dizer agora – de França? Nunca vi tollice maior!

Tal ouvindo, fiquei rubro de cólera. E assentei de novamente abraçar o nome que me foi dado na pia batismal. É feio, mas que importa? Os nomes feios, por toda a parte se encontram em penca. Os Baratas, os Camêlos, os Cobras, não são raros.

Na minha terra, um sujeito, muito apaixonado por Shakespeare e, justamente, muito religioso, mandando batizar uma filha, fez questão de que ella se chamasse – Ophelia da Mãe de Deus. A menina cresceu, está moça, encantadora. Mas todo mundo ri do seu nome. Geralmente lhe chamam:

- Ophelia da Mãe (LINS, F., 1909, p. 221).

Nota-se, a partir da leitura do trecho acima, que ele não gostava de como era chamado. Seu ouvido de poeta, muito preocupado com rimas e métricas, parecia incomodado com a pronúncia e as confusões que o nome poderia provocar, considerando-o esteticamente feio. Como visto, a adoção de pseudônimos nos periódicos naquele período era bem comum, logo, a solução que chegou foi apresentar-se com nomes fictícios que escolhia a seu gosto e que da mesma forma causaram-lhe insatisfações. Essa era a razão apresentada pelo intelectual para empregar pseudônimos.

Caruso (2006) ao investigar a utilização de pseudônimos por mulheres em um periódico do Colégio Jacobina, que circulou durante o século XX, afirma que em dado momento as autoras fizeram uso de nomes fictícios apenas por uma lógica estética. Assinavam seus textos com nomes europeus, por exemplo, por acreditarem que isso conferia charme e elegância à escrita, tendo em vista o fato de a elite no período considerar tudo que vinha da Europa como mais avançado e refinado (CARUSO, 2006, p. 24).

Embora o senso estético de Lins fosse bastante influenciado pelos franceses, por quem alimentava admiração desde a juventude, isso não parece ter contribuído tanto na escolha dos nomes, haja vista que nenhum deles aparenta ser de origem europeia. Contudo, de alguma forma, Lins acreditava que aquelas mudanças produziriam um efeito estético sobre os seus leitores.

Faço conhecer alguns dos pseudônimos e abreviaturas de Francisco Lins, onde e quando esses foram publicados a partir da elaboração do quadro a seguir:

Quadro 1 - Pseudônimos e abreviaturas nos periódicos

Pseudônimos e abreviaturas	Jornais	Observações
Franc. Lins	<i>Minas Geraes</i>	Publicou a série “Correspondência: Notas e impressões”. Localizei três dessas crônicas enviadas por ele de Piranga, entre julho e outubro de 1894.
	<i>O Pharol</i>	Na coluna “ Raios e sombras” entre dezembro de 1889 e fevereiro de 1890 um total de 6 crônicas. Três crônicas na série “Philosophia barata” em maio de 1890.
Fábio Loti	<i>O Pobre</i>	Publica dois textos na coluna <i>A semana</i> e mais duas crônicas em 1900.
	<i>O Pharol</i>	Publicou um total de 18 crônicas na coluna “Currente Calamo”, de publicação quase que diária entre 03/03/1904 a 05/04/1904.
Fábio Laurival	<i>O Pharol</i>	Entre 08/04/1904 e 30/09/1904, de início quase que diariamente, com o passar os meses foi sendo menos frequente, escreveu 26 crônicas e uma poesia.
Fábio Lourival	<i>Revista do Ensino</i>	Os artigos “Book T. Washington – o educador negro” e “Pela Renovação de Minas: a festa de 15 de outubro”, respectivamente nas edições de outubro e novembro de 1927. Além de uma tradução do texto “Relações da Escola com a família”, em janeiro de 1928.
Léo Franck	<i>O Pharol</i>	Publicou 25 crônicas na coluna diária “Ao Leo”, entre 03/06/1905 e 01/07/1905. Além de mais duas crônicas: “O poder da imprensa” e “A futura República”, em dezembro de 1905. E a poesia “O Povo – 14 de julho”, em 14/07/1905.
Lins de França	<i>O Pharol</i>	49 crônicas, publicadas entre 08 de dezembro de 1905 e 09 de fevereiro de 1906. Além da poesia “Sherzando”, em janeiro de 1906.

*Elaboração própria a partir de diversos periódicos.

É possível observar, através desse quadro, a recorrência com que ocultava o nome original e a variedade desses textos, sendo traduções, crônicas e poesias. Além disso, como se vê, até colunas inteiras nos jornais foram assinadas com essas variações de nomes que Lins utilizava.

Segundo Chalhoub, Neves e Pereira (2005), o uso de pseudônimos era um artifício dos cronistas desde meados do século XIX. Coelho Netto, inclusive, teria afirmado certa vez que não se tratava de um disfarce ou máscara, mas “uma cuidadosa opção narrativa adotada pelo

autor em cada uma de suas séries” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15) e evidenciava:

[...] a delimitação de um perfil claro para cada um desses narradores, construídos no intuito de abordar questões específicas em diferentes momentos: “o pseudônimo adequa-se ao assunto e à preocupação da época”, marcando “épocas diferentes, verdadeiros períodos” da vida literária de um autor, “fases diferentes” do seu “espírito”. Mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meio de elaboração de personagens-narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo de cada série [...] (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15-16).

Conforme esse entendimento a adoção dos diferentes nomes seria uma tática do autor para estabelecer uma diferença entre textos ou definir o perfil para uma série aos jornais. Parece uma explicação razoável, tendo em vista que o uso de outros nomes não parece ter sido empregado para abordar temas que o obrigariam a “esconder-se”. Além disso, considerando o grande volume de crônicas publicadas, muitas vezes em uma mesma edição do jornal, seria essa uma boa estratégia.

O conhecimento desses variados pseudônimos permite atribuir a autoria de textos que antes se desconhecia à relação com Francisco Lins. Como no caso do artigo em que Vidal e Faria Filho (2002; 2005) apresentam o texto “Pela renovação de Minas”, publicado na *Revista do Ensino*, com pseudônimo de Fábio Lourival, contudo não tratam a autoria como sendo a mesma de “Cem Anos Depois”, outro texto apresentado pelos pesquisadores e publicado no mesmo periódico, dessa vez assinado por Francisco Lins.

1.2.2 Entre jornais e escolas: seus múltiplos ofícios

Ainda no que tange à vida profissional do intelectual mineiro, outro aspecto que chama a atenção são as diversas atividades simultâneas que desempenhava. Além de jornalista, Francisco Lins era escritor e professor. Apesar de considerar comum o acúmulo de funções entre um pequeno número de letrados em uma sociedade majoritariamente composta por analfabetos, tratava-se também de uma questão de sobrevivência para aqueles que desejavam alcançar algum status social através das letras.

Em certa ocasião, em um de seus textos, Francisco Lins trata essa dificuldade dos intelectuais brasileiros como sendo conhecida por todos: “Neste paiz, como todos sabem, sofrem muito aquelles que se entregam á vida litteraria. Lettras, só as de cambio, disse não sei quem, há tempos em um jornal fluminense” (*O Pharol*, 14/09/1892, p. 1).

A partir da construção de um quadro sobre a trajetória social do grupo fundador da AML, Christo (1994) identificou um perfil comum entre os acadêmicos de Juiz de Fora.

Aponta para o que Sérgio Miceli (1977 *apud* CHRISTO, 1994, p. 18) denomina de “dilapidação social”, referindo-se à perda de status e empobrecimento das famílias.

Esse processo teria levado as famílias a buscarem estratégias que revertersem sua situação e as aproximassem da classe dominante. Desse modo, guiados pelo desejo de ascensão social, os acadêmicos valeram-se do capital social disponível – educação, ingresso em curso superior, casamento e nomeação para cargos públicos – na falta de capital material.

Ao processo de dilapidação e reconversão social, somam-se, na “Europa dos Pobres”, as estratégias orientadas pelo puro desejo de ascensão social, de quem nunca foi herdeiro ou parente, mas que pretende, através da apreensão de valores culturais das classes dominantes, ou por intermédio da escolaridade ou de autodidatismo, o acesso ao mercado de trabalho da produção cultural (CHRISTO, 1994, p.29).

Ainda conforme Christo (1994, p. 29), a ocupação de postos de produção cultural em Juiz de Fora não foi de todo excludente, tendo em vista que sujeitos oriundos das camadas médias tiveram acesso às carreiras de algum *status* social.

Kappel (2019) percebe Juiz de Fora, entre o final do século XIX e início do século XX, como o que Rama (1984, *apud* KAPPEL, 2019) classificou enquanto “a cidade modernizada”. Haja vista a ampliação de seu circuito letrado, incorporação de um novo grupo social denominado “novos intelectuais”, composto principalmente por pedagogos e jornalistas (RAMA, 1984, *apud* KAPPEL, 2019, p. 49). A autora afirma ainda:

Desse modo, assistiu-se em Juiz de Fora à ascensão de um grupo que procurou firmar-se, em meio a uma sociedade até então excludente, em torno de alguns objetivos comuns: criar uma Academia Mineira de Letras; fazer da educação uma alavanca ao progresso do país, ocupar cargos públicos e de projeção; expandir suas ideias e adquirir visibilidade em meio à sociedade. Mais do que estratégias de manutenção de *status*, essas ações consistiram em mais formas de reconversão social. (KAPPEL, 2019, p.49).

Conforme Christo (1994), os acadêmicos fundadores da AML dedicavam-se, simultaneamente e predominantemente, às carreiras de jornalista, professor e servidor público. Essa acumulação de funções é explicada como forma de sobrevivência. Tendo em vista que o trabalho nos jornais, embora necessário para aquisição de *status* para os literatos, era uma ocupação considerada ocasional, sem estabilidade e remuneração fixa. Encontravam, assim, no magistério uma profissão mais constante, contudo não melhor remunerada. Christo (1994, p. 55) afirma, assim, que uma grande parcela dos acadêmicos dedicava-se ao magistério por ser a educação em Juiz de Fora o meio mais seguro de sobrevivência dos literatos.

Podemos observar a mesma tendência em Francisco Lins, além das atividades jornalísticas, antes de sua viagem para a Europa, o intelectual exerceu o magistério por meio

de aulas particulares e em instituições de ensino como o Colégio Andrès, o Colégio São José, o Liceu de Artes e Ofícios. Nesta última, esteve a frente da 1ª Cadeira de Português .

O Liceu de Artes e Ofícios é a única instituição de educação pública²⁰ em que se sabe que Lins trabalhou como professor antes de sua viagem à Europa. Christo (1994, p. 47) identifica uma tendência dos membros-fundadores da AML, principalmente os autodidatas, que não possuíam carreira liberal como Lins, buscarem pelo serviço público, sendo uma parte desses inspetores de ensino ou diretores de Grupos Escolares (CHRISTO, 1994, p. 48).

Ao regressar ao Brasil, no início do ano de 1918, Francisco Lins retomou o exercício do magistério, conforme pude constatar pelos anúncios de aulas particulares de francês publicado no jornal *O Pharol*, que anunciavam que tanto ele como sua esposa, diplomada pela Escola Secundária e Superior de Genebra, estariam dando lições de francês. Nessas pequenas publicações, afirmava-se ainda que trabalhavam com os métodos mais modernos de ensino:

Imagem 2 - Anúncio das lições de francês



Fonte: *O Pharol*, 28/03/1918, p. 5.

Essas publicações quase que diárias, duraram pouco mais de um mês. No ano seguinte, Lins assumiu a reitoria do Externato do Ginásio Mineiro de Barbacena. Sobre essa ocupação, Waldemar Lins (1933) afirma que:

Apenas áqui chegando, soube que o lugar de reitor do Gymnasio Mineiro, em Barbacena, está vago [...] Lugar assim, só mesmo o individuo, para caval-o, tendo muito... pistolão. Pois Francisco Lins não tinha nenhum, a não ser o seu valor, e anunciou que o queria também. Trinta e nove candidatos (padres, engenheiros, médicos, advogados, estavam a cobiçal-o, com os beiços molhados de gula) apresentavam pistolões de toda parte.

A frente do Estava outro homem de febra; outro homem que tinha na retina o caminho da amargura dos que – talentos e de febra – traziam á cabeça a coroa de

²⁰ Embora de iniciativa particular, considera-se uma instituição pública, que apesar de não-estatal, era parcialmente financiada pelo Estado e sofria interferência do mesmo (SILVA, L., 2009, p. 124-125).

espinhos. E não houve dúvidas: Francisco Lins foi nomeado. Exerceu, por bastante tempo, aquelas funções (LINS, W., 1933, p. 124)

A nomeação foi noticiada pelo periódico *O Pharol* como “acertadíssima” e em conformidade com os propósitos do presidente do Estado Arthur Bernardes, pois segundo o periódico seria baseada no mérito e valor do nomeados. O jornal destaca o fato de Francisco Lins ter viajado comissionado pelo governo por seis anos para estudar os modernos métodos na Europa:

[...] tornou-se um competente nessa importantíssima e delicada matéria, pois acompanhou com carinho e interesse a aplicação dos referidos métodos, além de ter convivido, principalmente na Suíça, com verdadeiras autoridades em questões pedagógicas.

[...] esclarecida orientação do presidente Arthur Bernardes na escolha dos homens dos homens mais dignos para os lugares de responsabilidade (*O Pharol*, 04/01/1919, p. 1).

Como é possível perceber, a viagem foi utilizada como instrumento de legitimação para Lins ser considerado “competente” em matéria de educação. Naquele mesmo ano, ao tratar da nomeação de Lins como reitor do Ginásio de Barbacena, Arthur Bernardes o descreve em mensagem ao Congresso Legislativo de Minas Gerais como um “conhecido especialista em questões do ensino”²¹.

O Ginásio Mineiro, fundado em 1890, nos moldes do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, hoje Colégio Pedro II, possuía uma sede em Barbacena e outra em Ouro Preto, sendo essa última transferida para Belo Horizonte, em 1899. Teixeira (2008, p. 254) aponta a necessidade de estudos sobre o Externato do Ginásio Mineiro que funcionava em Barbacena.

Em 2 de janeiro de 1919, Francisco Lins e Alipio Peres foram nomeados, pelo Presidente do estado mineiro Arthur Bernardes, para cada um assumir a reitoria de um dos Externatos. Lins manteve-se na Reitoria do Ginásio até 1925 quando a instituição passou a funcionar em regime de internato, sendo substituído por Firmino da Costa.

Segundo o Regulamento das escolas de Instrução Primárias, promulgado pelo Decreto 655 de 17 de outubro de 1893, o Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais deveria contar, entre seus membros natos, com o Secretário do Interior (presidente do Conselho), o reitor do externato do ginásio mineiro, o diretor da Escola de Farmácia, o diretor da Escola Normal da Capital e o inspetor escolar do município da Capital (Decreto 655/1893, art. 133). Desse modo, enquanto reitor do Ginásio Mineiro, Francisco Lins deveria integrar o Conselho. Foi nomeado em 8 de julho, ao lado de Alipio Peres, Arthur Joviano, Antonio

²¹ Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro, 15 de julho de 1919, p. 44. *Collection Brazilian Government Documents - Center for Research Libraries - global resources network*.

Afonso de Moraes, José Rangel, Alceu de Souza Novaes, Aurelio Pires Domiciano Rodrigues Vieira, Nelson Baptista e Jacques Maciel.

As incumbências do Conselho Superior eram administrativas e disciplinares. Entre as funções administrativas cabia-lhes emitir pareceres ao Presidente do Estado sobre:

- I Methodo e processo de ensino.
- II Adopção, revisão e substituição de compendios, programmas de ensino e material technico a adoptar para as escolas e mais estabelecimentos de ensino.
- III Regimento interno das escolas e de quaesquer estabelecimentos de instrucção secundaria e profissional.
- IV Elaboração de bases para reforma ou melhoramento do ensino publico, em geral, ou em qualquer ramo de ensino, em particular.
- V Organização e publicação, pela imprensa official, da relação dos compendios aprovados para uso das escolas publicas e particulares subvencionadas.
- VI A validade ou nullidade dos concursos dos candidafos ao magisterio normal (Decreto 655/1893, art. 143).

Deveriam ainda adotar o plano de construção de escolas públicas e uniforme para os alunos, aprovar ou programar o ensino organizado pela congregação de cada escola normal, organizar o regimento interno e os programas das escolas primárias, julgar pela conveniência dos compêndios, entre outras medidas. Quanto às incumbências disciplinares, deveriam “julgar com recurso para o Presente do Estado, e nos termos de regulamento, as infrações de lei adotadas pelos professores de qualquer categoria, e inspetores ambulantes sujeitos ás penas de suspensão ou perda de cadeira ou emprego” (Decreto 655/1893, art. 144).

Embora a função fosse obrigatória e não remunerada, o Regulamento de 1893 afirmava que: “seus serviços são considerados distintos; dão-lhes preferência para o desempenho de commissões remuneradas, que se refiram a objectos de ensino publico” (Decreto 655/1893, art. 146, parágrafo único).

Logo que a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora foi criada, pelo Decreto n.º 8.245 de 18 de fevereiro de 1928, Francisco Lins integrou o corpo docente da instituição, constituído por representantes da intelectualidade juiz-forana²², entre os quais encontramos: Albina de Araújo Alves, Antônio da Cunha Figueiredo, Brasília Marques Lopes, Cincinato Duque Bicalho, Ercília D’Avila, Francisco Salles Oliveira, Frederico Alvares de Assis, Gilberto de Alencar, Harold Santos, Irma Grande, João Massena, João Augusto Godinho, José Martinho da Rocha, Lindolfo Gomes, Maria Adelaide Lopes Peçanha, Maria Antonia Penido Monteiro, Maria da Glória Carvalho, Maria Araújo Ferreira Malta, Maria do Carmo Penido Monteiro, Oswaldo Velloso e Raphael Cirigliano (OLIVEIRA, D., 2000).

²² Quatro deles foram membros da Academia Mineira de Letras: Francisco Lins, Lindolpho Gomes, Gilberto Alencar e João Massena (OLIVEIRA, 2000).

A Escola Normal de Juiz de Fora atendia apenas o sexo feminino e comportava três cursos: o Curso de Adaptação, com duração de dois anos, complementar ao ensino primário, destinava-se as candidatas ao Curso Preparatório; o curso Preparatório, com duração de três anos, reservava-se ao ensino de cultura geral indispensável à formação do magistério primário; e o Curso de Aplicação, com duração de dois anos, visava formar aspirantes ao magistério primário. Como requisito para ingressar neste último, as alunas deveriam concluir o curso Preparatório e prestar exames de admissão. O Curso de Aplicação abrangia as disciplinas de Psicologia Educacional, Biologia, Higiene, Metodologia, História da Civilização, História dos Métodos e Processos da Educação e Prática Profissional.

Embora Ruchat (2008) aponte Francisco Lins como tendo sido diretor da instituição, com base no estudo desenvolvido por Arielle Jornod (1995)²³, Delaine de Oliveira (2000), que investigou a criação desse estabelecimento de ensino, por meio de diversa documentação interna, não fez nenhuma indicação do intelectual como tendo sido diretor em qualquer período. Ao contrário disso, afirma que, desde a fundação até 1933, o estabelecimento de ensino esteve sob a direção do professor João Augusto Massena, que foi sucedido por Américo Repetto (OLIVEIRA, D., 2000). Contudo, o que se pode afirmar é que Francisco Lins permaneceu como membro catedrático da Escola Normal de Juiz de Fora até sua morte, em 1933 (*Jornal do Brasil*, 23/04/1933). Essa instituição, hoje com o nome de Instituto de Educação de Juiz de Fora, possui um papel de destaque na cidade por conta do longo período em que foi responsável pela formação de professores.

A trajetória de Lins no serviço público nesse tempo não se limitou às aulas na Instituição. Foi também Inspetor Técnico de Ensino, cargo no qual há indícios que tenha exercido até pelo menos 1928 (*O Paiz*, 27/01/1928, p. 7). Christo (1994) afirma que ele era inspetor de ensino, em 1926, todavia na ocasião do I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais (1927), ainda desempenhava suas atividades, conforme Melo (2010). Todavia, pude notar que Lins atuou como inspetor em período anterior a esse, visto que em seu artigo “Escolas Normas” (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924) alega: “Como fiscal do governo, entrei em contato com muitas dessas instituições, e algumas dellas me deixaram a mais desagradável impressão” (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4). Sendo

²³ O estudo a que me refiro tem o título *Archives Institut Jean-Jacques Rousseau. Etude prosopographique. Informations générales sur les volées d'étudiants de l'Institut Jean-Jacques Rousseau de 1912 à 1922. Renseignements détaillés sur les quatre premières volées d'étudiants de l'Institut Rousseau de 1912 à 1916*, desenvolvido por Arielle Jornod, em julho de 1995. Esse documento apresenta informações gerais sobre estudantes do IJJR nos 10 primeiros anos e encontra-se nos Arquivos do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra.

assim, quando publicou seu artigo em 1924, Francisco Lins já possuía consolidada experiência na inspetoria a ponto de destacar uma série de problemas nessas instituições.

A dificuldade de estabelecer o período e compreender sua atuação na função reside no fato de seu nome não constar no “Livro de Matrículas dos Delegados Literários” e não ter localizado possíveis relatórios no Arquivo Público Mineiro (APM). Todavia, cabem mais investigações a respeito, pois as contradições nas documentações levaram Kappel (2019) a concluir que o Livro de Matrículas dos Delegados Literários ou não era atualizado ou seus registros foram realizados de modo incorreto. Nesse documento consta que Belmiro Braga pediu exoneração em 1907, mas sua assinatura como inspetor municipal de ensino aparece em datas posteriores na documentação de instalação do primeiro grupo escolar de Juiz de Fora e no comparecimento aos exames finais dos grupos escolares. Também de acordo com o livro de matrículas, Lindolpho Gomes exerceu o cargo até 1902, contudo, com base nos registros biográficos do acadêmico e em notícias de jornais, Kappel (2019) constata que ele foi inspetor em outros períodos. Do mesmo modo, Heitor Guimarães e José Rangel não foram mencionados nos registros oficiais de inspetoria escolar, mas outros documentos apresentam indícios de que tenham exercido a função (KAPPEL, 2019).

Embora a inexatidão quanto ao período também não permita precisar sobre sua atividade, não há qualquer indício de que tenha trabalhado na função antes do período em que esteve na Europa, o que me leva a compreender a contribuição da viagem para sua nomeação enquanto inspetor técnico, ideia essa que retomarei posteriormente. Cabe neste momento entender o que era a função e as atribuições que lhe eram conferidas em seu exercício.

A inspeção de ensino mineira teve início em meados dos anos 1830, de modo elementar e irregular, com o objetivo de controlar a criação, a nomeação ou a remoção de cadeiras de ensino, além de fiscalizar as ações dos professores quanto à idoneidade moral ou às competências do ensino, sem atenção necessariamente às questões pedagógicas. Os inspetores eram nomeados conforme convinha ao presidente da província e sequer recebiam remuneração pelos serviços prestados. Ao longo do século XIX, diversas mudanças foram sendo promovidas, como as denominações utilizadas para se referir ao cargo e às atribuições conferidas aos agentes do estado. No período de transição para o século XX, “os inspetores foram realizando o fundamental trabalho de produzir e trazer à vista dos gestores do sistema de instrução um diagnóstico bastante detalhado da realidade da educação mineira” (FARIA FILHO, 2014, p. 126).

Estevam de Oliveira trabalhou como inspetor ambulante (1899) e como inspetor extraordinário de ensino (1902), denominações utilizadas para o cargo em períodos diferentes.

Ao analisar os relatórios enviados por ele à Secretaria do Interior (SI), em 1900, no qual apresenta denúncias sobre as escolas que visitava, Kappel (2019) afirma que ele exerceu importante papel enquanto crítica negativa à instrução pública primária do Estado. Por conta dessa atuação teria sido enviado pelo Governo Mineiro em viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo, em 1892, para estudar a organização do ensino primário a fim de compreender as reformas de ensino que aconteceram nos anos anteriores que levaram a adoção dos grupos escolares nesses estados. O relatório dessa expedição serviria de base à reforma educacional mineira, mas que por fim não pode ser empreendida naquele momento. De todo modo, a viagem concedeu projeção na imprensa de Juiz de Fora e reconhecimento social ao intelectual (KAPPEL, 2019).

Através do Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais²⁴, promovido pela Reforma João Pinheiro²⁵, em 1906, foi criada a Inspeção Técnica de Ensino e com isso a reestruturação do cargo de inspetor de ensino. A partir de então, o serviço de inspeção passou a ser organizado em: inspeção administrativa, na qual eram nomeados pelo governo inspetores escolares municipais ou distritais com funções meramente administrativas; e inspeção técnica, remunerada e exercida por profissionais da educação com competências técnicas (KAPPEL, 2019). Desse modo, a Inspeção Técnica de Ensino constituía-se como área profissional e o que definia o profissionalismo do inspetor era seu saber técnico, conformados e controlados pelos agentes da Secretaria de Instrução:

Insuspeitos nas informações e orientações que passavam, já que sua autoridade era conferida por um determinado saber técnico, especializado, científico, pretensamente neutro e capaz de atuar no serviço público visando ao ‘interesses da coletividade’, esses profissionais tinham autoridade e poder para atuar e interferir na parte técnica do processo educativo (ISOBE, 2013 *apud* KAPPEL, 2019).

Segundo Faria Filho (2014), a partir da Reforma João Pinheiro em 1906, os inspetores de ensino tornaram-se verdadeiros organizadores da instrução pública. Possuíam diversas obrigações que eram desde o “controle dos livros de escrituração obrigatória – livros de matrícula, de frequência, de visitas e de ocorrências –, passando por uma série de procedimentos de controle do(a) professor(a) e do exercício de sua função” (FARIA FILHO, 2014, p. 128).

Kappel (2019), ao investigar os seis intelectuais que, assim como Lins, foram jornalistas, literatos, professores, inspetores de ensino e estiveram envolvidos no projeto de fundação da AML, compreende que as mudanças promovidas na inspetoria de ensino, e o

²⁴ Aprovado pelo decreto nº. 1960 de 16 de dezembro de 1906.

²⁵ Autorizada pela Lei 439 de 28 de setembro de 1906.

status profissional que adquiriu a partir da Reforma de 1906, podem ter levado aqueles intelectuais a se interessarem pelo cargo. A ocupação era compreendida por eles como uma possibilidade de elevação do status para aqueles sujeitos. Aparecia como um título a ser ostentado, tanto que ao serem citados nos jornais se referiam a eles como “inspetores de ensino”. Assim, apesar de não representar um aumento no capital econômico, atraía por proporcionar capital simbólico e cultural (KAPPEL, 2019).

Ainda no que tange aos cargos públicos assumidos por Francisco Lins, segundo Christo (1994), o intelectual trabalhou ainda como Oficial e Diretor na Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora, entre 1922 e 1926.

1.2.3 “Ao correr da pena”: a educação como tema

Na escrita de variados textos aos jornais, antes de viajar à Europa, raramente, Francisco Lins dedicava-se a falar sobre a instrução. Os poucos artigos que abordam a temática foram encontrados espalhados em suas colunas e alguns assinados com seus pseudônimos.

O primeiro deles localizei entre suas “Cartas da Roça”. Tratava-se de uma coluna de crônicas em formato de cartas aos leitores do jornal *O Pharol*, escritas no tempo em que viveu no interior de Minas Gerais. As crônicas eram enviadas de Piranga e do Espírito Santo - provavelmente, o nome de uma fazenda localizada em Benfica (Juiz de Fora) - entre 1891 e 1893, ganhava destaque no periódico, ocupando sempre a primeira página. A presença de seu texto na capa poderia indicar a importância que Lins estaria conquistando no jornalismo, contudo, é preciso lembrar suas relações com aquele impresso, pois, como já disse antes, em 1890 tornara-se sócio do periódico. Abordava assuntos do cotidiano vivido no interior e as notícias que chegavam da região urbana em formato semelhante ao de missiva, constava no início do texto o local e a data de envio, por vezes, o remetente se dirigia aos leitores e finalizava com uma saudação. Porém, foram tratadas pelo autor como crônicas: “Hão de afirmar por ahi que esta é a primeira *verdade verdadeira* que externo nesta columnas, desde a ocasião em que, para regalo da humanidade, comecei a desfiar este roزاری de incolores e fastidiosas chonicas roceiras” (*O Pharol*, 31/03/1892, p. 1, grifo nosso).

Conforme Chalhoub, Neves e Pereira (2005), as crônicas ganharam importância central na literatura brasileira, a partir de meados do século XIX, mas foram desconsideradas como gênero literário, por muito tempo, pelo caráter efêmero e passageiro dos textos curtos que tratavam de assuntos do seu tempo. Mesmo os que viam seu valor a consideravam menor,

como um “tipo ligeiro e desprezioso de literatura, feita às pressas e sem cuidado, para o consumo diário dos jornais” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 12), mais recentemente começaram a receber mais atenção. Ainda que em processo de consolidação até as primeiras décadas do século XX possuía especificidades. Escritas com leveza para atrair o leitor, não buscavam espelhar uma realidade, apenas analisá-la e transformá-la (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005). Atingiam diversos grupos sociais por conta de suas estreitas ligações com os periódicos, com tiragens muito maiores em comparação a outras obras impressas, pois os jornais eram o principal veículo de comunicação com o grande público:

Destinados em meados do século XIX a tornar as folhas mais leves e atraentes, os folhetins de variedades acompanharam o processo de ampliação do público leitor de jornais [...] Ao alargar o horizonte de seus possíveis leitores, proporcionavam aos seus autores prestígio e reconhecimento (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 18).

Apenas uma das crônicas da coluna “Cartas da Roça” tratava de educação. Como missiva remetida do Espírito Santo à redação do jornal em 20 de setembro de 1892 e publicado no dia seguinte, Francisco Lins narrava a visita que realizou à Escola de Agronomia, fundada recentemente na região de Benfica (Juiz de Fora), pela Organização Agrícola e dirigida pelo francês Ch. Seigneuret. Publicada na coluna “Cartas da Roça” no dia seguinte, iniciava afirmando ser incontestável a frase “O Brasil é um paiz essencialmente agrícola”, porém, para parecerem chiques e originais, muitos evitam essa “verdade”. Para o jornalista, o país não deixou de ser o mesmo e nem deixaria ainda por séculos. Considerava inútil a tentativa de fazer do Brasil um centro industrial e que era necessário “olhar para o solo” onde facilmente se tirava não apenas o suficiente para comer, mas também para comprar “manufaturados cujo uso nos for aconselhado pela civilização”. Lins declarava ter ficado maravilhado com o estabelecimento que possuía laboratório, biblioteca e o “mais perfeito machinismos para tornar menos difícil e mais proveitosa a lavoura”. Destaca o nome dos professores E. Arnoux e H. Langecook. Felicita a escola por realizar um trabalho mais prático que teórico e por não pretenderem formar apenas engenheiros, doutores, mas prepara o trabalhador para em pouco tempo “lutar pela grande obra da reforma e do aperfeiçoamento do trabalho”. Diz ainda que o trabalho realizado na instituição levantaria “a nossa pátria do desanimador abatimento em que faz, tornado-a forte e poderosa” e que “sem dúvida alguma, não ha entre nós um estabelecimento tão necessario, que tanto prometa, como esta nova casa de educação, que vem assignalar o inicio de uma nova era de prosperidade e de grandeza, no Brasil” (*O Pharol*, 21/09/1892, p. 1). Que em breve aquele se tornaria um importante centro

de educação e trabalho. Por fim, recomenda que todos que se interessam pelo progresso da terra a visitem, e que merece admiração de todos.

O artigo levou Ch. Seigneuret, em nome da instituição agrícola que dirigia, a enviar uma carta em resposta ao jornal, que foi publicada na semana seguinte no mesmo lugar da coluna de Lins. Agradecia as palavras do jornalista, contudo, afirmava um pouco de exagero na descrição realizada por Francisco Lins sobre a escola. Aponta que, ao contrário do que foi dito sobre o estabelecimento não formar apenas engenheiros agrícolas, poucos aprendizes tinha, considerando ser por falta de publicidade e aproveita o espaço do jornal e divulga:

Estamos dispostos e aparelhados para receber moços de 16 a 19 anos, pertencentes à classe dos trabalhadores. Esses moços, além de casa, alimentação e salário proporcional aos serviços, têm de receber instrução primária prática; vão familiarizar-se com a manobra do arado dos rolos, semeadores, escarificadores, etc. Em uma palavra, tudo se fará para fazer desses moços uns trabalhadores agrícolas instruídos, capazes de preencher as funções de contra-mestre em grandes propriedades agrícolas, se passarem alguns anos conosco e tiverem estágio suficiente nos diferentes serviços (*O Pharol*, 27/09/1892, p. 1).

Apesar de agradecer a visita e as palavras do jornalista, o diretor ressalta ainda que aquela obra era iniciativa de brasileiros, portanto, desconsidera a ênfase dada ao trabalho ser realizado por ele, um francês, e pelos professores estrangeiros citados na carta anterior. Pede também que o jornal não destine sua resposta às últimas páginas considerando que aproveitava para divulgar a escola. A solicitação foi atendida, pois como disse, o texto foi publicado no mesmo lugar destinado as “Cartas da Roça”, como primeiro texto de capa do jornal.

Alguns anos depois escreveu uma série de cinco textos sobre a educação profissional em jornal, no qual atuou apenas como colaborador: O *Correio de Minas*, criado em maio de 1894 por Estevam de Oliveira. Em seu subtítulo carregava os dizeres que o fundamentavam como “órgão dedicado aos interesses fundamentais do Estado”. Circulou em Juiz de Fora até 1930, com algumas interrupções ao longo de sua história. Por ausência de alguns dos números do jornal²⁶, encontrei apenas um desses textos de Lins, no qual afirma ser o último da sequência. Também com destaque na primeira página à esquerda, defende a fundação de instituições de ensino de artes e ofícios, mantidos pelo governo, nos quais se estabeleceriam um curso prático de agricultura. Além dessas aprendizagens, Lins considerava que seria importante difundir os conhecimentos que já existiam na Europa e nos Estados Unidos para a promoção das classes agrícolas. Segundo ele, até mesmo na França, que era uma República

²⁶ Tanto a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional como no setor de memória da Biblioteca Murilo Mendes, faltam as edições desse periódico.

industrial, as escolas de instrução primária públicas davam lições de agricultura, enquanto no Brasil não se falava disso.

Naquele momento Lins considerava que “das classes agrícolas depende tudo, dellas tudo devemos esperar, mesmo porque, sem duvida alguma, sómente ellas podem, dentro de curto espaço de tempo, vantajosamente levar o nosso paiz ao caminho da prosperidade, trazendo-nos a abundancia, a paz, a ordem” (*Correio de Minas*, 20/12/1896, p. 1). E, mais uma vez, afirmava que o Brasil era um país essencialmente agrícola. Segundo Lins, o governo deveria tomar providências fundando institutos para que a juventude, vista por ele como corrompida pelo ócio e sem valores, tivesse uma educação sólida e útil à pátria. Compreende ser aquela uma exigência do final do século, que havia uma necessidade de homens de trabalho, práticos e inteligentes.

Nesses artigos de Lins comportam ideias do movimento ruralista, que nasceu no país a partir do final do século XIX, construído sobre a representação de crise da lavoura, após a abolição da escravidão, e como reação à industrialização. Representava o interesse dos setores dominantes agrários e não hegemônicos, ou seja, ligados à agricultura, mas não exportadores de café. Embora não homogêneo, unificavam-se em torno de uma base que reafirmava a vocação agrária do Brasil e recusa do exclusivismo do café expresso na defesa da diversificação agrícola (MENDONÇA, 1997 *apud* DIAS, 2014).

No interior das frações secundarizadas no bloco de poder agrário, a adoção da diversificação da população – em oposição à hegemonia do café – foi propalada como saída para a “crise”. A diversificação produtiva e o fomento ao consumo interno de gêneros produzidos foram divulgados como recursos menos vulneráveis às oscilações do mercado internacional (DIAS, 2014, p.59).

Considerando que se tratava de um interesse nacional, entendiam que o Estado deveria auxiliar a lavoura. Defendiam o progresso da produção agrícola por meio da modernização dos meios de produção, com adoção de novos métodos e mecanização.

Os intelectuais ligados ao ruralismo também disputaram representações sobre a educação brasileira, nas primeiras décadas após a Proclamação da República. As representações são as formas elaboradas e compartilhadas por determinado grupo para perceber, classificar e atuar sobre a realidade e “embora aspirem à universalidade de um diagnostico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse bojo, houve por parte desse grupo de intelectuais ligados ao movimento ruralista uma defesa pela ruralização da escola, buscando inserir nessa o compromisso de desenvolver o país por meio da agricultura e fixar o homem no campo. A “educação

ruralizada” deveria, além de conferir sentido aos trabalhos agrícolas, despertar nas crianças o gosto por esse trabalho. A proposta dos intelectuais ligados ao grupo ruralista era voltada para as escolas primárias rurais, por eles consideradas inadequadas.

Em 15 de maio de 1904, *O Pharol* publica o artigo “Instrução Pública”, assinado com seu pseudônimo Fábio Laurival. Nesse, comenta a publicação recente do relatório do ministro da Justiça e do Interior J. J. Seabra ao Presidente da República que, para ele é uma resposta ao ensino secundário e superior brasileiro, que considerava absurdo, ridículo e vergonhoso, e que exigia radical reforma. Considera que o ensino secundário, entregue à iniciativa particular, sucumbiu com a interferência da política e dos favores constituição das mesas de exames preparatórios, agravado pela equiparação dos colégios. E o ensino superior em nada colabora por não ser bem organizado no país. Apresenta trechos do relatório do ministro no qual são apresentadas o tratamento que outros países dão à causa se reverte em bem-estar, prosperidade e civilização. A partir do relato, questiona:

Isto que em todo o Brasil se vê e a que se dá o pomposo nome de ensino publico, digamos a verdade, é uma choldra, tristemente reveladora do nosso minguido valor moral e intelectual, e do nenhum valor dos nossos governos

“Porque também não será dado a nós, brasileiros, organizarmos o ensino em o nosso paiz, moldando-o pelo das grandes nações européas, pelo da Allemanha, por exemplo?

Porque não nos será dado sahirmos do cahos em que vivemos, fazendo surgir das cinzas dessas faculdades livres e desses gymnasios, que devem desaparecer, os estabelecimentos destinados a realizar a grande obra da nossa regeneração moral, intelectual e social?

Trabalhemos!”(*O Pharol*, 15/05/1904, p. 1).

Destaca os projetos do governo que, para ele, não poderia continuar indiferente, e fundaria seis universidades, com autonomia administrativa. Também apresenta o projeto de supressão da equiparação dos colégios, esses passariam a se subordinarem às universidades, que organizariam os programas e verificariam as habilitações dos candidatos aos cursos superiores. Por fim, deseja que a reforma do ensino seja feita o quanto antes “e com Ella a nossa ressurreição para a luz”.

No ano seguinte, tratava mais uma vez sobre educação. Agora em “Ao Leo”, coluna publicada na primeira página do jornal *O Pharol*, com pseudônimo de Léo Franck, em 1905. Nessa, afirmava o valor da instrução pública que, segundo ele, em todas as nações têm considerado acima de tudo, apenas no Brasil se via o contrário. Apresentava o que esperava do ensino ao elogiar a perfeição que considerava existir na Alemanha onde as escolas “preparam as crianças para a grande lucta pela vida, despertando-lhes o amor da pátria, da família, da religião, de modo a se tornarem homens conscientes dos seus deveres e direitos,

uteis a si e á humanidade” (*O Pharol*, 04/06/1905, p. 1). Conhecimento que, possivelmente, obteve por meio de leituras sobre a educação estrangeira, levando em consideração que a Alemanha nesse período era considerada um modelo para os demais, como falo mais adiante. Desfechava críticas ao fato de recentemente, em Minas Gerais, terem sido suprimidas escolas normais e primárias, o que para ele não há justificativa e merecia atenção dos poderes públicos. Exige que o mais breve possível as escolas fechadas sejam abertas.

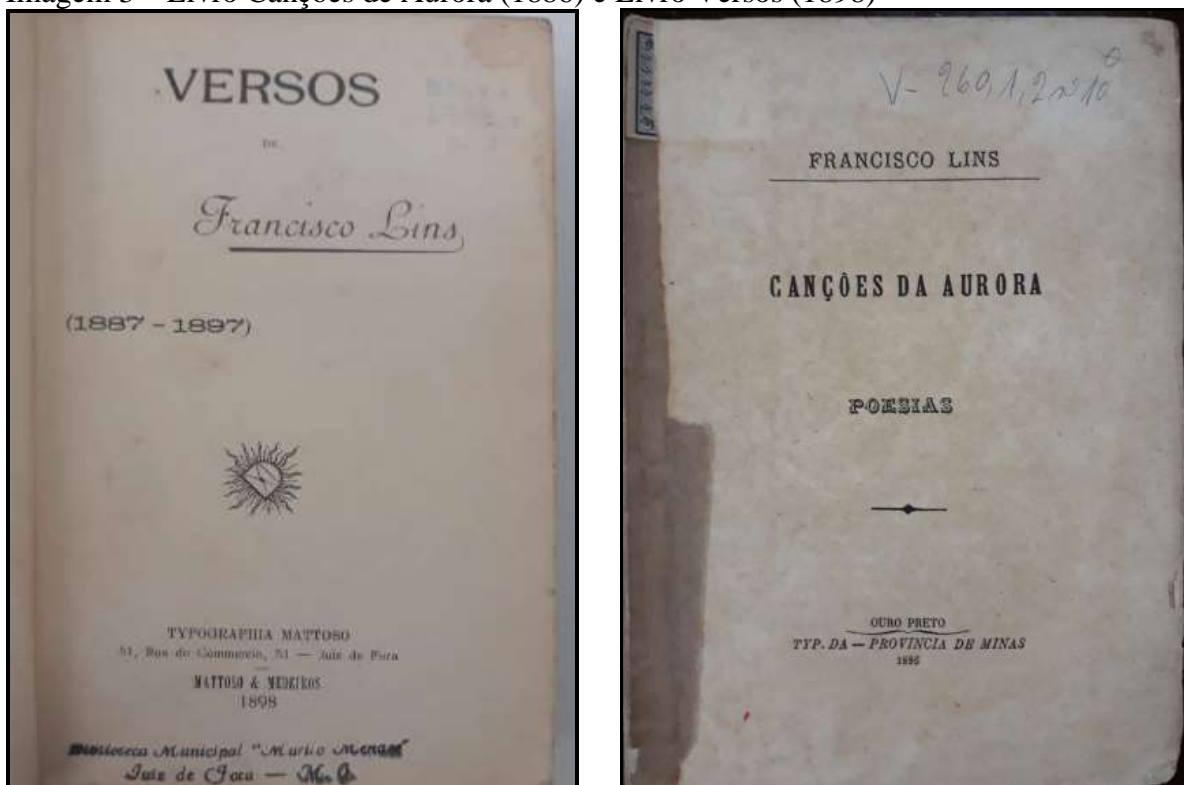
Como é possível ver, nas últimas crônicas, sob os pseudônimos de Fábio Laurival e Léo Franck, posiciona-se e apresenta uma representação da instrução pública como regeneradora da nação e capaz de formar o cidadão cívica e moralmente. Essa idealização da educação nos primeiros anos de República que se frustra nas primeiras décadas do século XX, será retomada pelos intelectuais nos anos 1920, conforme Nagle (1974).

Nas duas últimas crônicas, remeteu críticas à educação mineira e afirmou a necessidade de uma reforma que tomasse como exemplo países estrangeiros, considerados mais avançados. Naquele momento, Lins não falava, porém, com propriedade sobre os modelos estrangeiros, tanto que transcreve as falas do ministro quando se refere a esses. Talvez ele conhecesse através de suas leituras, mas tenha preferido as falas do ministro por não ter legitimidade suficiente para tratar do que não conhecia com os “próprios olhos”.

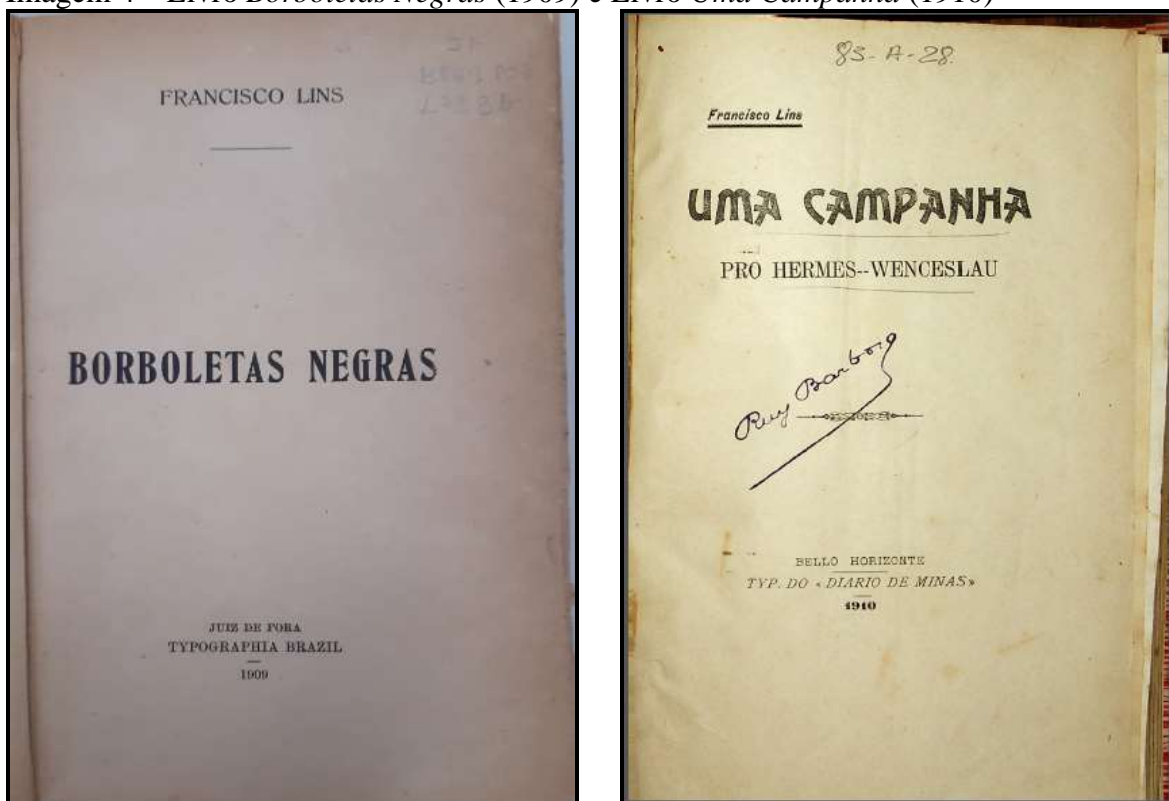
Embora tenham sido poucos os textos, antes de partir para a Europa, em que Francisco Lins trata a educação, é interessante observar que tenha privilegiado a educação profissional agrícola. Isso porque, como tratarei no próximo capítulo, a missão oficial de viagem recebida pelo intelectual incluía o estudo das instituições de ensino profissional. Teria sido essa uma razão que influenciou a escolha dele para a missão? Ou teria sido essa uma questão que privilegiou também em observar durante a viagem? De todo modo, após o regresso, o intelectual trata novamente a temática em seus textos, conforme apresentarei no último capítulo.

1.2.4 Quase poeta: obras e repercussões

Ao longo de sua carreira, Francisco Lins publicou alguns livros foram eles: *Canções da Aurora* (1886), *Harpas das Selvas* (1887), *Versos* (1898), *Borboletas Negras* (1909), *Uma Campanha pró Hermes-Wenceslau* (1910). Dentre esses, apenas *Harpas das Selvas* não teve nenhum exemplar localizado e, por essa razão, não consta entre as imagens de suas obras que apresento a seguir:

Imagem 3 – Livro *Canções de Aurora* (1886) e Livro *Versos* (1898)

Fonte: Biblioteca Nacional e Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Imagem 4 – Livro *Borboletas Negras* (1909) e Livro *Uma Campanha* (1910)

Fonte: Biblioteca Municipal Murilo Mendes / Fundação Casa de Rui Barbosa

Embora não tenha acessado o livro *Harpas das Selvas*, as críticas e os anúncios de divulgação que circularam nos jornais no período de lançamento informam que se tratava de seu segundo volume de versos publicado e contava com 78 páginas, precedidas por um prefácio assinado por Valentim Magalhães. Impresso na Typographia do Pharol de Juiz de Fora era vendido por 2\$000 e trazia versos como: “O orfam”, “A camponeza”, “Quadro”, “O mendigo”, “Nunca mais”, “Deus”, “A flor” e “O colibri”.

A escrita do prefácio por Valentim Magalhães²⁷ é significativa, pois atuou no campo literário lançando grandes escritores, conforme salienta Mello (2007):

Sua atuação no campo literário foi decisiva. No hebdomadário cultural *A Semana*, fundado em 1885, acolhia jovens talentos e os grandes nomes das letras nacionais, como Machado de Assis, fato que deu origem a ciúmes e rivalidades porque em torno dele se formou uma das ‘panelinhas’ literárias na época (MELLO, 2007, p. 109).

Portanto, a escolha da escrita do prefácio de *Harpas das Selvas* parecia estratégica à medida que Valentim Magalhães possivelmente atrairia leitores para a obra do jovem escritor, tanto que a divulgação acompanhava sempre a informação:

HARPA DAS SELVAS - O novo livro de versos de Francisco Lins vae ser prefaciado por Valentim Magalhães. Brevemente estará no prelo esta obra (*O Pharol*, 18/11/1887, p. 1).

HARPA DAS SELVAS – Segundo volume de poesias de Francisco Lins, prefaciado pelo eminente escriptor brasileiro Valentim Magalhães. Subscreve-se nesta redação, a 2\$00\$ o exemplar (*O Pharol*, 12, 16, 19 e 21/12/1887, p. 3).

O prefaciador era considerado uma espécie de paraninfo, padrinho do autor ou da obra, e em casos como o de Lins rendia publicidade para o texto de um novo escritor. A escolha do prefaciador era tão carregada de sentido que Valentim Magalhães acreditava que a recepção de uma obra por ele prefaciada não seriam boas, pelo contrário:

[...] Engana-se em muito, julgando ser meu nome, na primeira pagina de um livro alheio, titulo de valia á consideração publica, credencial apresentável ás cortes da soberana Critica indígena.

Vae ver a má vontade com que o receberão, a indiferença glacial que encontrará o seu harmonioso livrinho, tudo devido a vir precedido por um nome lançado há muito no Index do jornalismo da Côrte. (*Correio Paulistano*, 15/01/1888, p. 2)

²⁷ Valentim Magalhães (Antônio Valentim da Costa Magalhães) nasceu no Rio de Janeiro em 1859 e, faleceu na mesma cidade, em 1903. Sua obra é extensa e composta por ensaios, poemas, contos, crônicas, entre outros gêneros. Dirigiu *A Semana*, revista na qual divulgava novos escritores. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL). Envolveu-se em muitas polêmicas ao longo da vida que prejudicaram sua produção literária. Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/valentim-magalhaes/biografia>

De fato, Francisco Lins não foi poupado, ao contrário disso, seu livro recebeu diversas críticas. Por outro lado, certamente sua imagem ter sido vinculada a Valentim Magalhães foi um fator que atraiu leitores para seus versos, como podemos observar:

Em summa, as *Harpas Selvagens* caracterizam-se por notável mediocridade de conceito e de forma. E se, como ahi diz Valentim, o prefazeador dos *Alveolos*, impingiu uma dissertação litterária no lugar de um prólogo, agora o mesmo Valentim obrigou-nos a fazer a leitura integral de um livro que só nos trouxe a vantagem de offerecer assumpto á estéril chronica litteraria da semana (*A Epoca*, 11/01/1888, p. 1).

Pedimos venia ao paranynpho deste mimoso livrinho para discordarmos do que s. s. acabara de dizer quanto á valia de seu nome, cujo prestígio nas lettras dia a dia se accentua brilhantemente.

Entretanto, temos para nós que s. s., como escriptor consciencioso que é, como seu nome não escudaria este livro, si seu auctor não fosse moço de talento e tivesse aptidões poéticas, ou como costumam dizer, a bossa da poesia, regularmente definida. (*O Correio Paulistano*, 15/01/1888, p. 2).

Desse modo, mesmo que isso não tenha rendido apenas elogios à obra, proporcionou um grupo de leitores consideráveis para aquele escritor em início de carreira, pois como podemos ver nas críticas apresentadas, o nome do prefaciador colaborou para que os críticos que recebessem a obra se interessassem em ler um autor desconhecido.

A primeira edição de versos do autor já havia sido publicada sob o nome *Canções de Aurora*²⁸ em 1886 pela Tipografia da Província de Minas, na cidade de Ouro Preto. Tratava-se de um pequeno livro de pouco mais de cinquenta páginas que reunia 27 poesias de Lins, vendido por 1\$000. Randolpho Fabrino, Eloy de Araujo e o próprio autor escreveram os prefácios da obra que o autor dedicou à memória do pai e da irmã Libania Lins Júnior, já falecidos. Ao longo de suas páginas amareladas, é possível notar as grandes margens que o autor afirma serem propositais para que seus leitores pudessem anotar as falhas para fins de correção nos próximos volumes: “Ahi tendes longa margens para annotal-os” (LINS, F., 1886).

Esse pequeno livro inaugural de Francisco Lins gerou certa polêmica na imprensa periódica logo que lançado. Tudo começou quando a revista *A Semana*²⁹, na sessão “Poesias e Poetas”, publicou uma crítica de Alfredo de Souza na qual apontava problemas na obra

²⁸ Há uma edição dessa obra com dedicatória escrita a próprio punho pelo autor na qual o oferece a na Biblioteca Nacional, em 1888.

²⁹ Fundada e dirigida por Valentim Magalhães, em janeiro de 1885, no Rio de Janeiro. Publicada aos sábados, pretendia ser uma espécie de “crônica” da semana. Apesar de afirmar-se como um periódico neutro e objetivo, foi um importante instrumento de intervenção social e político (RAMOS, 2012). Considerado baluarte literário dos jovens, além de literatura, fez propaganda abolicionista e Republicana. Na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional tem edições do período compreendido entre 1885 e 1895.

considerados por ele como erros próprios de um principiante e, por fim, enaltecia e estimulava Lins ao afirmar uma possível vocação para arte:

O Sr. Francisco Lins é um principiante. As suas canções, comquanto não sejam joias de subido valor, são dignas de apreço, pois o seu auctor deixa-nos ver nos seus versos vocação decidida para a arte.

[...] Terminando, esperamos que o auctor das Canções de Aurora trabalhe e estude e venha aliar-se como deve ao grupo que mais brilhantemente representa a litteratura no nosso paiz (*A Semana*, 06/02/1886, p. 5).

Do mesmo modo, *O Domingo*³⁰ (07/02/1886, p. 2) escreveu sobre *Canções de Aurora*, não tendo identificado o autor da crítica, na qual, dizia apenas que “devemos a obsequiosidade de um amigo a leitura”. Este teceu críticas às análises apresentadas pelos prefaciadores da obra e acrescentou as suas:

Sem grammatica, desobedecendo ás prescrições do Bom Senso, atirou-se o Sr. Lins por um plano inclinado, saltando de disparate em disparate, de um modo verdadeiramente deplorável.

[...] Pois aquelles versos sem nexos, escriptos sem uma Idea capital [...]

[...] é rara a poesia das canções da Aurora a que falte um attentado contra a grammatica ou contra o Bom Senso (*O Domingo*, 07/02/1886, p. 2).

Na semana seguinte, *O Domingo* voltou a tratar do assunto, ao acrescentar novas críticas e expor erros de Francisco Lins, o que ocupou mais de duas páginas do periódico.

Em vista, porém, do que cobre o mesmo assumpto acaba de escrever o Sr. Alfredo de Souza, não podemos furtar nos á necessidade de abriremos mais uma vez as Canções de Aurora, pondo em evidencia as incorreções de que se acham ellas recheadas (*O Domingo*, 14/02/1886, p. 1).

Após essa publicação, *A Semana* (20/02/1886) partiu em defesa de Francisco Lins afirmando que as críticas foram muito duras e injustas. Já na edição seguinte, a sessão “Poesias e Poetas” publicou a resposta de Alfredo de Souza quanto às duras palavras do periódico *O Domingo* nas edições anteriores. Afirmava que foram muito severas a um livro de estreia e que o papel do crítico deveria ser animar e aconselhar. Reiterava ainda alguns dos erros apontados, todavia defendendo o autor. Terminou o texto pedindo que não prolongassem a discussão, que se encerrasse imediatamente naquele texto (*A Semana*, 27/02/1886).

A Semana enfatizou que não conhecia o autor e, por isso, não seria essa a razão dos elogios. Ao longo dos textos que renderam a discussão afirmaram que leram o nome de Francisco Lins pela primeira vez na capa daquele livro. Do mesmo modo, Alfredo de Souza insistiu não conhecer pessoalmente o autor.

³⁰ A única informação obtida sobre esse impresso é de que se tratava de uma revista literária de São João Del-Rei (MG).

A discussão, contudo, rendeu também a interferência do periódico da mesma cidade de São João Del Rei, o *Arauto de Minas*. Em uma coluna literária, José Severiano de Rezende escreveu também em defesa de Francisco Lins contra as críticas de *O Domingo*:

“[...] é provado que a critica do *Domingo* foi por demais severas para com o inteligente autor das *Canções de Aurora*. Os moços que principiam, que encetam como o Sr. Lins tão brilhantemente a carreira litteraria, devem ser recebidos com animações, afim de que se levantem pujantes, entusiastas...” (*Arauto de Minas*, 20/03/1886, p. 3).

Outros periódicos que receberam a primeira obra de Lins escreveram críticas. Como o *Diário de Notícias* (25/04/1886, p. 1) que, após apresentar os prefácios da obra detiveram-se a julgar Lins por dizer que queria aprender com os leitores. Afirmaram que seus leitores teriam muito trabalho e ridicularizaram uma das composições. Outros periódicos sequer escreveram sobre o livro de estreia de Francisco Lins, mostrando-se indiferentes, como *O Mequetrefe* que afirmou: “Nem tão más que façam fugir, nem tão boas que mereçam elogios.” (*O Mequetrefe*, 20/01/1886, p. 2).

Em 1898, Lins publicou o livro *Versos* pela Tipografia Mattoso, em Juiz de Fora. Localizei um dos exemplares na Biblioteca Nacional que, ao que tudo indica, pertencera a Valentim Magalhães. Além de uma dedicatória do autor dirigida a esse “mestre e amigo”, datada de maio de 1898, o nome de Valentim Magalhães consta assinado logo nas primeiras páginas. Este livro apresenta sinais do tempo e de uso, observado pelo amarelado do papel, a ausência de capa e indícios que demonstram que suas páginas finais foram remendadas com adesivos. Há outro exemplar na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, de Juiz de Fora, também amarelado pelo tempo e com uma capa que não é mais a original, contudo mais bem conservado. Esse, por sua vez, possui uma dedicatória do autor a sua esposa Maria datada de 20 de maio de 1898.

Ao longo das páginas desse pequeno livro, que reúne aproximadamente setenta poemas, constam diversos nomes para quem o autor dedicava seus versos. Essas homenagens foram dirigidas tanto a entes queridos - a mãe e os irmãos - como também aos amigos, políticos e outros escritores. Alguns desses nomes são claramente reconhecidos dentro dos espaços de sociabilidade de Francisco Lins, como Eloy Araujo, Heitor Guimarães³¹, Francisco

³¹ Heitor Guimarães nasceu em Sarandira, Zona Rural de Juiz de Fora (MG), em 1868. Foi membro-fundador da AML, trabalhou na redação de diversos jornais, entre eles: *Diário de Minas*, *O Pharol* e *Jornal do Comércio*, ambos em Juiz de Fora. Sua produção literária é composta por poesias, contos, crônicas e livros didáticos (CRHISTO, 1994; KAPPEL, 2019).

Valadares³² e Xavier da Veiga³³, outros nos apresentam indícios dessa vasta rede de sociabilidade. Essa prática também foi adotada em seus outros livros de *Versos* e diversas vezes em que suas poesias foram publicadas nos jornais.

Não há registro de que Lins tenha publicado novas poesias de sua autoria após a publicação desse livro, o que me faz crer que teria sido por volta desse período que desistiu da carreira de poeta a ponto de anos mais tarde registrar: “eu, que não sou poeta, naturalmente me exponho ao ridículo, dando título que dou a esta carta” (*A CIDADE...*, *Minas Geraes*, 17 e 18/02/1930, p. 3). Talvez pelas duras críticas que seus versos receberam ou por ver nas crônicas jornalísticas a possibilidade de um maior prestígio que tenha desistido de escrever suas poesias.

Em 1909, lançou um novo livro pela Tipografia do Brasil. Com o título *Borboletas Negras*, reunia dessa vez as crônicas diárias publicadas na coluna “O Dia” no *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora. Um único exemplar desse livro foi localizado no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, envolto em uma capa de papel que não parece ser a original, com uma tira colada apresentando o título da obra na frente e outra com o nome do autor na lombada, tem as folhas já bastante amareladas e algumas até rasgadas. As 221 páginas contam com 69 crônicas sobre assuntos diversos, desde política a literatura.

Em uma nota final nessa obra, Lins afirma que suas crônicas têm sido publicadas em diversos jornais do Rio de Janeiro e outros estados sem que lhe seja dado o crédito devido. A insatisfação apresentada demonstra uma provável intenção com a publicação daquelas crônicas que anteriormente já havia circulado em outro suporte e que Francisco Lins queria se fazer reconhecido como o autor de tais textos. Portanto, a publicação servia como uma estratégia para registrar sua propriedade intelectual de autor.

Nesse momento, Lins já demonstrava ser um jornalista e literato reconhecido em Minas Gerais, como podemos comprovar pela sua participação na fundação da Academia Mineira de Letras naquele ano e recepção dessa nova obra:

De Minas Geraes nos veiu o preciosissimo presente das – *Borboletas Negras* – de Francisco Lins, um dos mais distintos literatos daquele Estado, jornalista completo,

³² Francisco Valladares foi redator-chefe do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora e amigo de Lins conforme sua carta enviada da Europa e publicada na folha em 1912 (*Jornal do Comércio*, 24/05/1912).

³³ José Pedro Xavier da Veiga nasceu em Campanha da Princesa (MG), em 1846, e faleceu em Ouro Preto (MG), em 1900. Enquanto primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (APM), foi o responsável por reunir um grande número de importantes documentos para a história de Minas Gerais. Eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1897. Escreveu livros sobre a história do Estado e lançou a Revista do APM. (IHGB - <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jpxdaveiga.html>)

redator do “*Jornal do Commercio*” de Juiz de Fora (*Brasil Moderno*, 1909, ano V, n. XXI, p. 28, grifo nosso).

Seus textos em *Borboletas Negras* são precedidos por uma pequena nota de Affonso Celso ao *Jornal do Brasil* e por uma apresentação da obra feita pelo próprio Lins. No trecho de Affonso Celso são tecidos elogios ao autor, entre as quais cabe o destaque a sua afirmação de que, se tivesse o *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora circulação em todo o país, “a Francisco Lins aureolaria nomeada nacional”.³⁴

Outros jornais que anunciaram a publicação apresentam Lins da mesma maneira, como um literato respeitado, mas sem projeção nacional.

É um interessante volume, em que o estimado jornalista de Juiz de Fora enfeixou um bom numero de chronicas, publicadas anteriormente no *Jornal* daquela cidade. [...] todos os traços, emfim, de um jornalista de merito, que se lê com prazer e com muita sympathia. Francisco Lins é, por tudo isso, um dos mais conhecidos e festejados periodistas da terra mineira (*Correio da Manhã*, 13/09/1909, p. 1, grifo nosso).

No ano seguinte, o autor voltou a reunir em livro algumas das suas crônicas do mesmo modo anteriormente publicadas em sua coluna no *Jornal do Comércio*, todavia agora possuía um objetivo político. O livro publicado pela Tipografia do Diário de Minas, em Belo Horizonte, sob o título *Uma Campanha pró Hermes-Venceslau*, reunia crônicas que escreveu na ocasião do lançamento das candidaturas de Hemes da Fonseca e Ruy Barbosa para disputarem a presidência da República. A impressão e distribuição gratuita do impresso ficou a cargo do governo mineiro, com uma tiragem de cinco mil exemplares, como nos informam denúncias por telegrama publicadas na imprensa (*O Pharol*, 05/02/1910, p. 2).

A campanha presidencial de 1910 é considerada pela historiografia como a primeira disputa eleitoral efetiva no Brasil republicano, tendo em vista a monopolização do poder pela aliança entre São Paulo e Minas Gerais durante a Primeira República (FAUSTO, 2002). Conforme Viscardi (2012), embora os historiadores diverjam sobre alguns aspectos quanto à aceitação dessa aliança, é consenso que ela garantiu a estabilidade do regime, porém união entre os dois maiores estados da Federação não se deu de modo preferencial, permanente e sem conflitos. A sucessão de Afonso Pena separou os mineiros e paulistas no lançamento das candidaturas de 1910. O marechal Hermes da Fonseca recebeu o apoio do Rio Grande do Sul, Minas e dos militares e, em oposição, São Paulo e Bahia lançaram a de Rui Barbosa.

A “Campanha Civilista” de Rui Barbosa fazia referência à opção civil de oposição a candidatura militar de Hermes da Fonseca. A disputa entre essas duas personalidades políticas

³⁴ Consta no prefácio do livro *Borboletas Negras*.

inaugurou um novo estilo de campanha. Os civilistas organizaram caravanas nas quais percorreram o país, realizaram comícios e mobilizações públicas. A imprensa também foi fortemente mobilizada na disputa, ao publicar os ataques mútuos entre correligionários de cada candidato. Em maio de 1910, as urnas deram a vitória ao Marechal Hermes da Fonseca.

Um exemplar do livro de Francisco Lins encontra-se, atualmente, disponível na Fundação Casa de Ruy Barbosa (RJ), em bom estado de conservação, e o qual me permitiram digitalizar por completo. Ao longo das 135 páginas que compõem esse trabalho de Lins, o autor faz fortes críticas a Rui Barbosa e parte em defesa da candidatura de Hermes da Fonseca. Seu envolvimento nessa campanha rendeu uma séria oposição nos jornais e, muito provavelmente, para que naquele mesmo ano fosse escolhido para organizar e dirigir a representação mineira na Exposição Internacional de Turim (1911) que o levaria a embarcar rumo ao continente europeu no ano seguinte.

Não há informações de que Francisco Lins tenha publicado outra obra, embora tenha afirmado em carta a Francisco Valadares, que durante o período em que viveu na Europa, escrevia um livro sobre a Suíça (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1). Seu desejo de publicar sobre a Suíça não se concretizou, provavelmente o que escreveu foram as anotações que o autor afirma terem dado origem a artigos publicados no jornal *O Paiz* em 1924 e que trato no último capítulo.

1.3 Estratégias e sociabilidade intelectuais

Como disse a pouco, Francisco Lins esteve fortemente engajado na campanha presidencial de 1910, em apoio ao candidato Hermes da Fonseca. O envolvimento de Lins na política não se restringiu, contudo, a esse único episódio e não se trata também de uma particularidade do intelectual. Conforme Kappel (2019), alguns literatos atuantes na imprensa juiz-forana se envolveram em debates políticos e, mesmo os que não se envolviam diretamente, circulavam entre os políticos, participando frequentemente de eventos (KAPPEL, 2019, p. 119).

Uma evidência desse envolvimento político pode ser identificada na nomeação de Lins como correspondente do Arquivo Público Mineiro (APM) durante os primeiros anos da Instituição. José Pedro Xavier da Veiga, como primeiro diretor do APM, em 1885, assumiu a tarefa de construir e organizar a memória mineira. Ao assumir o cargo, criou uma lista de 114 correspondentes, todos homens de destaque no cenário político mineiro e nacional, nomeados oficialmente pelo governador do Estado e que tinham por missão o envio de

documentos históricos importantes sobre Minas Gerais. O nome de Lins consta na lista dos correspondentes do Arquivo Público ao lado de outros de destaque na política³⁵. Segundo Marisa Ribeiro Silva (2007) todos os correspondentes do APM teriam sido escolhidos entre a elite política e intelectual do período.

No decreto que promulgou o regulamento da Instituição³⁶ estava previsto que o diretor do Arquivo poderia dar publicidade às contribuições feitas por seus correspondentes ou a qualquer um que colaborasse com documentos para a Instituição. Essa publicidade dar-se-ia por meio da publicação em folha oficial do Estado ou até mesmo conferindo um diploma de *Benemérito do Arquivo Público Mineiro* aos que se distinguissem nos serviços. Todavia, entre 1885 e 1900, tempo em que Xavier da Veiga esteve à frente da direção do Arquivo, não há registros de contribuições por parte de seus correspondentes (SILVA, M. R., 2007, p. 78). Desse modo, Marisa Ribeiro Silva (2007) compreende a escolha de nomes de destaque político como estratégia para a consolidação da Instituição. A atividade de correspondente servia na realidade apenas aos propósitos de estabelecer relações políticas e de poder como tática de fortalecimento do APM em seu momento inicial (SILVA, M. R., 2007):

Tratava-se, portanto, de uma estratégia de fortalecimento do APM enquanto instituição. Além disso, essas relações políticas eram de mão dupla, ou seja, os interesses não circulavam apenas em torno de Veiga, mas implicavam também aqueles que enviavam os documentos. Quando incluiu na lista dos correspondentes nomeados o próprio governador do Estado, o vice-governador, senadores, ministros e pessoas de alta importância no meio político da época, a última coisa que Xavier da Veiga esperava deles era sua dedicação na busca de documentos antigos e sua remessa à Instituição. Era esse, contudo, um meio de afirmar-se politicamente (SILVA, M. R., 2007, p. 83).

Tendo em vista a verdadeira intenção desse cargo na consolidação do Arquivo Público durante a direção de Xavier da Veiga, a lista de correspondentes revela uma estrutura de sociabilidade a que Francisco Lins pertencia. Diante da responsabilidade conferida e de seu nome estar entre homens de destaque na vida política, torna-se evidente também seu prestígio no cenário político e intelectual e sua inserção em uma rede de relações importante, o que lhe conferia poder e visibilidade no período.

³⁵ Entre os nomes políticos de destaque nomeados correspondentes estavam “o então presidente de Minas Gerais, Chrispim Jacques Bias Fortes (1894-1898); o vice-presidente, João Nepomuceno Kubitschek (1894-1898); o futuro presidente do Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902); o também vice-presidente de Minas logo após a proclamação da República, Fernando Leite Pereira, depois presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais, e que no, plano federal, foi braço direito do marechal Floriano Peixoto, tendo exercido os cargos de senador por Minas Gerais, ministro das Relações Exteriores (1891-1892), ministro do Interior, ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, ministro da Justiça e Negócios Interiores e vice-presidente do Banco do Brasil; João Pinheiro da Silva, nomeado governador de Minas em 1890 e eleito presidente do Estado entre 1906 e 1910; o senador federal e também futuro presidente do Estado Júlio Bueno Brandão.” (SILVA, M. R., 2007, p. 78).

³⁶ Decreto 860 de 19 de setembro de 1895, que promulga o regulamento do Arquivo Público Mineiro.

Os posicionamentos políticos de Francisco Lins também são evidenciados em outras ocasiões. Após a Proclamação da República, Lins colocou-se contra os movimentos que surgiam em todo o país desejando o retorno à Monarquia, em sua coluna “Cartas da Roça” expressou (*O Pharol*, 04/04/1893):

Desde que se proclamou a Republica, temos nós caminhado tranquilamente, de cabeça erguida, desassombrados, enquanto quase todos os nossos irmãos do sul e do norte, victimas de uma terrososa e condemnavel *revolucionamania* aniquilam-se em luctas estereis, cavando o descredito, a ruina do paiz (*O Pharol*, 04/04/1893, p. 1).

Nesse mesmo artigo, Lins elogia o posicionamento do então Presidente do Estado de Minas Gerais Afonso Penna diante das disputas políticas. Em 19 de dezembro de 1893³⁷, em carta a Afonso Pena³⁸, parabeniza-o pelo Manifesto aos Mineiros³⁹. Além de tecer elogios ao texto, afirma seu desejo em sempre ter cabeças como a dele a frente do governo mineiro.

Francisco Lins escreveu, enquanto viajava ao Rio de Janeiro, uma série de crônicas em forma de cartas endereçadas ao jornal *O Pharol* em abril de 1892, publicadas com o título “O correr da Penna”. Na primeira delas, expressava sua grande admiração pelo Marechal Deodoro da Fonseca, narrando a visita que fez à casa dele no momento em que se encontrava enfermo. Esse e outros textos que Lins publicou na imprensa mostram que o intelectual esteve sempre envolvido nas questões políticas, manifestando seus posicionamentos.

Lins conhecia o poder de influência que seus textos poderiam exercer sobre os leitores e, por isso, suas manifestações políticas não eram sem propósito. Tanto que, prestes a embarcar em sua segunda viagem à Europa em 1930, não deixou de registrar em carta ao jornal *Minas Geraes* o que observava no Rio de Janeiro naquele momento de efervescência política que culminaria na Revolução de 1930. Na crônica publicada com o título “A Aliança Liberal no Rio”, Lins afirma que a vitória da Aliança Liberal é certa no Rio e que parece que o mesmo acontecerá no Brasil todo (A ALIANÇA..., *Minas Geraes*, 16/01/1930, p. 8). Mais adiante, no capítulo três, quando trato de seus artigos publicados no jornal *O Paiz*, em 1924, evidencio seu posicionamento favorável ao governo autoritário de Arthur Bernardes.

³⁷ Carta de Francisco Lins a Afonso Pena, em 19 de dezembro de 1893. Arquivo Nacional - SIAN (Arquivo Afonso Pena).

³⁸ Afonso Augusto Moreira Penna foi Presidente do Estado de Minas Gerais, entre 1892 e 1894. Membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), eleito Presidente da República Brasileira, em 1903, não cumpriu seu mandato até o fim devido a sua morte em 1909.

³⁹ O *Manifesto aos Mineiros* é uma resposta de Afonso Penna diante da Revolta da Armada de 1893. José Anchieta da Silva (2012, p. 182-183) aponta como um dos mais expressivos relatos de coerência política, tendo em vista que Afonso Pena havia sido Conselheiro do Império e contra a Proclamação da República, em 1889, mas diante dos riscos que sofriam as novas instituições republicanas, se posicionava contrário o retorno a Monarquia.

Além do político, os diversos outros espaços de atuação de Francisco Lins conferiram-lhe uma extensa rede de sociabilidade. Conforme Sirinelli (2003, p. 249) os grupos de intelectuais se organizam em estruturas de sociabilidade que necessitam ser investigadas:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Contudo, a falta de arquivos pessoais desse intelectual que forneçam indícios sobre suas relações particulares impossibilita acessar aspectos de sua vida íntima. De todo modo, mesmo que parcialmente, essas estruturas podem ser compreendidas em sua vida pública a partir das relações publicizadas. Nesse sentido, os periódicos do período são fundamentais na identificação das estruturas em que esteve envolvido. Notas da imprensa informam que Lins enviava suas obras recém-lançadas à imprensa e a outros intelectuais. Mesmo as que apenas se limitavam a agradecer o recebimento de um exemplar, por si, remetem às pessoas e aos espaços – no caso dos jornais - com quem ele fazia troca intelectual e prática de intercâmbio de ideias. As obras do intelectual também nos apontam elementos nesse mesmo sentido. A escrita dos prefácios, por exemplo, indica a quem o autor confiava a leitura de seu texto antes mesmo da publicação.

Desse modo, apesar de não ter acesso aos documentos pessoais, como Venancio (2001) com as cartas agradecendo livros de autoria e enviados de presente por Oliveira Vianna, evidencia-se a organização de uma *comunidade de leitores*, pois:

Era através de suas próprias leituras e do estabelecimento de uma rede de leitores, em que se davam as trocas de livros e as informações e comentários sobre novos títulos, que se concretizava a '*inspiração*' para o desenvolvimento de seu trabalho intelectual (VENANCIO, 2001, p. 33).

Da mesma forma que enviava seus livros, Lins também recebia os de outros intelectuais. Em abril de 1893, na coluna "Cartas da Roça"⁴⁰, Lins afirma ter recebido de Heitor Guimarães um exemplar de seu livro de contos *Multicores* e uma coleção da revista literária *Folha Azul*, que dirigia no Rio de Janeiro (*O Pharol*, 04/04/1893, p. 1). Ao longo de todo o texto, Francisco Lins tece muitos elogios a Heitor Guimarães e às obras a ele enviadas.

Os elogios e até mesmo as mais duras críticas recebidas e emitidas na imprensa permitem apreender um pouco mais sobre as redes de sociabilidade do intelectual. Da mesma maneira que os elogios são capazes de mostrar laços de amizade que ultrapassavam muitas

⁴⁰ Coluna em que foram publicadas suas cartas aos leitores do jornal *O Pharol*. De setembro de 1891 a abril de 1893, Lins escreveu de Piranga e do Espírito Santo.

vezes o âmbito profissional, as críticas indicavam relações divergentes que interferiram na trajetória dos intelectuais. Sirinelli (2003), ao tratar as redes de sociabilidade dos intelectuais, considera que, assim como a atração e a amizade, “a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenharam igualmente um papel às vezes decisivo.” (SIRINELLI, 2003, p. 250).

Essas relações de oposição muitas vezes terminavam em trocas de insultos na imprensa, o que Braga-Pinto (2018) relaciona com fruto das transformações que a sociedade brasileira enfrentou a partir da década de 1870. Isso porque, com o declínio da escravidão e o enfraquecimento do apoio ao regime monárquico, as camadas médias da sociedade passaram a competir por novas formas de distinção social, já não mais pautadas na procedência social anterior em que excluía boa parte da população em que uma desigualdade baseada na raça era naturalizada outras reivindicações de distinção (propriedade, parentesco, linhagem, títulos, educação, abstinência do trabalho manual). Com isso, a honra e a reputação dos indivíduos e do grupo passaram a ser mais valorizadas e deveriam ser constantemente reiteradas “não somente por meio de elogios, premiações, cooperação ou rituais de aceitação e inclusão, mas também por meio de insultos, execrações, competições, rivalidades e ostracionismo” (BRAGA-PINTO, 2018, p. 79).

Desse modo, seja por elogios ou por insultos entre os letrados, essas relações garantiam a identidade do grupo, o que fortaleceu fronteiras e uma unidade letrada (BRAGA-PINTO, 2018):

Se, por um lado, a dinâmica do elogio mútuo e da bajulação garantia a afirmação das identidades no interior do grupo, o exercício das detrações e das difamações serviria para delinear as fronteiras desse mesmo grupo (BRAGA-PINTO, 2018, p. 79).

[...] O desejo de associação mostra como as rivalidades, as divergências, as polêmicas e mesmo os insultos na imprensa do final do século XIX tinham o efeito, se não a intenção, não somente de excluir os não eleitos, mas sobretudo de fortalecer as fronteiras e a unidade da classe letrada. Tal rede de intrigas e rivalidades – a dialética das discórdias e das concórdias –, característica da lógica do grupo (ou confraria, como costumavam chamá-los) e indispensável a sua coesão[...] (BRAGA-PINTO, 2018, p. 101-102)

A extensa rede de sociabilidade de Francisco Lins concedeu-lhe vantagens como na promoção de suas obras, conforme Kappel (2019) afirma ao tratar das sociabilidades dos jornalistas contemporâneos de Juiz de Fora:

Desse modo, envolvidos em um projeto de cidade moderna e também em busca de projeção, os intelectuais mediadores usaram a influência e a amizade para promoverem seus trabalhos, publicarem suas obras, enfim, tentarem angariar um público leitor, mesmo que para isso fosse necessário fazer a propaganda do trabalho do amigo que trabalhava na folha concorrente (KAPPEL, 2019, p. 122).

Ao participar da criação da Academia Mineira de Letras (AML), em Juiz de Fora, Lins e os outros acadêmicos envolvidos no projeto estabeleceram um espaço de sociabilidade fundamental para sua projeção nas letras. Venancio (2001), em diálogo com Chartier (1996), afirma que a participação dos intelectuais nas sociedades de letras seria fundamental para sua caracterização enquanto tal:

[...] não é somente a condição de leitor e escritor que caracteriza a identidade do intelectual. Ela é também marcada pela participação desse indivíduo nas pequenas sociedades onde os eruditos se encontram, discutem e mantêm trocas culturais. Não é a qualidade de letrado que estabelece as estratégias de sociabilidade de um intelectual, mas, ao contrário, é exatamente a participação na sociedade dos homens de letras que define a condição de letrado (CHARTIER, 1996, p. 172 *Apud* VENANCIO, 2001, p. 29).

A fundação de uma instituição literária no Estado era defendida como uma forma de reunir os escritores mineiros, um modo de preservar e difundir o ofício. Isso se fazia necessário no cenário literário do início do século XX, no qual se vivenciava uma expansão da literatura e, ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais difícil publicar trabalhos (KAPPEL, 2019, p. 167). As editoras preferiam publicar livros estrangeiros, por terem vendas garantidas sem que fosse necessário pagar direitos autorais. Além disso, as principais editoras do país concentravam-se na cidade do Rio de Janeiro, em torno da Rua do Ouvidor. Nesse sentido, os escritores mineiros sabiam que não bastavam serem bons, encontrariam dificuldades em projetarem-se. Assim, a solução encontrada seria a criação de uma agremiação no Estado.

A intelectualidade mineira almejava também legitimidade e reconhecimento. Conforme Al Far (2000 *apud* KAPPEL, 2019, p. 170), ao fundarem a Academia Brasileira de Letras (ABL), mais do que trabalhar pela unidade da língua e pelo culto à história literária do país, objetivo que seguia o modelo adotado pela Academia Francesa que servia de inspiração, os literatos brasileiros na verdade usufruíam institucionalmente do simbolismo da imortalidade e tradição literária para conferir reconhecimento social e legitimidade aos seus integrantes.

Segundo Kappel (2019, p. 171), uma possível razão para o interesse dos literatos mineiros residia no fato de que grande parte deles atuavam na imprensa e desejavam “estabelecer um novo padrão de sociabilidades literárias” (AL FAR, 2000 *apud* KAPPEL, 2019, p. 171) que gerasse reconhecimento social e identidade.

Até a criação da Academia Mineira de Letras muitas polêmicas foram travadas, tendo havido duas tentativas sem sucesso de fundar-se uma academia literária em Minas Gerais. As dificuldades de se levar a frente tal projeto residia na rivalidade entre a intelectualidade das

idades de Juiz de Fora, Ouro Preto e Belo Horizonte, conforme aponta Kappel (2019, p. 169). Transpostas as discussões iniciais em torno do projeto, em 25 de dezembro de 1909, na sala de sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, fundou-se a AML⁴¹. Essa foi solenemente instalada⁴² em 13 de maio do ano seguinte, no Teatro Municipal de Juiz de Fora. A sede em Juiz de Fora consolidava o prestígio de cidade mais culta e civilizada que gozava, todavia, a Instituição passou por diversas dificuldades financeiras após a sua fundação até ser transferida para Belo Horizonte, em 1914 (OLIVEIRA, P., 1953, p. 195-197).

Francisco Lins como membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº. 19, cujo patrono era o Padre Corrêa de Almeida. Todavia, ao consultar as documentações da AML, percebe-se que Lins frequentou algumas poucas sessões da Instituição. Nos Livros de Atas da AML, noto que a participação de Lins restringiu-se a nove sessões, entre os anos de 1921 e 1925. Em carta à Abílio Barreto⁴³, Secretário Geral da AML, justifica a ausência em uma das reuniões de 1927. Possivelmente, sua baixa participação na AML seja a causa da falta de informações sobre o intelectual na Instituição.

Apesar disso, sua inserção nesse grupo de intelectuais é um elemento muito significativo, pois muitos dos membros da Instituição pertenciam à estrutura de sociabilidade de Lins, como Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevão de Oliveira, Heitor Guimarães, José Rangel e Lindolpho Gomes⁴⁴, dentre outros semelhantes que compartilhavam com ele os mesmos espaços de sociabilidade nos jornais e no campo da educação.

1.4 Por trás do esquecimento

Ademais, sua relação com a AML prestou favor também na constituição e manutenção da memória do imortal, tendo em vista que os discursos e biografias póstumos são maneiras

⁴¹ Na ocasião da sessão de fundação, contava entre seus membros: Francisco Lins, Eduardo de Menezes, Machado Sobrinho, Heitor Guimarães, Brant Horta, Amanajós de Araújo, José Rangel, Lindolpho Gomes, Belmiro Braga, Albino Esteves, Luiz de Oliveira e Dilermando Cruz. Esses membros fundadores elegeram mais 18 acadêmicos para completar as 30 cadeiras que ocuparam a AML, foram eleitos: Estevam de Oliveira, Bento Ernesto Júnior, Mário de Lima, Franklin de Magalhães, Mendes de Oliveira, Aldo Delphino, Diogo de Vasconcellos, Francisco Mendes Pimentel, Nelson de Senna, Alphonsus de Guimaraens, Joaquim da Costa Senna, Arduino Bolívar, Carlindo Lellis, Carlos Góes, Mário de Magalhães, José Paixão, Augusto Massena e João Lúcio.

⁴² Na solenidade de instalação, foram eleitos novos sócios: Álvaro da Silveira, Avelino Foscolo, Carmo Gama, Dom Joaquim Silvério de Souza, Olympio de Araújo, Pinto de Moura, José Eduardo da Fonseca, Gustavo Penna, Aurélio Pires e Carvalho Britto. As cadeiras que compõe a Instituição, em seu primeiro ano, ainda foram completadas com a eleição de Navantino Santos, Plínio Motta, Paulo Brandão e Gilberto de Alencar.

⁴³ Carta escrita por Francisco Lins de Belo Horizonte, em 22 de outubro de 1927. Arquivos da Academia Mineira de Letras.

⁴⁴ Os seis acadêmicos destacados residiram em Juiz de Fora, foram jornalistas, membros da AML e ocuparam cargos públicos na educação, assim como Francisco Lins. Eles são tratados na Tese de Doutorado *Literatos, Jornalistas e Inspectores de ensino: Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)*, de Marília Neto Kappel (2019).

de manter vivas as memórias do indivíduo e de constituírem o sujeito no campo da memória coletiva (ABREU, 1996, p. 67). Embora a AML pareça ter sido a grande responsável pelas tentativas de manutenção da memória do acadêmico após sua morte em 1933, não foi suficiente, de modo que o literato caiu no esquecimento.

Imagem 5 - Francisco Lins



Fonte: FREIRE, Laudelino (org.). Livro de Sonetos – desenho dos sonetos. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia Editores, 1919.

Na ocasião da sua morte, em abril de 1933, o jornal *Minas Geraes* publicou “LUTO – FRANCISCO LINS - Manifestações de pesar da Academia Mineira de Letras”. Nessa nota, apresenta a atuação como redator-chefe no *Jornal do Comércio* na campanha presidencial de 1910 e como colaborador de outros jornais de Juiz de Fora. Exaltam sua trajetória afirmando o “espírito brilhante e combativo, ele se destacou como jornalista de rara obra, pugnando sempre pelas melhores causas” (LUTO..., *Minas Geraes*, 22/04/1933, p. 5). Afirma ainda ter feito carreira nas letras, publicando obras e como um dos fundadores da AML, e no magistério, com destaque para as duas viagens comissionadas pelo governo para estudar os problemas do ensino e seu cargo de professor catedrático na Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

No ano seguinte, ao assumir a cadeira n.º 19, que era de Francisco Lins, coube a Mario Mendes Campos⁴⁵ a elaboração de um discurso de posse na Academia Mineira de Letras, no qual deveria enaltecer seu antecessor. Tal prática era semelhante a desenvolvida na Academia

⁴⁵ Publicado na *Revista da Academia Mineira de Letras* (1934), vol. XV, p. 77-97.

Brasileira de Letras (ABL). Segundo Shayenne Schneider Silva (2017), sempre que um novo membro era eleito ou convidado para integrar a ABL, dois discursos ritualísticos eram promovidos: o discurso de recepção, por um dos acadêmicos para receber o novo, e o discurso de posse, feito pelo membro ingressante. No discurso ritualístico de posse, o novo acadêmico deveria “elencar as qualidades, enaltecendo o acadêmico do qual se tornara sucessor” (SILVA, S., 2017, p. 24).

Os discursos pronunciados na sessão de posse de Mario Mendes Campos foram publicados na Revista da AML. Agripa Vasconcelos fez o discurso de recepção a Mario Mendes Campos, nesse se referiu a Lins como alguém que foi “desde a mocidade um espadachim frustrado em homem das letras” (*Revista da AML*, 1934, p. 57). Já no discurso de posse, que cabia ao sucessor Mario Mendes Campos, são destacados aspectos da vida de Lins enquanto poeta e professor.

Quanto à atuação na educação, Campos busca construir uma memória de Francisco Lins na qual o magistério seria uma vocação natural “trazendo desde o berço o pendor da sua vocação pedagógica, pois seus pais foram igualmente professores” (*Revista da AML*, 1934, p. 78) e exalta sua atuação que, pois segundo ele: “ com optimismo e dedicação, identificou-se com a dignidade do papel social que lhe coube exercer, sempre fiel aos reclamos de sua vocação (*Revista da AML*, 1934, p. 97).

O sucessor da cadeira de n.º 19 da AML destaca as duas experiências de viagens de Francisco Lins à Europa e, com base em seus textos publicados nos jornais e em uma série de conferências que teria feito na Escola Normal, apresenta ideias do educador como “a necessidade de um ensino em que se satisfaçam as complexas necessidades do corpo e da alma, assinalando o dever que compete aos mestres da juventude de trabalharem porfiadamente pela formação do carácter da mocidade brasileira” (*Revista da AML*, 1934, p. 89). A partir de uma crônica de Lins no jornal *Minas Geraes*, em 1930, aponta a admiração e o entusiasmo do educador mineiro quando anuncia a viagem de Ferrière ao Brasil e considera a influência dos antigos mestres do IJJR sobre seu antecessor na AML:

Espirito predestinado de educador, alma permeável aos mais nobres exercícios da bondade activa, a figura do professor de Genebra, apparece-nos aureolada de virtudes exemplares entre as quaes se realçava o seu grande amor de apóstolo sinceramente inflammado pela nobre causa do aperfeiçoamento espiritual do homem.

Em Adolphe Ferrière a vocação educacional tornou-se um destino messiânico, consciente de que entre as desvairadas crises em que se debate a humanidade sómente a educação da juventude faria o milagre de restituir ao homem transviado e angustiado as suas perdidas reservas de idealismo constructivo [...]

Em Francisco Lins, essa emoção viva e indissimulavel embebe de alta espiritualidade os annos de convivencia com grandes mestres que cooperaram para o

aperfeiçoamento do seu espirito nos centros europeus de cultura (*Revista da AML*, 1934, p. 90-91).

Mario Mendes Campos afirma que ao ingressar no IJRR, Lins teria se entusiasmado com as novas correntes pedagógicas e conheceu de perto mestres suíços cujo método teriam lhe impressionado profundamente. Frequentando os cursos da instituição suíça, pode acompanhar o desenvolvimento do campo da psicologia experimental e “nessa atmosfera salutar de trabalho activo e de severo pragmatismo educacional que o escritor mineiro pode enriquecer o patrimônio intelectual do seu espirito, fascinado pelo problema da pedagogia, concebida como sciencia e sacerdócio” (*Revista da AML*, 1934, p. 92). Termina o discurso destacando o importante papel desempenhado por Francisco Lins na divulgação das ideias da Escola Nova no Brasil:

E’ realmente admiravel a comprehensão critica que o educador mineiro já revelava naquela época, com uma clara e nítida visão das direções da nova pedagogia, de que elle foi, sem duvida, um dos mais activos defensores entre nós. Com a sua poderosa capacidade de objetivação, que lhe vinha certamente do longo exercicio didactico, foi, através de firme e infatigavel trabalho de propaganda pela imprensa, um diligente sementeiro das novas idéas que operaram transmutação dos valores pedagogicos e rasgaram novas e surprehendedentes perspectivas ao desenvolvimento da mentalidade infantil (*Revista da AML*, 1934, p.94)

Em outros momentos a memória do intelectual é evocada em relação com a AML, como em 1959, quando o *Minas Geraes* publica a galeria de patronos, fundadores e sucessores da cadeira n.º 19 da AML. Nesta, inicialmente, são apresentadas informações biográficas de Lins, como sua atuação nas diversas esferas que esteve envolvido. Em seguida, passam a exaltar a figura do intelectual afirmando o grande papel que exerceu na educação introduzindo as ideias que conheceu no IJRR:

O poeta é superior ao prosador e o educador foi em verdade magnifico. Estudioso dos problemas do ensino, acumulou vasta experiencia discipulo fôra de Adolphe Ferrière, a quem dedicou páginas de enternecido apreço. Ao que tudo indica, cabe-lhe a glória de introdutor no Brasil, as ideias de Claparede e Bouvet, no tocante a educação da infância (*ACADEMIA... Minas Geraes*, 20/08/1959, p. 20).

Também destaca aspectos da personalidade de Francisco Lins, com base no testemunho do escritor mineiro Agripa Vasconcelos⁴⁶, e que teriam o consagrado nas letras:

Espírito sutil, dotado de estranha e envolvente simpatia, além do apuro das atitudes, tinha o requinte da elegância e do bom gosto, seja nos trajos, seja nas questões intrincadas do ensino. Não raro, provocava espanto a maneira algo excêntrica ou pelo menos bizarra com que se apresentava em público. Inteligentíssimo, vivaz, adquirira o hábito de se expressar em francês, idioma que dominou, não apenas

⁴⁶ O acadêmico foi contemporâneo de Lins na AML. Fez o discurso de recepção de Mario Mendes Campos, nesse se referiu a Lins como alguém que foi “desde a mocidade um espadachim frustrado em homem das letras” (*Revista da AML*, 1934, p. 57)

pelos estudos, senão também pelas prolongada experiência que adquirira em seu estágio em Paris. Algo extravagante, senão imodesto, com a sua “bela cabeça leonina”, segundo testemunho de Agripa Vasconcelos, não deixara o culto das letras. Daí o prestígio que gozou nos meios intelectuais de Minas. Foi um dos valores que mais influencia exerceram na fundação da Academia Mineira de Letras (*Minas Geraes*, 20/08/1959, p. 20).

Como se pode notar no trecho acima, a memória que a AML busca construir do acadêmico é de alguém incomum, pouco modesto, mas inteligente e elegante. Apesar de enaltecer a figura do intelectual, após a sua morte, afirmando sua importância na educação e influência na fundação da instituição, não foi suficiente para a constituição e manutenção da memória de Francisco Lins.

Em contato com a Academia Mineira de Letras, que tive oportunidade de visitar pessoalmente em julho de 2018, fui informada sobre a falta de documentação do intelectual na instituição. Até aquele momento, a AML não havia localizado a biblioteca do acadêmico e demonstraram desconhecimento sobre a localização do discurso de seu sucessor publicado na revista da academia. Possuíam apenas: dois livros, três poemas datilografados, além de um recorte de jornal sem referência que falava sobre o acadêmico.

A AML é uma instituição privada e conta atualmente com pouquíssimos recursos do governo, por conta disso passou por muitas dificuldades ao longo de sua existência. Acredito que as dificuldades para essa instituição literária se manter aberta⁴⁷ tenham contribuído para a ineficiência na composição de um acervo pessoal para Lins e, conseqüentemente, para a preservação de sua memória, pois conforme Santos (2017), “[...] a memória, seja ela transcrita ou não, para perenizar-se depende de quem lembra, como lembra e de como a lembrança impactou quem lembra [...]” (SANTOS, H., 2017, p. 34).

Outros sujeitos, que em vida tiveram maior projeção que Francisco Lins, como Ruy Barbosa, teriam passado pelo mesmo processo. Segundo Luciano Mendes de Faria Filho (2016), foi por conta do esquecimento e desconhecimento sobre Rui Barbosa que surgiu, no final da década de 1930, um esforço para a constituição de seu legado como um monumento da cultura brasileira. Essa se daria por meio da transformação da casa onde o intelectual morou – adquirida pelo governo após sua morte – em um lugar de memória e sociabilidade e pelo projeto-editorial de publicação das Obras Completas de Rui Barbosa na década de 1940. Esse empreendimento editorial desenvolvido pela Casa de Rui Barbosa, contando com a direção de Américo Jacobina Lacombe, Gustavo Capanema a frente do Ministério da

⁴⁷ As dificuldades a que me refiro puderam ser observadas quando visitei a sede da AML, em Belo Horizonte, em janeiro de 2019. Na ocasião, encontrava-se fechada para visitaçã, pois o acervo passava por um processo de organizaçã e tratamento técnico.

Educação e Saúde (MES), além de um grupo de outros intelectuais e políticos na produção e divulgação. Faria Filho (2016) afirma que esse projeto foi responsável por um “verdadeiro reviraval” de Rui Barbosa e que se tratou de um ato político cultural do Estado Novo:

Tal revigoração da presença de Rui Barbosa na cena política, cultural intelectual e editorial brasileira, seja pela transformação da casa onde morava a família Barbosa num monumento cultural brasileiro, seja pela publicação de um número significativo de biografias, seja ainda pela realização de palestras, conferências e da publicação de suas obras, se dava, também, no interior da política cultural do Estado Novo (FARIA FILHO, 2016, p. 369).

Por se tratar de um sujeito envolvido em projetos políticos, não desconsidero a hipótese de que seu esquecimento possa ter sido proposital. Talvez por conta das mudanças no cenário político após a Revolução de 1930. Contudo, não há indícios para sustentar tal ideia, pois depois de 1930 Lins desaparece da cena pública.

Seja qual for a razão, por conta do esquecimento que a história relegou a Francisco Lins, pouco se investigou a respeito desse sujeito e de sua importância na divulgação das ideias educativas que circulavam na Europa nas primeiras décadas do século XX. É esse um ponto em que se concentra a relevância dessa investigação, na qual busquei iniciar traçando a biografia do intelectual.

Sendo assim, busco retomar a memória desse intelectual, sem pretensões de encerrar por aqui as investigações sobre sua trajetória. Após apresentar sua formação, atuação, inserção em círculos intelectuais e suas relações pessoais e políticas, nos próximos capítulos, pretendo explorar os motivos, os percursos, a importância e os desdobramentos da viagem que levou esse intelectual à Europa a fim de estudar o que havia de mais novo em termos de métodos educativos. Desse modo, compreendo o significado dessa travessia em sua trajetória.

2 EM BUSCA DO *OUTRO*: A PRIMEIRA VIAGEM À EUROPA

Na minha opinião existem dois tipos de viajantes: os que viajam para partir e os que viajam para buscar.

Érico Veríssimo

Ao pensar sobre os tipos de viajantes que Érico Veríssimo se refere no trecho que trago por epígrafe, questiono-me em qual dos perfis classificaria Francisco Lins na ocasião em que embarcou no navio *Halle*, em maio de 1911. Apesar da impossibilidade de conhecer completamente esse sujeito, arrisco-me a afirmar que se enquadrasse mais entre os que viajavam para buscar. Esse pressuposto logicamente se assenta em compreensões particulares sobre “partir” e “buscar”, nas quais o primeiro termo me remete à ideia de fim, enquanto o segundo de continuidade, de descobertas, de encontros. Considerado isso, novas perguntas surgem, agora não mais sobre o sujeito apresentado no capítulo anterior, e sim sobre a viagem empreendida por ele à Europa, entre 1911 e 1917: o que buscava? Quais os trajetos percorridos? Que encontros e descobertas foram proporcionados?

Assim, neste capítulo pretendo explorar aspectos relativos às viagens a fim de compreender o contexto, as motivações, os destinos, as impressões e os desdobramentos dessa experiência particular do educador mineiro. Essas são questões fundamentais a serem consideradas nos estudos das viagens, pois conforme Mignot (2017):

Realizadas por diferentes sujeitos em tempos e espaços distintos, para destinos diversos, por razões específicas, os estudos lembram sempre que viagens não começam no dia da partida e não se encerram na hora da chegada. Daí a importância de interpretar os viajantes, os contextos, as motivações, as finalidades e as repercussões de cada travessia (MIGNOT, 2017, p. 267).

Desse modo, considero as produções desenvolvidas sobre as viagens enquanto estratégias de circulação de ideias, métodos e modelos pedagógicos. Para tal, recorro a uma diversidade de fontes como: jornais, relatórios das Secretarias de Agricultura e de Interior de Minas Gerais, correspondência enviada pelo intelectual, documentos e programas de ensino do Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR), entre outras.

2.1 Razões para buscar

Viajar ao Velho Mundo era um antigo sonho de Francisco Lins, talvez o maior deles, como afirma Waldemar Lins (1933): “eis o homem realizando seu maior sonho: fallar francez

na Europa!”. A grande oportunidade surgiu a convite da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, em 1910, a fim de organizar e dirigir a representação daquele estado na Exposição Internacional de Turim no ano seguinte. Sobre sua realização, o próprio Francisco Lins narrou muitos anos depois:

Ha uns trinta annos, na pequena cidade mineira a que me refiro no começo desta carta, meus olhos viam, de outro modo as coisas. Pelo facto de ter sempre sobre a mesa, como tenho até hoje, ora um hebdomadário, ora um quotidiano de Paris, pensava noite e dia nas maravilhas da prodigiosa metrópole, anhelando por admirá-las de perto [...] Ahi, um sonho. Mas, *lès présages, lès songes ne sont pás dês mensonges*, diz uma canção franceza. Nelles não raro, a verdade se occulta. O meu realizou-se quando effetuada a Exposição de Torino – Roma, de que muito se lembra ainda, fiz minha primeira viagem ao velho mundo [...] (DO SONHO..., *Minas Geraes*, 06/06/1930, p. 6).

As razões para a escolha do intelectual para integrar aquela comissão de viagem são desconhecidas. Contudo, considero que suas relações e sua atuação política, muito provavelmente, influenciaram nessa seleção. Isso porque a participação de Lins na campanha de Hermes da Fonseca à presidência da República, em 1910, concedeu-lhe certa projeção. *O Pharol* chegou a publicar uma nota do impresso *Diário de Minas* na qual o intelectual é exaltado por suas crônicas políticas durante a campanha de Hermes da Fonseca:

Indefeso batalhador das boas causas que interessam ao bem publico, Francisco Lins, na atual campanha das candidaturas presidenciais, attingiu ao mais alto grau, a que um jornalista póde aspirar, - a conquista de numerosas adhesões e da unanime admiração dos seus leitores, Francisco Lins, no brilhante “Jornal do Commercio”, folha que honra a culta cidade de Paraybunna, tem sido na verdade um invencível e heroico paladino, diante do qual os adversários correm acobardados e vencidos (*O Pharol*, 27/01/1910, p. 2).

Além da visibilidade que as crônicas e posterior publicação do livro *A Campanha pró-Hermes* (1910) proporcionaram-lhe, o engajamento político possivelmente também ampliou suas relações de afinidade dentro do Partido Republicano Mineiro (PRM). Após a vitória contra a campanha civilista de Rui Barbosa, a comissão pode ter sido uma espécie de recompensa ao autor.

Compreendidas como estratégias de conhecimento do mundo, a partir do século XIX, as viagens intensificaram-se como consequência das melhorias nas condições de deslocamento e redução de tempo dos trajetos, proporcionados pela construção de estradas e evolução do sistema de transportes. Viñao (2007) acrescenta às contribuições das Grandes Exposições Internacionais, o interesse de governos e de algumas instituições para o aumento no número de viajantes:

En la segunda metade del siglo XIX, las mayores facilidades del transporte por ferrocarril, el fenómeno de las exposiciones universales, el incipiente interés

gubernamental, y de unas pocas instituciones locales o provinciales, [...] explican la mayor afluencia de viajeros al exterior y preparan esa efervescente ebullición de viajes, traducciones, intercambios y interés por la educación en otros países [...] (VIÑAO, 2007, pp.34-35)⁴⁸.

Tornou-se recorrente a promoção de comissões de viagem, inclusive as de fins pedagógicos. Segundo Schuller e Gondra (2010), ainda durante o período do Império brasileiro, professores, diretores de instituições de ensino e inspetores de instrução pública integraram comissões de viagem ao estrangeiro, até mesmo na representação do país nas Exposições Universais. Porém foi, no início do século XX, em busca da promoção de mudanças na educação brasileira, que as viagens foram utilizadas como estratégias para conhecimento dos modelos estrangeiros tomados como parâmetro de modernidade (MIGNOT; GONDRA, 2007). Logo no início da República, algumas iniciativas legais no âmbito das políticas educacionais surgiram nesse sentido, como um Decreto de 1891 que estabelecia princípios gerais para a reforma da instrução primária e secundária no Distrito Federal no qual era prevista a realização de viagens pedagógicas (SCHULLER; GONDRA, 2010).

Diversos sujeitos usufruíram dessas comissões de viagem, embora com destinos diferentes, todos estavam comprometidos com o objetivo de busca pelo outro:

Os vapores e diligências conduziram educadores a destinos diversos, ainda que todos, de algum modo, estivessem comprometidos com o sonho de pensar sua experiência em contraste com o que se pode ver, ouvir, ler e sentir em contato com a experiência do *outro* (GONDRA, 2010, p. 16, grifos do autor).

Conforme Chamon e Faria Filho (2007), mais do que simples deslocamentos, as viagens permitem o conhecimento do outro, das diferenças, das alteridades. Em razão disso, os viajantes deixavam os lugares e pessoas a quem estavam habituados e partiam em busca de conhecer realidades diferentes da sua. Segundo Viñao (2007), “Todos los viajes educan, aunque sólo sea por abrir al viajero a una realidad diferente a la suya. Sólo que unos educan más que otros, o de forma diferente a otros”⁴⁹ (VIÑAO, 2007, p. 15). Ou seja, qualquer viagem ensina pela experiência de contato com a outra realidade.

E no caso das viagens pedagógicas, o sentido dessa busca está na promoção de debate, intercâmbio, formação e apropriação de novas ideias, objetos e métodos pedagógicos. Assim, os viajantes que eram em geral professores, estudantes, bolsistas, inspetores, autores,

⁴⁸ “Na segunda metade do século XIX, as maiores facilidades de transporte ferroviário, o fenômeno das Exposições Universais, o incipiente interesse governamental e de algumas instituições locais ou provinciais, [...] explicam o maior fluxo de viajantes ao exterior e preparam essa efervescência de viagens, traduções, intercâmbios e interesse pela educação em outros países [...]” (tradução livre).

⁴⁹ “Todas as viagens educam, nem que seja para abrir o viajante a uma realidade diferente da sua. Só que umas educam mais que outras, ou de forma diferente das outras” (tradução livre).

políticos, diretores de instituições de ensino, ao embarcarem rumo a outras terras, esperavam que o conhecimento dos modelos pedagógicos estrangeiros se revertesse em mudanças reais nas instituições educativas brasileiras.

É possível identificar tais expectativas quanto à viagem de Francisco Lins em uma notícia no *Jornal do Comércio*, em 1912, na qual o periódico anuncia aos seus leitores: “O nosso operoso compatriota está trabalhando como elle sabe trabalhar, com intelligencia e methodo, que nos auctorisa a affirmar com segurança que a sua viagem vai ser das mais uteis á causa do ensino em Minas” (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

Mas essas viagens também se revertiam em benefícios para esses sujeitos. Considerando que todas essas experiências resultam em aprendizado, compreende-se que nenhum viajante volta da mesma maneira que partiu. Ao retornar de uma viagem, o sujeito traz consigo muito além das bagagens, carrega o conhecimento de outras realidades, novas ideias, uma forma diferente de olhar o habitual. E como a historiografia produzida sobre as viagens pedagógicas tem demonstrado, essas travessias transformaram de algum modo a vida dos viajantes nela envolvidos e deixaram marcas em seu fazer educacional (CHAMON; FARIA FILHO, 2007). Possibilitaram o estudo em instituições de referência, legitimação no campo educacional, ampliação de contatos e de capital intelectual.

Silva e Mignot (2011), ao investigarem os relatórios de viagem dos sujeitos que integraram a primeira Comissão de Professores Primários à Europa, no início da República, exploram o significado da viagem para aqueles educadores. Segundo as autoras supracitadas, pertencer àquela comissão era motivo de orgulho para Luiz Augusto dos Reis, pois uma viagem para Europa seria uma experiência desafiadora para o professor primário, um potencial divisor de águas em sua trajetória profissional e pessoal, além da distinção que gerava entre os demais no campo educacional (SILVA; MIGNOT, 2011).

Conhecendo a importância dessa experiência para si mesmo, era esperado que Francisco Lins tivesse expectativas e propósitos, além da representação do Brasil na Exposição Internacional. Afinal, mesmo comissionada, as viagens são carregadas também de motivações pessoais. Alexandra Silva (2013), ao investigar a viagem de Rocha Pombo na qual, em 1917, percorreu os estados do norte do Brasil, identificou o interesse desse intelectual em legitimar-se e conhecer melhor o país:

Nesse sentido, os intelectuais preocupados com a educação no período analisado não apenas olhavam para o exterior à procura de modelos a serem adotados em território nacional. [...] Sujeitos como Rocha Pombo buscavam adentrar pelos ditos “confins” do país com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as gentes e as

histórias, no sentido de atravessar fronteiras, fortalecer laços, redes e alianças, demarcando espaços” (SILVA, A., 2013, p. 116).

Ao se tratar de um sujeito como Lins, que ainda jovem buscou aprender o francês e que tanto lia sobre o Velho Mundo, era natural que possuísse interesses particulares naquela experiência. Embora não seja possível precisar todas as suas motivações pessoais, certamente a viagem tomou rumos além do esperado e durou mais tempo do que se pensava de início, como tratarei mais adiante.

2.2 “Vitrines do progresso”: as Grandes Exposições Internacionais

A primeira missão de Francisco Lins em solo europeu era a representação do estado mineiro na Exposição Internacional de Turim. As Exposições Internacionais foram frequentes entre meados do século XIX e início do século XX. Diversos países organizaram-se em torno desses grandes eventos a fim de evidenciar as rápidas transformações políticas, econômicas e sociais e celebrar o progresso.

Sobre as Exposições Universais, Sanjad e Castro (2015) afirmam que eram “momentos de mobilização e celebração da indústria, do comércio, do desenvolvimento científico e tecnológico e da instrução pública” (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 820). Harvey (1996 *apud* SANJAD; CASTRO, 2015, p. 821) compreende essas como espelho e motor do processo em que se difundiam ideias de “modernidade” e “civilização”. Por sua vez, Kuhlmann Júnior (2001) afirma que foram experiências coletivas de grande impacto na vida das sociedades, e utiliza uma série de metáforas que outros estudos produziram para sintetizar o seu significado, como: templo, vitrine, teatro e, por fim, escola.

Assim ao ser enviado para um evento desse porte, além da realização do sonho de conhecer o Velho Mundo, Francisco Lins estava sendo agraciado com uma oportunidade de experimentar o que havia de mais moderno, segundo aquele ideário. A busca por conhecer as novidades e os avanços dos outros países expostos nesses eventos atraíam muitos viajantes, conforme Viñao (2007):

[...] el papel desempeñado por las exposiciones universales como escaparate o muestrario de lo más relevante de cada nación, como lugares de confrontación interaccional y adquisición de información sobre lo que estaba sucediendo en otros países y, en definitiva, como focos de atracción de viajeros deseosos de conocer las últimas novedades y los avances de otros países [...] ⁵⁰ (VIÑAO, 2007, p. 28).

⁵⁰ “[...] o papel desempenhado pelas Exposições Universais como vitrine ou mostruário do que havia de mais relevante em cada nação, como lugares de confronto internacional e aquisição de informação sobre o que estava acontecendo em outros países e, em definitivo, como focos de atração de viajantes desejosos de conhecer as últimas novidades e os avanços de outros países [...]” (tradução livre).

Os convidados dos países-sede compareciam a essas “vitrines do progresso universal”⁵¹ para exibir ao público visitante seus produtos e atributos de modernidade e serem reconhecidos como nações civilizadas. Para isso, utilizavam-se também de jornais, livros e folhetos e outros meios de propaganda “como uma forma de divulgação das matérias-primas, potencialidades naturais e da incipiente ‘indústria’ do país, para os investidores e mercados externos, e, também, para o imigrante estrangeiro” (SANTOS; COSTA, 2006, p. 348).

Desse processo de comparação de civilização e modernidade participavam tanto as potências industriais como as colônias ultramarinas. As nações participantes organizavam comissões que se encarregavam de selecionar e classificar as peculiaridades locais de modo que abrangessem o universo produtivo e a vida social. Os produtos eram avaliados por um corpo de jurados internacional visando premiar os expositores com medalhas e diplomas de honra.

Alguns aspectos educacionais presentes nesses eventos são identificados “nas intenções dos organizadores, que pretendiam obter resultados morais junto à população visitante, conciliando conflitos de classe, produzindo sentimentos de nacionalidade e cultuando o progresso” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 13). Ao pesquisar as dimensões educativas das Exposições Universais, Kuhlmann Júnior (2001) encontra nessas festas o que chama de “pedagogia do progresso” ou pedagogia das nações. Com a finalidade de promover uma educação normatizadora para as nações visitantes, as Grandes Exposições padronizavam o modo de se fazer parte do mundo civilizado, glorificando o progresso que era imposto aos que quisessem participar do “concerto das nações” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Nessa busca por conhecer o que era considerado mais moderno e avançado, esperavam encontrar modelos de inspiração para seus países. A educação e a escola não poderiam ficar de fora à medida que passaram a ser compreendidas como signo de civilização e progresso, sendo incorporada a esses eventos a partir da Exposição Internacional de Londres, em 1862. Conforme demonstra Kuhlmann Júnior (2001), naquele episódio o presidente da comissão brasileira Francisco Ignácio Carvalho Moreira, em seu relatório, considerava positivamente a novidade por acreditar que “refinaria os critérios para uma comparação entre nações presentes nos eventos, o que permitiria identificar melhor suas potencialidades e grau de civilização” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 24). Com o passar do tempo a educação adquiriu cada vez mais espaço nas mostras. A partir da exposição de Viena em 1873, todo um grupo foi reservado para a “Educação, ensino e instrução”.

⁵¹ Termo cunhado por Margarida de Souza Neves (1986, p. 42 *apud* KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 25) para se referir as Grandes Exposições Universais.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2001), nesses grandes eventos internacionais as experiências educacionais eram difundidas internacionalmente como modelos de organização para uma sociedade moderna. Os Museus Pedagógicos e Escolares, por exemplo, foram espaços de inspiração e os produtos neles expostos prometiam a modernidade ao público “formado por inspetores e autoridades do ensino que, vindos de diferentes partes do mundo, encontrariam novidades em termos de artefatos e métodos e os disseminariam com a compra ou adoção das ideias em seus lugares de origem” (SILVA e SOUZA, 2016, p. 267).

Desse modo, divulgavam-se e comercializavam-se as novidades pedagógicas. Métodos de ensino e materiais didáticos eram também comparados a fim de apontar a superioridade e a necessidade de uns em relação aos outros. O Brasil incorporou muitas novidades educacionais estrangeiras difundidas nessas exposições, como métodos, materiais, objetos e mobiliário escolar, assim como a importância que essas deram à educação (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

2.2.1 A Exposição Internacional de Turim (1911)

Antes de deter-me na viagem de Francisco Lins, pretendo discutir a importância da Exposição Internacional de Turim, a qual foi enviado como representante do Estado de Minas Gerais, em 1911. A escolha dos países para sediar esses grandes eventos era carregada de significado. No caso da Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho (*Esposizione Internazionale delle Industrie e del Lavoro*), mais conhecida como Exposição de Turim, era comemorativa do cinquentenário da proclamação do Reino da Itália. Esse seria celebrado em três exposições: Exposições em Roma (etnográfica e regional), em Florença (retratos italianos) e em Turim (progresso industrial e fabricação)⁵².

Sanjad e Castro (2015) destacam as excepcionalidades da exposição de Turim por ter sido a última grande mostra antes da Primeira Guerra Mundial e a única realizada na Itália, além da importância política, pois alguns acontecimentos já evidenciavam o acirramento dos conflitos europeus, essa também deva ser considerada pelo grande desenvolvimento tecnológico apresentado. Essa mostra ainda é pouco estudada, em comparação com outras, e os poucos trabalhos brasileiros a tratam superficialmente, conforme apontam Sanjad e Castro (2015) ao investigarem a participação do estado do Pará no evento de 1911.

⁵² Informações disponíveis no site do Museu de Turim: <http://www.museotorino.it/>

Imagem 6 - Capa do Guia Oficial da Exposição



Fonte: Museu de Turim

Para a Exposição de Turim, inaugurada em 29 de abril de 1911, foram destinados um espaço de 350.000 m² aos pavilhões, dos 1.200.000 m² disponíveis. Aberta ao público entre 30 de abril a 19 de novembro, contou com mais de sete milhões de visitantes. Dela participaram os seguintes países: Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colônias Francesas, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, França, Alemanha, Japão, Guatemala, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Marrocos, México Nicarágua, Holanda, Panamá, Pérsia, Peru, Portugal, Rússia, São Salvador, Sérvia, Síão, Estados Unidos, Suíça, Tunísia, Turquia, Hungria, Uruguai, Venezuela.

O Brasil adotava vários procedimentos a fim de organizar sua participação nesses eventos internacionais. O Estado sempre financiou as comissões organizadoras. Durante a exposição, as comissões ficavam responsáveis por construir o pavilhão, montarem a exposição e representarem o país. Porém antes da viagem tinham a tarefa de articular com os governos estaduais e municipais, as associações comerciais, agrícolas e expositores privados a fim de obter os melhores e mais variados produtos a serem expostos. Outra tarefa que cabia às comissões era organizar “um plano de propaganda prática do café no exterior, incluindo providências para facilitar a compra, a venda e o transporte do produto para mercados europeus” (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 833), aproveitando, assim, para estabelecerem relações comerciais.

A comissão executiva brasileira na Exposição de Turim era formada por: Pedro Manuel Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio; Antônio de Pádua Assis Rezende, Comissário Geral, que mais adiante foi substituído pelo diretor da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), Joaquim Cândido da Costa Sena; pelo Secretário Geral Mário Cardim; Francisco de Avelar Figueira de Mello, do Museu Comercial do Rio de Janeiro; além de vários outros comissários incorporados e os delegados dos estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Francisco Lins foi nomeado pelo governo de Minas Gerais para compor a Comissão Executiva Estadual na Exposição Internacional de Turim, em 28 de outubro de 1910 (*Jornal do Comércio*, 29/10/1910, p. 2). Desde então começaram seus trabalhos percorrendo diversos municípios a fim de recolher amostras de produtos a serem expostos. Os jornais acompanharam um pouco dessa atuação:

BELLO HORIZONTE, 13

O Sr. Francisco Lins, encarregado da representação do Estado de Minas, na Exposição de Turim e Roma, está percorrendo vários municípios com o fim de conseguir que os industriais de todas as classes concorram do melhor modo áquelle certamen.

O Sr. Francisco Lins vai obtendo satisfatório resultado na sua excursão (*Jornal do Comércio*, 14/11/1910, p. 1)

Sabendo sobre essa tarefa inicial, questiono-me mais uma vez quanto à escolha do intelectual. Teria ele as qualidades necessárias para esse trabalho? Afinal, ao que tudo indica, esse deveria deslocar-se por muitos lugares em curto espaço de tempo, também estabelecer contatos com industriais, comerciante e agricultores, além de avaliar se os produtos mereciam destaque na mostra internacional. Talvez os jornais tenham colaborado nesse sentido ao noticiarem a importância do evento e o trabalho de Francisco Lins no recolhimento do material. Possivelmente, essa promoção tenha facilitado o diálogo dele com esses grupos.

Por meio dos periódicos também encontro informações sobre as primeiras movimentações do mineiro em solo europeu. Francisco Lins, em carta a Francisco Valladares, publicada no *Jornal do Comércio* em 1912, afirma que, ao chegar no Velho Mundo esteve rapidamente na França, Bélgica e Alemanha (*Jornal do Comércio*, 24/05/1912). Em passagem por Paris, encontrou Albert Cohen. Embora não existam muitas evidências de suas relações com Francisco Lins, no Museu Mariano Procópio há um retrato atribuído a esse fotógrafo francês radicado em Juiz de Fora, entre 1880 e 1897, no qual Lins posa para o amigo e pintor Hipólito Caron⁵³, o que indica que os dois se conheciam de longa data, provavelmente tendo

⁵³ Esse quadro encontra-se sob a guarda do mesmo museu.

comungado da mesma rede de sociabilidade juiz-forana (VASCONCELLOS, 2019). Sobre o encontro com o mineiro na Europa, Cohen comentou em sua coluna no jornal *O Pharol*:

O Francisco Lins appareceu em Paris que nem um meteoro. Só me deu tempo de almoçar com elle e de leval-o, em companhia de sua exma. Senhora, para os Invalidos, onde, todo commovido, contemplou o tumulo do grande imperador e suas relíquias, disseminadas nos vários museus do estabelecimento. Dahi a poucas horas: -“passez muscade” – que é de Francisco Lins? Esta o interessante par voando para Turim, onde o chamam suas obrigações. Mas, elle prometeu-me voltar em outubro ou novembro (*O Pharol*, 21/07/1911, p. 1).

Como exposto no trecho acima, a experiência de conhecer o Palácio dos Inválidos, em Paris, despertou a emoção do intelectual brasileiro. Das cidades europeias, Paris parecia exercer um particular fascínio sobre Lins, demonstrado diversas vezes aos jornais. Tanto é que parece ter sido o lugar que priorizou conhecer ao chegar na Europa.

Embora tenha prometido retornar em outubro ou novembro à cidade luz, não há informações se fez conforme planejado. De todo modo, Cohen encontrou mais uma vez com o educador mineiro quando esteve na Exposição de Turim. Em sua coluna narrou a receptividade de Francisco Lins e o quanto encontrava-se ocupado em seu trabalho na Europa:

No outro dia, de manhã o amigo Francisco Lins foi me buscar no hotel. Foi o inicio de uma porção de obséquios que só cessaram na occasião de minha partida de Turim. Em primeiro logar, levou-me ele a exposição, onde o vi tão atarefado com as obrigações de seu encargo. Instalou-me comsigo num automóvel que percorre uma grande parte do recinto da exposição. Depois, tomamos a ponte rolante que funciona no interior da ponte monumental de uma a outra margem do rio Pó. Dahi, atravessamos depressa os pavilhões da França, Bélgica, etc. e chegamos aos pavilhões do Brasil, indo logo para a secção de Minas, onde o progresso dessa adeantada parte do Brasil é inegável. Nisto, chegou o desembargador com sua exma. Família. Depois das apresentações, pediu Francisco Lins licença para ir trabalhar na repartição como agente muito ativo de Minas que é (*O Pharol*, 04/10/1911, p. 1).

Segundo a narrativa apresentada por Cohen sobre seus encontros com Lins na Europa esse estaria bastante ocupado com a missão de representação do Brasil na Itália, a ponto de não poder desfrutar com calma da viagem em Paris e não se afastar muito de sua atividade na exposição, o que destoava da maneira gloriosa da experiência de chefiar a participação mineira na Exposição contada por Waldemar Lins (1933):

Segue elle immediatamente (agora um gentleman! Camarote de primeira, ouro para as despesas, criadagem, etc.). Fica em Turim o tempo necessário, e toca para todas as cidades principais da Europa. Conversa só em francez com toda aquella gente, e em Paris os jornaes annunciaram a chegada do brasileiro escriptor francez! É admirado, alli, o talento desse homem singular [...]” (LINS, W., 1933, p. 123).

Ambos, todavia, devem ser vistos com desconfiança e lido pela perspectiva de *documento/monumento*, segundo a qual “o documento não é inócuo”, e, portanto, deve ser analisado a partir das suas condições de produção (LE GOFF, 2013, p. 496). Como disse

anteriormente, os propósitos de Waldemar Lins ao biografar seu o tio eram produzir uma memória que servisse de exemplo às gerações futuras, representado-o sempre como um homem de valor que merecia receber reconhecimento. Da mesma maneira, as informações trazidas por Cohen, em sua coluna no jornal *O Pharol*, fazem-me questionar se sua narrativa não teria sido construída com o propósito de não dar a entender que Francisco Lins estivesse aproveitando a comissão do governo para passear pela Europa.

A participação do Brasil na exposição foi apresentada no relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1912⁵⁴. Segundo esse, o país fez-se representar com cinco mil expositores e obteve 11 mil prêmios. O pavilhão brasileiro em Turim estava localizado na sequência do pavilhão da América Latina e anterior aos pavilhões belga, francês e alemão. Contava com 8.000 m², divididos em três prédios com extensão de 150 metros cada. O primeiro deles, denominado “pavilhão de honras” ou “pavilhão de festas”, era onde se realizavam concertos, conferências e recepções. No segundo eram expostos os minérios e minerais, uma coleção de mármore, tecidos de diversas fábricas, artefatos, rendas, entre outros produtos, e ainda continha uma sala de exposição do café. No terceiro, na parte inferior, eram expostas entre outras coisas: madeiras, borracha, um mostruário de plantas, sementes, fibras, cereais, mate, instrumentos musicais, maquinarias e instrumentos usados na agricultura e extração do látex, além de conter o escritório de informações junto ao qual se distribuía impressos e mapas com informações sobre o Brasil. Na parte superior do terceiro pavilhão, encontrava-se ainda, a exposições de fumo, produtos farmacêuticos e medicinais, frutos em conserva, doces, laticínios, moveis, cerâmica, uma coleção de borboletas e animais empalhados, entre outros.

No relatório, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro Toledo afirma ainda que uma exposição sobre o café foi montada dentro de uma grande sala localizada no primeiro pavilhão, que contava com numerosas amostras e quadros que demonstravam a importância da produção brasileira em comparação com outros países. Relata ainda que o pavilhão brasileiro em Turim distribuiu regularmente café e mate aos visitantes, com uma média diária de seis mil xícaras de cada um.

Minas Gerais obteve destaque nessa Exposição por sua produção mineral. Muitos professores e funcionários da Escola de Minas de Ouro Preto que participaram do evento receberam “prêmios de colaboração”, foram trinta ao todo, entre eles: Luiz Caetano Ferraz, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Augusto Barbosa da Silva e Domingos José da Rocha.

⁵⁴ Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1912 - *Collection Brazilian Government Documents - Center for Research Libraries - global resources network.*

Obteve notoriedade o diretor da instituição e Comissário Geral da representação do Brasil na exposição, o engenheiro Costa Senna, que recebeu o prêmio “Alta Benemerência”, abaixo apenas do prêmio “Altíssima Benemerência” concedido ao Presidente Hermes da Fonseca.

Não há conhecimento de que Francisco Lins tenha ganhado qualquer prêmio pelos trabalhos prestados à comissão mineira, todavia, a experiência certamente lhe valeu tanto quanto. Conforme é possível perceber quando encontra Albert Cohen e o leva para conhecer a mostra, parecia familiarizado com o espaço, por mais ocupado que o educador mineiro estivesse com suas atividades na representação do estado mineiro. Provavelmente, o percorreu por diversas vezes e pôde admirar os muitos produtos expostos. Embora sua finalidade nesse primeiro momento não tivesse fins educativos, no evento o mineiro certamente teve oportunidade de conhecer o que diversos países apresentavam quanto à educação naquela Grande Exposição. Ali provavelmente teria começado a experimentar o que consideravam mais moderno em termos educativos naquela época.

2.3 Pelas obrigações de comissionado: a ampliação da viagem

Finalizado os trabalhos na representação do estado mineiro em Turim, Francisco Lins prosseguiu em sua viagem. A partir de então, dedicar-se-ia à principal atribuição conferida pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, que era estudar os institutos profissionais e as escolas primárias europeias. Essa missão pressupunha que o mineiro se deslocasse para outros países a fim de aprender sobre sua organização do ensino.

O que a princípio seria uma estadia de alguns meses, transformou-se em uma viagem de sete anos. É preciso considerar, com isso, o aspecto de imprevisibilidade das viagens. Embora o planejamento financeiro e a preparação cultural sejam necessários (MIGNOT, 2007), as viagens estão sempre suscetíveis às mudanças. Afinal, “Toda viagem enquanto experiência educativa, ainda que planejada, traz sempre em si componentes de incerteza, de surpresa e inquietação” (AMORIM, 2017, p. 24). Os rumos e as durações podem ser alterados em meio ao seu curso e, por vezes, independente da vontade do viajante.

Bons exemplos disso foram as viagens ao Brasil planejadas pelos educadores suíços Édouard Claparède e Adolphe Ferrière⁵⁵, como parte da estratégia do Instituto Jean-Jacques

⁵⁵ Adolphe Ferrière (1879-1960) foi professor do IJRR desde a fundação, em 1912, onde ministrou vários cursos educacionais. Por conta da surdez precoce, desistiu da carreira de educador, dedicando-se à propagação da Escola Nova por meio de viagens pelo mundo e publicação de diversos artigos e livros. Fundou a Liga Internacional pela Nova Educação em 1921 e chefiou a revista *Pour l'Ere Nouvelle*. Um dos fundadores do

Rousseau (IJJR) de estreitar relações, divulgar, estabelecer novos contatos e legitimar-se. Ambas tiveram seus cursos modificados por conta da eclosão da Revolução de 1930. No caso de Claperède, que esteve no país entre setembro e novembro de 1930, ficou retido em Belo Horizonte logo que estourou a Revolução e teve toda comunicação interrompida (MIGNOT, 2016). Por sua vez, como parte de sua excursão pela América do Sul, Ferrière havia planejado uma programação na qual visitaria, por três meses, cinco cidades do Sul e Centro-Sul do Brasil. Entretanto, o projeto não se concretizou, tendo sido impedido de desembarcar quando chegou ao Rio de Janeiro, em outubro de 1930. O educador suíço não foi recepcionado a bordo e teve suas mensagens interceptadas em decorrência do episódio político de deposição do Presidente da República pelo movimento revolucionário (CARVALHO, M., 2007, p. 284-285).

No caso de Francisco Lins, seu planejamento começou a ser alterado, quando prestes a partir para a Exposição Internacional de Turim, recebeu mais uma missão do governo. O Secretário do Interior de Minas Gerais Delfim Moreira incumbiu-o também de estudar os institutos de ensino primários e profissionais da Itália, Bélgica, Suíça, França e Alemanha, conforme telegrama transcrito pelo intelectual em um artigo publicado no jornal *O Paiz*:

Secretaria do interior do Estado de Minas Geraes – Sr. Francisco Lins – Aproveitando a oportunidade que me depara a vossa comissão por parte da secretaria da agricultura, de organizar e dirigir a exposição dos productos mineiros em Turim, encarrego-vos igualmente de visitar e estudar os institutos profissionaes, as escolas primárias e estabelecimentos congengeres na Itália, Bélgica, Suissa, França e Alemanha, apresentando o resultado das vossas observações ao governo do Estado. Saúde e fraternidade – O secretario do interior, Delfim Moreira (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 04).

O telegrama de Delfim Moreira não informava o período que comissionado ficaria no exterior para realizar a tarefa, mas indicava que aproveitariam sua participação na comissão mineira para Exposição de Turim. É provável que a Secretaria de Interior não tivesse naquele momento a intenção de que a viagem durasse quase sete anos. Contudo, aponta o objetivo daquela secretaria de enviá-lo para conhecer os institutos europeus. Não há informações que indiquem o momento em que resolveu prolongar mais uma vez a estadia, tampouco de quem teria partido a ideia. O que se sabe é que, um ano após chegar ao Velho Mundo, o intelectual ingressou no recém-inaugurado Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR) e, mesmo depois de concluir o curso na instituição, continuou sua viagem por mais dois anos.

Outra situação imprevisível afetou os rumos da viagem, a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Hobsbawn (1995) afirma que o episódio marcou profundamente o século XX, que foi vivido e pensado em termos de guerra. Conforme o historiador não havia uma grande guerra há pelo menos cem anos, não um conflito que envolvesse todas as grandes potências, de tamanha duração e cujos combates acontecessem fora de sua região imediata:

Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões (HOBSBAWN, 1995, p. 31).

A neutralidade da Suíça talvez tenha sido a causa da permanência do brasileiro por tanto tempo em Genebra. De todo modo, como trato no próximo capítulo, quando Francisco Lins relembra sua viagem de volta ao Brasil, no final de 1917, as consequências do conflito atingiram também esse país. Além do que, certamente, interfeiu em seus planos não apenas de retorno, mas seu deslocamento para visitar as instituições dos países que havia sido designado a conhecer.

Quando se trata a questão do planejamento da viagem, logo são pensados os recursos. Apesar de não ter obtido informações sobre o financiamento da travessia, suponho que, durante os anos que esteve na Europa, recebeu alguma remuneração do governo mineiro, tendo em vista tratar-se de uma viagem oficial. Além do que, afirma ter se votado inteiramente à missão durante sete anos (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924). Considerando as dificuldades de subsistência, na condição de jornalista e professor, conforme tratei anteriormente, o financiamento da viagem era fundamental para que ele se mantivesse por tanto tempo no Velho Mundo dedicando-se exclusivamente aos estudos.

Waldemar Lins (1933), no entanto, afirma que o tempo em que esteve na Europa, seu tio Francisco Lins assumiu uma cadeira no Instituto Saint-Gall, em Berna:

O nosso homem, vê, um dia, o anuncio, num jornal de Berna (Suissa) de um concurso para professor de francez no Instituto Saint-Gall, dalli. Toca-se imediatamente para Berna (imaginem: capital do paiz onde, segundo se diz não há um unico analfabeto e onde a litteratura clássica é em francez!!!...) e inscreve-se. Tirou o lugar. É agora professor de francez em Berna, cargo que exerceu por sete annos a fio. Deixou-o por causa da guerra européa, e tornou ao Brasil em 1919 (LINS, W., 1933, p. 124).

Não há menção a esse fato em qualquer outra fonte, o que me leva a acreditar que consiste apenas em uma estratégia de Waldemar Lins para exaltar mais um dos sujeitos biografados por ele no livro *Homens de Febra* (1933), no qual trata da trajetória de seis

mineiros⁵⁶ com o objetivo de que suas vidas constituíssem-se em ensinamento ou diretrizes para os jovens, como ele próprio afirma. É preciso considerar que quando W. Lins escreveu essas biografias, além de não ser historiador, esse gênero que nunca deixou ser de interesse público, estava de fora da história científica, desconsideradas pelos historiadores da *Escola dos Annales* em detrimento de pesquisas que permitiam apreender as questões econômicas e sociais (BORGES, 2018). Contudo, a maneira como o autor concebe o gênero biográfico se assemelha às produções do final do século XVIII e início do XIX nas quais a história era compreendida como “mestra da vida”, ou seja, o passado era tomado como exemplo para guiar as ações do presente e futuro (HARTOG, 1997, 9-10 *apud* SCHMIDT, 2003, p. 58).

Não tendo outra maneira de subsistência na Europa, considero que a viagem de Francisco Lins recebeu financiamento do governo mineiro. Desse modo, apesar das mudanças em relação ao objetivo e tempo estabelecidos inicialmente para a viagem, algumas atividades eram bastante previsíveis, pois uma viagem em missão oficial carregava uma série de atribuições que outros viajantes não tinham, conforme Silva e Mignot (2011):

Os membros da comissão distinguiam-se daqueles que viajam por "puro prazer ou amor a cultura". Viajavam *na e pela* condição de *professor*, cabendo-lhes uma série de atribuições e encargos que outros viajantes não enfrentavam. Profissionais comissionados deveriam visitar as escolas, observar e estudar os métodos, técnicas e arquitetura de locais de ensino, escrever relatórios descrevendo tudo, além de remeter os materiais e objetos interessantes para o ensino no Brasil (SILVA, A.; MIGNOT, 2011, p. 437).

O comprometimento e as dificuldades no cumprimento das obrigações da missão foram constantemente manifestados pelo educador em narrativas produzidas sobre a viagem e podem explicar de alguma maneira a extensão do tempo da missão:

Não é preciso encarecer a amplitude, a importância dessa missão, nem a impossibilidade de desempenhá-la em curto espaço de tempo. Percorrer tantos países, visitar os seus institutos de ensino, estudando-lhes seriamente a organização, para isso não era só preciso tempo, mais ainda, muito dinheiro e um extraordinário esforço da minha parte.

Quantas e como são complexas as questões que se prendem á organização de uma escola, mesmo quando se trata de um simples jardim de infância! Métodos, livros, material de ensino, higiene, disciplina, legislação, inspeção escolar, prédios escolares, a formação dos professores; educação do corpo, do caráter, da inteligência; da educação dos anormais, educação doméstica, educação cívica, educação religiosa – um mundo a estudar.

Durante quase sete anos – de 1911 a 1917 – inteiramente me consagrei ao desempenho de tão árdua missão, a despeito do estado precário da minha saúde da fadiga crescente dos meus olhos (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4).

⁵⁶ Foram eles: Paulo Seabra, José Pedro Teixeira de Souza, José Consenso Nogueira Campos, Francisco Lins, Napoleão Reys, Arthur Bernardes.

Não se pode descartar, contudo, que a ampliação da viagem pudesse ser também um desejo do próprio intelectual e que tenha utilizado das narrativas, nas quais afirmava dificuldade e empenho nas atividades, como justificativa para obter apoio e até mais recursos financeiros. Mesmo após seu retorno, evoca essa memória como forma de justificar o tempo que permaneceu em comissão, talvez pretendendo obter algum reconhecimento.

Como missão oficial, fazia parte da obrigação do educador apresentar os resultados das observações e dos estudos que realizou nas instituições dos diversos países que visitou logo que retornasse ao Brasil. Silva e Mignot (2011) afirmam também que o desempenho das obrigações dos comissionados era uma espécie de troca estabelecida:

Tais atribuições sugerem pensar a viagem em missão oficial como parte de uma troca entre os envolvidos, no sentido de dom e contradom, uma vez que, se, por um lado, recebia-se financiamento e custeio de hospedagem e deslocamentos, por outro, havia uma série de obrigações e encargos, no sentido de retribuir aqueles que financiavam a viagem (SILVA, A.; MIGNOT, 2011, p. 437).

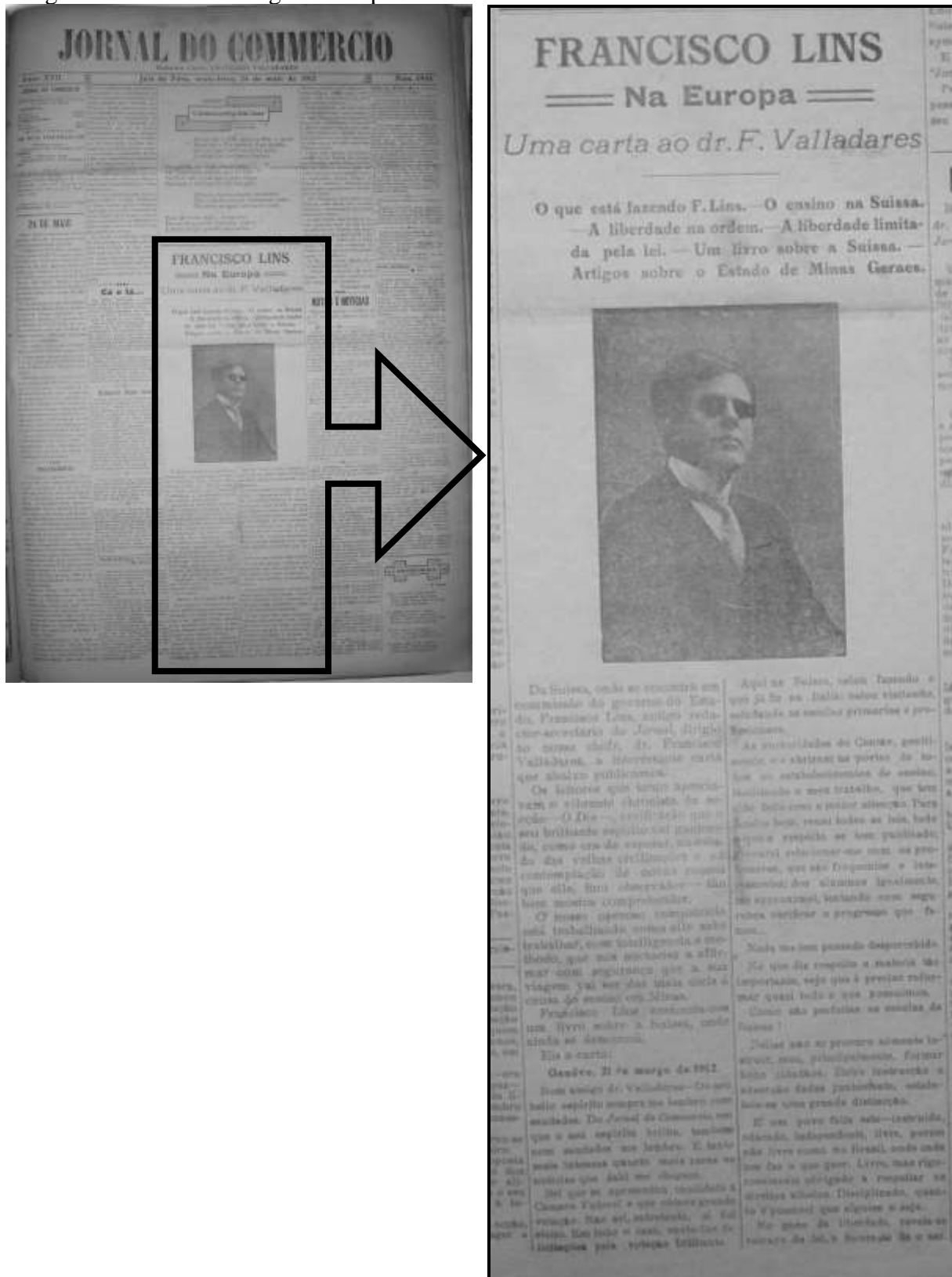
Não obtive sucesso na busca por seu relatório de viagem. Provavelmente, esse se perdeu ao logo do tempo ou sequer foi publicado, tendo em vista que até janeiro de 1919 ainda não havia sido (*O Pharol*, 04/01/1919, p. 1). Seja como for, a ausência do documento impede-me de conhecer alguns detalhes sobre as atividades que realizou como: quais foram as escolas visitadas, as impressões que teve de cada uma, as razões para ampliação da missão que acabou durando sete anos e como se deu seu ingresso no Instituto Jean-Jacques Rousseau nesse período. Outros registros sobre a viagem, no entanto, apresentam evidências para compreensão de seus serviços na Europa.

Em 24 de maio de 1912, o *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora publicou uma notícia sobre a viagem que Francisco Lins estava fazendo pela Europa. A matéria ocupou a primeira página do impresso (imagem 7), era acompanhada por uma foto de Lins e a transcrição de uma carta do viajante dirigida à Francisco Valadares, redator-chefe daquele periódico, remetida de Genebra em 21 de março daquele ano, na qual informava sobre seus trabalhos na Europa.

Valladares e Lins comungavam da mesma rede de sociabilidade em Juiz de Fora tendo trabalhado juntos no *Jornal do Comércio* da cidade por muitos anos. A correspondência enviada em viagem é um indício dessa sociabilidade, pois conforme Dauphin (1995, p. 89-92 *apud* GONTIJO 2004, p. 164), as correspondências são “testemunhas das trocas afetivas, profissionais e intelectuais entre os indivíduos”. Na missiva, Lins dirige-se a Valladares como “bom amigo” e afirma lembrar-se dele sempre com saudades (*Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1), demonstrando com isso uma relação afetuosa. Isso é evidenciado, mais uma

vez, quando se despede do redator: “disponha da minha pessoa como quiser, subscrevo-me seu amigo muito admirador” (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

Imagem 7 - Notícia da viagem na capa do *Jornal do Comércio*



Como já tratado no capítulo anterior, o *Jornal do Comércio* se constituía um importante impresso de Juiz de Fora e de destaque entre os três maiores do estado de Minas Gerais. A notícia ocupar o centro da primeira página demonstra o destaque conferido a essa. Quanto à transcrição da carta e a foto que acompanha a reportagem, entendo como estratégias para tornar a matéria atrativa aos leitores. Pois a apresentação tipográfica aponta para uma leitura mais livre e fluente (CHARTIER, 1994 *apud* ROCHA, 2012, p. 68).

Por compreender que as cartas publicadas diferem das privadas quanto à materialidade, à função e ao uso (ROCHA, 2012), já que a maneira como qualquer texto chega ao leitor interfere na sua interpretação (CHARTIER, 1998), questiono-me quanto às razões da correspondência entre Lins e Valladares ter se tornada pública. Compreendo como sendo mais uma estratégia no sentido de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo educador mineiro na Europa e justificar a prolongada estadia. Não é possível afirmar se Francisco Lins estaria consciente da possibilidade de ter sua escrita publicada no momento que escrevia, se esse propósito partia também dele ou apenas de Valladares. De todo modo, a transcrição da correspondência permite-me conhecer um pouco sobre a estadia do remetente na Suíça.

No momento em que escreve, Francisco Lins já havia concluído sua missão na Itália. Agora na Suíça realizava as atividades de visita às escolas primárias e profissionais locais, conforme determinado pelo governo mineiro. Na carta o educador afirma que seu trabalho foi facilitado por obter permissão das autoridades para entrar nos estabelecimentos de ensino:

Aqui na Suíça, estou fazendo o que já fiz na Itália: estou visitando, estudando as escolas primárias e profissionais.

As autoridades do Cantão gentilmente me abriram as portas de todos os estabelecimentos de ensino, facilitando o meu trabalho, que tem sido feito com a maior atenção (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

Segue ainda detalhando sobre a maneira que realizava sua investigação. Afirma estar reunindo leis e outros materiais publicados, além de buscar aproximar-se de professores e alunos:

Para fazê-lo bem, reuni todas as leis, tudo que a respeito se tem publicado; procurei relacionar-me com os professores, que são frequentemente interessantes; dos alunos igualmente, me aproximei, tentando com segurança verificar o progresso que fazem...

Nada me tem passado despercebido (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

É possível verificar, assim, o interesse do viajante em conhecer os professores e alunos das instituições, demonstrando que em suas buscas, não apenas leu e observou, mas utilizou-se também da escuta do outro para elaborar suas conclusões. Nesse processo estabeleceu

também comparações com o Brasil. Assim, considero que as viagens de Francisco Lins por diversos países a fim de visitar instituições de ensino, como a desenvolvida por outros educadores envolvidos em projetos semelhantes, funcionavam “como técnica de investigação e de conhecimento, como prática de observar, experimentar, comparar e produzir conhecimento sobre o *outro*” (GONDRA, 2010, p. 13, grifo do autor).

Acreditava na importância do bom conhecimento das instituições, em particular as que tivessem uma realidade mais próxima possível das de Minas Gerais: “Tenho feito questão de conhecer muito bem as escolas das aldeias, considerando que em Minas as cidades são como as aldeias daqui em geral – não raro mais imperfeitamente organizadas” (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1). Essa preocupação do educador brasileiro deve ser considerada, pois em outros textos demonstra insatisfação com a aplicação de modelos estrangeiros sem adaptação, desconsiderando as especificidades de algumas cidades mineiras ou ainda adoção de medidas que em nada modifiquem a situação do ensino, como quando se refere aos grupos escolares em 1924:

Os primeiros grupos escolares de Minas fundaram-se há dezoito annos, mais ou menos, depois que um mineiro foi á Argentina e viu que em Buenos Aires elles são numerosos. Então, esse mineiro não teve olhos para ver que em Buenos Aires não é Resaquinha, nem Carandahy, duas pequenas povoações que se encontram no interior do Estado e onde se instituiram grupos escolares.

Ahi está mais uma prova de que nós não sabemos senão imitar, e imitar idiotamente. Ninguém pensa, não direi em crear, mas em adaptar, e isso é o que nos cumpre.

Esse mesmo mineiro, na mesma ocasião, notou, que em Buenos Aires, as professoras se vestiam de branco, usavam chapéu branco, luvas brancas, etc. Pelo que, immediatamente, se determinou que o mesmo se fizesse em Minas. E assim foi feito, pelo menos em algumas cidades, como Juiz de Fora, onde residi longo tempo.

Então, um cavalheiro que se tem por inteligente e culto, me disse, niano do nosso progresso escolar:

- Não há dúvidas, já temos instrucção pública em Minas!

- Devéras? Interroguei.

- Pois você não tem visto como andam agora as nossas professoras, vestidas com amparo, todas de branco, cheias de graça?

-Ah! Sim! Concordei. Vestidas de branco, cheias de graça... Você tem razão.

E ri-me.

O meu interlocutor, como em geral acontece em nossa terra, julgara ou julga ainda que o habito faz o monge.

A bobagem da roupa branca, felizmente, durou pouco (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5).

A crítica de Lins nesse trecho refere-se à Reforma do Ensino Primário e Normal de 1906⁵⁷, promovida pelo governo de João Pinheiro, que institucionalizou os grupos escolares em Minas Gerais: “o ensino primário, gratuito e obrigatório, será minitrado em: I Escolas

⁵⁷ Reforma aprovada pela Lei 439 de 28 de setembro de 1906.

Isoladas, II – Grupos escolares, III – Escolas-modelo anexas às escolas normaes”⁵⁸. O idealizador, a quem ele afirma ter implementado o modelo a partir de uma viagem à Argentina, era o Secretário de Interior Manoel Tomas de Carvalho Britto (YAZBECK e KAPPEL, 2007).

Em seu estudo de modelos capazes de serem aplicados à educação mineira, Francisco Lins considera as instituições da Suíça perfeitas, atribuía-lhes uma série de qualidades e a satisfação da população:

Como são perfeitas as escolas da Suíssa!
 Nellas não se procura sómente instruir, mas, principalmente, formar bons cidadãos. Entre instrução e educação dadas juntamente, estabelece-se uma grande distinção. É um povo feliz este – instruído, educado, independente, livre, porém não livre como no Brasil, onde cada um faz o que quer. livre, mas rigorosamente obrigado a respeitar os direitos alheios. Disciplinado, quanto é possível que alguém o seja. Escravo e cidadão – á lei obedece humildemente, ao mesmo passo exercendo com independência os seus direitos civis e polítics (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

Na carta à Valladares, Lins conclui suas análises apontando a necessidade de uma grande reforma em Minas Gerais: “No que diz respeito a materia tão importante, vejo que é preciso reformar quazi tudo o que possuimos” (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1). Na correspondência indica ainda a pretensão de escrever um livro sobre a Suíça, mas que se encontrava impossibilitado naquele momento em razão das visitas consumirem muito do seu tempo, passando dias inteiros nas escolas:

Estou escrevendo um livro sobre a Suissa, onde força é que me demore algum tempo, por ser impossível fazer bem e rapidamente o serviço a que me entrego – serviço que exige a maior paciencia e atenção. Passo dias inteiros nas escolas, assistindo ás aulas, não só na cidade como nas aldeias visinhas (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

O livro não foi publicado, mas provavelmente foram muitas as anotações reunidas por Lins nas visitas que realizou, pois conforme Mignot (2007), “viagens geralmente são acompanhadas de recordações e registros escritos como diários, agendas, cartas e postais que detalham experiências ou apenas flagram instantes” (MIGNOT, 2007, p. 247). Não localizei nenhuma anotação do educador referente à viagem. Todavia Francisco Lins escreveu artigos posteriores, em que tomou por base as notas da viagem (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p.4), que provavelmente são as mesmas que dariam origem ao livro que afirmava que iria publicar. Os textos produzidos a partir dessas serão tratados no próximo capítulo, no qual falo sobre a escrita do viajante.

⁵⁸ Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado, aprovado pelo decreto nº. 1960 de 16 de dezembro de 1906.

Alguns artigos e crônicas elaboradas após regressar ao Brasil fornecem pistas sobre o itinerário do educador. Em um desses textos, afirma ter visitado: “Outros institutos interessantes, no mesmo genero, me foi dado a conhecer, entre os quaes o que existe em Genebra, sob a direcção de Mlle. Descoedres, uma das mais distintas educadoras da Suissa” (ESCOLAS PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6). O estabelecimento referido pelo brasileiro, possivelmente, era a *École de Malagnou*, uma escola para crianças “anormais”, na qual Alice Descoedres⁵⁹ lecionou por 25 anos.

Em uma crônica intitulada “A Suissa e as creanças”, publicada no jornal *Minas Geraes*, em 1929, sem identificar o estabelecimento, refere-se também a uma instituição para crianças desvalidas que visitou na Suíça:

Conservo até hoje a lembrança da visita que fiz a um delles, na Suissa. Era uma casa de construção elegante, toda branca, erguida no meio de um lindo jardim. [...] A mim e a um amigo que me acompanhava, foi-nos dado percorrer todo o estabelecimento, guiados pela directora, que era formada em medicina, senhora inteligentissima (A SUISSA..., *Minas Geraes*, 31/10/1929, p. 5).

Em seu texto apresenta as lembranças, os conhecimentos e as impressões que carregava sobre a instituição que visitou quando estava em viagem à Suíça:

Em um salão, uma grandiosa collecção de berços, senão ricos, pelo menos rigorosamente limpos. Em alguns delles os pequeninos dormiam; em outros, com os olhinho abertos, muito vivos, curiosamente nos contemplavam, como que procurando saber quem vinha alli, tão inesperadamente, perturbar a serenidade do seu doce abrigo. Que admiravel *pouponnière*! Em aposento separado, onde não havia correntes de ar, vimos uma creança prematura nascida, encerrada em uma *couveuse*. Vivendo vida completamente artificial, a larva humana completava na sua casinha de vidro, cercada de atenções especiaes, o tempo que devia ter passado no seio materno.

Quando os infelizes pequeninos chegam a uma das casas fundadas para lhes dar abrigo, são examinados attentamente, attentiosamente; são pesados, são medidos, e tal se repete, a principio, de oito em oito dias, depois de quinze dias, depois mensalmente, etc. Nessa casa se asyram não só os engeitados propriamente ditos, mas ainda outras crianças privadas do leite materno – umas por enfermidade das mães, outras por serem as mães pobres operarias, obrigadas a passar o dia no trabalho das fabricas. Chegadas a certa idade, são essas creanças levadas para outros estabelecimentos, conforme a situação de cada uma, que exige cuidados differentes. A directora é auxiliada por um grupo de moças, perfeitamente conhecedoras de tudo o que diz respeito á puericultura (A SUISSA..., *Minas Geraes*, 31/10/1929, p. 5).

Ao longo da crônica, publicada nesse que era o jornal oficial do Estado, elogia a maneira como as crianças são tratadas na Suíça e finaliza lamentando que no Brasil não tivessem tantos estabelecimentos de “organização perfeita” como aquele:

⁵⁹ Alice Descoedres (1877-1963) foi a responsável pelo curso de educação especial no IJIR desde a fundação em 1912 até 1947. Entre suas obras: *A educação de crianças anormais* (1916) e *O desenvolvimento da criança dos 2 aos 7 anos de idade* (1921). Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/centenaire/personnes.html>

Vendo creanças tão bem tratadas, pensei nas que se vêem aqui, lamentando que ainda não nos tenha sido possível em todos os recantos fundar estabelecimentos assim, dando-lhes também organização perfeita. É preciso que incessantemente pensemos nos pequeninos, sobretudo nos desamparados (A SUISSA..., *Minas Geraes*, 31/10/1929, p. 5).

Ao tratar das instituições visitadas na Europa, nos textos aqui apresentados, observo que Lins utilizou-se do que François Hartog (1999) chama de retórica da alteridade, na qual se emprega uma série de recursos de tradução do outro de modo que esse seja melhor entendido pelo grupo a quem a narrativa é dirigida. Nesse processo faz uso, por exemplo, da comparação, “funcionando como tradução, a comparação estabelece semelhanças e diferenças entre ‘além’ e ‘aquém’” (HARTOG, 1999, p. 240).

Ainda com a intenção de compreender as realidades visitadas pelo brasileiro, embora de maneira limitada, recorro também a outros olhares que forneçam informações sobre a educação dos países pelos quais passou. Com isso, já tendo apresentado algumas de suas impressões sobre a educação suíça, detenho-me agora a apresentar aspectos do ensino e os modelos que podem ter interessado ao educador na Bélgica, Itália, Alemanha e França.

Quanto à Bélgica, Hernández Días (2019, p. 12) afirma que a ciência da educação belga obteve reconhecimento nas primeiras décadas do século XX:

[...] el emergente movimiento paidológico, el estudio científico de la infancia, su concreción en la pedagogía experimental, van a suponer en la construcción y articulación de la ciencia de la educación que Bélgica pueda ocupar un lugar de reconocimiento, al nivel de París y Ginebra en el primer tercio del siglo XX⁶⁰ (HERNÁNDEZ DÍAS, 2019, p. 12).

As influências de sua pedagogia em diversos países têm interessado muitos pesquisadores⁶¹. Foram originadas na Bélgica, muitas experiências e instituições que serviram de referência para o mundo, tendo despertado interesse de muito professores, que viajaram para conhecê-las. Uma das grandes contribuições do país foi em relação aos estudos científicos e a busca por solucionar problemas das pessoas com deficiência, a chamada pedagogia dos “anormais” (HERNÁNDEZ DÍAS, 2019).

O educador mineiro tratou sobre as “escolas para anormaes” em artigo ao jornal *O Paiz*, nesse indicou dois dos estabelecimentos que visitou durante a viagem, entre os quais estava a Escola Decroly, sobre a qual registrou: “A escola Décroly, na Bélgica, que tive

⁶⁰ “[...] o emergente movimento pedagógico, o estudo científico da infância, sua concreción na pedagogia experimental, irão supor na construção e articulação da ciência da educação que Bélgica pode ocupar um lugar de reconhecimento, ao nível de Paris e Genebra no primero terço do século XX” (tradução livre).

⁶¹ Investigações sobre essa foram apresentadas na “VIII Conversaciones pedagógica de Salamanca – Congreso Internacional Iberoamericano” e encontram-se organizadas no livro “Influencias belgas en la educación española e Iberoamericana” por Hernández Díaz (2019).

ocasião de visitar, é uma obra prima. Sobre a sua organização, tenho longo estudo que será oportunamente publicado” (ESCOLAS PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6). O longo estudo sobre a organização dessa instituição que o brasileiro afirma ter feito, não foi localizado, possivelmente, não chegou a ser publicado como pretendia.

Conforme Gorp, Simon e Depaepe (2010), desde a Contituição de 1831 eram permitidas a liberdade de iniciativa educacional na Bélgica, como a *École de l’Ermitage*, que mais tarde seria conhecida como Escola Decroly. Fundada, em 1907, por Dr. Jean-Ovide Decroly⁶², era uma instituição experimental na qual realizava estudos e aplicava sua pedagogia dos “centros de interesse”, que visavam estimular a curiosidade natural da criança. Antes da Primeira Guerra Mundial, era em grande parte mantida por financiamento da própria família Decroly. Nos primeiros vinte anos, a *Petite École* (a Pequena Escola), como se referiam, funcionava em um pequeno prédio na Rua Emitage, em Bruxelas.

Ortiz de Santos e Torrego Egido (2019), ao investigarem as impressões de quatro professores espanhóis⁶³ que viajaram para a Bélgica, nas primeiras décadas do século XX, com o propósito de aperfeiçoarem-se e modernizarem a educação no seu país, afirmam que as visitas pedagógicas concentraram-se na capital e que os educadores estavam motivados a estudarem a aplicação dos “centros de interesse” nas diversas instituições que implantavam o método, inclusive na criada por Decroly. Outro interesse dos educadores que viajaram à Bélgica eram as escolas profissionais e agrícolas (ORTIZ DE SANTOS; TORREGO EGIDO, 2019). Com base nas observações realizadas pelos professores espanhóis, Ortiz de Santos e Torrego Egido (2019) informam que elas serviam:

[...] como sanatorios permanentes de niños débiles y enfermizos; [...] como lugares de expansión [...] en contacto con la naturaleza realizando ejercicios gimnásticos y juegos; [...] como campo de experiencias agrícolas [...]; como lugar de veraneo para los niños”⁶⁴ (MARÍN ECED, 1990, p. 205 *apud* ORTIZ DE SANTOS; TORREGO EGIDO, 2019, p. 273).

Como apresentado anteriormente, o educador brasileiro defendia o ensino agrícola e profissional antes mesmo da viagem e era uma de suas missões na Europa estudar essas instituições na Europa, portanto, provavelmente, tenha cumprido esse compromisso e visitado tais escolas em todos os países. A ausência de fontes não me permite conhecer suas próprias

⁶² O médico, psicólogo e educador belga Jean-Ovide Decroly (1871-1932), inicialmente, desenvolvia seu método em uma escola que fundou em 1901 para crianças “anormais” (CAMPOS, 2012).

⁶³ Foram eles: Ángel A. Gracia Morales, Norberto Hernanz Hernanz, Pablo de Andrés Cobos y Fran cisca Gómez de Sánchez.

⁶⁴ “[...] como sanatórios permanentes de crianças fracas e doentes; [...] como lugares de expansão [...] em contato com a natureza realizando exercícios de ginástica e jogos; [...] como campo de experiências agrícolas [...]; como lugar de férias para as crianças” (tradução livre).

impressões, contudo, suponho que talvez tenham sido semelhantes às dos viajantes espanhóis que as valorizaram por considerarem raríssimas iniciativas como aquela em seus países: “[...] estas interesantísimas Escuelas agrícolas que aportarían gran riqueza a la nación con la transformación de esta importante rama de producción”⁶⁵ (CDREM, 1924, p. 19 *apud* ORTIZ DE SANTOS; TORREGO EGIDO, 2019, p. 273).

Quanto ao sistema de ensino na França, Lourenço Filho (2004)⁶⁶ afirma que historicamente era centralizado, haja vista figurar entre as mais antigas nações unificadas na Europa, acabou sendo um dos primeiros países a considerar a necessidade de criação de um sistema de ensino nacional. Logo após a Revolução Francesa, tornou-se bifurcado, com um ensino para as classes privilegiadas e outro para os populares. Originalmente constituído por uma rede de escolas em uma associação entre Estado de orientação laica e Igreja Católica, apesar de similares em organização (centralizada e hierárquica) e em método, em uma “compreensão intelectualista de ensino, facilmente deturpada por processo de aprendizagem verbal” (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 86), divergiam em suas expressões filosóficas. Até as leis que, posteriormente, secularizaram todo o ensino.

O ensino primário francês era organizado em: elementar, no qual se compreendia o ensino de leitura, escrita, instrução moral e religiosa, elementos da língua francesa, cálculo, pesos e medidas; e superior ou complementar, no qual havia ensino de canto, história, geografia, elementos de geometria aplicada, noções de ciências físicas e história natural aplicada. Conceição (2020) afirma que essa organização do ensino primário se deu a partir da Lei de 28 de junho de 1833, conhecida como Lei Guizot⁶⁷, que determinava a cada comuna com mais de 500 habitantes manter pelo menos uma escola primária elementar. As comunas eram responsáveis pelo fornecimento de um lugar para classe, moradia e redistribuição do pagamento dos *instituteurs*⁶⁸. Todo departamento francês tinha por obrigação também manter uma escola normal primária para formar *instituteurs* comunais e aperfeiçoar os que já exerciam a função sem ter passado pelas instituições de ensino (CONCEIÇÃO, 2020).

Quando Lourenço Filho (2004) escreve, observa que a legislação conservava muito das leis de 1881, 1882 e 1889, modificadas por um ato em 1936 que aumentou a idade de

⁶⁵ “[...] essas interessantíssimas Escolas agrícolas trariam grande riqueza para a nação com a transformação desse importante ramo de produção” (tradução livre).

⁶⁶ Embora elaborado em período muito posterior ao da viagem aqui investigada e apesar de ser uma leitura eminentemente técnica, recorro à análise comparada que Lourenço Filho produziu em 1961, na qual descreveu os sistemas de ensino de dez países. Detenho-me nos pontos em que trata da organização e da legislação do ensino primário francês por apresentar contribuições históricas.

⁶⁷ Em referência a François Guizot, ministro da instrução pública durante a Monarquia de Julho francesa (1832-1836).

⁶⁸ Mantive a opção pela grafia em francês, conforme Conceição (2020), que afirma que o termo *instituteur* possui o significado específico para professor primário.

obrigatoriedade do ensino. Destaco as duas primeiras, a Lei de 16 de junho de 1881, que trata da gratuidade do ensino primário, e a Lei de 28 de março de 1882, que garante a obrigatoriedade e a laicidade no ensino (DARCOS, 2005 *apud* BENCOSTTA; BRAGA, 2011), ambas promulgadas durante o tempo em que Jules Ferry⁶⁹ era ministro da Instrução Pública na França.

Lourenço Filho (2004) afirma que o sistema de ensino italiano seguia o modelo francês e desde a sua unificação era centralizado, assim, até 1911 a administração direta do ensino primário esteve sob a responsabilidade das comunas ou municípios. Como já dito, por conta dos trabalhos na Exposição de Turim, as missões do educador brasileiro começaram na Itália. Embora não tenha localizado informações sobre as instituições que visitou no país, indícios apontam um interesse especial do intelectual pelo método desenvolvido pela médica italiana Maria Montessori⁷⁰. Todavia, o educador nunca fez referência a visitas a essas instituições. Como os escritos em que trata sobre o assunto foram produzidos após a viagem, o conhecimento que demonstra e as influências que recebeu podem ter se dado apenas no tempo que estudou no IJJR, onde teve acesso a seminários sobre o Método Montessori, ideia que retomo mais adiante.

Fundada em 1907, no bairro pobre de San Lorenzo, a *Case dei bambini* (Casa da criança) foi onde a médica italiana desenvolveu o chamado Método Montessori, baseando-se na observação do que as crianças fazem sem o direcionamento dos adultos, considerou que o desenvolvimento biológico espontâneo das crianças deveria guiar a educação. Os princípios básicos dessa pedagogia eram a liberdade, atividade e respeito à individualidade e que o objetivo geral da educação seria formar indivíduos livres e independentes. Em 1911, o método passou a ser adotado pelas escolas primárias italianas e, logo, o Método Montessori ganharia adeptos por diversos países do mundo (ARAÚJO; ARAÚJO, 2007).

Do mesmo modo que a Itália, Francisco Lins não se refere a experiências de visita às instituições alemãs em suas narrativas, apenas aponta os *kindergarten* e as *Case dei bambini* como influências para pensar as escolas infantis (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4). De acordo com Ossenbach (2011), mesmo após a unificação da Alemanha, seu sistema escolar manteve-se descentralizado, embora o modelo prussiano tenha exercido influências sobre todos os estados, condição que dificulta estudos sobre relações entre a educação alemã e os países da América do Sul, que também possuem muitas especificidades. Apesar de escassas, pesquisas realizadas nos últimos anos têm revelado o papel de destaque do modelo

⁶⁹ Jules Ferry (1832- 1893), entre suas diversas atuações na política, ocupou o ministério da Instrução Pública na França em duas ocasiões (1879-1881) e (1882-1883).

⁷⁰ Maria Montessori (1870-1952) foi a primeira mulher a se formar em medicina na Itália, direcionou sua carreira para a psiquiatria e interessou-se pelas crianças “anormais”.

ou “mito” alemão a partir de sua unificação, tendo declinado apenas com a Primeira Guerra Mundial. O período em que Francisco Lins foi designado para viajar à Europa, a Alemanha havia atingido grande prestígio e tornado-se referência mundial, justificando sua inclusão no roteiro de viagem do educador mineiro (OSSENBACH, 2011).

Entre os modelos pedagógicos alemães, destaco os *kindergarten* - em alemão, *kind* significa criança e *garten* significa jardim -, os jardins de infância. A referência feita por Lins no artigo sobre as escolas infantis publicado no jornal *O Paiz* (15/11/1924), faz-me supor que, no mínimo, essas instituições seriam seu interesse principal de estudo quando esteve no país. Os *kindergarten* foram criados por Friedrich Froebel (1782-1852) em 1840. Segundo Arce (2002), a denominação da instituição parte de seu entendimento de que as crianças, assim como as plantas, necessitariam de cuidados periódicos em sua formação para um crescimento saudável. Um dos princípios da pedagogia desenvolvida por Froebel era a auto-atividade livre, na qual a aprendizagem deveria partir do que a criança conhece e deveria ter liberdade para explorar, escolher, questionar e agir.

Pode ser que o educador não tenha visitado todos os institutos e escolas que desejava, mas suponho que, como na Suíça, além das visitas, tenha reunido documentos, frequentado congressos, estabelecido relações, feito suas observações, comparações e anotações, com o objetivo de conhecer a obra educativa em todas as outras nações em que passou e divulgá-las quando de volta ao Brasil.

2.4 Espaço de formação e de propaganda para a Escola Nova

Em 1912, Édouard Claparède e Pierre Bovet⁷¹ fundaram o Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR), em Genebra. A direção da instituição ficou a cargo de Bovet que contava em sua equipe com grandes profissionais como: Adolphe Ferrière, Paul Godin, François Naville⁷², Jules Dubois, Alice Descoedres, Mina Audemars⁷³. Segundo Loureiro (2015), o projeto do IJJR surgiu após o sucesso de um seminário de Claparède, na Faculdade de

⁷¹ Pierre Bovet (1878-1965), nascido em Neuchâtel, na Suíça, foi diretor do IJJR desde sua fundação. Redator do periódico *L'Intermédiaire des éducateurs*, depois *L'Éducateur*. Um dos fundadores do *Bureau International d'Éducation* (BIE), em 1925. Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/centenaire/personnes.html>

⁷² François Naville (1883-1968) era responsável pelo curso de medicina legal na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito, considerado como o criador da neuro-psiquiatria infantil e foi professor no IJJR desde 1912 (RUCHAT, 2008).

⁷³ Mina Audemars (1883-1971) em 1908 tornou-se professora na escola pública de Malagnou. Desde 1912 foi colaboradora no IJJR, sendo convocada para fundar e dirigir a *Maison de Petits*, a escola experimental do Instituto, na qual atuou até 1945. Como professora do Instituto de Ciências da Educação até 1947, trabalho principalmente com educação infantil. Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/centenaire/personnes.html>

Ciências de Genebra, sobre psicologia da criança aplicada à educação. Oficialmente registrado como Escola de Ciências da Educação, o IJJR foi inaugurado em outubro de 1912.

Não foi apenas por se tratar de um cidadão de Genebra que a instituição recebeu o nome de Jean-Jacques Rousseau. A concepção de educação funcional de Claparède teve inspiração no pensamento sobre a educação apresentado por esse filósofo na obra *Emílio*. Rousseau defendia que a natureza humana era bondosa, mas poderia ser corrompida pela vida em sociedade. Compreendia que a educação da criança deveria ser conduzida pela liberdade, perseguindo seus interesses espontâneos com mínimas interferências dos adultos. Assim, os indivíduos se tornariam autônomos, com conduta voltada pelo respeito, confiança e cooperação ao outro. Claparède enxergava em Rousseau como o verdadeiro inventor da *ciência da criança* (CAMPOS, 2012).

Para o grupo de intelectuais do IJJR, a pedagogia deveria ser aperfeiçoada enquanto ciência e em conjunto com outros campos do conhecimento como medicina, psicologia, biologia, sociologia, história e filosofia. Por isso, se falava em “ciências” da educação no plural (LOUREIRO, 2015). O propósito da instituição era proporcionar uma formação de professores mais científica, pautada principalmente na psicologia e sociologia. Pretendia-se, não apenas que fosse uma escola, mas um centro de pesquisa, de informações e de propaganda para o movimento reformador da Escola Nova.

Claparède pensava a necessidade de constituir uma ciência da educação sob as bases do conhecimento da criança e respeito aos seus direitos. Essa ciência seria desenvolvida por meio da pedagogia experimental que objetivava o estudo dos processos de ensino de modo empírico, em situações concretas. Desse modo, romperia com a tradição que considerava o processo de educar como uma capacidade inata e independente dos estudos e de compreensão sobre o desenvolvimento (CLAPARÈDE, 1926, 1940 *apud* CAMPOS, 2012). O planejamento dos métodos educativos da denominada “Escola Ativa” tomava por base teórica a educação funcional que compreendia que o ensino deveria se basear nas necessidades de desenvolvimento da criança, alicerçada na crença de que as habilidades cognitivas seriam constituídas através das atividades espontâneas de solução de problemas a partir do interesse da criança. Nesse processo, a escola deveria oportunizar a manipulações do ambiente rico e estimulante, e colocar problemas nos quais pudessem buscar por soluções. Não concebe, portanto, essas habilidades como inatas, e sim como construídas pelo sujeito⁷⁴.

Desde 1894, Adolphe Ferrière organizava em Genebra o *Bureau International des Écoles Nouvelles* (BIEN), cujo propósito era contribuir para harmonizar os princípios e

⁷⁴ Abordagem denominada por Piaget, nos anos 1970, como *construtivista*.

métodos da Escola Nova em um *corpus* documental estruturado e conectar as escolas que eram orientadas pelo movimento (CORREIA, 2016). Ao visitar escolas experimentais na Europa, nas quais observou as inovações introduzidas, o suíço elaborou uma lista que foi aprovada no Congresso de Calais, na França, em 1921, em que apresentava trinta princípios que caracterizavam as Escolas Novas⁷⁵, entre esses:

[...] ênfase no equilíbrio harmônico entre aprendizagens intelectuais, manuais e artísticas, métodos ativos e trabalhos individualizados, cultura da autonomia e prática da cooperação e do autogoverno (*self-government*), em grupos de crianças; coeducação dos sexos, redefinição das tarefas dos professores como educadores e dirigentes de escolas; preocupação com formação intelectual e moral dos alunos (HAMELINE, 2002; LOURENÇO FILHO, 2002 *apud* CAMPOS, 2012, p. 114).

O movimento da Escola Nova de tradição europeia correspondia ao de tradição norte-americana no que se refere à inspiração em educadores progressistas, entre os quais se destaca John Dewey, que compreendiam que a escola deveria promover a educação para a democracia. Segundo Campos (2012), a abordagem genebriana, desenvolvida no âmbito do IJJR, contribuiu para o movimento da Escola Nova, especificamente, na ideia de uma escola que, baseada na psicologia funcional, promoveria a autonomia da criança com métodos pedagógicos, através de atividades espontâneas que partiriam do interesse do educando. A chamada “educação funcional” ou “Escola Ativa” (expressões utilizadas, respectivamente, por Claparède e Bovet) consistia em uma educação através da ação, centrada na necessidade de desenvolvimento do aluno, em que se enfatizava a espontaneidade, a autonomia e a criatividade da criança. Nessa concepção, a escola deveria adaptar-se à criança e não o contrário. A proposta surgia assim como crítica à dita “escola tradicional” caracterizada pelo excesso de intelectualismo e instrução livresca, que tornava os alunos passivos.

Segundo Hofstetter, Ratclif e Schneuwly (2012 *apud* LOUREIRO, 2015, p. 32), o desejo de Claparède era que “os estudantes pudessem aprender *à manier la pâte vivante*, ou seja, a manusear a massa viva”. Essa perspectiva está expressa no próprio símbolo do Instituto (imagem 8) no qual aparecem representados uma criança de pé e um adulto sentado, sob relativa igualdade, pois encontram-se lado a lado quase que na mesma altura. A criança aponta o que gostaria de conhecer, do lado de fora da janela, a natureza, e o adulto, guiado pelo livro que tem em mãos, segue as iniciativas daquela, olhando para o que ela mostra do lado de fora (CAMPOS, 2012):

⁷⁵ Os trinta princípios elaborados são apresentados por Ferrière, no prefácio do livro de A. Faria de Vasconcellos, *Uma escola nova na Bélgica*. Disponível em: http://purl.pt/26930/1/1908222_PDF/1908222_PDF_24-C-R0150/1908222_0000_t24-C-R0150.pdf

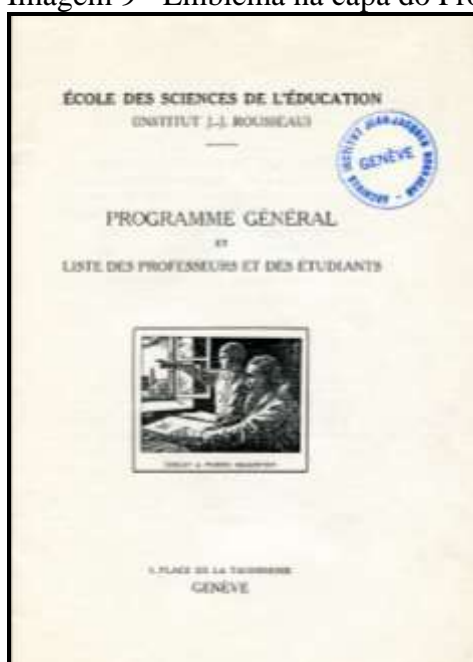
Imagem 8 - Emblema do Instituto



Fonte: Arquivo do IJJR

No Programa Geral do Instituto J. J. Rousseau de 1912-1913⁷⁶ consta, abaixo do símbolo, a frase em latim *Discat a puero magister* (imagem 9), que evoca a ideia de que o mestre deveria aprender com a criança, em conformidade assim com as ideias da Escola Nova, na qual o aluno passa a ser compreendido como o centro de toda atividade de aprendizagem. Em oposição, assim, a frase *Magister dixit, discipulus credit* que regia a Escola Tradicional, indicando que sem o professor não havia ensino, nem aprendizagem possível ou instituição escolar (GARCIA MADRI, 2000 *apud* MARTINS, 2017).

Imagem 9 - Emblema na capa do Programa Geral do IJJR



Fonte: Arquivos do Instituto J. J. Rousseau



⁷⁶ Programa Geral e Lista de alunos do Instituto J. J. Rousseau (1912-1913) – Arquivos do IJJR.

Inicialmente, pretendia criar um instituto de ciências da educação anexado à universidade, porém, diante da não aceitação, Claparède fundou o instituto sob a forma de escola livre (PARRAT-DAYAN, 2008 apud LOUREIRO, 2015). A origem familiar do psicólogo suíço contribuiu para a opção pela criação de uma instituição privada: “Claparède fazer parte de uma família protestante, dotada de bons capitais cultural, financeiro e social, foi decisivo para que a opção pela iniciativa privada obtivesse sucesso” (HOFSTETTER; RATCLIF; SCHNEUWLY, 2012 apud LOUREIRO, 2015, p. 32). Apesar de se tratar de uma iniciativa privada, o IJJR realizou parcerias com o sistema público e com a Universidade de Genebra, inclusive a maioria dos primeiros alunos de algum modo eram ligados à esfera pública ou a associações intelectuais e filantrópicas (LOUREIRO, 2015).

O Instituto Jean-Jacques Rousseau foi local de passagem e formação de educadores de diversas partes do mundo, nas décadas seguintes, sendo considerado o principal centro de referência e de difusão de novos métodos de ensino. Segundo Mignot (2007), o IJJR exerceu um fascínio sobre os educadores brasileiros durante os anos 1920 e 1930 graças às estratégias de difusão e propaganda adotadas por esse para obter reconhecimento enquanto centro de referência internacional de estudos sobre a infância e os novos métodos de ensino, com base no desenvolvimento psicológico infantil. Entre as atividades de divulgação, estavam as viagens empreendidas por seus idealizadores para diferentes países, como as de Ferrière à América Latina e de Claparède ao Brasil, ambas em 1930.

Em 1925, com apoio da Fundação Rockefeller, o IJJR fundou o *Bureau International d'Éducation* (BIE), em Genebra. Nasce como uma organização não governamental, assim como o *Bureau International des Écoles Nouvelles* (BIEN) e do IJJR, tinha como objetivo:

[...] centralizar e difundir informações relativas à educação, produzir inqueritos e investigações, promover o desenvolvimento de uma abordagem mais científica dos problemas educativos à escola internacional derivadas do movimento das *escolas novas* e a promover as reformas pedagógicas (UNESCO, 1997, p. 57 apud CORREIA, 2016).

Inicialmente, dirigida por Bovet, teve Adolphe Ferrière e Elisabeth Rotten como diretores adjuntos. Assim, como o estado suíço, buscava manter neutralidade política. Foi sob a direção de Jean Piaget, em 1929, que o BIE se tornou uma instituição intergovernamental, a partir de então, gradativamente, ganha adesão de um número crescente de países. Consegue assim, obter um raio de ação internacional, que o BIEN não conseguiu por falta de recursos e pessoal (CORREIA, 2016).

No final dos anos 1930, as dificuldades financeiras foram responsáveis pela sua transformação em Instituto Universitário de Ciências da Educação. Em 1929, recebeu apoio

do Departamento de Instrução Pública (DIP) de Genebra e estabeleceu um contrato no qual passou a fazer parte da Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Contudo, ainda mantinha sua autonomia administrativa e financeira. Segundo Hofstetter, Ratclif e Schneuwly (2012 *apud* LOUREIRO, 2015, p. 33):

Esse contrato marcou o início de um processo de integração progressiva do instituto com a universidade mediado pelo DIP. Para o IJJR essas novas parcerias traziam certo reconhecimento político e acadêmico, enquanto para a Universidade, além de adquirir maior visibilidade internacional já conquistada pelo Instituto, ela aumentava a sua oferta de cursos, o seu público e ampliava o seu campo de ação. Já para o DIP, a parceria entre a Universidade e o IJJR garantia aos profissionais do ensino público uma formação de nível universitário; por isso, manteve uma pequena subvenção ao Instituto até então.

Com a ascensão da extrema direita em Genebra, no início dos anos 1930, o IJJR e seus responsáveis foram considerados demasiadamente progressistas, e suas teorias entendidas como subversivas e ameaçadoras. Foi nesse contexto que, após 20 anos na direção da instituição, Pierre Bovet deixou o cargo, quando uma comissão universitária sugeriu que o IJJR se limitasse à atividade de intuito científico de ensino e pesquisa, com isso:

[...] considerou que ficar sob essas condições seria comportar-se como traidor do espírito militante da instituição. Para ele, a educação moral, as preocupações humanitárias, democráticas e pacifistas faziam parte deste espírito, e a reforma pedida impedia estes objetivos (PARRATDAYAN, 2008 *apud* LOUREIRO, 2015).

A partir de então, o IJJR entrou em quadro de neutralidade moral e política, e Jean Piaget substituiu Pierre Bovet na direção da instituição.

2.4.1 Um brasileiro no Instituto Jean-Jacques Rousseau

Francisco Lins matriculou-se no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em 1912. O mineiro integrou, assim, a primeira turma dos cursos oferecidos pela recém fundada instituição suíça. Narrava com orgulho ter sido aluno do estabelecimento desde a fundação: “Fui aluno desse conceituado estabelecimento desde o dia da sua inauguração, desde a abertura dos seus cursos, em 22 de outubro de 1912” (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5). Não há informações de como se deu o seu ingresso na instituição, mas como disse anteriormente, estava naquele período estudando as instituições na Suíça onde teve a oportunidade de estabelecer importantes relações.

O Programa Geral do IJJR de 1912-1913, disponibilizado na forma digital no site do Arquivo do Instituto J. J. Rousseau, apresenta informações sobre a admissão de alunos. O documento informa que não havia exigência de diploma de nenhum grau, sendo necessário

que o candidato apenas demonstrasse cultura suficiente para frequentar as aulas. Indica também a necessidade de uma carta na qual conste o currículo e a carreira especial pretendida. Não foi localizada nenhuma carta de Lins nesse sentido. Cabe questionar se todos os critérios foram utilizados com aquela turma ou referiam-se a ingressos futuros, tendo em vista, casos como o de Helena Antipoff⁷⁷, ouvinte no primeiro semestre do Instituto, convidada para continuar seus estudos em Genebra pelo próprio Claparède quando este visitou o laboratório de Psicologia coordenado por Alfred Binet e Théodore Simon (CAMPOS, 2012, p. 113). Não teria do mesmo modo Francisco Lins sido convidado? Toda a burocracia de admissão valeria para esses casos ou o convite dispensaria tais critérios?

Conforme consta na lista de alunos do Programa Geral do IJJR dos anos de 1912-1913, além de Francisco Lins, eram regularmente matriculados na turma: Mathilde Berstein, Achkène Boladian, Joséphine Ciecierska, Gaston Clearc, Carékin Dilenian, Marie Dobra, Marguerite Eugster, Augusta Fouilloux, Marie Gautier, J.W.L. Gunning, Alina Hübsch, Andromaque Jeremiadès, Hélène Jeremiadès, Fanny Kossmann, Perla Meerovitch, Jean Onu, Mary-Rose Potter, Elise Radulescu, Isabelle Sadoveanu, Rose Simhovicz, Feiga Souravitch, Pablo Vila⁷⁸. Além destes 22 matriculados regularmente no semestre de inverno, que iniciou em 21 de outubro de 1912 e terminou em 20 de março de 1913, havia na turma mais 10 alunos inscritos como ouvintes, são eles: Helena Antipoff, Kathe Behrend, H.J.F.W. Brugmans, Joséphine Ciecierska, Demosthènes Depos, Myrriam Liberson, Gabrielle de Madre, Jacob Santos, Ottilie Schaumburg, Gabrielle Wilgot. Três alunos estavam matriculados oficialmente apenas naquele semestre: Francisco Lins, Mary-Rose Potter e Alina Hübsch. O fato de o brasileiro estar entre eles, sugere que não sabia se continuaria na Suíça, ou por sua viagem à Europa não ter uma previsão de término ou porque dependia financeiramente do governo de Minas Gerais para custear as despesas do curso.

Segundo o Programa Geral da instituição do primeiro ano, os matriculados regularmente pagavam 285 francos, ou 180 francos no semestre de inverno e 120 francos no de verão. Isso garantia-lhes assistir a todos os cursos, conferências e aulas anunciadas no programa semestral, além de acesso à biblioteca e ao laboratório do Instituto. Recebiam o benefício também de preços especiais, com desconto de 50% nas demais atividades

⁷⁷ Helene Antipoff (1892-1974), psicóloga russa, aluna na primeira turma do IJJR. Foi assistente-colaboradora de Claparède no laboratório de psicologia entre 1926 até 1929, quando foi convidada pelo governo brasileiro para trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/centenaire/personnes.html>

⁷⁸ Espanhol, diplomou-se no IJJR em 1913 (BOVET, *L'Intermédiaire des Educateurs*, out. 1913) fundou a Escola Nova "Horaciana", em Barcelona. Dirigiu um colégio em Bogotá, na Colômbia. Em 1920, foi professor na escola do trabalho de Barcelona, que visava formar operários para a indústria, e depois professor na Escola Normal espanhola (RUCHAT, 2008).

oferecidas. Os alunos ouvintes, por sua vez, pagavam proporcionalmente pelas lições e uma assinatura mensal para usar a biblioteca. Em geral as aulas eram realizadas nas instalações da Escola de Ciências da Educação de Genebra, no caso da disciplina de psicologia experimental, ministrada pelo professor Claparède, faziam uso do Laboratório da Universidade, que demandava uma taxa de uso aos alunos.

Ainda com base na lista de alunos, elaborei o quadro 2, no qual é possível observar os nomes e suas respectivas nacionalidades. Como é possível notar, alunos de diversas nacionalidades compuseram as turmas desses primeiros semestres, sendo Lins não apenas o único brasileiro entre eles, como também o único ingressante da América do Sul, fato que mereceu menção de Pierre Bovet, quando escreveu sobre a trajetória do IJR desde a fundação, no livro “*Vingt ans de vie. L’Institut J. J. Rousseau de 1912 à 1932*” (1932). Nesse, o suíço aponta a presença de americanos entre os alunos da primeira turma do instituto: “Um ‘reitor de mulheres’ de uma universidade americana e um jornalista brasileiro representam o novo mundo” (BOVET, 1932, p. 26, tradução nossa)⁷⁹.

Quadro 2 - Nacionalidades dos alunos 1912-1913

Alunos	Nacionalidades
Achkène Boladian	Ásia Menor
Alina Hübsch	Rússia
Andromaque Jeremiadès	Ásia Menor
Augusta Fouilloux	Suíça
Carékin Dilenian	Ásia Menor
Demosthènes Depos	Grécia
Elise Radulescu	Romênia
Fanny Kossmann	Rússia
Feiga Souravitch	Rússia
Francisco Lins	Brasil
Gabrielle de Madre	Bélgica
Gabrielle Wilgot	Bélgica
Gaston Clearc	Suíça
Helena Antipoff	Rússia
Hélène Jeremiadès	Ásia Menor
H.J.F.W. Brugmans	Países Baixos
Isabelle Sadoveanu	Romênia
Jacob Santos	Portugal
Jean Onu	Romênia
Joséphine Ciecierska	Polônia

⁷⁹ Original: “Une ‘Dean of Women’ d’une université américaine représentait le Nouveau Monde avec un journaliste brésilien”.

Quadro 2 - Nacionalidades dos alunos 1912-1913

Alunos	Nacionalidades
J.W.L. Gunning	Países Baixos
Kathe Behrend	Alemanha
Marguerite Eugster	Suíça
Marie Dobrea	Romênia
Marie Gautier	Suíça
Mary-Rose Potter	Estados Unidos
Mathilde Berstein	Rússia
Myrriam Liberson	Palestina
Otilie Schaumburg	Bélgica
Pablo Vila	Espanha
Perla Meerovitch	Rússia
Rose Simhovicz	Rússia

*Elaboração própria a partir do Programa Geral e Lista de Professores e de Estudantes – Arquivo do IJJR

Jornod (1995) apresenta um estudo no qual traz informações das turmas do IJJR em seus quatro primeiros anos, com base nas documentações dos Arquivos do Instituto, principalmente o *Livre d'or des élèves*. Aponta, quantitativamente, a composição quanto à nacionalidade, o sexo, a faixa etária, a religião, por exemplo. Quanto à nacionalidade, afirma que no primeiro ano de funcionamento, o instituto recebeu representantes de quatorze nacionalidades diferentes. Em relação ao sexo, com base nos percentuais apresentados por Jornod (1995), elaborei as tabelas a seguir:

Tabela 1 – Composição das primeiras turmas por sexo

Anos	Mulheres	Homens	Total
1912-1913	23	9	32
1913-1914	38	19	57
1914-1915	28	11	39
1915-1916	24	13	37
Total dos 4 anos	113	52	165

*Elaboração própria a partir dos dados de Jornod (1995).

A partir dessas informações, evidencia-se a predominância de mulheres nessas primeiras turmas, que chega a 70% (JORNOD, 1995). Mas também é possível visualizar a quantidade de alunos que a instituição recebeu nesses quatro primeiros anos.

Entre os anos de 1912 e 1915, Francisco Lins estudou no IJJR. A fim de compreender a participação de Lins nos anos que frequentou o Instituto, recorri ao documento Ouvintes e Alunos Regulares do IJJR⁸⁰, localizado nos arquivos do IJJR. Trata-se de um caderno

⁸⁰ Esse documento é nomeado por Jornod (1995) como “Register do diretor do Institut Rousseau”. Está disponível no Arquivo do Instituto J. J. Rousseau.

manuscrito mantido por Pierre Bovet (JORNOD, 1995), organizado em duas partes: uma primeira com a lista de ouvintes que participaram de aulas ou conferências entre 1912 e 1915 e uma segunda com a lista dos alunos regulares do Instituto de 1912 a 1929. Este documento me forneceu informações sobre os semestres em que Lins esteve matriculado como aluno regular e nos que compareceu como ouvinte, além das aulas isoladas que cursou e o preço que pagou. Com base nessas pistas, elaborei o quadro a seguir a fim de visualizar seu período de estudos e investimentos:

Quadro 3 - Período de estudos

Semestre	Período	Situação	Valor (em francos)
Inverno 1912-1913	21 de outubro de 1912 a 20 de março de 1913	Aluno regular	180
Verão 1913	8 de abril a 8 de julho de 1913	Ouvinte	37
Inverno 1913-1914	22 de outubro de 1913 a 22 de março de 1914	Ouvinte	43
Verão 1914	15 de abril de 1914 a 15 de julho de 1914	Aluno regular	120
Inverno 1914-1915	15 de outubro de 1914 a 15 de março de 1915	Aluno regular	226
Verão 1915	8 de abril a 15 de julho	Aluno regular	135

* Elaboração própria a partir do documento “Ouvintes e Alunos Regulares do Instituto (1912-1929)” – Arquivo do IJR.

Conforme o quadro 3, podemos verificar que durante todo o ano de 1913 Lins foi ouvinte e pouco participou das atividades, tendo em vista os valores gastos. Nos dois últimos semestres, todavia seus gastos ultrapassaram o valor da matrícula. No caderno manuscrito de ouvinte e alunos regulares constam as aulas frequentadas, porém não é possível identificar todas, tendo em vista serem usadas numerações e abreviaturas, arrisco dizer que entre as pagas por Lins constam na maioria das vezes aulas de Claparède, identificado por “Clap”. Outro gasto possível foi no Laboratório da Universidade de Genebra, nomeada como “Lab”.

O Programa Geral do curso nos anos 1912-1913 também me permite compreender a organização do ensino nesses primeiros anos. Ele se refere aos quatro primeiros semestres, neles as disciplinas são organizadas em três grupos: I- Criança; II - Educação; III- Ensino. Contém ainda a lista dos professores, conferencistas, alunos regulares e ouvintes, além dos critérios de admissão, informações sobre os estudos e concessão de diplomas. A partir das informações contidas, elaborei o quadro 4, na qual apresento os professores, as disciplinas que eram responsáveis e algumas informações sobre quem esses eram.

Como é possível observar, entre as aulas oferecidas pelo IJRR incluíam-se: psicologia infantil, psicologia experimental, psicologia e pedagogia do anormal, didática, educação moral, eugenia, higiene escolar, desenho, história e filosofia dos educadores. Essas eram ministradas por professores como: Pierre Bovet, Édouard Claparède, Alice Descoedres, Mina Audemars e Adolphe Ferrière.

Quadro 4 - Professores e disciplinas do Instituto em 1912-1913

Professor	Disciplina	Formação/atuação
Artus-Perrelet	Desenho	Professora das escolas secundárias de Genebra
Mina Audemars	Ensinar as crianças	Professora de escolas Infantis
Pierre Bovet	Didática /Educação Moral	Diretor do Instituto
Ed. Claparède	Psicologia e Eugenia	Professor da Universidade de Genebra
Jules Dubois	História e filosofia dos educadores	Doutor em filosofia/Professor da Universidade de Genebra
Em. Duvillard	Didática experimental	professor
Alice Descoedres	Psicologia e pedagogia do anormal	Professora de aulas especiais
Faller-Knaus	Ensinando os mais pequenos	Suplente
Henri Fehr	Ensino de matemática Elementar	Professor da Universidade de Genebra
Ad. Ferrière	Educação Moral	Professor da Universidade de Genebra
Paul Godin	Antropometria	Laureado Academia de Medicina
K. Jentzer	Educação Física	Professor das escolas secundárias de Genebra
M. de Maday	Pesquisas sociais sobre a infância	—
François Naville	Clínica e Patologia do anormal/Higiene escolar	Médico da escola/ Professor da Universidade de Genebra
Henri Reverdin	História e Filosofia dos Educadores	Doutor em Filosofia

*Elaboração própria a partir do Programa Geral e Lista de Professores e de Estudantes – Arquivo do IJRR.

Além das disciplinas listadas no quadro 4, também eram oferecidas conferências e aulas à parte ministrada por convidados, como por exemplo: o professor Ferdinand Brunot, da Faculdade de Letras de Paris, em 1912, ministrou “Programa e método de ensino racional da língua materna” na qual tratava o ensino de francês em cinco aulas, em 1912; Maurice Millioud, professor da Universidade de Lauseane, em quatro aulas apresentou “O papel social da escola”, em 1913; a professora assistente do conservatório Beth Mann, em “Instrução e educação musical”, também em 1913. Esses convidados não se restringiam apenas a professores de universidades estrangeiras, outros profissionais contribuíram com o curso, como o inspetor das escolas primárias M. L. Mercier, com as lições “Composição francesa na escola” oferecida em duas aulas teóricas em 1912.

Era conferido um certificado de estudos com direito a título de ex-aluno do IJJR aos estudantes regularmente matriculados que participassem ativamente das atividades por pelo menos dois semestres e que concluíssem com êxito nos testes práticos determinados anualmente. Aos que recebessem esse certificado de estudos e passassem em novos testes práticos seria emitido um diploma com título de Graduado pelo IJJR, sendo a exigência nesse caso de dois anos de frequência nas atividades da instituição. Não há informações se o brasileiro conseguiu obter seu diploma de graduado pelo Instituto, mas ele integrou o período normal de curso para tal o que me faz crer que essa fosse sua intenção.

Em outubro de 2013, o periódico *L'Intermédiaire des Educateurs*⁸¹, órgão de informação e propaganda do Instituto, publicou um resumo do primeiro ano de funcionamento do IJJR elaborado por Pierre Bovet, que era editor do boletim. Nesse, Bovet afirma que, graças a doações, a biblioteca já contava com quase dois mil volumes e folhetos. O próprio jornal *L'Intermédiaire des Educateurs*, no primeiro ano, contava com 304 assinantes, sendo 180 na Suíça. Afirma que os trabalhos de propaganda renderam muitas cartas e visitas interessadas em conhecer a instituição e, contrariando os que afirmaram que não teriam alunos, receberam naquele ano 20 aluno no semestre de inverno e 29 no semestre de verão, sendo a maioria mulheres, de nacionalidades diferentes e com objetivos diversos:

[...] alguns se interessavam principalmente por crianças muito pequenas, outros por atrasos, do ponto de vista médico ou pedagógico, outros em novas escolas e no ensino médio, etc. outros para a psicologia da criança, outros finalmente para todos ao mesmo tempo. Entre eles, os futuros políticos convencidos do imenso papel que as soluções dadas às questões educacionais desempenham no desenvolvimento de um povo. Não nos atrevemos a afirmar que todos encontraram tudo o que procuravam no Instituto, mas envidamos grandes esforços para garantir que nossa Escola dê algo a todos⁸².

Bovet afirma ainda que, além dos alunos matriculados nesse primeiro ano, tiveram 68 ouvintes em seus cursos, sem contar com os que assistiram palestras ocasionais. Sobre os alunos, afirma que “eram como queríamos que fossem, como deveriam ser para que pudessemos realizar nosso programa de trabalho colaborativo: ansiosos para estudar tudo, cheios de iniciativa em sua maioria, algumas já ricas em experiência”⁸³.

⁸¹ Não localizei produções que tratem desse impresso como objeto. As edições, entre 1912 e 1932, estão disponibilizadas no site do Arquivo da Universidade de Genebra.

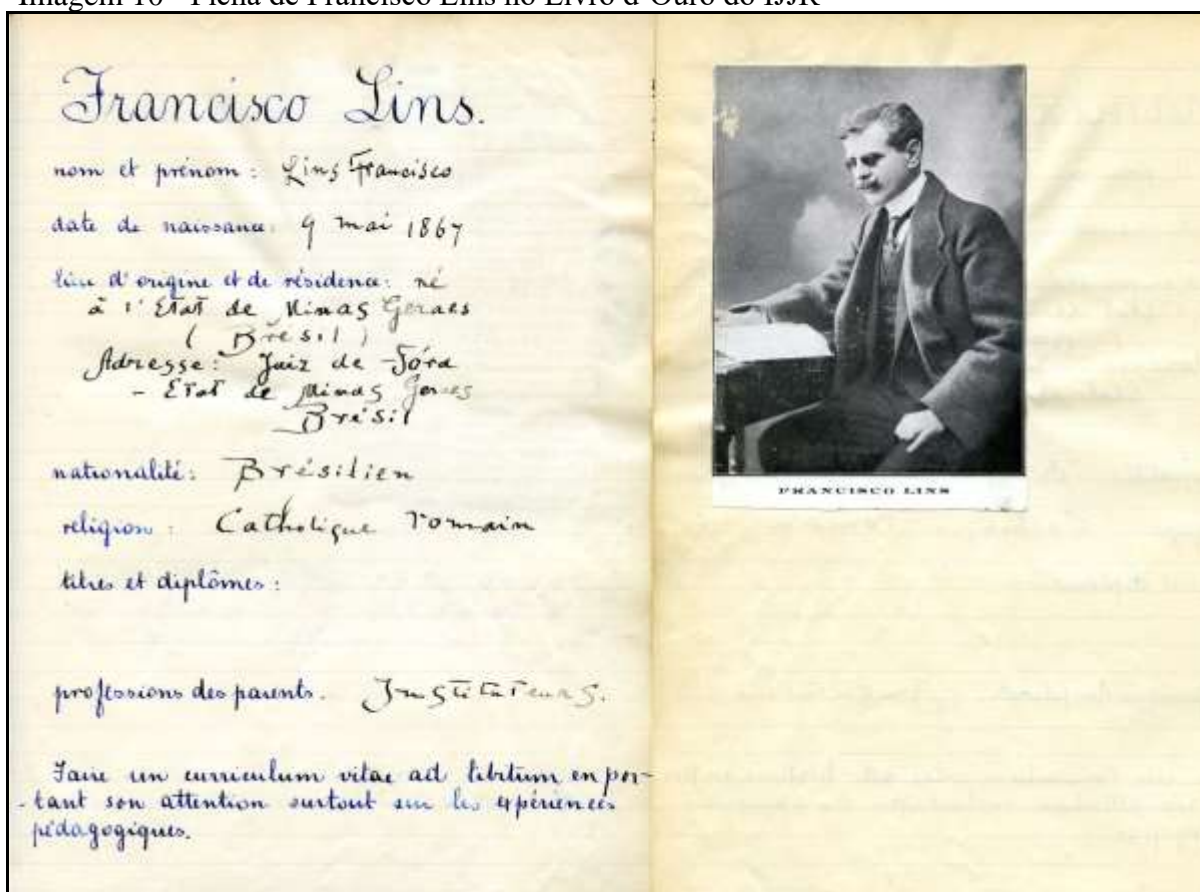
⁸² Tradução livre do original: “[...] les uns s'intéressaient surtout aux tout petits, d'autres aux arriérés soit au point de vue médical, soit au point de vue pédagogique, d'autres aux Ecoles nouvelles et à l'enseignement secondaire, d'autres à la psychologie de l'enfant, d'autres enfin à tout à la fois. Parmi ceux-ci, de futurs hommes politiques persuadés du rôle immense que jouent dans le développement d'un peuple les solutions données aux questions d'éducation. Nous n'osons pas affirmer que chacun a trouvé à l'Institut tout ce qu'il cherchait, mais nous avons fait de grands efforts pour que notre Ecole donnât quelque chose à chacun”.

⁸³ Tradução livre do original: “[...] ont été tels que nous les souhaitions, tels que nous les souhaitions, tels qu'ils devaient être pour que nous puissions réaliser notre programme de travail en collaboration: ardents à l'étude tous, pleins d'initiative pour la plupart, quelques-uns riches déjà d'expériences.”

Sobre os professores, que afirma terem sido quinze regulares, Bovet elogia pela dedicação altruísta no trabalho, na busca por contato pessoal com seus alunos e boa vontade até mesmo fora do horário escolar. Quanto ao ensino, pode ser conhecido pelo resultado dos alunos nos testes para obter certificação ou diploma, nos quais “não nos perguntamos se eles sabiam *repetir* o que tinham ouvido, mas se sabiam *fazer* o que os cursos que ouviram os incentivaram a praticar”⁸⁴.

Segundo Jornod (1995), Édouard Claparède idealizou a criação de um registro no qual constariam as histórias individuais dos alunos que passaram pelo Instituto, com isso pretendia construir uma rede de pessoas conectadas por um projeto comum que poderia servir de propaganda para a instituição, contudo não obteve sucesso na execução da ideia. Apesar disso, entre os registros dos ex-alunos que compõem o chamado *Livre d'or des élèves*⁸⁵, consta a página que apresenta as informações reunidas sobre Francisco Lins, seguida de uma fotografia (imagem 10).

Imagem 10 - Ficha de Francisco Lins no Livro d'Ouro do IJJR



Fonte: Arquivos do IJJR

⁸⁴ Tradução livre do original: “Nous ne nous sommes pas demandé s'ils savaient *répéter* ce qu'ils avaient entendu, mais s'ils savaient *faire* ce à quoi les cours entendus les avaient encouragés à s'exercer”.

⁸⁵ Composto em dois volumes: o *Livre d'or des élèves I (1912-1921)* e *Livre d'or des élèves II (1921-1938)*. Disponível em: http://cms.unige.ch/AIJR/livredor/crbst_2.html

Como se pode ver, não constam maiores informações sobre o brasileiro, inclusive não acompanha nenhuma carta-currículo, como nas páginas referentes a outros ex-alunos no livro. Dos alunos da primeira turma, apenas mais dois possuem registro no *Livre d'or des elève I* e, do mesmo modo, são poucos as informações apresentadas: Carékin Dilenian, nascida na Arménia em 01 de fevereiro de 1886, cristã; e Gaston Clearc, nascido na Suíça em 02 de abril de 1885, calvinista.

Frequentar um espaço reconhecido internacionalmente e aprender sobre o que havia de mais novo em termos educacionais como o IJJR, possibilitou a Lins estabelecer relações com professores e grandes pedagogos, conforme ele mesmo afirmou em carta ao *Minas Geraes*: “[...] foi dado entrar em relações com Paul Godin, Ferrière, Naville, Jules Bois, também professores eméritos, e outros, alguns dos quaes acabo de rever e continuam a prestar os seus serviços ao Instituto” (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Assim, a passagem pelo Instituto, certamente influenciou muito no pensamento do intelectual mineiro. Campos (2012), em sua investigação sobre como se constituiu a perspectiva de análise dos fenômenos psicológico e psicossociais no trabalho que Helena Antipoff desenvolveu no Brasil, observa as possíveis influências que seu ingresso na primeira turma do IJJR e, conseqüente, contato com grandes pedagogos e psicólogos ligados a ele, produziram no desenvolvimento da visão da educadora. Considera que, ao ingressar nas primeiras turmas no Instituto, ela se informaria de modo completo sobre a abordagem funcional e sobre os métodos ativos. Além da orientação de Claparède e demais professores da instituição, em sua formação no IJJR, a russa recebeu outras influências como: Jean-Jacques Rousseau, Stanley Hall, John Dewey e William James, Freud, Alfred Binet e Stern.

Apesar da impossibilidade de conhecer melhor as impressões da viagem de Francisco Lins, busquei neste capítulo, a partir de algumas pistas, compreender essa experiência que, semelhante a de muitos outros educadores viajantes que se lançaram no mundo em busca de conhecimento sobre *o outro*, acreditando que assim encontrariam modelos capazes de promoverem mudanças na educação de seus países.

3 ETERNIZADO NOS IMPRESSOS: PUBLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA VIAGEM

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa.

José Saramago

Trago o trecho de José Saramago neste último capítulo para reflexão sobre os escritos como forma de eternizar travessias e sujeitos que delas desfrutaram. Conforme Mignot (2017), as narrativas de viagem documentam a experiência, provam o vivido e evitam o esquecimento. Com isso, considero que esses registros possibilitam tornar permanente o vivido, prolongar as memórias e eternizar as viagens e os viajantes.

Como disse no capítulo anterior, ao longo dos sete anos em que estive na Europa, Francisco Lins produziu anotações. Essa produção não surpreende, haja vista se tratar de um sujeito que teve a escrita como uma prática corriqueira na vida. Além do que, conforme Mignot (2007, p. 246-247), as viagens deixam vestígios escritos que “testemunham o sonhado, o vivido, o recordado”, “detalham experiências ou apenas flagram instantes”. Apesar da certeza de que a escrita integra a viagem, os registros sobre essa primeira experiência desse intelectual não foram localizados. Todavia, assim como Saramago, considero que “as viagens não acabam nunca”, pois mesmo após se despedir da Europa, no final de 1917, ainda cabia a ele a obrigação de entregar um relatório ao governo e a divulgação dos conhecimentos adquiridos na viagem. Chamon e Faria Filho (2007), ao tratarem da viagem de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade aos Estados Unidos, entre 1883 e 1887, estabelecem uma relação entre escrita e viagem, na qual afirmam que essa só seria completa quando seus conhecimentos fossem divulgados. Embora o relatório também não tenha sido encontrado, em outras oportunidades o educador tornou públicas suas observações e as ideias criadas a partir da experiência de contato com o outro.

Compreendo que os conhecimentos das viagens, assim como os que provêm das leituras, são apropriados de maneira única pelo indivíduo, pois conforme Chartier (1998), os modos como os sujeitos constroem sentidos e as formas como interpretam não são próprios dos objetos culturais. Diante disso, neste capítulo, procuro debruçar-me sobre as produções do intelectual após a viagem e publicizadas pelos periódicos. Para tanto, são fontes privilegiadas seus textos no jornal *O Paiz*, em 1924, e os periódicos oficiais do estado mineiro, *Minas Gerais* e *Revista do Ensino*, entre 1926 e 1930. Nesses, busco destacar alguns pontos, visando

compreender como o intelectual pensou a educação após a viagem, as apropriações das ideias e dos conhecimentos que obteve nos estudos dos modelos estrangeiros.

Tendo em vista que os estudos dos modelos estrangeiros desenvolvidos por Lins chegam aos leitores por seus escritos e teses publicadas na imprensa, no trabalho com esses impressos, busco ter atenção aos aspectos que envolvem a forma e os suportes nos quais os textos circularam. Em conformidade, assim, com a perspectiva de Roger Chartier (1998), na qual o suporte é um elemento fundamental na compreensão do texto, pois sua interpretação depende das formas como ele atinge o leitor, podendo revelar intenções e impor práticas de leitura.

Entendo também que o educador, a partir de sua narrativa sobre o outro, opera um trabalho de tradução, mediando o conhecimento sobre os novos modelos educativos. Nessa atividade de intelectual mediador, elabora um pensamento próprio, portanto, não apenas media, como cria:

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES e HANSEN, 2016, p. 20).

Assim, nos escritos de Francisco Lins encontro mais do que informações sobre a viagem, esses são indícios de como representou essa experiência e a educação, bem como os propósitos que tinha em vista ao torná-los públicos, impressos em determinados periódicos.

3.1 “De um grande número de notas”: artigos ao jornal *O Paiz* (1924)

Do “grande número de notas” realizadas durante o tempo que esteve em viagem à Europa, juntamente com a experiência nas funções públicas que assumiu logo que retornou ao Brasil, das quais falei no primeiro capítulo, Francisco Lins afirma ter escrito a série de artigos que publicou no jornal *O Paiz*⁸⁶, em 1924, um importante periódico diário na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1º de outubro de 1884, em seus primeiros anos, sob a propriedade do comerciante João José dos Reis Júnior e direção de Quintino Bocayúva. Circulou diariamente até 1934, tendo tido a publicação interrompida apenas uma vez, entre 1930 e 1932. Barbosa (2007) afirma que, no início do século XX, *O Paiz* demonstrou lentidão na adoção de recursos

⁸⁶ Apresentei uma análise inicial sobre essas publicações no X Seminário Internacional Redes Educativas e as Tecnologias, em 2019, tendo publicado em forma de resumo expandido o texto “Problemas nacionais, soluções estrangeiras: os artigos de Francisco Lins ao jornal *O Paiz* (1924)”. Disponível em: <http://www.seminarioredes.com.br/xredes/adm/trabalhos/diagramados/TR428.pdf>

gráficos e editoriais, em comparação com outros diários, o que demonstra incompatibilidade e exagero quando utilizavam o *slogan* que dizia ser aquela “a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul” (BARBOSA, 2007, p. 47).

Por longo período, o impresso teve como diretor, e mais tarde proprietário, o português João Lage, compreendido pela historiografia como a típica imagem do jornalista corrupto, que recebia benefícios materiais em troca de posicionamento do jornal e, exercia, assim, um jornalismo situacionista. Segundo Barbosa (2007), sob a administração de Lage que o matutino viveu seu período áureo, justificado pelas relações desse com o poder:

Vivendo das benesses do poder público e do que recebia em troca de apoio explícito aos dirigentes, sejam estaduais, municipais ou nacionais, *O Paiz* constrói sua prosperidade na razão direta de suas ligações com a sociedade política (BARBOSA, 2007, p. 46).

O caráter do jornal ficava evidenciado em seu subtítulo: “Jornal independente, político, literário e noticioso”. Segundo Castilho (2013), desde sua fundação, o periódico esteve relacionado à política, como diversos outros que surgiram após a abolição, defendia a causa republicana, além disso, vários jornalistas utilizaram sua escrita para ascender a cargos políticos. Mas o periódico teve de fato seu momento de maior popularidade, no período de direção de Lage, alimentado pelas desavenças públicas com o concorrente Edmundo Bittencourt, fundador do *Correio da Manhã* (CASTILHO, 2013, p. 7).

Tendo sempre elogios para os governos de quem recebe claramente apoio sob forma de publicidade, *O Paiz* atravessa toda a década de 1910 envolvido em escândalos, criticando os jornais concorrentes e sendo achincalhado por eles, mas, sobretudo, valendo-se de suas estreitas relações com o poder para continuar se mantendo, apesar de ser cada vez maior a sua distância em termos de crescimento empresarial em relação aos concorrentes (BARBOSA, 2007, p. 47).

Atualmente, as edições do periódico encontram-se disponibilizadas exclusivamente digitalizadas na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, o que permite a garantia do seu bom estado de conservação. Ao observar os números publicados em 1924, noto que as edições de *O Paiz* apresentavam entre 10 e 12 páginas, com poucas exceções, além das de domingo que contavam com 16 páginas. Conforme estampado na capa do jornal, a edição avulsa era vendida por 200\$00, mas também eram oferecidas opções de assinatura anual, semestral, trimestral com preços que variavam para o Brasil e para o exterior. Apesar de sua oferta ao exterior, não se tem informações quanto à circulação em outros países, assim como não há números precisos em âmbito nacional.

No período analisado o jornal passava por uma crise que afetou a sua circulação (CASTILHO, 2013, p. 7). Isso porque durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), o

impresso teve sua credibilidade questionada pelo apoio ao presidente, que exercia seu pleno poder sob estado de sítio. Diante da censura aos jornais de oposição ao governo, *O Paiz* ficou isolado e, conseqüentemente, enfraquecido. O papel dos jornais e revistas como difusor de propaganda favorável ou como suporte para formas de contestação, resistência e projetos alternativos nos regimes autoritários tem sido fruto de interesse dos historiadores tendo em vista os vários momentos que a imprensa foi silenciada ou colaborou com esses, conforme afirma De Luca (2018).

Portanto, em 1924, quando Francisco Lins publicava no periódico, esse era favorável ao governo autoritário. Devido à crise de credibilidade do jornal é possível que seus textos não tenham sido bem recepcionados. Em seus artigos, o intelectual tece elogios ao trabalho de Arthur Bernardes: “Nestes últimos tempos, em Minas, força é confessar, muito séria e proficuamente se tem trabalhado por melhorar o ensino público, e tal se deve aos esforços dos Dr. Arthur Bernardes, Raul Soares e Mello Vianna” (GRUPOS..., *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5). Desse modo, as publicações naquele exato momento carregavam, entre outros objetivos, o de apoiar e fazer propaganda para o governo.

O presidente da sociedade que editava o jornal, no período da publicação dos artigos de Lins, era Villela dos Santos, a quem o educador considerou responsável pelas suas publicações: “graças á nimia bondade e gentileza do Exmo. Sr. doutor Vilella dos Santos, ilustre presidente da sociedade que edita o brilhante quotidiano” (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4).

A justificativa apresentada por Lins para publicação dos textos, tanto tempo depois do retorno ao Brasil (quase sete anos), era fundada em sua visão de ser aquele um momento oportuno, pois a União e os estados se ocupavam com as reformas da educação pública:

Esses artigos, que há muito dormem na minha pasta, vão agora ser offerecidos aos leitores do PAIZ [...] Sem dúvida o momento é azado para que se publiquem, visto como, não sómente a União, mas ainda todos os nossos Estados se ocupam actualmente da reforma da instrução pública (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4).

De fato, em diversas partes muito se discutia quanto à situação da educação brasileira. Entre 1920 e 1930, reformas nos sistemas de ensino aconteceram em diversos estados com base nas influências escolanovistas, como as promovidas por Lourenço Filho no Ceará (1922-1923), por Anísio Teixeira na Bahia (1924-1929), Francisco Campos em Minas Gerais (1926-1930), Fernando Azevedo no Distrito Federal (1927-1930) e Carneiro Leão em Pernambuco (1929-1930). Segundo Nagle (1974), o aparecimento dessas discussões e das frequentes reformas nesse período foi consequência do *entusiasmo pela escolarização* e do *otimismo*

pedagógico. Os anos 1920, em especial, teriam sido marcados por um pensamento de que pela via da escolarização a nação alcançaria o progresso:

[...] de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). A partir de determinado momento, as formulações se integram: de proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre da crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica (NAGLE, 1974, p. 99-100).

Sendo *O Paiz*, um periódico carioca que circulava em âmbito nacional, os textos de Lins eram dirigidos para todo o Brasil, embora, como disse, não seja possível precisar seu alcance e nem, com exatidão, a recepção de suas ideias.

Foram divulgados um total de dez artigos entre outubro e dezembro de 1924, dispostos em colunas verticais localizadas, em geral, entre as páginas 4 e 6 do jornal. Como é possível observar no quadro 5, no que se referem as datas das publicações, não havia uma regularidade, algumas tiveram intervalos de duas semanas, outras de poucos dias. Ao longo delas, tratou diversos temas pertinentes à educação nacional, conforme apresento no quadro a seguir:

Quadro 5 - Artigos publicados no *O Paiz* (1924)

Data da publicação	Título do artigo
22/10/1924	O problema da educação
04/11/1924	A educação, a instrução e o lixo
15/11/1924	Escolas infantis
23/11/1924	Grupos escolares
25/11/1924	Escolas para anormaes
28/11/1924	Escolas primárias superiores
03/12/1924	Escolas normaes
19/12/1924	Reformas das Escolas Normaes
27/12/1924	Um novo Gymnasio
31/12/1924	Uma faculdade de ciencias da educação

*Elaboração própria a partir do jornal *O Paiz* (1924) - Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

No primeiro artigo, o educador mineiro inicia enfatizando os quase sete anos vividos na Europa a fim de visitar institutos de educação, destacando sempre sua dedicação exclusiva

ao exaustivo trabalho, e afirma como objetivo de a publicação tratar o grande problema da educação nacional e como se resolveu nos países europeus:

Durante quase sete annos – de 1911 a 1917 – inteiramente me consagrei ao desempenho de tão árdua missão, a despeito do estado precario da minha saude, da fadiga crescente dos meus olhos [...] Depois do meu regresso, de um grande numero de notas que tomei no correr dos meus estudos, e ultimamente no Brasil, onde há mais de cinco annos, exerço as funções de reitor do Gymnasio Mineiro de Barbacena, velho e conceituado instituto de ensino, tirei uma serie de artigos em que trato do grande problema , mostrando como elle se resolveu nos paizes do velho mundo e como, segundo a minha opinião, se deve resolver aqui (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4)

Assim, primeiramente, apresentava uma razão que o legitimava a falar sobre o assunto. Conforme Chamon e Faria Filho (2007, p. 58), a experiência do viajante favorecia a circulação das ideias pela receptividade com que eram recebidas. Ao evocar sua experiência de viagem, o intelectual buscava legitimidade para escrever sobre os assuntos referentes à educação nacional. Do mesmo modo, quando afirma que os problemas na educação brasileira tratados por ele foram identificados a partir de sua experiência enquanto Reitor do Ginásio Mineiro de Barbacena e fiscal da instrução pública de Minas Gerais (O PROBLEMA..., *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4; ESCOLAS NORMAES, 03/12/1924, p. 4), o intelectual procurava ser reconhecido por entender da realidade nacional. Deixando claro que conhecia bem, não apenas acerca da educação brasileira, mas da estrangeira. Mais do que isso, o conhecimento e a autoridade sobre o assunto derivavam do longo período em que estudou as ideias e visitou diversas instituições europeias para conhecer o seu funcionamento e, portanto, tinha visto com os próprios olhos. Além do compromisso de compartilhar o visto e vivido, a escrita sobre as viagens era um modo de legitimação entre seus contemporâneos (CHAMON; FARIA FILHO, 2007).

Do mesmo modo, ao afirmar ter analisado o problema da educação nacional com base em suas experiências, provavelmente, o educador estivesse buscando demonstrar propriedade no conhecimento da educação nacional. E defender-se de possíveis críticas a implantação de modelos importados sem adaptações, que desconsiderassem a realidade local. O que era uma preocupação do próprio Lins, conforme tratei no capítulo anterior, quando, em carta a Francisco Valadares, afirmou que buscava estudar especialmente as escolas das aldeias da Suíça por considerá-las parecidas com as mineiras (FRANCISCO..., *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1).

Outra preocupação inicial na abertura dos artigos, que mais uma vez aparece quando fala da viagem, é a de sempre afirmar que os longos anos que passou na Europa foram exclusivamente trabalhando pela causa da educação, e que fez isso de modo exaustivo.

Apresenta para isso a transcrição de um documento de 1917, no qual o consul brasileiro em Genebra, Alcino Santos Silva alega que ele esteve todo tempo dedicando-se à missão que o governo lhe deu de estudar os institutos de educação europeus. A provável insistência na comprovação do seu empenho na viagem pode estar relacionada ao desejo de reconhecimento pelo seu trabalho na educação.

Quando Lins se propõe a abordar os problemas da educação nacional e as soluções adotadas nos países estrangeiros, nota as estratégias utilizadas nas representações da educação desenvolvidas pelo autor. Constata frequentemente a existência de muitos problemas na educação nacional, representando essa como caótica, desorganizada e imperfeita. Trata-se de uma estratégia para a afirmativa seguinte de que é necessária uma urgente reforma nas instituições para resolução de seus problemas. Segundo Faria Filho (2010), essas eram duas retóricas constantemente empregadas em quase todos os projetos reformistas no campo da educação nacional ao longo do século XX. No período que antecedeu as Reformas da Instrução Pública em diversos estados entre os anos 1920 e 1930, o cenário educacional brasileiro era diagnosticado como caótico pela imprensa, conforme Vidal e Faria Filho (2005):

A falta de materiais, a inconsistência dos métodos, a inadequação das instalações e a ineficiência do ensino clamada pelos altos índices de analfabetismo (em torno de 80%) eram os argumentos recorrentes de educadores e jornalistas na configuração da escola brasileira. Muito estava por fazer: esse era o diagnóstico reiterado nas grandes e pequenas imprensas e nos periódicos pedagógicos (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 7-8).

Outra marca no pensamento de Francisco Lins era acreditar que uma reforma no ensino repercutiria no país como um todo, resultado da visão de que a educação seria capaz de mudar a sociedade, salvando-a de todas as suas mazelas. Segundo Nagle (1974), esse pensamento educacional era comum na década de 1920, quando consideraram que todos os problemas nacionais eram derivados da constatada situação de miséria do ensino, que seriam resolvidos pela promoção da escolarização, vista como principal instrumento de progresso para o país:

Isso não significa que não fossem percebidas muitas outras questões: era impossível não perceber os problemas de natureza política, econômica e social que caracterizavam de maneira tão profunda o terceiro decênio deste século e colocavam o País em situação de “crise”. E não deixavam de ser percebidos. A literatura educacional da época mostra que, pelo menos na sua manifestação mais superficial, tais problemas eram identificados e, às vezes, discutidos; no entanto, perdiam a primazia para os problemas especificamente educacionais, desde que a solução destes se encontrava a chave para resolver aqueles (NAGLE, 1974, p. 109).

As discussões de combate ao analfabetismo tiveram origem na década anterior. A alfabetização da população se tornou interesse nacional por conta do nacionalismo e

patriotismo aflorado no Brasil, logo após a Primeira Guerra Mundial, que levaram intelectuais a discutirem o desenvolvimento do país. É nesse contexto que são fundadas a Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBCA), em 1915, e a Liga da Defesa Nacional (LDN), no ano seguinte. Segundo Almeida e Silva (2020), apesar das especificidades de cada uma, com estratégias e metas diferentes, seus propósitos coincidiam. Nos discursos da LDN “apesar da defesa nacional aparecer como ponto central, o ensino popular era destacado como um ‘poderoso instrumento patriótico’, levando à população o esclarecimento e ampliando a possibilidade de se inserirem na vida pública através do voto” (ALMEIDA e SILVA, 2020, p. 121).

No período de “entusiasmo pela educação”, contudo, as discussões ampliaram-se. Se, por um lado, a luta pela alfabetização passava a ser encarada como necessária para o avanço do país, progressivamente, surge o pensamento de que o problema não seria propriamente o analfabetismo (NAGLE, 1974). Francisco Lins afirma em seus textos ao jornal *O Paiz* que a educação que defendia era diferente da instrução que se aplicava. Segundo ele, enganavam-se os que viam a instrução como solução única para as questões nacionais:

[...] meu intuito é desfazer as ilusões dos que julgam ser a instrução a panacéia, a maravilha capaz de debellar todas as doenças que flagelam a nossa Pátria e que se agravam de mais a mais [...] Recorramos á educação para salvar-nos do terrível flagello, servindo-nos tambem da instrucção, mas desta com muito cuidado, porque a instrucção é uma espada de dois gumes, que tanto póde fazer o bem quanto o mal (A EDUCAÇÃO..., *O Paiz*, 04/11/1924, p. 5).

É a partir dessa perspectiva que no artigo “A educação, a instrução e o lixo” teceu críticas às Ligas contra o Analfabetismo, que embora reconheça o trabalho realizado como louvável, considerava que esse esforço seria mais útil se não operassem apenas no sentido de instruir:

Reconheço as boas intenções, louvo os esforços dos que, no Rio e nos Estados, fazendo jus á admiração geral, as têm fundado e galhardamente trabalham para mantel-as. Mas, justamente, quero mostrar que taes esforços poderiam ser feitos com muito mais vantagem para o paiz, se lhes fosse dada uma orientação diferente (A EDUCAÇÃO..., *O Paiz*, 04/11/1924, p. 5).

Embora partilhasse da ideia de que a educação salvaria o país de todos os problemas, Francisco Lins entendia que não seria através da alfabetização e da escolarização de amplas parcelas da população que isso aconteceria. Isso porque estabelece uma diferenciação entre a instrução e educação, considerando: “os preceitos da hygiene do corpo e da intelligencia devem ser observados rigorosamente, porém, mil vezes mais rigorosos os preceitos da hygiene da alma. Há uma grande diferença entre alma e intelligencia” (A EDUCAÇÃO..., *O Paiz*, 04/11/1924, p. 5). Inseria-se, assim, entre o grupo dos intelectuais que naquele período,

compreendia a necessidade de uma formação que integrasse os aspectos físicos, moral e intelectual.

Fundamentava suas ideias apresentando as soluções de outros países os problemas na educação, sempre fazendo alusão a esses outros como perfeitos em organização. Sua proposta seria, assim, aplicar no Brasil os modelos estrangeiros que conheceu no tempo em que estudou na Europa. Conforme Marta Chagas de Carvalho (2011), as viagens fomentaram o contato da geração de educadores com as ideias escolanovistas, tanto de tradição europeia como norte-americana, naquele período, repercutindo na maneira como aqueles concebiam a escola:

A revisão das finalidades sociais da escola e de seu potencial transformador e conformador foi empreendida por uma geração de educadores, a partir de seus múltiplos contatos com o movimento pela Escola Nova que se desenrolou na Europa e nos Estados Unidos, no período entreguerras. Esses contatos foram alimentados por um grande número de viagens de estudo, em muitos casos promovidas no âmbito de iniciativas governamentais de reforma escolar (CARVALHO, M., 2011, p. 195).

Assim, ao tratar da educação na primeira infância, em seu artigo “Escolas Infantis”, o educador apresenta como modelos a serem seguidos a Suíça, a França, a Itália e a Alemanha, nas quais “com a idade de três ou quatro anos, já vão as crianças para a escola”, para ele, não fazer da mesma maneira acarretaria em prejuízo para as crianças no Brasil, pois “Tres ou quatro anos se perdem, indo ellas, como acontece aqui, com a idade de sete annos” (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4).

Para Francisco Lins, as mães são incumbidas pela natureza para o “dever sagrado” e “delicada missão” de educar as crianças nos primeiros anos. Apesar da função de educar as crianças sempre tenha sido relacionada ao sexo feminino, no início do século XX, as mulheres tornaram-se centro dos esforços de propagação de um modelo familiar no qual eram as detentoras da “missão sagrada” e “vocação natural” de criação dos filhos. A partir de então a maternidade adquire um sentido de função pública na formação do cidadão para a pátria (FREIRE, M., 2009). O papel da mulher como mãe de família e principal responsável pelo preparo físico, intelectual e moral do futuro cidadão ganhou força no mundo todo, legitimada pelas formulações científicas, considerando essa como sua grande contribuição para o engrandecimento da nação. Conforme Rago (1985), o pensamento do teórico francês Jean-Jacques Rousseau teve grande influência nas produções médicas sobre a maternidade e a educação como vocação natural feminina, tanto no Brasil como em outros países.

Apesar das considerações sobre uma suposta natureza feminina para educação das crianças, era consenso que essa necessitaria de instrução para o desempenho adequado da

função (FREIRE, M., 2009). Do mesmo modo, considerava-se que deveriam “se purificar e moralizar” conforme salienta Lins. Ao constatar a falta dos requisitos necessários para a educação das crianças, passa a defender uma intervenção do governo o quanto antes na educação dos pequenos, por meio da fundação de escolas infantis:

A educação deve começar no berço, e ahí, em primeiro lugar, naturalmente, incumbe ás mãis o desempenho da delicada missão. Mas, pelo facto de, em geral, desconhecerem ellas até o a-b-c da arte de educar, força é que o governo o mais cedo possível occorra em favor das crianças.

Pena é que tal se dê, visto como, na primeira infancia, quer a natureza que as educadoras sejam as mãis . Certo, uma escola, por mais risonha, por mais bella que seja, diz François Guex, jamais poderá valer o recanto, mesmo extraordinariamente pobre, em que a intelligencia e o coração da criança, sob os olhares maternos, se abrem para a vida. A mãi que, para educar o filho, se purifica e se moraliza representa o ideal. Mas, na realidade, isso não se vê. Quantas mãis nas classes privilegiadas, mostrando desconhecer os seus deveres sagrados, confiam os filhos á ignorância das criadas ou á indiferença de amas mercenárias! Nas classes pobres, o mal é mais grave ainda: empenhados os pais em tremenda lucta para ganhar a vida, não raro se veem os filhos completamente abandonados, uns entregues á mendicidade, outros á vagabundagem, aos mais negros vicios (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4).

O pensamento de Francisco Lins está associado às preocupações que circulavam no período em torno da infância. Muitas teses médicas dedicaram-se a criticar a amamentação mercenária, com base nas altas taxas de mortalidade infantil, condenando as mães que não amamentavam os filhos. O leite das amas mercenárias aparece nesses discursos como perigoso por propagar germes e por degenerar a família. Os médicos sanitaristas apresentavam a nutriz como “pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família” (RAGO, 1885, p. 78). Em contrapartida, buscava-se persuadir as mulheres da vocação natural, construía-se a imagem da boa mãe, “guardiã vigilante do lar”:

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação de doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquire os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (RAGO, 1885, p. 80).

Para Lins, as crianças pobres eram sujeitas a malefícios ainda maiores. Isso porque a necessidade de as mulheres pobres trabalharem fora de casa para sustentar a família se configurava em um obstáculo ao desempenho da função de “guardiã”. Nesse caso as crianças cresceriam sem a figura da “protetora do lar”, entregues à sorte, circulariam pelos espaços

públicos, considerados como lugares perigosos para a educação das crianças, e estariam propensas aos vícios e à criminalidade (RAGO, 1985).

A escola infantil conforme planejada por Francisco Lins deveria ser: “um meio são, em que os pequenos, afastados de todos os cuidados, possam desenvolver-se livremente, crescer em beleza, em juízo, em virtudes, de modo que lhes seja dado chegar, mais tarde, á perfeição, á felicidade” (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4). Com base no estudo “escolas maternas” da educadora francesa Pauline Kergomard⁸⁷ afirma que a escola infantil ideal seria uma mistura dos *kindergarten* e das *Case dei bambini*, criadas por Maria Montessori. Também cita o alemão Felix Klein⁸⁸ para pensar uma educação na infância: “a liberdade da criança não deve ter por limites senão a liberdade dos seus pequenos vizinhos e a força calma das leis da natureza” (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4). E, ao tratar dos métodos que deveriam ser empregados nessa instituição, demonstra sua aproximação com os ensinamentos difundidos pelo IJJR:

[...] um methodo concreto, intuitivo, experimental, exemplo de abstracção, inteiramente em harmonia com o espirito da primeira idade, com as suas necessidades – necessidades de agir, de mover-se, de cantar, de saber, de comprehender, de crear, mesmo de brincar, e de tal modo que, enfim, possam germinar, desenvolver-se todas as sementes lançadas pela natureza nos sulcos virgens da alma e do coração da criança (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4).

Demonstra com isso, ter recebido muitas influências europeias em seu pensamento. Ao apropriar-se dessas diferentes ideias compreendia que deveriam ser consideradas as necessidades particulares da criança no planejamento do método para que, naturalmente, se desse seu desenvolvimento. Para aplicar tais métodos, todavia, considerou como um desafio encontrar professoras qualificadas para atuarem nessas escolas infantis. Segundo ele, “a perfeita professora de uma escola infantil deve ser, ao mesmo passo, pedagoga, physiologista, psychologist, hygienista e... mais algumas coisas” (ESCOLAS INFANTIS..., *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4). Essa dificuldade o leva a aconselhar que se busquem na Suíça

⁸⁷ Pauline Kergomard (1838-1925) foi Inspectora Geral das salas de asilo francesas em 1879, nomeada por Jules Ferry. Empenhava-se na defesa da escola maternal e grande colaboradora na definição do modelo que pregava a especificidade e o vínculo dessa etapa com a escola elementar. Enfatizava que a escola maternal era lugar de atividades que propiciem a formação da criança e não programa escolar. Entre suas obras destacaram-se *L'éducation maternelle dans l'école* (1886) e *Les écoles maternelles de 1837 a 1910* (1910). Foi diretora da Revue *L'Ami de L'Enfance* (1881-1896), cuja linha editorial enfatizava a educação da criança como preparação para a vida, amor e respeito a individualidade. Foi também Inspectora Geral da Educação entre 1881 e 1910, sendo a primeira mulher no Conselho Superior de Instrução Pública da França (NASCIMENTO, 2001).

⁸⁸ Felix Klein (1849-1925) foi um matemático de prestígio internacional e autoridade na área da educação matemática, que começava a se constituir (SILVA; RIOS, 2019).

professoras entre as quais ele indica o nome de Mlle. Audemar. Essa questão será explorada novamente mais adiante.

Do mesmo modo, é possível identificar as apropriações dos modelos estrangeiros pelo educador a partir do seu artigo “Grupos escolares”. Nesse o educador afirma não haver ainda um consenso no Brasil sobre quando preferir implantar os grupos escolares ou as escolas isoladas. Para ele, os grupos escolares não deveriam ser adotados de modo generalizado, pois implicavam em problemas como os alunos terem de percorrer longas distâncias para chegarem à escola. Formula, então, uma solução com base na maneira como eram pensadas as escolas na Suíça, onde segundo ele:

[...] ha escolas de uma classe, de duas classes, de tres classes, etc. O numero de classes depende da densidade da população. Se, por exemplo, em um ponto, vizinhas vivem quarenta crianças, ahí a escola tem uma só classe; se oitenta crianças, duas classes; se cento e vinte crianças, três classes. Assim, por diante, até seis classes (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5).

Dessa forma, considerariam a densidade populacional como na Suíça, e se aplicariam os modelos dos grupos escolares apenas em locais nos quais a densidade era grande, solucionando-se, assim, um problema que ele identificou no Brasil:

Nas cidades onde a população é geral e extraordinariamente disseminada, sem duvida alguma, força é que se de preferência á escola isolada; nos logares em que for densa a população como no Rio, S. Paulo, etc., devem ser preferidos os grupos escolares (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5).

Defende que o modelo de grupos escolares poderia ser adotado nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a densidade populacional é maior, mas não em casos como Minas Gerais. Tanto que, apresenta a situação dos grupos escolares em duas cidades bastante conhecidas por ele “[...] como acontece em duas cidades de Minas - Barbacena e Juiz de Fóra – se obrigam a fatigantes caminhadas, cedo de mais, sem se alimentarem, para cumprir o dever escolar” (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5).

Ainda no que se refere aos grupos escolares, entende que o funcionamento de vários deles em um único prédio, como havia sido feito no Brasil, traria prejuízos às crianças: “em alguns logares, funcționarem dois, ter grupos no mesmo prédio, uns de manhã, outros á tarde, e consta-me que outros mesmo á noite, com grande prejuízo para as crianças” (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5). Segundo ele, na Suíça “No mesmo dia, no mesmo prédio, não se admite o funcionamento de mais de um grupo” (GRUPOS ESCOLARES, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5).

Outra formulação de Lins de claras inspirações nos modelos estrangeiros consta em seu artigo “Escolas para anormaes”. Particularmente sobre a temática da educação dos “anormaes”, busca demonstrar um largo conhecimento ao apresentar um histórico de que desde o século XVIII a Europa teria começado a desenvolver trabalhos voltados para essas crianças. Aponta as primeiras instituições o nome de pedagogistas que ganharam destaque nesse campo:

Na Europa, no século XVIII, foi que se iniciou o trabalho a pró dos anormaes. Então, sob a direcção de Valentin Haüy, se fundou o primeiro estabelecimento destinado a protegê-lo. Vieram depois o padre Charles Michel de l’Épée e Samuel Heinicke – este na Alemanha e aquelle na França – entrado ambos de bater-se pela causa dos pequenos infelizes. Na Suíça, o primeiro instituto para a educação dos anormaes organizou-se no Catão de Uri, em 1841, sendo dirigido pelo Dr. Guggenbahi, um benemérito cuja obra grandiosa não foi compreendida, pelos seus compatriotas que o perseguiram, compelindo-o a ir morrer em terra extranha. Em seguida, muitos outros pedagogistas se distinguiram trabalhando em favor das inditosas crianças. Séguin e Itard, na França, Goggenmoos na Allemanha, Miss While na Ingaterra, e outros, associaram-se á santa cruzada (ESCOLAS PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6).

Campos (2012) afirma que em 1913, o IJRR promoveu seminários ministrados por duas alunas de Montessori, sobre o método da italiana, provavelmente, Antipoff os tenha frequentado. Cabe supor que Francisco Lins tenha participado também dos mesmos seminários e recebido as mesmas influências de sua colega de turma. A grande compreensão da obra de Montessori, apresentada no artigo sobre as crianças “anormaes”, indica se não uma formação ampla, pelo menos um grande interesse no pensamento da autora.

O intelectual afirma que a educação para “anormaes” era um assunto que interessava há muito tempo vários países, exceto o Brasil, o que o tornaria atrasado nesse sentido: “ultimamente, por toda a parte, se têm fundado escolas para a educação dos anormaes, menos no Brasil – ante o qual, entretanto, se diz que, não raro, se curva a Europa...” (ESCOLA PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6).

Apresenta ainda modelos estrangeiros como a escola Decroly na Bélgica e a *École de Malagnou* em Genebra que, como disse no capítulo anterior, o educador afirma ter visitado na Europa. Aponta como referência o trabalho desenvolvido por Montessori, na Itália, a frente das *Case del bambini*, as quais, embora não diga, possivelmente tenha visitado no tempo em que esteve na Europa tendo em vista relatar com grande conhecimento de causa. Sobre o trabalho de Montessori, Lins afirma:

Ella conta haver começado por estudar o methodo especial, imaginado por Edouard Séguin, para educar esses infelizes. Tal methodo tende a mostrar a efficacia de cuidados pedagógicos especiaes, para a cura de certas enfermidades, como a surdez, a paralyisia, o idiotismo, o rachitismo, etc. (ESCOLA PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6).

Exibe a consideração da educadora italiana de que seria “uma conquista moderna” a aliança entre a pedagogia e a medicina a favor dos “degenerados”, e que o sistema de “educação moral” desenvolvido por essa triunfou ao considerar a questão mais pedagógica que médica:

[...] a Dra. Montessori, oppondo-se á opinião dos seus collegas, mostrou que a questão dos degenerados é mais pedagógica do que médica, e enquanto, nos congressos médicos, muitos preconizavam o methodo medico-pedagogico para a educação dos pequenos alienados, Ella propoz e fez triumphar um novo systema: o da *educação moral* (ESCOLA PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6).

Com isso, Lins evidencia ainda mais o atraso do Brasil e seu conhecimento sobre o que havia de mais moderno e atual sobre a questão. Segundo o intelectual mineiro, até então as iniciativas que foram realizadas quanto à educação dos “anormaes” no país não atendiam a todos: “Tem-se feito, no Brasil, alguma coisa em favor dos cegos, e dos surdos, porém nada pelos retardados mentaes, pelos asthenicos, pelos instaveis, etc., e força é que, um pouquinho ao menos, sejam elles protegidos pelo governo” (ESCOLA PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6). Recomenda que “se instituam escolas para os anormaes, no Rio, nos Estados, e contrate-se gente capaz de perfeitamente as organizar...” (ESCOLA PARA... *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6).

Outra ideia estrangeira incorporada às ideias do educador mineiro se refere ao que ele chama de instrução complementar obrigatória, em seu artigo “Escolas primárias superiores”. Segundo Lins, na França, Suíça, Alemanha, Bélgica e Inglaterra, instituições como essas já existiam:

Na França, ellas se denominam escola primárias superiores e *escolas praticas*; na Suíssa, *escolas de repectição*; na Alemanha, *escolas de aperfeiçoamento (forbildungsschulen)* e *escolas medias (mietelschulen)*; na Belgica, *escolas medias*; na Inglaterra, *escolas de continuação*; etc (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

Baseado nesses modelos, afirma que no Brasil deveriam ser fundadas escolas primárias superiores com a finalidade de “complementar a instrução dada nas escolas elementares ás crianças que não quizerem fazer o curso dos gymnasios” (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

Para ele era fundamental a criação dessas instituições por entender que “o problema da instrução complementar obrigatoria é um problema social e nacional, de importância máxima” (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5). Além disso, os direitos e deveres no exercício da cidadania exigiam instrução dos mais pobres, porém apenas as classes mais elevadas teriam os meios para desenvolver a educação. Nesse sentido afirma ser o Brasil “uma democracia de aristocratas, onde muito pouco se tem feito em prol dos verdadeiros interesses do povo” (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

Segundo José Murilo de Carvalho (1987) várias concepções de cidadania se desenvolveram nos primeiros anos da República Brasileira. Uma distinção entre sociedade civil e sociedade política estava inclusa na própria Constituição de 1891 que diferenciava os cidadãos ativos, considerados cidadãos plenos por possuírem direitos civis e políticos, e os inativos (ou simples), que só tinham direitos civis. O direito político nessa concepção não era natural, sendo concedido pela sociedade aos considerados merecedores. A propaganda Republicana havia criado entusiasmo em vários setores da população pelas promessas de expansão dos direitos políticos na sociedade, que não se concretizaram. A instauração da República pouco fez no que se refere a ampliação dos direitos civis e políticos, quanto aos direitos sociais pode se dizer até que houve retrocesso. As mudanças advindas, embora tivessem inspiração democratizante por desconcentrar o exercício de poder, não acompanharam uma expansão significativa da cidadania política, conseqüentemente, entregaram o governo nas mãos dos setores dominantes. A inovação na Constituição de 1891 foi a eliminação do critério de renda, mantendo o da alfabetização, para direito ao voto. Essa exigência, todavia, impedia a ampliação do eleitorado. Com isso, a grande maioria da população foi excluída da cidadania política. A manutenção do critério da alfabetização criou, assim, um obstáculo à democratização tendo em vista o número de analfabetos.

Por conta disso, houve uma associação da ampliação da escolarização com as exigências políticas, interessando-se fundamentalmente pela escola primária por proporcionar direitos políticos através da alfabetização: “a importância da escolarização primária nesse contexto é derivada de necessidade política; devido a isso, e não a outros argumentos, quaisquer que sejam, a escolarização ganha prestígio” (NAGLE, 1974, 102). Era comum entre os intelectuais da educação a crítica de que se vivia em uma aristocracia dos que sabiam ler e escrever, pois naquele momento passa a ser considerado mais democrático alfabetizar a maioria do que fornecer uma educação ampla para poucos.

Porém, como disse anteriormente, a preocupação de Francisco Lins não se restringia à escolarização, considerava uma formação integral. Por conta disso, afirma que o ensino das escolas primárias era incompleto. Além disso, considerava que ao não seguirem nos estudos complementares imediatamente, as crianças acabavam perdendo o que aprenderam, pois: “ainda inexperientes, de um para outro momento, abandonados aos seus caprichos, as crianças, naturalmente, abandonam o precioso convívio dos livros, e... vão divertir-se” (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5). Para o educador, a ampliação da obrigatoriedade do ensino atenderia aos mais pobres, pois as despesas dos institutos secundários e superiores eram muito grandes o que levava a possibilidade de estudo apenas

aos mais abastados. Entendia que as classes populares eram as que mais necessitariam de saúde física, moral e intelectual, o que não eram garantidas em definitivo pelo ensino obrigatório até os treze ou quatorze anos:

[...] a ignorância e a ociosidade dão causa a vícios, a depravações nos moços que, cedo de mais, se vêm livres da obrigação escolar, ficando expostos ás múltiplas tentações, que os cercam, precisamente na idade critica dos instinctos, novos e violentos da vitalidade. Ignorantes, desviados, vagabundos ou criminosos, o seu numero crescente torna-se um perigo social (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

Sidney Chalhoub (2017), ao investigar as formas de se lidar com a diversidade urbana no início da República, identifica uma imprecisão na distinção entre a noção de “classes pobres” e de “classes perigosas”. A compreensão de que a pobreza tornaria o indivíduo malfeitor em potencial, presente na expressão “classes perigosas”, resultou em suspeição generalizada no contexto em que se pensava a organização das relações de trabalho após a lei de abolição da escravidão. Havia uma tendência política de compreender que todo cidadão trabalhador escaparia da pobreza, assim, o pobre que não conseguia acumular tornava-se suspeito de não ser bom trabalhador. Sendo o gosto pelo trabalho considerado a maior virtude do bom cidadão, o maior vício seria a ociosidade. Desenvolveu-se o raciocínio: “Os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 2017, p. 26). Esse perigo, no período, se traduziu também em sanitário com o diagnóstico de intelectuais-médicos de que “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (CHALHOUB, 2017, p. 34).

Dessa maneira, as classes pobres passam a ser percebidas como perigo à manutenção da ordem pública e sanitária no imaginário político, a partir do século XIX. A manutenção da “ordem” passaria também a ser entendida como responsabilidade do poder público. Pautado na compreensão de que existia um modelo de “civilização” e um caminho de “aperfeiçoamento moral e material” a ser percorrido por todas as sociedades, cabendo aos governantes à atribuição de que esse fosse trilhado o mais rapidamente possível. A educação das crianças pobres também foi pensada como uma das políticas de intervenção pública para conter o perigo social:

[...] as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios dos seus pais [...] cabia reprimir os supostos

hábitos de não trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores (CHALHOUB, 2017, p. 34).

Apesar do apelo pelos interesses dos mais pobres, a ideia de educação apresentada por Francisco Lins não deixava de ser excludente, pois a ampliação da escolaridade que ele se referia não possibilitava acesso gratuito aos cursos secundários. Mesmo considerando que existia “gente cheia de intelligencia, mas vasia de pecúnia, que deseja ardentemente ampliar e aperfeiçoar os conhecimentos recebidos na escola primaria, vendo-se inteiramente na impossibilidade de o fazer” (*O Paiz*, 28/11/1924, p. 5), a proposta do intelectual era que os alunos passassem mais anos na escola e que apenas fossem conferidos a eles conhecimentos mais completos do que o que tinham no ensino primário. Afirma, assim, que “Nem todo o mundo póde ser doutor, mas todo o mundo precisa adquirir conhecimentos menos incompletos do que esses, nimiamente leves, dados nas escolas primarias, e a elles, tem direito” (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

Uma referência do educador mineiro a François Guizot, em texto que trato mais adiante, me possibilita questionar se não teria se apropriado de ideias do político francês para pensar o ensino primário. Em seu projeto de ensino público hierarquizado, Guizot concebia que a instrução não seria um meio de igualdade entre os homens, mas de “deixar coerente uma sociedade que repousa sobre a desigualdade entre os homens” (ROSANVALLON, 1985, p. 246 *apud* CONCEIÇÃO, 2020, p. 22). Visava capacitar operários qualificados, compreendendo o ensino primário como “um locus estratégico na construção de alguns valores e práticas relacionados à formação das ‘classes inferiores’” (GUIZOT, 1816 *apud* CONCEIÇÃO, 2020, p. 22).

As instituições primárias superiores idealizadas por Francisco Lins deveriam oferecer as seguintes matérias:

[...] portuguez (ensino mais pratico que theorico); francez e inglez (curso pratico, conversação, correspondencia); arithmetica applicada, calculo rápido, álgebra e geometria; geographia commercial, escrituração mercantil, correspondencia, e stenographia, dactylographia; sciencias physicas e naturaes (trabalhos de laboratorio); agricultura, horticultura, jardinagem; desenho e modelagem.

Nos cursos para o sexo feminino, a essas matérias se devem ajuntar:

Puericultura, economia domestica, um curso de corte, modas musica (canto, piano ou violino) (ESCOLAS PRIMÁRIAS..., *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5).

A partir do trecho acima é possível perceber o caráter prático que estava presente no ensino pensando pelo intelectual. Nagle (1974) identifica uma tendência em considerar o ensino técnico-profissional, assim como a escola primária, o que fez com que muitos planos de reforma associassem a escolarização primária com o ensino “prático”.

Se, por um lado, na escolarização de nível primário se encontra o ponto mais alto do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico – pois nesse nível do ensino se encontrava a principal alavanca do progresso brasileiro – por outro lado, a mesma atitude se encontra no esforço para difundir e repensar a escolarização técnico-profissional (NAGLE, 1974, p. 115).

Pela criação de uma instituição complementar ao ensino primário e de caráter prático, Lins avaliava que seria preenchida uma lacuna que ele identificava entre a instrução elementar, que era oferecida nas escolas primárias obrigatórias, e a que era dada posteriormente nas instituições secundárias, não acessíveis aos mais pobres. Conforme Nagle (1974), à medida que o ensino técnico profissional ganhava força, nas discussões do período, começavam a ser tecidas críticas ao ensino livresco e abstrato. Partem desse ponto, portanto, as críticas de Lins de que as escolas secundárias funcionavam como máquinas de fabricação de certificados de exames para a matrícula nos cursos superiores.

Como apresentei no primeiro capítulo, antes da viagem, Francisco Lins já havia publicado suas ideias quanto à educação profissional ser necessária para o desenvolvimento do país. Contudo, anteriormente, voltava-se para a defesa de uma formação técnica-agrícola, que formasse para o trabalho, de modo a atender para as necessidades de mão-de-obra e desenvolvimento da agricultura no país. Quando escreve sobre uma escola profissional que visitou, demonstrava admiração por não buscarem formar apenas engenheiros e doutores, crítica bastante presente no pensamento do educador.

Nessa perspectiva, elaborou seu artigo “Um novo Gymnasio” no qual afirma a necessidade de modernizar o ensino secundário no Brasil. Para tanto, conclui que as suas instituições devem remodelar-se para seu ensino corresponder às necessidades reais da vida, de acordo com as exigências daquele momento. Isto porque ao pensar o funcionamento dos ginásios, Lins afirma que, diferente de seus congêneres da Suíça e da Alemanha, no Brasil esses não eram clássicos, reais ou técnicos, apenas visavam os exames de preparatórios.

A partir disso afirma ser preciso uma nova educação, adequada aos tempos modernos, que segundo ele seria “o início de uma vida mais pura, mais sã, mais em harmonia com as leis da moral” (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4). Para ele, os novos ginásios deveriam ser diferentes meios educativos: físico, intelectual e moral, se alinhando, assim, com as ideias da Escola Nova, difundidas pelo Instituto Jean-Jaques Rousseau e em circulação no período em que escrevia:

E, ahi, para que o trabalho intellectual seja fecundo, o espírito dos moços deve pôr-se em presença não de coisas abstratas, mas de factos positivos. É preciso banir o abuso dos exercícos grammaticaes e das classificações inúteis, de toda essa verbiagem filha do ensino puramente memonico, dado pela maioria dos nossos professores.

O meio intellectual será um meio próprio para suscitar o interesse pelos assumptos tratados nas lições, nelle devendo encontrar-se abundante material de ensino: objetos concretos, quadros, um laboratório em que se possam fazer as experiências mais sugestivas, observáveis na natureza (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4).

Recorre a Adolphe Ferrière para pensar a diferença entre educação intellectual e moral:

A educação intellectual, como diz Ferrière, deve concretizar-se qual uma educação em que a sciencia não é imposta ás crianças do exterior para o interior, mas estas se collocam em condições de a descobrir, ou melhor, de a crear do interior para o exterior.

A educação moral terá o mesmo principio. Em vez de impor ás crianças modos exteriores de agir, que nenhuma influencia benéfica lhes poderão exercer sobre a alma, a nova educação deve esperar das crianças que ellas adquiram hábitos conformando a sua actividade exterior com uma regra interior, por ellas estabelecidas motu-proprio, depois de havel-a por boa em consciencia... (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4).

Uma preocupação do intellectual quanto aos novos ginásios seria a localização desses, pois no seu entendimento: “Não será bem erigil-o no centro de uma cidade. Admiravelmente ficará collocado, não direi no seio da natureza, mas, quanto possível, em contacto com Ella, longe das ruas mal assentadas, das casas de jogo e de bebida, da grande miséria dos prostibulos” (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4).

Tendo em vista um ensino prático e profissional, os programas pensados por ele para esse novo ginásio abrangiam aulas de agricultura ou trabalhos manuais todos os dias, esportes, excursões, visitas as fábricas, grandes propriedades agrícolas e estabelecimentos que “observando, puderem aprender alguma coisa” (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4). A língua portuguesa seria ensinada visando ao uso prático:

Nada de subtilezas de grammatica e de analyse: de uma e de outra, apenas o necessário, rigorosamente, para que aprendam a falar e a escrever com clareza, simplicidade e correcção; muitos exercicios praticos, sobretudo; exercicios de direcção, representação de pequeninas comedias; correspondencia, descripções, etc (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4).

Do mesmo modo, em seus programas, as matemáticas seriam applicadas e as ciências físicas e naturais exigiriam constantes trabalhos de laboratório. Quanto às línguas estrangeiras “serão faladas, e far-se-hão tambem exercicios escriptos. Será adoptado o methodo directo, de que por ahi muito se fala, mas que não se applica, ou se applica estupidamente. Tal methodo só póde ser empregado com proveito professores de real competencia” (UM NOVO..., *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4). Acrescenta também que nos novos ginásios haveria um curso de datilografia e um de contabilidade agrícola e comercial.

Ao propor elementos para uma reforma na educação nacional, o intellectual confere aos professores um grande papel no desenvolvimento da reforma. Tanto que ao tratar dos grupos

escolares, ele afirma que “[...] o valor do ensino depende da competência do professor, e não do numero das classes reunidas” (GRUPOS..., *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5). Por conta disso, ao longo de seus artigos aparece uma preocupação constante com a necessidade de profissionais qualificados para trabalhem nas instituições reformadas, como quando relata a dificuldade de encontrar professoras para a educação infantil dentro do perfil necessário: “mas, aqui, como descobrir gente capaz de bem dirigir tão formosa instituições? *That is the question*. E’ mais difficil encontrar boas jardineiras da infancia do que professores para uma universidade” (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4). Esse receio o faz recomendar nomes de alguns educadores estrangeiros que, segundo ele, pela experiência e conhecimento da causa, poderiam organizar o ensino das referidas instituições, como trarei mais adiante. Mas também o faz dedicar três de seus artigos, especificamente à temática da formação de professores.

No artigo “Escolas Normaes”, Francisco Lins considera a importância das escolas normais na educação do país fazendo referência às frases de dois franceses: François Guizot, na qual afirma que se medem os progressos da instrução pública pelos progressos dessas instituições, e Julio Ferry (possivelmente Jules Ferry), de que não há ensino público sem escolas normais. Destaco a referência de Lins à Guizot, que, em atuação no Ministério de Instrução Pública francês (1832-1836), colocou em prática um projeto de expansão e organização meticulosa das escolas normais primárias. Por conta disso, chegam a considerá-lo o pai das escolas normais (CONCEIÇÃO, 2020). Como disse no capítulo anterior, o ministro francês foi o responsável pela Lei de 28 de junho de 1833, que se tornou conhecida pelo seu nome (Lei Guizot). Segundo Conceição (2020, p. 11) Guizot atrelava o “sucesso da instrução elementar” francesa ao “estratégico espaço em processo de constituição das escolas normais primárias departamentais”.

Segundo o educador mineiro, no tempo em que atuou como fiscal do governo conheceu várias dessas instituições, algumas causaram-lhe as mais degradáveis impressões, ao afirmar que o principal defeito, dentre tantos outros, seria a falta de ordem, com focos de indisciplina, o que não permitia que oferecessem a instrução moral. Além disso, considera que do ponto de vista pedagógico essas instituições teriam uma organização imperfeita, sendo que “em quase todas, sem dúvida, a sciencia da educação se desconhece” (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4). Como solução, afirma que se as instituições se ocupassem apenas de ensinar a “arte e a sciencia de formar homens”, pelo menos diminuiriam muitos defeitos. Recorre aos exemplos estrangeiros, como dos Estados Unidos e de países da Europa, nos quais as instituições ocupam-se apenas da “cultura pedagógica, profissional, separando-se della a parte relativa á cultura geral” (REFORMAS..., *O Paiz*, 19/12/1924, p. 4).

Segundo ele, nas escolas normais deveria predominar o ensino da moral e da pedagogia, esta última tendo como base a psicologia da criança. Em defesa de tal ideia, recorre às ideias de Claparède: “Um absurdo, separar a moral da pedagogia, como separar desta a psicologia. Que a pedagogia – escreve Eduardo Claparède – deve repousar sobre o conhecimento da criança, como a horticultura repousa sobre o conhecimento das plantas, é uma verdade elementar” (REFORMAS..., *O Paiz*, 19/12/1924, p. 4).

A missão dos professores nas escolas primárias e secundárias seria desenvolver inteligência, caráter e reprimir instintos. Para isso, necessitariam conhecer esses fenômenos e suas leis do desenvolvimento. As qualidades exigidas pelo educador derivariam do conhecimento da psicologia da criança, que seria prioridade. Os cursos deveriam ser centrados no “espírito da científico moderno”, ocupado em grande parte pela psicologia experimental. Além disso:

A cada estabelecimento se annexaria uma escola de aplicação e de experimentação. Os novos métodos de ensino, sériamente, seriam estudados, assim como as questões concernentes ao desenvolvimento físico da criança, à higiene, à organização, à inspecção escolar, etc (REFORMAS..., *O Paiz*, 19/12/1924, p. 4).

Segundo Francisco Lins, as escolas normais deveriam ter também uma educação moral perfeita, por considerar essa mais importante que a instrução intelectual. Utiliza-se, para isso, do pensamento de Vinet ao afirmar que não é lícito subordinar a educação moral à inteligência. Defende que se obteriam os melhores resultados no que se referem às lições morais na transmissão delas por meio do exemplo do professor:

Se por seu carácter, por seus exemplos, o educador consegue obter na escola toda a autoridade que lhe é necessária, as lições morais serão acolhidas com diferencia, darão excellentes fructos; serão alguma coisa mais que um ensino para o espirito dos alumnos; actuarão sobre os seus sentimentos e sobre as suas disposições interiores; compensarão as falhas da primeira educação, tão incompleta e, não raro, tão viciosa no estado dos nossos costumes e das nossas luzes. Força é que seja o educador um espirito recto e jamais se descuide de meio algum para exercer a sua salutar influencia, de que se deve servir, não só no correr das suas palavras familiares, mas ainda no correr de todas as suas lições. Tal deve ser um pensamento constante, uma acção de todos os momentos (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4).

Nesse sentido, aponta a disciplina como elemento fundamental nos institutos, pois “sem disciplina, absolutamente, não poderão preencher os seus fins. Sem disciplina, seria preferível suprimil-os, arrasal-os” (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4). Pois segundo Lins,

A disciplina não basta para dar a moralidade, mas põe as almas na disposição necessária para a receber. A disciplina inspira o gosto e o costume da ordem, de que é exemplo; prepara os professores para que possam impor a obediência, o cumprimento de deveres aos seus alumnos; é em razão do vigor ou do relaxamento da disciplina que a mocidade se habitua nas escolas, ou ao desprezo de toda regra,

que a leva ao desrespeito das leis, ou essa diferencia pela pela autoridade legitima que, em uma nação livre, eleva e dignifica o cidadão (ESCOLAS NORMAES, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4).

Para a reforma dessas instituições, considera a dificuldade de resolver os problemas da educação moral que existiam no Brasil. Apresenta, assim, como na Europa evitavam-se essas questões pela adoção do regime de internato e por suas escolas normais serem edificadas longe dos grandes centros populosos “cujas tentações constituem serio perigo para a mocidade, sobretudo na época de dissolução e de desregramento que atravessamos” (REFORMAS..., *O Paiz*, 19/12/1924, p. 4).

Mas é em seu artigo “Uma faculdade das sciencias da educação” que aparece uma de suas ideias mais insistentemente defendidas para a formação de professores. Apropriando-se das ideias do Instituto Jean-Jacques Rousseau, ressalta a necessidade de fundar no Brasil de um instituto de altos estudos pedagógicos, ou melhor, uma Faculdade de Ciências da Educação. Em sua formulação, caracteriza a instituição de maneira que se aproxima em todos os aspectos da fundada na Suíça por Claparède, da qual foi aluno. Nela seriam estudados métodos e programas, bem como todas as questões relativas à educação:

[...] as que concernem á psychologia geral e á psychologia da criança, à puericultura, á didactica, á hygiene escolar, á psychopathologia, á pedagogia dos anormais, á dos superanormaes, á educação moral e social, á história e á philosophia dos grandes educadores, etc (UMA FACULDADE..., *O Paiz*, 31/12/1924, p. 4).

Primeiramente, se considerariam as “aptidões” e “vocação” dos alunos e os introduziriam nos métodos científicos, principalmente, de observação psicológica. A instituição seria também um centro de pesquisa, para investigação necessária ao progresso das ciências da educação, onde seria reunida documentação para produção de estudos estatísticos e dos fatores sociais que impedem o desenvolvimento. Seria também, um centro de informações, que publicaria uma revista para tornar público o conhecimento dos resultados dos seus trabalhos e do que se é feito na educação, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Existiria também uma biblioteca especial, com uma sala de documentos e periódicos sobre a infância, um museu escolar anexo, com livros, imagens e objetos do ensino, além de um serviço de consultas pedagógicas, médico-pedagógicas, entre outras. Seria ainda um centro de propaganda para a reforma da educação, realizada sobretudo por meio de conferências.

Para dirigir tal realização, Francisco Lins afirmava ser necessário encontrar “um sábio, ao mesmo tempo emerito pedagoga, psychologista, philosopho, espírito de horizontes largos, certo da supremacia dos methodos científicos em todas as questões dependentes da

experiencia” (*O Paiz*, 31/12/1924, p. 4) e, como tal, conhecia apenas Édouard Claparède. Apontava assim, a inspiração para a instituição que idealizava “Em parte, o que ahi vai escripto sobre a fundação de uma Faculdade das Sciencias da Educação é o resumo de um trabalho do eminente cientista suíço” (UMA FACULDADE..., *O Paiz*, 31/12/1924, p. 4).

Desse modo, encerra a série no jornal carioca, que, como se observa, apresentava uma série de representações quanto à educação brasileira e a estrangeira visando a que se implantasse uma reforma que tomasse essas últimas como modelo. Do mesmo modo, promove uma imagem que lhe legitima para tratar do assunto, por conhecer ambas as realidades. Essas são apresentadas aos leitores a partir de suas apropriações quanto àqueles modelos julgados como mais organizados e perfeitos, em comparação com a visão negativa que tem da educação nacional. Traduz ao público os novos modelos, em um processo que ao mesmo tempo é de mediação e criação.

Anos mais tarde, em artigo na *Revista do Ensino*, Francisco Lins faz referência a esses textos afirmando que circularam em mais de um jornal, mas não foram localizados mais periódicos em que esses tenham sido publicados.

3.2 Repercutindo a viagem nas páginas oficiais

Durante a Reforma da Instrução Pública em Minas Gerais, implantada pelo governador Antônio Carlos Andrada, Secretário de Interior Francisco Campos e Inspetor da Instrução Pública Mario Casassanta, dois periódicos oficiais do governo mineiro foram amplamente mobilizados como estratégia de divulgação da reforma: a *Revista do Ensino* e o *Minas Geraes*. Neste tópico me deterei, basicamente, nesses impressos que são fonte privilegiada para compreender alguns dos desdobramentos da viagem de Francisco Lins à Europa, o pensamento do educador, sua atuação na discussão da Reforma de Minas Gerais e as relações estabelecidas a partir de sua experiência no Instituto Jean-Jacques Rousseau.

A *Revista do Ensino* encontra-se disponível digitalizada no site do Arquivo Público Mineiro (APM)⁸⁹. No período entre os anos de 1925 e 1930, quando estavam em pauta as reformas educacionais no país, verifiquei quatro artigos escritos pelo educador, sendo dois assinados com o nome Francisco Lins e dois pelo seu pseudônimo Fábio Lourival, além de uma tradução também assinada pelo pseudônimo. Constam registrados nesse periódico

⁸⁹ Disponíveis em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

também, as notícias sobre o I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais, em 1927, no qual o intelectual trabalhou ativamente⁹⁰.

Enquanto órgão oficial do governo mineiro, produzido pela Diretoria de Instrução Pública, a *Revista do Ensino* teve um papel significativo na divulgação das novas diretrizes educacionais ao grande público. Em suas páginas ganharam destaque as ideias que fomentavam o projeto e as discussões que antecederam a Reforma da Instrução Pública de 1927. Era dirigida por professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino mineira. Criada em 1892, sua circulação foi interrompida algumas vezes, mas só encerrada em 1971. De acordo com Biccás, esse foi o “impresso pedagógico oficial mais representativo da história da educação mineira, não só pelo seu longo ciclo de vida, mas pelo papel significativo no processo de formação de professores e de conformação do campo educacional mineiro” (BICCAS, 2008, p. 15).

Ao longo de todo o ciclo de vida desse periódico, diferentes objetivos foram traçados para ele. Quando criado em 1892, os professores públicos deveriam colaborar na produção de matérias, mas não estava explícito o caráter pedagógico da revista (BICCAS, 2008). Era um espaço de defesa pública para os professores e funcionários condenados disciplinarmente e candidatos a concursos públicos que não concordaram com o julgamento (BICCAS, 2008, p. 33-34) Nesse primeiro momento foram publicados apenas três números da revista. Provavelmente sua suspensão estava relacionada com as divergências políticas que seguiram à Proclamação da República (BICCAS, 2008, p. 34).

Quando o periódico ressurgiu em 1925, assume um caráter essencialmente pedagógico, ao disseminar ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar, especificamente, ao informar e formar professores nos novos preceitos pedagógicos (BICCAS, 2008, p. 42). Este impresso adquiria um papel fundamental na educação de Minas Gerais:

Nas décadas de 1920 e 1930, a Revista do ensino era o único impresso dirigido para os professores primários e, nesse sentido, ganhou um papel fundamental na constituição do cenário educacional mineiro e no processo de informação e formação dos professores (BICCAS, 2008, p. 44).

Era publicado mensalmente e enviado gratuitamente às unidades de ensino mineiras, passando a adotar um sistema de assinaturas apenas a partir de 1929. Por conta disso, a revista acabou sendo um elo entre os professores mineiros, até então isolados, tendo em vista que

⁹⁰ Iniciei uma reflexão sobre a presença do intelectual nesse impresso no artigo “Francisco Lins e a *Revista do Ensino* (MG): evidências da atuação e contribuições do educador”, apresentado no X Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2019. Disponível em: <https://xcbhe.com.br/blog/noticias/anais-x-cbhe>.

para muitos era a única forma de ter um panorama regional, nacional e internacional do que ocorria na educação. Configurou-se, portanto, em uma importante estratégia para ganhar adesão dos professores às propostas escolanovistas que eram anunciadas (BICCAS, 2008, p. 45).

Nos muitos anos que a revista esteve em circulação, sofreu diversas mudanças⁹¹. Entre estas, Biccas (2008, p. 83-84) aponta que em 1928 sofre radicais transformações em seu projeto gráfico que permitiram uma melhor manipulação e transporte do material individualmente. Editada em intervalos regulares, permitiu uma circulação maior e mais intensa dos conteúdos vinculados em comparação com outros impressos do país, como os livros. Outra particularidade desse tipo de publicação é o fato dela circular no mesmo período histórico que os leitores vivem. Isto permitiu que ela servisse aos propósitos do governo mineiro no que se refere à divulgação, à informação e à formação de professores.

Desse modo, ao folhear a *Revista do Ensino*, os professores das escolas mineiras tinham acesso aos conteúdos pedagógicos que ali circulavam. Entre esses, as ideias que eram trazidas por diversos educadores embasados nos ideais da Escola Nova e promovidas pelo governo para legitimar a Reforma do Ensino em voga. Informava aos professores sobre as novas tendências pedagógicas através de seus artigos e noticiavam também o que estava acontecendo na educação do estado. Esse importante meio de informação utilizado pelo governo nos oferece hoje indícios sobre o papel desempenhado pelo intelectual Francisco Lins naquele contexto.

As edições do jornal *Minas Geraes*, por sua vez, encontram-se no Acervo da Biblioteca Camilo Prestes, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A partir da leitura de suas edições, pude notar que Lins escreveu frequentemente a esse jornal no final da década de 1920. Localizei dezoito crônicas (APÊNDICE - Quadro 8) de sua autoria em edições entre 1929 e 1930, nas quais tratava de assuntos diversos. O jornal noticiou também o I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais (1927), de forma até mais detalhada que a *Revista do Ensino*, tendo em vista que circulava diariamente. Entre janeiro e junho de 1930, circularam no periódico dezesseis cartas do educador mineiro, enviadas na ocasião de sua segunda viagem à Europa. Disponibilizaram-me versões digitalizadas de todas as edições que utilizo nessa investigação, contudo, ao selecioná-las tive a oportunidade de manusear esse periódico

⁹¹ Maurilane de Souza Bicas, em seu estudo sobre a *Revista do Ensino*, publicada no livro *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*, oferece uma visão geral das várias composições e formatos que esse impresso teve ao longo dos primeiros 16 anos de existência (BICCAS, 2008, p.80).

de modo a atentar para a materialidade e o suporte em que circularam os textos que são significativos para a compreensão do leitor (CHARTIER, 1998).

O *Minas Geraes* era um órgão oficial do estado mineiro, impresso pela imprensa oficial, seus textos eram destinados aos professores dos grupos escolares e sua circulação pelo Estado era expressiva. Conforme Jesus (2010), apesar da ausência de dados quantitativos sobre a circulação desse impresso, sabe-se que era distribuído para todas as repartições públicas e para as instituições de ensino por todo estado de Minas Gerais, além da comercialização avulsa das publicações diária e das assinaturas. Era publicado em seis dias da semana, sendo as edições de segunda e terça-feira reunidas no mesmo número. O periódico marcadamente republicano difundia em suas páginas ideais de racionalidade e civilidade (JESUS, 2010).

Ao investigar as edições que circularam entre 1906 e 1933, Jesus (2010) percebe mudanças na organização interna do jornal ao longo dos anos, como o aumento da quantidade de colunas e de seções, que acarretou em um maior número de páginas. Identifica também a regularidade de algumas sessões como “telegrammas”, na qual publicavam-se correspondências geralmente de outros estados, e “editaes e avisos”, dedicada a editais de concursos e realização de avaliações de estabelecimentos de ensino do estado. Sempre existiram seções dedicadas à educação, que embora tenham sofrido constantes alterações em seus títulos, demonstrando ser essa uma temática que interessava ao estado veicular com certa visibilidade no jornal (JESUS, 2010). Essas seções traziam informações sobre os eventos como formaturas, festividades, discursos de educadores e realização de exames nas principais instituições de ensino de Belo Horizonte. Publicavam-se também, nesses espaços, textos de professores, médicos, inspetores de ensino, por exemplo, nos quais tratavam de diversas questões sobre a educação como: organização do ensino, analfabetismo, museus escolares, educação do corpo, entre outros. A falta de informações quanto aos editores e redatores responsáveis pelas publicações, bem como a ausência de um editorial e uma seção de cartas dos leitores, dificulta o conhecimento sobre a impressão dos leitores, por outro lado sugere uma intenção de se apresentar como um veículo de posicionamento “neutro”, apenas interessado em divulgar as realizações do estado (JESUS, 2010).

Como forma de compreender a participação do intelectual no contexto de discussão da Reforma mineira, primeiramente, tratarei a sua participação no I Congresso de Instrução Primária, a partir da *Revista do Ensino*. Em seguida, apresentarei suas ideias publicadas em textos na *Revista do Ensino* e, por último, das crônicas do educador enviadas como cartas ao *Minas Geraes* durante sua segunda viagem à Europa.

3.2.1 Primeiro Congresso de Instrução Primária

Com o propósito de tomar ciência da situação da instrução pública no estado e elaborar as bases para a Reforma do Ensino, o governo mineiro elaborou o Primeiro Congresso de Instrução Primária no estado em 1927, a fim de discutirem os assuntos relacionados à educação primária e sua organização. Os dias do evento ganharam muita repercussão na imprensa, tendo sido notícia em periódicos como: *Minas Geraes*, o *Correio Mineiro*, o *Diário de Minas* e a *Revista do Ensino* (MG).

Em outubro de 1926, Francisco Lins foi designado para organizar os trabalhos desse Congresso de Instrução Primária que, a princípio, estava previsto para acontecer em janeiro do ano seguinte. Foram nomeadas as seguintes comissões: executiva, organização geral do ensino, inspeção técnica, desenho e trabalhos manuais, higiene escolar e educação física, programas, aparelhamento escolar, escolas infantis, exames e testes, canto e educação cívica. O intelectual compôs a comissão de organização geral do ensino, que contava com outros nomes como o de Lucio José dos Santos, Antonio Affonso de Moraes, José de Magalhães Drummond, Firmino Costa, Alexandre Drummond, Alberto Alvares Fernandes Vieira, Antonio Raymundo da Paixão, Oswaldo de Mello Campos, Helena Penna, Maria Luiz de Almeida Cunha, Ignacia Guimarães e Antonio Benedicto Valladares.

O fato de seu nome estar na organização do evento, evidencia por si só a posição relevante que ocupava no campo da educação mineira, tendo em vista que, conforme noticiava a *Revista do Ensino*, as comissões eram constituídas de professores de ensino primário, secundário e superior, inspetores e outras “pessoas de notória competência na matéria” (CONGRESSO..., *Revista do Ensino*, out. de 1926, p. 346).

A *Revista do Ensino* enfatizava a importância da discussão coletiva do projeto por pessoas que conhecessem a realidade da educação nacional, com experiência e interesse na melhoria dela, para não implantar leis que deram certo em outros países e que não se aplicassem à situação brasileira, demonstrando, assim, que a adaptação dos modelos estrangeiros era uma preocupação não apenas de Francisco Lins, mas, aparentemente, de todos os envolvidos no projeto de reforma.

Regula-lo por meio das leis que pareçam melhores, colhidas aqui e acolá, embora as vezes nos países mais cultos, é um erro grave. Nada, pois, mais racional e mais justo do que ouvir aqueles que, pela sua experiência no país, pelo seu amor ao ensino, pelo seu patriotismo, digamos mesmo: pelo seu brio profissional, estejam em condições de aconselhar as leis que, não sendo embora as mais perfeitas em tese, sejam as melhores que a nossa situação tradições, hábitos e recursos comportam. (CONGRESSO..., *Revista do Ensino*, out. de 1926, p. 346).

Após adiamento, o Congresso de Instrução Primária aconteceu entre os dias 9 e 16 de maio, tendo comparecido um total de 408 congressistas. Durante uma sessão preparatória do evento, Francisco Lins foi eleito para integrar três das cinco comissões permanentes responsáveis pela Organização Geral do Ensino e para a comissão Programas (PRIMEIRO..., *Revista do Ensino*, mai/jun de 1927, p. 452-453). E, por fim, acabou por ser o relator da 4ª e da 6ª tese que tratavam da Organização Geral do Ensino.

A *Revista do Ensino* apresentou as teses discutidas, as conclusões e os educadores que participaram dos debates em sua edição nº. 22, de agosto/setembro de 1927. Com base nessa, pude acompanhar as ideias tratadas pelo educador que ganharam destaque no periódico. A 4ª tese, que tratava da Organização Geral do Ensino, tinha por questão: “se há falhas na atual organização do ensino primário, quais são e quais os meios de corrigi-las” (I CONGRESSO..., *Revista do Ensino*, ago/set de 1927, p. 478). Segundo o periódico, após destacar as faltas e defeitos da educação mineira, Francisco Lins atribuiu-lhes a má qualidade do ensino normal do estado e a complicação dos programas de ensino. O educador concluiu que seria preciso reorganizar a escola normal e simplificar os programas do curso primário, sendo necessário que primeiro se ensine a ler, escrever e contar, em seguida deveria haver um curso mais amplo para conhecimentos complementares.

Desse modo, corroborava com o programa político do governo de Antônio Carlos e de seu secretário Francisco Campos que privilegiava o ensino primário e normal. A opção pelo primeiro justificava-se pelos benefícios da cidadania, já que o ensino de leitura e escrita era uma condição para o direito ao voto, e o interesse pelo segundo pautava-se na compreensão da formação de professores como fundamental para o êxito da educação primária (PEIXOTO, 2003). Essa preocupação central foi reunida na reforma que incluía documentos de regulamentação e programas de ensino para o ensino primário e para as escolas normais entre 1927 e 1928 (OLIVEIRA, D., 2000).

A 6ª tese também relativa à Organização Geral do Ensino e relatada por Francisco Lins, trata sobre a necessidade de o Estado enviar comissões ao estrangeiro compostas por professores e futuros assistentes técnicos de ensino, de preferência para países americanos, a fim de estudar a organização das escolas primárias. A conclusão do educador apresentada pela *Revista do Ensino* foi:

Convém que o Estado mande ao estrangeiro – a Europa e aos Estados Unidos – comissões de professores para que estudem a organização das escolas primárias, os métodos de ensino, etc., tomadas antecipadamente as necessárias precauções para que, por lá, não se entreguem os enviados ao prazer em vez de estudar. E que, absolutamente, ao serem organizadas essas comissões, não se admitam empenhos,

determinando-se que sejam constituídas por pessoas verdadeiramente capazes moralmente e intelectualmente.

Ao mesmo passo, convém que se contratem no estrangeiro grandes pedagogistas, homens cheios de saber e de experiência, para que nos venham auxiliar na realização da grande obra em projeto (I CONGRESSO..., *Revista do Ensino*, ago/set de 1927, p. 478).

Desse modo, apesar de ter sido beneficiado por uma comissão de viagem entre 1911 e 1917, defendia precaução no envio de educadores brasileiros para estudarem no exterior, por outro lado, era favorável à contratação de estrangeiros. Após forte oposição de alguns presentes que consideraram as medidas apresentadas pelo relator desnecessárias, antipatrióticas e ofensivas aos créditos dos professores brasileiros, além de prejudiciais às finanças do estado, foram realizados substitutivos e emendas. Por fim, aprovaram que se ficasse a critério da administração o envio de profissionais da educação ao exterior para estudar a organização e os processos de ensino.

Trazer educadores estrangeiros ao Brasil era uma ideia que o intelectual mineiro já havia defendido outras vezes. Em seus artigos ao jornal *O Paiz*, em 1924, recomendou contratações como da professora suíça Mlle. Audemars, para organizar as escolas infantis, da professora Mlle. Descoedres, do Instituto de Genebra, para organizar escolas para anormais e, por diversas vezes, o nome do professor Édouard Claparède para dirigir uma instituição ao moldes do Instituto Jean-Jacques Rousseau (ESCOLAS INFANTIS, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4; ESCOLAS PARA..., *O Paiz*, 25/11/1924, p.6; UMA FACULDADE..., 31/12/1924, p. 4).

O educador mineiro voltou a se pronunciar no Congresso de Instrução Primária quando se discutiu o tema do aparelhamento escolar. Na 2ª tese, sobre o questionamento “convém o emprego do cinematographo na escola?”, cujo relator era Luiz Pessanha, Francisco Lins mostrou-se favorável ao cinema na escola, destacando “a importância dos serviços que essa maravilha pode prestar, dando vida e encanto ao ensino primário” (I CONGRESSO..., *Revista do Ensino*, ago/set de 1927, p. 488). Conforme Morettin (2007), entre as décadas de 1920 e 1930, a utilização do cinema para fins educativos era objeto de grande discussão entre intelectuais de São Paulo e Rio de Janeiro. Compreendido como instrumento de auxílio aos professores e ferramenta de influência na esfera social, desenvolveram-se campanhas na imprensa pedagógica oficial favoráveis a produção de filmes considerados bons e “sadios do ponto de vista moral e pedagógico” e a censura aos que eram tidos como perigosos à sociedade por supostamente “incitarem vícios e crimes” (MORETTIN, 2007, p. 53).

Apesar da atuação de destaque nesse congresso de discussão de propostas educativas em 1927, não localizei informações sobre a presença de Francisco Lins na II Conferência

Nacional de Educação (CNE), promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada em Belo Horizonte, entre 04 e 11 de novembro do ano seguinte. As informações sobre esse evento publicadas no jornal *Minas Geraes* foram reunidas pela pesquisadora Arlette Pinto de Oliveira e Silva, no documento “Páginas da História: notícias da Segunda Conferência Nacional de Educação da ABE”, em edição comemorativa aos 80 anos da ABE, em 2004. Na ausência de informações sobre o educador mineiro nesse material, interrogo-me se ele de fato não participou dessa conferência ou se apenas teve uma participação mais reduzida e que, por tanto, não mereceu destaque na imprensa. Quem sabe ainda tenha sido ofuscado por nomes com maior projeção nacional que dela participaram? Para responder essas questões se faz necessário prosseguir nas investigações.

3.2.2 Um impresso que forma e informa: as publicações da *Revista do Ensino*

Não foi apenas na ocasião do Congresso de Instrução Primária que Francisco Lins apareceu nas páginas da *Revista do Ensino*. Entre os anos de 1925 e 1930, o educador publicou alguns textos no periódico, os quais organizei no quadro a seguir:

Quadro 6 - Artigos na Revista do Ensino

Edições	Títulos	Autoria
n.º 20, abr. 1927	A educação e a Política	Francisco Lins
n.º 23, out. 1927	Cem anos depois	Francisco Lins
	Book T. Washington – o educador negro	Fábio Lourival
n.º 24, nov. 1927	Pela Renovação de Minas: a festa de 15 de outubro	Fábio Lourival
n.º 25, jan. 1928	Relações da escola com a família	M. L. (Tradução de Fábio Lourival)

*Elaboração própria a partir da *Revista do Ensino* de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.

Em abril de 1927, como expresso no título “Educação e Política”, o educador escreveu sobre a relação entre a política e a educação, que alegava serem essas dependentes uma da outra e que acabam se confundindo. Na sua compreensão, a política sem educação seria politicagem, por não assegurar a felicidade das nações, e afirmava que um político precisaria ter em seu programa e projetos a educação do povo acima de tudo: “tem maior importância um progresso novo na educação do povo do que a descoberta de uma mina de ouro. O homem é o primeiro capital e a primeira machina” (A EDUCAÇÃO..., *Revista do Ensino*, abr. 1927, p. 420).

Defendia a necessidade da educação em uma República, por compreender que essa que garantiria a democracia, considerando que “a educação é a nossa em salvaguarda política: fora dessa arca, absolutamente, não há salvação” (A EDUCAÇÃO..., *Revista do Ensino*, abr. 1927, p. 420). Afirmava ainda que a educação do povo na República deveria ter a mesma importância que a do futuro rei em uma Monarquia, de modo que nela se fizesse sentir o poder da educação. Assim, segundo ele, Democracia e Educação atrairiam-se, pois a primeira

[...] não póde ser outra coisa senão o reino da sciencia sobre os espíritos. Não se póde conceber que uma educação nacional, geralmente desenvolvida e aperfeiçoada, possa produzir outros frutos senão o amor da justiça e da liberdade, virtudes democráticas por excellencia (A EDUCAÇÃO..., *Revista do Ensino*, abr. 1927, p. 420).

Essa educação seria, portanto, alicerçada na ciência, objetivando a promoção de virtudes democráticas. Pois, como disto anteriormente, quando apresentadas suas ideias no jornal *O Paiz*, o educador distingue educação de instrução, e nesse novo texto também apontou essa diferença:

Mas ha educação e educação. Tem-se geralmente, em muitos paizes, um homem instruído por um homem educado, o que é um erro palmar. Para muita gente, um doutor, porque sabe conversar elegantemente, fazer discursos e escrever nos jornaes, é um homem de educação perfeita. Puro engano! A instrução forma doutos, a educação forma homens (A EDUCAÇÃO..., *Revista do Ensino*, abr. 1927, p. 420).

Por fim, apresentou a reflexão de que a educação ideal, “de que depende a felicidade das nações”, “esperança da pátria”, que para o educador transformaria a mocidade, só seria vista quando fosse questão política. Manifestou o desejo de que os políticos brasileiros empregassem todos os esforços e a tivessem por prioridade. A primazia da educação sobre as demais questões nacionais, trazida no artigo de Francisco Lins, era recorrente na retórica de cada proposta de reforma no século XX, de acordo com Faria Filho (2010). A ideia de educação, como salvação para os problemas nacionais, tem as marcas do “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” (NAGLE, 1974).

O mês de outubro daquele ano foi muito festejado em razão das comemorações pelos cem anos da promulgação da primeira lei sobre a instrução pública no Brasil independente. A Lei de 15 de outubro de 1827 constituiu-se em um marco para educação nacional por oficializar a escolarização primária pública para todos no Brasil. Esta estabelecia que: “[...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827).

Segundo Vidal e Faria Filho (2005), em meio a essas comemorações do Centenário que os planos de renovação educacional promovidos por Francisco Campos e Fernando

Azevedo foram divulgados. Em 15 de outubro de 1928, Francisco Campos promulgou o Decreto nº. 7.970 que reforma o ensino primário, técnico-profissional e normal, em Minas Gerais. Uma semana depois, Fernando de Azevedo divulgou o anteprojeto da Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, o que só não aconteceu no dia 15 de outubro, porque a sessão do Conselho Municipal havia sido suspensa no dia. Os autores supracitados, no entanto, afirmam diferenciações entre esses dois projetos. Os reformadores mineiros, apesar das aproximações ao se fundamentarem ora na ideia de “escola moderna” ora na “escola ativa”, buscavam distanciamentos das perspectivas escolanovistas, ao conciliar suas propostas com a tradição católica (VIDAL; FARIA FILHO, 2005). Assim, buscavam o novo, sem abrir mão da tradição:

[...] se propunham a superar o passado e a construir um futuro grandioso. No entanto, não o faziam a partir de uma ruptura com a tradição e com o passado educacionais. Mais do que isso, buscava-se afirmar a inovação dentro da tradição, o que dava lugar a uma leitura muito mais indulgente da *escola antiga* do que aquela de Fernando Azevedo.

Nascia também uma nova educação, mas ela vinha, por assim dizer, de braços dados com a tradição católica, a qual, desde há muito tempo, vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos de modernizar-se e de dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto, para não ser confundida, por exemplo, com o escolanovismo. Reformar, aproximando e distanciando das perspectivas escolanovistas, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 8).

Em Minas Gerais o centenário ganhou centralidade nas páginas do jornal *Minas Geraes* e da *Revista do Ensino* (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 9), dois órgãos oficiais do estado, o que promoveu a circulação das notícias por toda região mineira. A *Revista do Ensino* de Minas Gerais publicou uma edição comemorativa do centenário do ensino primário. Vidal e Faria Filho (2005) acreditam que o governo utilizou-se da celebração da data como estratégia para obter apoio à Reforma:

No caso de Minas Gerais, a magnitude dos festejos do centenário da lei de 15 de outubro de 1927 nos faz crer que o governo a tenha utilizado como importante estratégia de mobilização social em favor da educação, ao mesmo tempo em que buscava cooptar tal mobilização dos professores, dos alunos e da população em geral para a causa da reforma do ensino em curso (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 38).

Conforme Vidal e Faria Filho (2005), a materialidade do impresso nessa edição especial – a diagramação, a escolha das imagens e fotografias – evidencia a importância conferida à celebração, além disso, a própria capa anuncia os propósitos do número (imagem 13). É possível observar na capa, que traz uma imagem centralizada de D. Pedro I, sob o desenho de uma estrela de aparente brilho, e cercado pelos símbolos do Império e da República unidos por um ramo de café que é atado abaixo do retrato. Carrega ainda, no alto,

além do nome da *Revista do Ensino*, a informação de que aquele é um Órgão Oficial da Diretoria da Instrução de Ensino, ao lado da imagem de D. Pedro, de que se trata de um número especial comemorativo do I Centenário do Ensino Primário no Brasil. Na parte inferior da capa, consta o local de publicação, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil.

Imagem 11 - Capa da Revista do Ensino na comemoração do centenário



Fonte: *Revista do Ensino*, nº. 23, out. 1927. Arquivo Público Mineiro.

Tudo indica que essa edição especial da revista foi planejada com bastante atenção pela Diretoria de Instrução e serviu de divulgação da proposta de reforma do ensino em todo o estado na campanha pela sua aprovação. Foram chamados os maiores representantes das letras

e do magistério para escrever os textos (VIDAL; FARIA FILHO, 2005), dentre os quais se encontrava Francisco Lins.

A existência de dois artigos do autor nesse número chama a atenção, são eles: “Cem anos depois”, assinado por Francisco Lins e “Booker T. Washington – o educador negro” assinado por Fábio Lourival. Demonstra, talvez, o papel de destaque que o intelectual exercia naquele momento na educação mineira. Ademais, o uso de pseudônimo Fábio Lourival dificultou a identificação da autoria. Não é possível afirmar que o pseudônimo fosse tão conhecido pelos seus contemporâneos do campo da educação, haja vista ter sido divulgado por ele em textos jornalísticos e nos livros de poesia com os quais não obteve sucesso. De todo modo, o desconhecimento dos historiadores da educação quanto a seus pseudônimos, certamente, impediu que tivesse mais visibilidade, contribuindo para seu esquecimento.

O artigo “Cem anos depois” ocupou pouco mais de uma página da edição especial da *Revista do Ensino*. Nesse destacava que, mesmo após um século de escola primária, o Brasil ainda encontrava-se à procura da escola ideal, mas que “agora, parece criar alma nova...”, em referência às políticas em curso no país. Reafirmando sua concepção quanto ao papel da escola para o país: “Certo é que o progresso, a grandeza das nações depende da organização das suas escolas” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 513-514), questionava-se sobre o que seriam escolas ideais. Apresentava as que existiam naquele momento no país como resposta, considerando que deixam muito a desejar, os programas como um caos, desconhecedoras dos métodos modernos e, quando conheciam, aplicavam mal por falta de compreensão. Segundo o intelectual, a maioria dos professores, por saírem de escolas normais “pessimamente organizadas”, não teriam o “preparo indispensável” para conscientemente exercerem sua função (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 513-514), com isso, concluía ser necessário dar nova organização ao ensino e novos professores.

Desse modo, a fim de promover a reforma, Francisco Lins anunciava problemas com os métodos e formação de professores, esses argumentos coincidem entre os reformistas, sendo apenas atualizados ao longo do século XX, como aponta Faria Filho (2010):

A centralidade do professor no processo educativo e a consequente responsabilização do mesmo pelo fracasso escolar; a grande importância atribuída ao método na definição do que seja uma escola de qualidade; a desqualificação da experiência do professor e a defesa enfática da necessidade de sua formação; a coincidência entre a reforma e a modernidade o combate à tradição e a afirmação da superioridade do novo e, finalmente, a reforma da escola como pedra de toque para a reforma social são apenas algumas das tópicas continuamente atualizadas nos argumentos reformistas (FARIA FILHO, 2010, p. 22).

Tal preocupação aparecia no projeto de Reforma do governador Antônio Carlos e de seu Secretário de Interior Francisco Campos, que tinha a formação dos professores como um eixo prioritário, por considerar fundamental para o êxito da educação primária (PEIXOTO, 2003).

O intelectual continuava seu artigo apresentando como era pensada a escola moderna, segundo ele, desconhecida no Brasil. Afirmava que essa era presa em programas pela cultura intelectual, saúde, trabalho e educação física, os alunos aprendiam uma arte ou ofício, sendo de caráter educativo, mas não profissional. O objetivo da educação profissional para o educador mineiro naquele momento seria revelar as aptidões das crianças. Concebia a orientação profissional como um problema nacional, tendo sido tema em outros textos seus sobre a mesma afirmação de que “A questão das aptidões tem importancia capital” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 514).

Conforme apresentado no primeiro capítulo, antes de viajar à Europa, Francisco Lins já havia escrito sobre educação profissional, inclusive publicou uma série de cinco artigos no *Correio da Manhã*, em 1896. Naqueles textos, no entanto, expressava apenas a necessidade de se prover mão-de-obra para o país. Após regressar ao Brasil, seu pensamento demonstra que apropriou-se de ideias da psicologia, da qual tomou conhecimento enquanto aluno do Instituto Jean-Jacques Rousseau, para afirmar que o ensino deveria considerar as aptidões.

Recordando que quando enviado pelo governo mineiro à Europa, o intelectual tinha entre suas missões visitar institutos de ensino profissional. Cabe nesse ponto então questionar se essa não teria sido uma das grandes contribuições da viagem no seu pensamento. No discurso de posse na Academia Mineira de Letras, Mario Mendes Campos destacou a contribuição de seu antecessor na cadeira n. 19 quanto ao tema da orientação profissional, afirmando que:

Em correspondência mandada a Paris, em maio de 1930, o professor patricio discute o suggestivo thema da orientação profissional que é uma das sérias preocupações da moderna psychologia do trabalho.

Problema novo de que cogita a psychotechnica, constitue ainda, entre nós, uma simples curiosidade que não conseguiu firmar-se na prática pedagógica, em cuja esphera a psychologia applicada carece da necessária amplitude.

Francisco Lins foi, ao que saiba, um dos primeiros a ventilar, entre nós, essa questão de relevância utilitaria, accentuando a farta e inestimavel contribuição que Claparède trouxéra a esse sector da educação technica, que dispõe, hoje de consideravel copia de pesquisas e trabalhos.

Lins assignala a importância que os educadores europeus têm dado ao estudo das “direcções para a escolha duma carreira”, primitiva designação com que Claparède queria significar o *diagnostico das aptidões tchnicas* (*Revista da AML*, 1934, p. 93).

Na *Revista do Ensino*, Francisco Lins revelou aproximações com as ideias difundidas pela Escola Nova à medida que compreendia que deveriam ser levadas em conta as

necessidades naturais das crianças: “A tendência para os folguedos, a curiosidade, o instinto de imitação, coisas naturaes na creança, utiliza-se debaixo da direcção de professores perfeitamente a par do valor educativo do trabalho” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 514). E fez críticas ao que ele dizia serem “os velhos programas” que ensinavam coisas inúteis e nem sempre bem. Esses visavam que os alunos decorassem as lições e saíssem da escola: “revelando-se dignos de admiração apenas pela facilidade com que repetem as frases apresentadas de cor” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 514). Desse modo, questionava o ensino dito “tradicional”, pautado na memorização das lições, apontando-o como ineficiente, onde muitas crianças saíam das escolas primárias, mesmo que aprovadas com distinção, sendo incapazes de escreverem corretamente.

Tendo em vista os propósitos da edição na aprovação do projeto de reforma, concluiu que felizmente o governo elaborava agora um programa que daria uma nova organização ao ensino e empregaria métodos modernos. A seu ver, em parte, o projeto elaborado estava de acordo com o pensamento que já havia apresentado em uma série de artigos publicados nos jornais há alguns anos. Dizia estar “em parte de acordo”, provavelmente, porque a proposta da reforma mineira buscava distanciar-se das ideias escolanovistas de modo a conciliar-se com a tradição católica. Segundo Vidal e Faria Filho (2005), “católicos que eram, os reformadores mineiros não iriam aderir *in totum* a um escolanovismo que se lhes parecia ameaçador” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 39). Isso pode explicar o porquê de não haver referências de Francisco Lins à questão religiosa em seus textos, embora católico, o autor não apresentava discussões nesse sentido. A Reforma do Ensino de Minas Gerais distanciava-se, assim, do projeto do Rio de Janeiro, pois embora Fernando Azevedo não tenha vinculado sua proposta do Distrito Federal às ideias do escolanovismo até sua aprovação em 1927, gradualmente, nos anos seguintes, consolidaria seu repúdio à educação tradicional (VIDAL; FARIA FILHO, 2005).

O educador retomou ideias, anteriormente divulgadas na série publicada no jornal *O Paiz*⁹², apontando outros países como referência, e defendeu uma divisão do ensino primário semelhante ao modelo francês, em dois ciclos: um elementar e um superior. Os dois ciclos seriam obrigatórios e todas as crianças deveriam frequentar a escola até os 13 anos, como na Suíça e na Alemanha, onde o ensino primário era obrigatório até os 13 e 14 anos, sempre se demonstrando preocupado com a preservação da infância: “nesses paizes, seguramente, mais se protegem o cerebro e o corpo da criança” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 514).

⁹² Francisco Lins afirma que esses mesmos artigos circularam em mais de um jornal, contudo localizei apenas na folha carioca.

Outra questão colocada por ele seria o contato das crianças com a natureza e afastando-as dos centros populosos. Enfantizava a importância de escolher um bom ponto para a construção de prédios escolares, trazia o exemplo das escolas que nos Estados Unidos erguiam-se em jardins abertos, pois “o contato com a natureza favorece o desenvolvimento da delicada planta humana” (CEM..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 514). E concluiu seu texto afirmando que embora tivessem se passado cem anos, e ainda estivessem longe da escola ideal, que a data deveria ser festejada e todos deveriam trabalhar em prol de uma melhoria mais breve, tendo em vista que a grandeza da nação dependeria disso.

Outro artigo publicado na mesma edição, mas assinado pelo pseudônimo Fábio Lourival, ocupou duas páginas da revista e contava a história do educador negro norte-americano Booker T. Washington. O autor afirmava ser aquela vida uma rara lição de energia, tendo em vista a superação das dificuldades de um negro escravizado nos Estados Unidos. Conforme narrou, Booker matriculou-se em uma escola profissional normal e agrícola após o fim da escravidão, na qual lhe foi permitido trabalhar para manter os estudos e ainda aprender uma profissão. Distinguiu-se e tornou-se diretor de uma escola para negros, reconhecido internacionalmente pelos “seus serviços à grande obra da educação” (BOOK..., *Revista do Ensino*, out. 1927, p. 546). Embora desconheça os propósitos para a apresentação dessa biografia na edição especial do periódico, entendo que vá além de um simples interesse do autor, à medida que fica evidente a intenção de apresentar a vida do norte-americano como exemplo de educação. Afinal, um negro, pobre e ex-escravo que venceu por meio da escolarização e do trabalho era uma excelente referência para defesa de uma educação do povo, um tema de destaque no centenário da primeira Lei de instrução pública primária.

A utilização de pseudônimo para assinar esse artigo pode ser encarada como uma estratégia para não evidenciar que na mesma edição teriam dois textos do mesmo autor, ou, semelhante ao uso nas crônicas, conforme tratadas no primeiro capítulo, poderiam servir para trocar à temática ou demarcar uma nova série.

Desconheço o modo como o educador brasileiro tomou conhecimento sobre Booker T. Washington, mas de acordo com Alexandra Lima Silva (2018), após o grande sucesso em forma de artigos na revista *Outlook*, o intelectual negro que viveu a escravidão nos Estados Unidos, publicou sua autobiografia em livros: *Up From Slavery: Em Autobiography* (1901), *The Story of My Life and Work* (1901) e *My Larger Education: Being Chapters from My Experience* (1911). Sendo assim, provavelmente, o mineiro teve acesso a uma dessas autobiografias em inglês, pois, conforme Silva (2018), apenas em 1940 ganharia versão brasileira, traduzida por Graciliano Ramos e publicada com o título *Memória de um Negro*.

Desse modo, ao escrever sobre Booker na *Revista do Ensino*, Francisco Lins realizava um trabalho de mediação cultural, traduzindo e resumindo a biografia de intelectual negro para o português.

No número seguinte da revista, mais uma vez assinado pelo pseudônimo de Fábio Lourival, com o título “Pela Renovação de Minas: a festa de 15 de outubro”, o educador comentava a festa de cem anos da escola primária que aconteceu no mês anterior no estado mineiro. Organizado em seis páginas, o artigo divide espaço com diversas fotografias do evento, que são apresentadas ao longo de toda a edição. No texto ficavam expressas sua alegria e admiração, que afirmava que compartilhavam todos os patriotas ao notarem que a nação ganhava força e esperança com a juventude. Contudo, ressaltava que ainda havia um longo caminho a ser percorrido e que, embora os resultados fossem magníficos, para alcançarem a perfeição ainda seria exigido empenho e sacrifício dos que lutavam pela regeneração física e moral da raça. Para formar um homem completo, física, moral e intelectualmente, o educador exortava que se deveria fazer um caminho cuidadoso. No seu entendimento, seria necessário seguir as leis da natureza, observando os exemplos dados por ela. Ao longo do artigo, chega a se referir aos jovens como “plantas humanas” e, como tal, deveriam conceder-se ar, sol e liberdade para crescer livremente. Criticava severamente a ginástica atlética que vinha sendo adotada, principalmente nos Estados Unidos, e ao militarismo dos exercícios que estavam sendo empregados nos institutos de ensino e criando entusiasmo no Brasil naquele momento. Para Francisco Lins, a militarização do ensino era um erro, pois:

[...] reprimem a espontaneidade do movimento, enervam a juventude, tiram-lhes toda a alegria, suprimem-lhe toda a originalidade, contribuindo assim para que, na sociedade, prevaleça como modelo o autômato, o *typo* daquelles desventurados que, na luta pela vida, nada sabem fazer de iniciativa própria e esperam sempre a voz de comando, um impulso alheio para entrar em acção (PELA RENOVAÇÃO..., *Revista do Ensino*, nov. 1927, p. 567).

Afirmava ainda que tais exercícios fazem mais mal do que bem e seriam desnecessários para o futuro que se esperava dos jovens no Brasil:

Precisamos de soldados fortes, mas precisamos de cidadão moral e fisicamente perfeitos, seguramente apercebidos para a luta pelo progresso, pela verdadeira grandeza do Brasil. [...] Queremos homens fortes para o trabalho que dá a riqueza, a abundância, a felicidades, não para a guerra, obra de destruição, que traz a miséria e a morte. (PELA RENOVAÇÃO..., *Revista do Ensino*, 1927, p. 568).

Além dos textos escritos pelo educador e publicados na *Revista do Ensino*, também localizei a tradução do artigo “Relações da Escola com a família”, na edição de janeiro de 1928. Embora o nome do autor do texto não seja revelado, exceto pelas iniciais M. L. no final,

a tradução é atribuída a Fábio Lourival. O artigo se propõe a falar de processos simples de acordo entre a família e a escola para desenvolver o senso das responsabilidades e sinceridade da criança, qualidades consideradas de alta relevância para formar a consciência e o caráter humano.

Por meio dos textos publicados por Francisco Lins na *Revista do Ensino* torna-se perceptível que, embora poucas, suas participações foram significativas, pois coincidiram com o momento da Reforma do Ensino promovida por Francisco Campos, inclusive na edição especial do periódico oficial que buscava angariar apoio para o projeto. Do mesmo modo, as notícias do I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais também evidenciam o envolvimento do educador no processo de discussão da proposta de reforma. Esse impresso, que circulou por todo estado, ajudou a promover as ideias, que fundamentaram as mudanças e hoje serve de fonte para compreensão sobre o papel de destaque do intelectual na educação, no período de Reforma na Instrução Pública no estado de Minas Gerais.

3.2.3 Amizades e travessias: crônicas no jornal *Minas Geraes*

Entre janeiro e junho de 1930, Francisco Lins teve nova oportunidade de viagem à Europa. Para quem na juventude estava tão longe da realização do sonho de conhecer o Velho Mundo, duas chances pareceriam quase impossíveis. Não fossem pelos longos anos que passou em viagem, provavelmente, não teria essa outra oportunidade, tendo em vista que essa nova excursão também teve caráter oficial e, em seu roteiro, incluiu visitar o Instituto Jean-Jacques Rousseau e os antigos mestres, entre os quais estavam Édouard Claparède e Adolphe Ferrière. Segundo Mignot (2017), “Viagens abrem caminhos. Viagens se desdobram em outras viagens, em redes de afetos, em projetos e realizações” (MIGNOT, 2017, p. 264).

Desde os dias que antecederam seu embarque no *Mendoza*, no Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1930, Francisco Lins escreveu uma série de crônicas e remeteu-as em formato de cartas ao jornal *Minas Geraes*. Ao todo foram dezesseis crônicas publicadas. Tendo em vista que a compreensão de qualquer texto é determinada pela forma como esse chega ao leitor, busco considerar a materialidade e o suporte de circulação desses escritos (CHARTIER, 1998). Tal perspectiva leva-me a questionar as razões para que essas crônicas de viagem tenham sido produzidas em formato de carta e o porquê de sua publicação na imprensa oficial.

Essas crônicas eram dispostas no periódico (imagem 12), em geral entre a página 4 e 8, em longas colunas. A indicação de que se tratava de uma correspondência vinha sempre

abaixo dos diferentes títulos e entre parênteses. Em seguida, como característico nas missivas, continha um cabeçalho com o lugar e a data de envio.

Imagem 12 - Cartas ao Minas Geraes

MINAS GERAES - Sexta-feira, 21 de Março de 1930 - N.º

Instituto J. J. Rousseau

A capital do exílio

NOTICIARIO

NOTAS OFFICIAES

Instituto J. J. Rousseau

(Cartas ao Minas Geraes)

Genebra, 20 de fevereiro de 1930.

Fonte: Minas Geraes, 21/03/1930, p. 5. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Todavia, não havia nenhum outro aspecto comum ao gênero epistolar, o que aparenta ser apenas uma forma de evidenciar que as crônicas eram remetidas pelo correspondente que se encontrava no estrangeiro. Além de uma estratégia para atrair o leitor disposto a ler sobre

diversos assuntos do cotidiano da viagem que era convidado a acompanhar. Afinal, as cartas despertam curiosidades, exprimem certo grau de aproximação e fazem com que aqueles com quem são compartilhadas sintam-se convidados a participar da vida do remetente. Desse modo, era imposta uma prática de leitura pelos editores para atingirem determinado tipo de leitor.

Escrever crônicas por meio de cartas aos jornais era uma prática que já havia sido adotada pelo intelectual anteriormente, como dito no primeiro capítulo, entre 1891 e 1893, quando manteve uma coluna no jornal *O Pharol* com o título de “Cartas da Roça”. Escreveu também outras sequências, uma publicada no mesmo jornal com o título “No correr da Penna”, em 1892, quando estava em viagem ao Rio de Janeiro e, outra na coluna “Notas e impressões”, na sessão “correspondências” do próprio *Minas Geraes*, em 1894. Nessas ocasiões, também experimentava o deslocamento, mas no interior do Estado de Minas Gerais.

Quanto à publicação ser feita em um jornal oficial do estado, provavelmente se deve ao fato de a viagem ter sido comissionada pelo governo. A publicação pode ser encarada como estratégia de promoção das ideias educativas estrangeiras por todo o Estado, além de oportunizarem aos leitores do periódico o conhecimento sobre os novos métodos educativos.

Francisco Lins afirmava que seu propósito de publicar as cartas durante a viagem era remeter aos leitores do periódico as impressões das cidades pelas quais passaria, o que de fato fez ao tratar do Rio de Janeiro, Marselha, Genebra e Paris:

[...] assim, possa eu interessar os leitores dessa folha, falando-lhes das cidades que vou visitar...”

Quanto é difícil, escrevendo, alguém despertar interesse! Muitos escreveram, raríssimos os que conseguem prender a atenção do leitor. Na maioria dos casos, a Penna (com dois nn) transforma-se em instrumento de supplicio, dando mais penas (com um n só) do que prazeres (A ALIANÇA, *Minas Geraes*, 16/01/1930, p. 8).

O trecho acima demonstra a preocupação de Francisco Lins em manter o leitor atraído e pode explicar a escolha do formato de texto empregado. Segundo Chalhoub, Neves e Pereira (2005), as crônicas eram um gênero dialógico, que ao mesmo tempo em que o cronista buscava influenciar o leitor, também era influenciado, tomando os interesses e expectativas deles como tema e forma.

Mas tratou também de assuntos políticos e econômicos, entre eles as eleições brasileiras e a economia após a Primeira Guerra, traçando um bom panorama mundial sobre o período. Nesses registros, particularmente, interessam-me os momentos em que trata de sua

primeira viagem, apresentada por meio de recordações e comparações com aquela nova travessia.

Apesar de a viagem ter sido comissionada pelo governo mineiro, Francisco Lins aponta como única razão um tratamento médico: “Por haver partido do Brasil com o intuito em de tratar da minha saúde [...]” (O DR. ROUX..., *Minas Geraes*, 10/05/1930, p. 5). Não há muitas referências sobre a doença e os sintomas que o mineiro sentia e buscava tratamento, contudo se refere aos perigos da viagem por conta de seu problema de saúde:

Que imprudência! Não é loucura lançar-me agora entre tão grandes perigos? Pergunto a mim mesmo. A um mal incauculável vou expor-me, sem dúvida. Mas... Deus vela por nós e o que for soará!
Tornarei breve ao Brasil, e espero que em situação melhor. Emfim, poderá vir a morte ao meu encontro... Mas, que tem isso? E' uma boa amiga, não me faz medo. Se vier, d a natá. Recebel-a-ei com o sorriso nos lábios, tranquilamente. Dar-lhe-ei um beijo... (O RIO..., *Minas Geraes*, 08/02/1930, p. 4).

Do mesmo modo, demonstra alívio quando retorna com saúde a ponto de afirmar “Que viagem feliz! Nenhuma coisa lúgubre durante Ella. Parti em janeiro, volto em junho, com todos os meus ossos em bom estado...” (A MINHA VOLTA..., *Minas Geraes*, 29/06/1930, p. 7). Durante a viagem, Francisco Lins fez quatro cirurgias com o médico suíço César Roux. Mesmo assim, possivelmente não obteve a tão desejada cura na Europa, tendo sido acometido novamente por alguma enfermidade nos anos seguintes, pois em 1932, mancava de uma perna⁹³ e, logo depois, encontrava-se hemiplégico, conforme narra Waldemar Lins pouco antes de sua morte em 20 de abril de 1933, em Juiz de Fora: “o homem que não pôde ser vencido pelos semelhantes, está sendo vencido pela lei natural: está hemiplegico, numa cama, em Juiz de Fora!” (LINS, W., 1933, p. 124).

Tendo em vista que uma viagem oficial exigia divulgação das observações sobre a realidade estrangeira que se buscava conhecer, permito-me supor ainda que Francisco Lins tenha decidido publicar esses registros de modo simultâneo à viagem por considerar a morte uma possibilidade naquele momento. Afinal, teria oportunidade futura de publicar sobre a viagem?

A partir das suas crônicas de viagem, construí o quadro a seguir, no qual apresento seus títulos, data de envio e publicação:

⁹³ Carta escrita por Édouard Claparède à Helena Antipoff, de Champel em 16 de agosto de 1932. RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 164.

Quadro 7 - Cartas ao jornal *Minas Geraes* (1930)

Publicação	Título da carta	Data da carta
16/01/1930	A Aliança Liberal no Rio	09/01/1930
08/02/1930	O Rio de Janeiro e o Rio de hontem	17/01/1930
17 e 18/02/1930	Conversando com o oceano	24/01/1930
26/02/1930	Uma grande cidade	29/01/1930
08/03/1930	A cidade Refúgio	15/02/1930
21/03/1930	Instituto J. J. Rousseau	20/02/1930
22/03/1930	Um colossal guarda-comidas	27/02/1930
06/04/1930	A vida na Suíça	07/03/1930
07 e 08/04/1930	Adolphe Ferrière	14/03/1930
17/04/1930	A publicidade: a nossa Propaganda na Europa	26/03/1930
10/05/1930	O Dr. Roux	30/03 e 19/04/1930
06/06/1930	Do sonho á realidade	10/05/1930
15/06/1930	As tristezas de Paris	23/05/1930
25/06/1930	A Europa vae mal	29/05/1930
28/06/1930	A orientação profissional	31/05/1930
29/06/1930	A minha volta – Um poeta brasileiro em Paris – O teatro a bordo – A troupe “Rose-Marie” – Um banho de sereias num mar de prata – Como a viagem de Ulysses	17/06/1930

*Elaboração própria a partir do jornal *Minas Geraes* (1930) – Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Para Lins, essa segunda viagem era ainda melhor que a primeira, pois agora via com outros olhos:

Na excursão que agora faço pelo Mundo, como tenho enriquecido o meu espirito! Vejo claramente agora que, viajando, mil vezes mais aprende o homem do que lendo livros [...] Antes da grande guerra, passei oito annos na Europa, mas é certo que nessa época, declaro-o sinceramente, não aprendi tanto quanto estou apprendendo agora. Porque? Talvez porque, então, eu sabia menos observar, talvez porque as circuntancias eram outras naquella época, tranquilla de mais, sendo as coisas que se me deparavam menos dignas de ser observadas, menos capazes de despertar interesse. Seja como for, o certo é que atualmente vejo mais claro, comprehendo melhor o que se passa ante meus olhos, comparo mais seguramente o que faz o estrangeiro como que se faz no Brasil, noto mais friamente, com maior isenção de animo, as nossas qualidades e defeitos, comparando-s com os defeitos e qualidades dos outros (UMA GRANDE..., *Minas Geraes*, 26/02/1930, p. 4).

A comparação que o intelectual faz entre as viagens e os livros me permite pensar que, como “o prazer em ler tem relação com a lembrança de outros textos e de outras leituras, que se juntam e penetram na leitura atual, imprimindo um significado para aquele que lê, que se apropria daquilo que foi lido de forma única” (CARVALHO, M. R., 2018, p. 309), do mesmo modo, é o de viajar. Como na releitura de um bom livro, considerava que enxergava agora com outros olhos essa nova experiência. Ao embarcar no rumo a Europa, em 1930, o intelectual carregava consigo as memórias da experiência anterior. Tanto que quando escreve sobre o retorno a Genebra, recorda com emoção o tempo em que lá viveu:

No seu seio vivi longo tempo, pelo que a ella volto agora com o coração a palpitar, lembrando-me das palavras sentidas com que Luiz Guimarães Junior começa um dos seus mais lindos poemas:

- Como a ave que volta ao ninho antigo, depois de um longo e tenebroso inverno...
(A CIDADE..., *Minas Geraes*, 08/03/1930, p. 5).

O inverno a que se refere no trecho acima é a Primeira Guerra Mundial, a quem ele atribui o final da sua última missão. O retorno de Francisco Lins ao seu país de origem, em dezembro de 1917, assim como o extenso período que passou na Europa, foi marcado por imprevistos e situações que fugiam ao seu controle. A despedida da Europa, em plena guerra, foi lembrada por ele em 1930:

Afastei-me de Genebra há quatorze annos, mais ou menos, tornando ao Brasil inopinadamente, afugentado pelo incêndio da guerra, que então devorava quase toda Europa. Nessa ocasião, a Suissa, por milagre preservada do flagelo, era o centro para o qual na sua maioria, convergiam os infelizes fugidos dos logares em que com fúria mais intensa lavravam as chammas [...]

Mas os males causados pela guerra eram tão grandes, que a vida se havia tornado angustiosa em todo o velho mundo. Então, na Suissa, a escassez de gêneros alimentícios se havia tornado extrema, e o numero de bocas que pediam pão crescia a olhos vistos, de dia para dia. Espalhava-se o terror por toda a parte. Em taes condições, que fazer? Não havia outro remédio senão este: partir. E partir, partimos, eu e o anjo que jamais se separa de mim – minha mulher (A CIDADE..., *Minas Geraes*, 08/03/1930, p. 5).

Somadas às fortes emoções de vivenciar de perto as dificuldades da Primeira Guerra acrescentou-se a de viajar em um momento como aquele:

Partimos de Lisbôa no seio da noite, mergulhados no mais profundo silêncio, com o fim de evitar fossemos descobertos pelo inimigo, que se dissimulava em todos os recantos, sobretudo na entrada dos portos, espreitando os navios dos alliados, para os atacar [...] Em épocas normaes, a partida para as grandes travessias é sempre causa de viva emoção. Sem duvida, mais viva mil vezes a nossa em tão afflitivo momento [...] parecia que não mais pertencíamos a este mundo, que estávamos navegando em busca do Além [...] Ao pé de um canhão, de que se havia armado o navio, parte da equipagem se punha em movimento, preparando-se para defender-nos. Dois submarinos allemães approximavam-se, não é preciso dizer para que... De um momento para outro, podíamos ir parar no fundo do mar... Por isso, cada um tratou logo de tomar o seu salvavidas. Andavamos, indubitavelmente, pertinho a morte” (A CIDADE..., *Minas Geraes*, 08/03/1930, p. 5).

Apesar dos transtornos, Lins e sua esposa chegaram bem ao porto do Rio de Janeiro, em janeiro de 1918. De volta à Europa, agora em um contexto de paz, a cidade de Genebra trazia-lhe novamente alegria e memórias boas:

Agora, de novo em Genebra, de novo estamos vendo cair a neve... Mas agora ha de tudo com abundancia, carvão sobretudo... Sente-se dentro de casa um calor suave. No coração trazemos paz, estamos alegres, doces recordações embalam-nos a mente (A CIDADE..., *Minas Geraes*, 08/03/1930, p. 5).

Os locais que visitou nesse tempo despertaram-lhe a memória para o período da primeira viagem. Estabeleceu comparações com os lugares que já lhe eram conhecidos, porém que há muito não visitava. Como o Instituto Jean-Jaques Rousseau, onde estudou entre 1912 e 1915. Sobre esse narrou:

Acabo de sair do Instituto J. J. Rousseau, que é um tempo consagrado á educação e onde perennemente se rendem homenagens ao filho immortal de Genebra [...] Ha uma extraordinaria differença entre esse estabelecimento, tal como se vê hoje, e o que outr'ora conheci e frequentei (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Entre as observações do educador mineiro, ao retornar ao IJJR, estão as mudanças que ocorreram desde sua volta ao Brasil. Conforme, tratei no capítulo anterior, no final dos anos 1920, após problemas financeiros, a instituição que até então era iniciativa privada, liga-se a Universidade de Genebra:

Então, era uma instituição de caracter privado, e atualmente é uma escola official, que faz parte da Universidade de Genebra e cujos exames são reconhecidos pelo governo [...] Quase desapareceu por falta de pecúnia, no fim da grande guerra, sendo salvo por seus antigos alumnos e, em particular, pelos professores primários da Suissa franceza, que se cotizaram para auxiliá-lo. Vencidas as dificuldades que surgiram então, o Estado de Genebra, tendo resolvido supprimir a sua Escola Normal, confiou-lhe o encargo de preparar as suas futuras professoras e os professores primários. Em seguida, passou o estabelecimento a fazer parte da Faculdade de Letras da Universidade de Genebra, sendo-lhe dado o título de *Instituto das Sciencias da Educação*. Genebra entrou assim no caminho dessa *preparação universitária* do corpo docente primário, de que tanto se falou e de que muito se fala ainda, vivamente (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

O Instituto Jean-Jacques Rousseau era, naquele momento, o epicentro da Educação Nova, o que levava a Suíça ser considerada como “Meca da pedagogia”, onde atuavam pedagogos comprometidos na produção e difusão do ideário escolanovista (HOUSSAYE, p. 335 *apud* MIGNOT, 2017).

Compreendendo isso, Francisco Lins ressalta a importância da instituição na formação de profissionais que prestavam importantes serviços à educação em várias partes do mundo: “Mulheres, homens formados no Instituto, já encontram-se em diversos cantões da Suissa e no estrangeiro, prestando os melhores serviços. Realmente, não se trata de uma grande instituição?” (*Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5). Aponta inclusive que alguns desses ex-alunos estavam em Minas Gerais:

Encontram-se em Minas, em Bello Horizonte, professores que sahiram daqui. Delles pedem-me agora notícias, e não me é possível dal-as, porque, em nossa terra, não cheguei a vel-os uma só vez. Pelo valor desses educadores se póde fazer d a do valor do Instituto Rousseau (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Os educadores a quem Lins se referia eram os especialistas europeus convidados por Francisco Campos, em 1929, com a finalidade de criar uma instituição para aplicar os métodos estrangeiros, assim como orientar e avaliar a implantação desses nas escolas de Minas Gerais. Faziam parte do grupo: Leon Walter e Helena Antipoff, sua antiga colega de turma no IJJR.

Embora ele tenha dito que não viu nenhum desses e, portanto, não poderia dar notícias, através de correspondência trocada entre Helena Antipoff e o mestre Édouard Claparède⁹⁴, noto que o mineiro manteve pelo menos algum contato com a educadora russa, após concluírem seu curso na Suíça. Isso porque o brasileiro foi assunto em algumas das cartas desses reconhecidos educadores. Em uma delas, ao ser informada pelo mestre suíço que o brasileiro estava partindo em viagem para a Europa, Antipoff lamenta: “A carta de Lins chegou até mim por negligencia, tarde demais. Diga a ele minha decepção. Eu fui a Juiz de Fora, sua cidade, mas ele já tinha ido embora.”⁹⁵ Não localizei a referida carta, tampouco posso afirmar que outras tenham sido enviadas ou recebidas por Francisco Lins. Contudo, o interesse de Helena Antipoff na ida de Francisco Lins para a Europa deve-se ao desejo de que o brasileiro, ao retornar, acompanhasse o filho dela na viagem ao Brasil, como revela à Claparède: “Não sei se escrevi que estou esperando por Daniel aqui no mês de julho. Você sabe quando os Lins estão planejando voltar ao Brasil? Se é julho, vou pedir-lhes para cuidar de Daniel.”⁹⁶

Não se sabe se o pedido de Helena Antipoff chegou até o brasileiro, mas por si só demonstra uma relação de confiança e intimidade a ponto da educadora pedir que Francisco Lins acompanhe o filho na viagem ao Brasil. Essa relação provavelmente deriva de um antigo laço de amizade iniciado no tempo que estudaram juntos no Instituto Jean-Jacques Rousseau e leva-me a questionar se de algum modo não tenha colaborado para a decisão de Helena Antipoff aceitar o contrato do governo brasileiro para trabalhar como professora de Psicologia Educacional na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, em 1929.

⁹⁴ A correspondência trocada por esses dois educadores encontra-se no livro *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*, organizado por Martine Ruchat e publicado em 2010, no original em francês.

⁹⁵ Carta escrita por Helena Antipoff, s/ local e data. RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 81. Tradução nossa. Original: “La lettre de Lins m’est parvenue par négligence, trop tard. Dites lui *ma déception*. Je suis allée à Juiz de Fora, as ville, mais Il était déjà parti”.

⁹⁶ Carta escrita por Helena Antipoff de Belo Horizonte em 30 de março de 1930. RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 83. Tradução nossa. Original: “Je ne sais pas si je vous ai écrit que j’attends Daniel ici au mois de juillet. Savez-vous quand lês Lins comptent retourner au Brésil. Si c’est em juillet, je les demanderai de prendre soin de Daniel”.

Na comparação com o tempo em que estudou no IJJR, Francisco Lins destacava ao jornal ainda o crescimento do número de alunos nos cursos e como a formação na instituição exercia significado agora, porém, lamentava que não tivesse nenhum aluno representando o Brasil no instituto naquele momento:

Os alumnos do Instituto fazem agora os seus exames sob as vistas da Universidade, podendo chegar até ao doutorado. Sendo elles 20 a principio, como eu disse, chegam actualmente a mais de 100, representando mais de 20 paizes, entre os quaes, Portugal. O Brasil não tem ahi um só representante, e é pena. (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5)

Na ocasião da viagem de 1930, o Instituto já havia se tornado “em lugar de peregrinação para profissionais da educação de toda a Europa” (MOREU, 2016, p. 57 *apud* MIGNOT, 2017, p. 333). Apesar de Francisco Lins lamentar a ausência de representantes do Brasil, depois dele já havia passado pelo IJJR outros brasileiros como Laura Jacobina Lacombe, que estudou na instituição em 1925. Mignot (2017, p. 332) afirma que essa educadora buscava “aprimorar sua formação em importantes centros de produção e difusão do pensamento educacional no país e no exterior, legitimando-se, assim, como interlocutora capaz de difundir a sua versão da nova pedagogia”.

Registra ainda, ao *Minas Geraes*, mudanças na composição do corpo docente da instituição e a permanência de Édouard Claparède e Pierre Bovet à frente da instituição: “Perdeu alguns professores, mas outros vieram substituí-los, e os seus diretores, Claparède e Bovet, continuam firmes no seu posto, dispostos a tudo fazer, para que de pé e com brilho continue o notável estabelecimento” (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Sobre a substituição dos docentes, refere-se particularmente ao professor Paul Godin, que lhe deu aulas de “Antropometria” e o curso prático e teórico “A evolução do corpo da criança”, em 1912. Deixava claro sua profunda admiração por aquele mestre com quem estabeleceu uma amizade que perduraria, conforme notável interesse em procurá-lo e transmitido em carta à Edouard Claparède, antes dessa nova viagem: “Hoje enviamos uma carta a senhor Godin. Onde estará agora este grande e excelente amigo? Em La Flèche, à Nice ou em Genebra? Nossa carta irá procurá-lo, de uma só vez, nestas três cidades...”⁹⁷.

A relação de admiração pelo antigo professor Godin pode ser evidenciada também quando fala sobre o antigo mestre:

⁹⁷ Carta enviada por Francisco Lins a Edouard Clapared, de Juiz de Fora, em 28 de dezembro de 1929, p. 1-2. Arquivo Municipal de Genebra. Tradução nossa. Original: “Aujourd’ hui nous envoyons une lettre à M. Godin. Où est-il maintenant, ce grand, cet excellent ami? À La Frèche, à Nice ou à Genève? Notre letter ira le chercher, à la fois, dans ces trois villes...”

Um sábio, grande pelo saber e pela bondade, em quem uma tara não se descobre. Medico distinctissimo, havendo passado quase toda a sua existência a estudar o problema relativo ao desenvolvimento physico das creanças, escreveu obras importantes sobre a questão, a ultima das quaes com o titulo – *O crescimento durante a idade escolar*, traduzida em diversas línguas e geralmente considerada como obra de valor excepcional. Actualmente, elle reside em Nice, já velho, mas as tristezas da sua velhice são atenuadas pela presença de um ser admirável, que sempre se encontra ao seu lado – Madame Godin. Os dois são dois anjos, posso dize-lo, certo de não me afastar uma linha da verdade (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Como é possível ler nesse trecho, o brasileiro conseguiu localizar o professor Paul Godin – como pretendia ao enviar correspondência antes de sua segunda viagem à Europa – vivendo em Nice, na França. Não há informações, todavia, se Francisco Lins o visitou quando lá esteve, naquele mesmo ano ou se as informações que apresenta são apenas as recebidas em resposta a sua carta. De todo modo, fica claro que as relações com o velho professor, que conheceu enquanto aluno do Instituto, perduraram. A nutrida admiração do antigo aluno é evidente quando se refere ao médico e professor que lhe ensinou muito sobre desenvolvimento físico das crianças durante seus estudos em Genebra. E o educador brasileiro demonstrou sua insatisfação por não encontrá-lo mais como professor do IJJR em 1930:

Infelizmente, não revejo agora um dos homens que mais admiro e estimo e que excepcionalmente brilho deu ao estabelecimento, ao ser inaugurado – Paul Godin. [...] Como perdeu o Instituto Rousseau, vendo-se privado dos serviços de um sábio tão grande quanto modesto! (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Em uma carta de Édouard Claparède à Helena Antipoff em 1932, o educador suíço informa que obteve notícias sobre a saúde de Francisco Lins por meio de Paul Godin, o que indica que o brasileiro esteve ainda em contato com esse antigo professor: “Godin me disse que Lins estava paralisado de uma perna”⁹⁸.

Da mesma maneira, a relação do brasileiro com o antigo mestre Édouard Claparède, não se limitou aos tempos em que estudou na Suíça, como é possível verificar pela correspondência entre os dois. Embora tenha localizado apenas três cartas ativas do brasileiro, do período de 1929 e 1930, essas apresentam indícios da relação entre esses intelectuais. De acordo com Sierra Blas (2003, p. 128 *apud* ROCHA, 2012), a relação que o remetente e o destinatário mantêm se reflete no escrito:

O grau de proximidade e hierarquia do relacionameto entre os correspondentes determina a forma como o remetente irá construir a escrita da carta em seus diversos elementos construtivos [...] Observando como esses elementos apresentam reflexos da relação que o remetente estabelece com o destinatário, pode-se, assim conhecer o

⁹⁸ Carta escrita por Édouard Claparède à Helena Antipoff, de Champel em 16 de agosto de 1932. In.: RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 164. Tradução nossa. Original: “Godin m’a dit que Lins était paralysé d’une jambe.”

tipo de relacionamento que se vai construindo entre os correspondentes (ROCHA, 2012, p. 210).

Desse modo, observo que a maneira como Francisco Lins se despedia e assinava as cartas endereçadas ao educador suíço e sua família, demonstra uma relação com certa intimidade entre mestre e discípulo. O brasileiro sempre se apresentava como admirador e amigo e desejava votos a Claparède, esposa e filhos⁹⁹. Tanto é que se preocupou em garantir o encontro com o psicólogo suíço em seu retorno à Europa, conforme constato pela carta enviada a ele antes de sua partida: “Eu vos escrevi do Brasil dizendo que eu e minha esposa estaremos em breve na Suíça, e nós estaremos lá por três dias. Na próxima semana, iremos a Genebra, para apresentar a você nossos respeitos e a estimada Madame Claparède”¹⁰⁰.

Em missiva, de quando já não estava mais em Genebra, há indicações de que seu antigo mestre e as famílias de ambos encontraram-se pelo menos uma vez, no Parque de Champel: “Obrigado pela sua amável carta. Peço-lhe para me enviar a foto a qual você falou, tirada no seu belo Parque de Champel. Que prazer nos ver fotografados ao lado de vocês e por vocês!”¹⁰¹.

Não por acaso que quando Édouard Claparède veio ao Brasil, naquele mesmo ano, o educador mineiro estava entre os amigos que lhe esperavam no porto do Rio de Janeiro¹⁰² (RUCHAT, 2008, p. 195):

A chegada de Claparède ao Rio de Janeiro no “Conte Rosso” que saíra de Gênova em 2 de setembro de 1930 é um acontecimento. Todos os amigos o esperavam no porto. Lá estava Francisco Lins, Laura Jacobina Lacombe, Ernani Lopes, médico, psiquiatra e presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental (fundada em 1923). Lá também estavam Magalhães, um dos cirurgiões mais concorridos do Rio de Janeiro, presidente da ABE, Waclaw Radecki (1887 – 1953), polonês, assistente de Claparède em Genebra, onde realizou doutoramento (RUCHAT, 2008, p. 195).

A admiração que Francisco Lins devotava à Édouard Claparède é evidenciada pelas inúmeras vezes que sugeriu seu nome para o governo brasileiro. Seu desejo de trazer o antigo mestre ao Brasil foi insistentemente comunicado à imprensa ao longo dos anos. Em artigo

⁹⁹ Carta escrita por Francisco Lins de *Juiz de Fora*, em 28 de dezembro de 1930; Carta escrita por Francisco Lins de *Lausanne*, em 01 de fevereiro de 1930; Carta escrita por Francisco Lins de *Paris*, em 07 de junho de 1930.

¹⁰⁰ Carta escrita por Francisco Lins de *Lausanne*, em 01 de fevereiro de 1930, p. 1-2. Arquivo Municipal de Genebra. Tradução nossa. Original: “Je vous ai écrit Du Brésil disant que moi et ma femme serions bientôt en Suisse, et nous y sommes depuis trois jours. La semaine prochaine, nous irons à Genève, pour vous présenter nos respects et à la très aimable Madame Claparède.”

¹⁰¹ Carta escrita por Francisco Lins de *Paris*, em 07 de junho de 1930. Arquivo Municipal de Genebra. Tradução nossa. Original: “Merci de votre aimable lettre. Je vous prie de vouloir bien m’envoyer la photo dont vous parlez, faite dans votre beau parc de Champel, quel plaisir pour nous de vous voir photographiés à côté des vôtres et pour vous!”

¹⁰² Sobre os discípulos de Claparède que o aguardavam na chegada ao Brasil, em coautoria com Ana Chrystina Mignot e Selma Barboza Perdomo, foram produzidos os artigos “À beira do cais: um divulgador das ideias de Édouard Claparède em Minas Gerais” e “Do lado de cá do Atlântico: um discípulo polonês de Édouard Claparède”, ambos enviados para avaliação em periódicos.

publicado no jornal *O Paiz*, em 31 de dezembro de 1924, ao defender a criação no Brasil de um Instituto de Altos Estudos Pedagógicos, semelhante ao da Universidade de Genebra, apontou o nome do educador suíço para executar a tarefa de dirigir a importante obra.

Várias vezes retomou a ideia, como na crônica “O professor Ed. Claparède” na qual enfatizava as qualidades de seu antigo mestre e lamentava que o governo ainda não tivesse o convidado ao Brasil:

Desejei muito vê-lo no Brasil, trabalhando pela reforma dos nossos estabelecimentos de ensino. A ele, a respeito, em Genebra, falei diversas vezes, e nas, colunas dos nossos jornais, também vezes diversas, manifestei com ardor esse desejo. Pelo fato de ter sido discípulo do professor Claparède, tendo vivido junto dele muito tempo, naturalmente o conheço de perto sei quanto vale, quanto é luminoso o seu espírito, quanto são nobres os seus sentimentos, quantos serviços poderia prestar-nos, si estivéssemos a ventura de trazê-lo á nossa terra.

[...] Quanto é bom esse homem, quanto é simples, quanto é grande! Um sábio como poucos. Cérebro poderoso, alma nobilíssima. Pena é que não se encontre agora em Minas, dirigindo os trabalhos iniciados para a resolução do problema que tão particularmente nos interessa (O PROFESSOR..., *Minas Geraes*, 01 e 02/07/1929, p. 6).

Em uma de suas crônicas ao jornal *Minas Geraes* em 1930, demonstrou novamente o descontentamento por não terem atendido seu pedido de convidar Claparède para vir ao Brasil e reforçou a importância desse empreendimento que, segundo ele, seria de interesse também do educador suíço:

Quando tornei ao nosso Estado, depois da minha primeira viagem à Europa, muitos artigos escrevi lembrando a conveniência da ida de Claparède a Minas, para que, sob sua direção, pudéssemos melhor, com segurança maior, organizar a instrução pública. Pena, então, nenhum caso terem feito dos meus conselhos. Mais de uma vez tenho ouvido dos lábios desse professor que, si houvera recebido um convite para ir á nossa terra, não teria deixado de o aceitar (INSTITUTO..., *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5).

Provavelmente, no encontro com Édouard Claparède na Suíça, naquele mesmo ano, que Francisco Lins ouviu “dos próprios lábios” do educador sobre o interesse em vir ao Brasil (SANTOS; MIGNOT; PERDOMO, texto enviado para avaliação). Talvez o brasileiro tenha tratado pessoalmente da vinda do suíço, pois em carta à Helena Antipoff, ao falar sobre a estadia dos Lins na Europa, faz menção a sua possível visita ao Brasil, em agosto daquele ano: “Os Lins estão aqui. Que prazer vê-los novamente; eles não mudaram. Devo me preparar para sair em agosto?”¹⁰³.

Conforme Santos, Mignot e Perdomo (texto enviado para avaliação), apesar de faltarem indícios de que a insistência do intelectual mineiro tenha se materializado de alguma outra forma para que naquele ano Édouard Claparède fosse convidado ao Brasil, não parece

¹⁰³ Carta escrita por Édouard Claparède em 24 de fevereiro de 1930. In: RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 74. Tradução nossa. Original: “Les Lins sont ici. Quel plaisir de les revoir; ils n’ont pas changés. Dois-je me préparer à partir en août?”

coincidência que ainda em 1930, após o retorno da Europa, Francisco Lins tenha conseguido realizar o desejo de ver o grande mestre suíço em terras brasileiras. Suas relações políticas, que resultaram em duas viagens comissionadas pelo governo, não teriam de algum modo possibilitado mais essa realização? É possível que o intelectual mineiro tenha colaborado, como outros antigos alunos, ao menos para convencer Édouard Claparède, relatando as notícias das reformas que estavam em curso no país. Tanto que, antes de desembarcar no porto do Rio de Janeiro, o suíço afirmou em uma entrevista ao *O Jornal*:

- Há muito alimento, o desejo de visitar o Brasil de que tantas e tão boas notícias me vão ter às mãos, enviadas que são por antigos discípulos que aqui residem. Tive sempre esperanças de realizar essa viagem, não o fazendo, há mais tempo, em virtude dos affazeres incontáveis que me impossibilitaram de deixar a Suíssa. Quando, porém, se me apresentou oportunidade, não vacillei em aceitar o convite que me foi feito por carta dirigida pelo Sr. Gustavo Lessa. E parti incontinentemente para cá, onde afinal chego cheio de satisfação. Falou-nos após o grande professor dos seus antigos discípulos hoje residentes no Brasil. Referiu-se a Radecky, polonez de origem mas brasileiro naturalizado, mme. Antipoff, Francisco Seis [provavelmente Lins] e outros, elogiando-os pela aplicação que sempre demonstraram e pelo talento revelado. Espera agora vel-os todos e abraçal-os com saudade (UM EMINENTE..., *O Jornal*, 14/09/1930, p. 1).

Outro antigo mestre suíço visitado por Francisco Lins durante a viagem de 1930 foi Adolphe Ferrière. Em uma das crônicas remetidas ao *Minas Geraes* durante essa nova passagem pela Suíça, o brasileiro dedica-se a falar do antigo mestre que dá título ao texto, narra o reencontro e noticia a viagem que tão logo aquele faria à América do Sul:

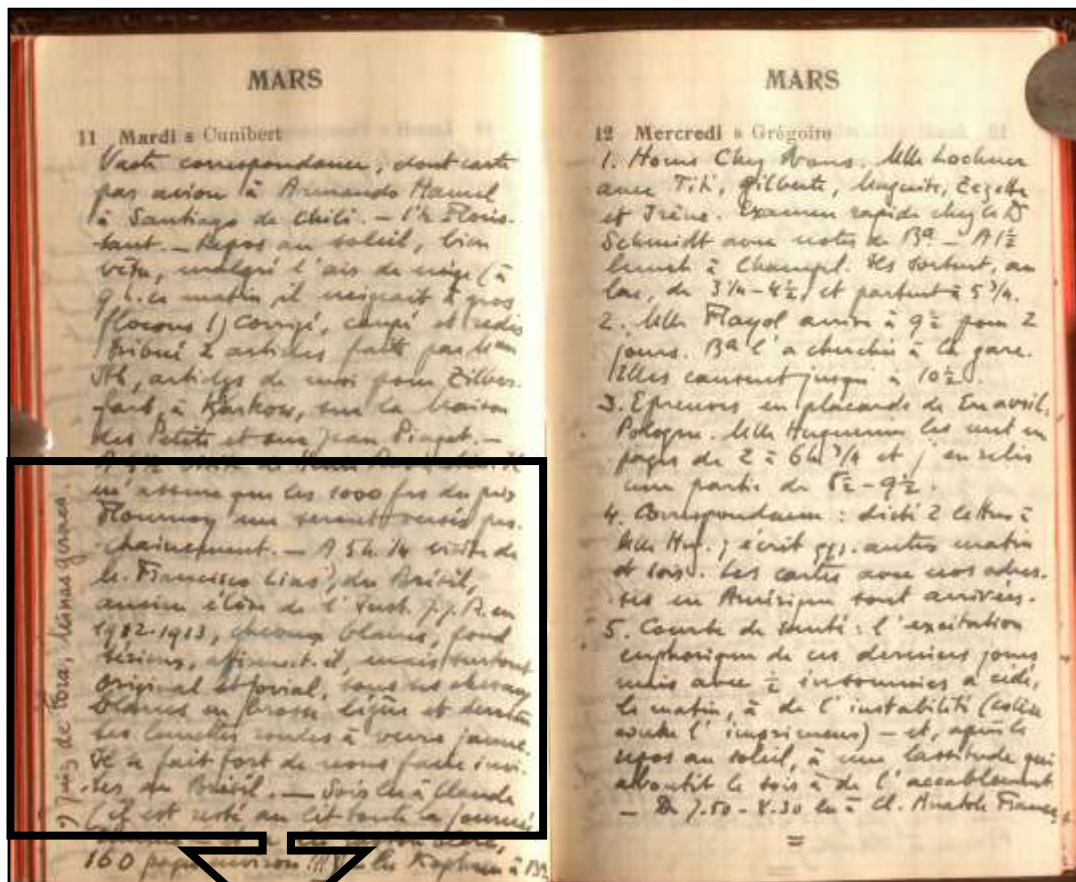
Conheço ha muito tempo, fui um dos seus alumnos no Instituto Rousseau, desde a inauguração deste, sob a direção de Claparède e Bovet. Agora mesmo, depois de longamente havermos conversado sobre a viagem que elle vae fazer e sobre o meu passado aqui, querendo Ferrière mostrar que não me havia esquecido, tomou um exemplar do mais interessante dos seus trabalhos ultimamente publicados – *Les types psychologiques*, offereceu-m’o, havendo antes escripto na primeira pagina estas palavras: ‘*hommage cordial et souvenir destemps lointains de la naissance de l’Institut J. J. Rousseau*’, as quaes rematou com a sua assignatura (ADOLPHE ..., *Minas Geraes*, 07 e 08/04/1930, p. 5, grifos do autor).

Conforme dito pelo intelectual brasileiro no trecho acima, Adolphe Ferrière lhe deu um dos seus livros mais recentes com a dedicatória “homenagem cordial e lembrança de tempos distantes do nascimento do Instituto J. J. Rousseau”, como forma de mostrar que reconhecia o ex-aluno brasileiro que há tanto tempo não via. Não há informações de uma tradução no Brasil do livro “*Les types psychologiques*”, o qual afirma ter sido presenteado, contudo, possivelmente, a publicação resultou das muitas conferências que o pedagogo suíço realizou sobre a temática.

Não se pode garantir Adolphe Ferrière que de fato tenha se lembrado do antigo aluno ou se apenas tentou ser gentil, porém, em uma página do seu diário (imagem 13) registrou a visita:

As 5:15h visita de Francisco Lins (Juiz de Fora, Minas Gerais), do Brasil, antigo aluno do Instituto J. J. Rousseau, em 1912-1913, cabelos brancos, frente séria, afirmava, mas especialmente original e jovial, sobre seus cabelos brancos levemente escovados e atrás de seus óculos de vidro amarelo. Ele se empenha em nos convidar ao Brasil¹⁰⁴ (DIÁRIO DE FERRIÈRE, 11/03/1930).

Imagem 13 - Página do diário de Adolphe Ferrière



le. Francisco Lins, du Brésil,
ancien élève de l'Inst. J. J. R. en
1912-1913, cheveux blancs, front
sérieux, affirmait-il, mais surtout
original et jovial, sous ses cheveux
blancs en brosse légère et derrière
ses lunettes rondes à verre jaune.
Il se fait fort de nous faire invi-
ter au Brésil. — Sois lui à Claude
Il est resté au lit toute la journée!

Fonte: Arquivos do Instituto J. J. Rousseau

¹⁰⁴ Original: “A 5h ¼ visite le Francisco Lins (Juiz de Fora, Minas Gerais), du Brésil, ancien élève de l'Inst. J. J. R. em 1912-1913, cheveux blancs, front sérieux, affirmait-il, mais surtout original et jovial, sous ses cheveux blancs en brosse légère et derrière ses lunettes rondes à verre jaune. Il se fait fort de nous faire inviter au Brésil” (Diário de Adolphe Ferrière, 11/03/1930. Tradução nossa).

Ao falar do reencontro, o brasileiro explicita que a longa conversa que teve com o suíço havia sido possível graças à mediação da esposa de Adolphe Ferrière, tendo em vista que o suíço era surdo.

Devo acrescentar que Ad. Ferrière é victima de terrível surdez, o que causa a maior pena. Foi por intermédio de sua intelligentissima e virtuosa senhora que conversamos. As minhas palavras, ella a elle as transmittia escrevendo. E, lidas, a resposta era dada immediatamente, claramente, a todas (ADOLPHE..., *Minas Geraes*, 07 e 08/04/1930, p. 5).

Embora o brasileiro afirme ser uma pena a condição de Adolphe Ferrière, a surdez que o acomanhava há muitos anos não impossibilitou os trabalhos do antigo mestre, nem mesmo nas viagens que realizou pelo mundo. Assim como na conversa com o brasileiro, o educador suíço contava com a dedicada mediação da esposa Isabelle Bugnion, que o acompanhava como intérprete desde que se casaram em 1910, conforme tratado por Pires (2019).

Na crônica, Francisco Lins diz ainda que durante a viagem a América do Sul, o suíço passaria pelo Brasil provavelmente em setembro, e que tendo conversado pessoalmente sobre tal viagem, prometeu o encontrar no Rio de Janeiro: “[...] provavelmente em setembro deste anno, chegará ao Brasil. Prometti, conversando com elle, ir ao seu encontro no Rio de Janeiro, e irei” (ADOLPHE..., *Minas Geraes*, 07 e 08/04/1930, p. 5). No entanto, o plano não se consolidou, pois como se sabe, Ferrière foi impedido de desembarcar no porto do Rio de Janeiro por ocasião da Revolução de 1930 (CARVALHO, M. C., 2007).

Nota-se assim, que as relações estabelecidas pelo educador brasileiro com os mestres do Instituto Jean-Jacques Rousseau perduraram mesmo após seu retorno ao Brasil. Sendo assim, além dos conhecimentos sobre educação, o tempo que estudou na instituição conferiram-lhe também importante rede de sociabilidades. Os contatos que realizou no exterior foram constantemente evocados e sugeridos nos textos do intelectual, que depositava neles a esperança de uma desejada reforma na educação brasileira. Cabe questionar sua contribuição para trazer alguns desses ao Brasil ou, pelo menos, para que grandes educadores como Édouard Claparède e Adolphe Ferrière considerassem a visita ao país, haja vista no mesmo ano da segunda viagem do brasileiro, esses educadores suíços terem aceitado o convite do governo brasileiro. Reportada ao jornal oficial do estado mineiro, teria essa nova experiência de Francisco Lins aberto os caminhos para a divulgação da viagem dos mestres suíços ou para as ideias desenvolvidas no interior do Instituto Jean-Jacques Rousseau?

“E, POR FALAR EM FIM”...

Para escrever este trabalho busquei inspiração nas repetidas vezes que, ao ler as crônicas de Francisco Lins, deparei-me com a maneira descontraída com que abria e fechava alguns de seus textos. Prometia ser “leve e... breve” (*O Pharol*, 27/08/1892, p. 1) ou afirmava que era hora de “dar fim”, por considerar ter se alongado demais, já estar cansado ou para não entediar seus leitores. Do mesmo modo, antes de finalizar gostaria de tecer algumas conclusões sobre esta investigação.

Quando o intelectual mineiro afirmou o caráter educativo das viagens, expresso ao escrever que essas poderiam ensinar mil vezes mais do que lendo mil livros, falava com a propriedade de quem já havia experimentado uma travessia que modificou sua vida. Neste estudo, busquei seguir os rastros desse sujeito desconhecido e trazê-lo para tremular um pouco na “ponta do presente”, nos dizeres de Albuquerque Júnior (2007). Com isso, visei compreender o que essa comissão oficial ao estrangeiro, entre 1911 e 1917, representou em sua trajetória.

Percebi que as experiências de deslocamento fizeram parte da vida de Francisco Lins, que em suas constantes buscas, mudou algumas vezes de cidades e transitou por diversos outros lugares a fim de realizar seus sonhos e cumprir suas obrigações. Nascido em Ubá, em 1866, ainda na infância foi viver em Piranga com a família. Na juventude, partiu para a capital Ouro Preto, onde trabalhou, estudou e começou a atuar em jornais. Alguns anos depois, transferiu-se para Juiz de Fora, centro cultural mineiro no período, na qual constituiu relações e frequentou espaços de sociabilidade que o permitiram ganhar certo destaque nas letras e no jornalismo. Além de ter vivido no interior de Minas Gerais e em Barbacena, por razões profissionais, visitou algumas vezes o Rio de Janeiro¹⁰⁵.

Nesse trânsito constante, exerceu muitas funções na tentativa de sobrevivência nas letras, adotou diversos pseudônimos, investiu na vida de poeta, jornalista e cronista, publicou alguns livros. Mas, sobretudo, sonhou com o dia em que viajaria à Europa, quando conheceria Paris, de que tanto leu nos jornais desde muito jovem. O sonho realizou-se, após a atuação na campanha de Hermes da Fonseca, quando foi enviado pelo governo mineiro em comissão de viagem, na qual permaneceria por sete anos. Durante a missão, em que deveria representar o Brasil na Exposição de Turim e, em seguida, visitar institutos de ensino primários e profissionais da Itália, Bélgica, Suíça, França e Alemanha, o intelectual ingressou no Instituto Jean-Jacques Rousseau, fundado naquele mesmo ano por Claparède. Além dos modernos

¹⁰⁵ Estas duas últimas experiências aparecem registradas em suas crônicas publicadas como cartas nos jornais *O Pharol* e *Minas Geraes*.

conhecimentos sobre a educação que circulavam naquele espaço, teve contato com importantes educadores como Adolphe Ferrière e Paul Godin.

Semelhante a diferentes sujeitos envolvidos em projetos educativos naquele tempo, partiu para o estrangeiro intencionando conhecer o outro, entendido como modelo de civilização e progresso a seguir. Assim, em busca de novas ideias, modelos e métodos educativos, visitou instituições, observou, estabeleceu relações com esse outro e compôs muitas anotações. O propósito inicial de suas notas poderia ser apenas registrar o que via e que divulgaria logo que voltasse ao Brasil. Essas notas perderam-se no tempo, contudo, o conhecimento da educação adquirido na missão de estudo das instituições estrangeiras não deixou de circular através desse sujeito, estando presente em escritos que vieram a público posteriormente, baseados certamente, em notas de viagem.

Considerarei a viagem de um modo amplo, não começando ou terminando com o embarque e o desembarque, antes, porém me debrucei sobre os vestígios que me levaram a compreender o que motivou tal empreendimento e o que essas travessias representavam naquele período. Também busquei por indícios posteriores ao retorno ao Brasil, encontrando nos periódicos que me levaram a compreender a atuação e pensamento do intelectual nos anos seguintes. Mas, afinal, o que mudou na vida do educador Francisco Lins?

Nas crônicas publicadas nos jornais, pouco tratava do tema da instrução até a viagem que lhe concede reconhecimento como intelectual no campo da educação, mas após o retorno da Europa, houve um predomínio de publicações sobre a temática educativa. Nesses novos textos evocava a experiência de ter estudado a organização do ensino no Velho Mundo, evidência de que, assim como outros educadores que viajaram com esse propósito, utilizou a sua narrativa sobre as viagens como forma de reconhecimento entre seus contemporâneos.

Se antes o mineiro desempenhava múltiplas atividades profissionais, em que a educação aparentemente era apenas mais uma forma de sustento complementar a sua atividade nas letras, quando retorna ao Brasil, legitima-se como especialista no ensino. Tanto que logo seria nomeado para assumir a reitoria do Externato do Ginásio Mineiro de Barbacena. Em referência a ele, enquanto reitor, o presidente do estado mineiro Arthur Bernardes, em mensagem ao Congresso, afirma que era um “conhecido especialista em questões do ensino”¹⁰⁶. Após a viagem, atuou também como Inspetor Técnico de Ensino em Minas Gerais, que como apresentei, passou a ser um cargo profissional a partir da Reforma de 1906, reservado apenas aos que entendiam sobre a questão. Seu exercício na inspetoria, assim, demonstra que passou a ser reconhecido por seus conhecimentos na educação. Posição que lhe permite ser nomeado para discutir as questões pertinentes ao ensino, como membro do

¹⁰⁶ Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro, 15 de julho de 1919, p. 44. *Collection Brazilian Government Documents - Center for Research Libraries - global resources network*.

Conselho Superior de Instrução Pública e na ocasião do I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais (1927).

Desse modo, esta investigação apontou como a experiência de viagem concedeu-lhe autoridade de especialista do ensino para atuar à frente de instituições importantes, e para escrever e discutir sobre a educação ao lado de outros intelectuais do campo. Como também as influências recebidas pelas ideias da Escola Nova difundidas no IJJR. A partir de seus textos aos jornais e das teses que apresentou no Congresso de Instrução Primária de 1927 foi possível observar como a viagem contribuiu para a formulação de suas próprias ideias educativas.

Por se tratar de um sujeito inserido em um contexto e possuidor de um discurso que não é de toda forma original, como muitos de seus contemporâneos, Francisco Lins apresentava a educação brasileira de modo pessimista, representando-a essa sempre como caótica e carecedora de urgente reforma. Via a educação como um fator que operaria mudanças em todos os âmbitos do país e para tal buscava inspiração em modelos que considerava mais modernos e civilizados.

A viagem à Europa significou para o mineiro explorar, comparar, criar, mediar e interferir na realidade educacional brasileira, como também produziu para sua própria vida outros muitos significados, marcando sua trajetória. Além de realizar um sonho, conheceu-lhe conhecimento, legitimidade e ampla rede de sociabilidade.

Após sua morte, a Academia Mineira de Letras, responsável pela construção e manutenção da memória do intelectual, buscou afirmar sua importância na introdução das ideias do IJJR no país: “Ao que tudo indica, cabe-lhe a glória de introdutor no Brasil, das ideias de Claparède e Bovet, no tocante a educação da infância” (ACAMEDIA..., *Minas Geraes*, 20/08/1959, p. 20). No entanto, a AML não teve forças suficientes e o intelectual caiu no mais profundo esquecimento. Do mesmo modo que no universo das letras, a historiografia da educação também não se voltou, até então, para esse educador, o que me faz considerar que este estudo proporciona contribuição ao campo. Apesar de todo esquecimento, conforme busquei trabalhar, a viagem à Europa significou também uma possibilidade de eternizar-se pelas narrativas e memórias.

De maneira nenhuma busco que aqui sejam encerradas as discussões sobre esse sujeito, sua experiência de viagem e pensamento na educação. Espero que, ao ter lançado luz sobre o intelectual Francisco Lins, novos estudos sejam realizados e novas questões sejam também levantadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Íntimas Histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico. In.: *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007, p. 211-217.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Entre a “tiramnyia cruel” e a “pedra fundamental”*: a obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais. 2012. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Márcia Cabral da. Em resgate da honra, dos valores e familiares e do fortalecimento da Nação: Liga da defesa nacional. *Revista Práxis Educacional*. Vitória da Conquista, Bahia, v.16, n. 38, p. 112-139, 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5991>. Acesso em: 11/06/2020.

AMORIM, Sara Raphaela M. de. *Viagem como missão: intercâmbio pedagógico do educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923)*. 2017. 198f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, Joaquim Machado de; ARAÚJO, Alberto Filipe. Maria Montessori: infância, educação e paz. In.: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (orgs.). *Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 115-144.

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 20, p. 107-155, mai/ago. 2002.

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; BRAGA, Marina Fernandes. História e arquitetura escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910). *Revista Linhas*, Vol. 12, n.º 1, p. 51-72, jan-jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2275>. Acesso em: 23/04/2020.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

BICCAS, Maurilane de Souza. Roger Chartier: contribuições para a história da educação. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Pensadores sociais e história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 269-296.

BORGES, Vany Pacheco. Grandezas e misérias da Biografia. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.

BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras: amizades e inimizades na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. República e cidadanias. In.: *Os bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 42-65.

CARVALHO, Marta Chagas de. A bordo do navio, lendo notícias do Brasil: o relato de viagem de Adolpho Ferrière. In.: MIGNOT, Ana Chrystina e GONDRA, José Gonçalves (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Marta Chagas de. Pedagogia moderna, pedagogia da Escola Nova e modelo escolar paulista. In.: CARVALHO, Marta Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2011, p. 185-212.

CARVALHO, Michele Ribeiro de. Érico Veríssimo e o prazer da leitura em sua autobiografia. *Linha Mestra*, Campinas, n. 36, p. 308-310, set/dez. 2018. Disponível em: <http://www.lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/117>. Acesso em: 11/06/2020.

CARUSO, Andrea. *Traço de união como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do colégio Jacobina*. 2006. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CASTILHO, Marcio de Souza. “O amigo incondicional de todos os governos”: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República. In: IX Encontro Nacional de História da Mídia. 2013. Ouro Preto – MG. *Anais do Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In.: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em Cousas Miúdas: capítulo de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005, p. 11-22.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In.: *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 17-68.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In.: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio e GONDRA (Orgs). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 39-64.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: EDUNB, 2ªed., 1998.

CHAVES, Iolanda. *O Pobre: As representações da pobreza na imprensa de Juiz de Fora em fins do século XIX*. In.: VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG. 2019. Belo Horizonte – MG. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2019, p. 156-164.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CORREIA, Luís Grosso. De Genebra para o mundo (ibero-americano): a influência do Bureau International d’Education no período entre guerras. In.: HERNÁNDEZ DÍAS, José María (coord.). *Influencias suizas em la educación española e iberoamericana* (coord.). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016, p. 251-260.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. Em tempos de “Fermentação nascente”: uma leitura dos projetos para a instrução pública primária do personagem François Guizot (1832-1836). *Revista Brasileira de História da Educação*. vol. 20, n.º 1, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46814>. Acesso em: 23/04/2020.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj, 2014.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. CHAMON, Carla Simone. INÁCIO, Marcilaine Soares. Apresentação. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. INÁCIO, Marcilaine. SOARES (org.). *Políticos, Literatos, Professores, Intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009, p. 7-20.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. As retóricas das Reformas. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília Vieira; SANTOS, Marileide Lopes dos (org.). *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p. 13-25.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)*. 2ª Ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Editoração, sociabilidades intelectuais e mediação cultural: a ação dos prefaciadores na publicação das obras completas de Rui Barbosa – (1939/1949). In.: GOMES, Angela de Castro Gomes. HANSEN, Patricia Santos (org.).

Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 366-402.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Angela de Castro Gomes. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 62-77, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954>. Acesso em: 09/05/2020.

GOMES, Angela de Castro Gomes e HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In.: GOMES, Angela de Castro Gomes. HANSEN, Patricia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GONDRA, José Gonçalves. Apresentação. *Revista Brasileira De História Da Educação*, vol. 10, n. 22, p. 13-16, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40821>. Acesso em: 09/05/2020.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In.: GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 163-193.

GORP, Angelo Van; SIMON, Frank; DEPAEPE, Marc. A rede cultural da escola de Decroly em Bruxelas: a teoria da organização e a fundação de guardião da história. *Cadernos de História da Educação*, vol. 9, n.º 2, p. 329-345, jul/dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11449/6727>. Acesso em: 09/05/2020.

HARTOG, François. Uma retórica da alteridade. In.: *O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 229-271.

HERNÁNDEZ DÍAS, José María. Bélgica em nuestra educación contemporânea. Presentación. In.: HERNÁNDEZ DÍAS, José María (coord.). *Influencias belgas em la educación espanhola e iberoamericana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2019, p. 11-13.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Luciano Jorge de. *Imagens do jornal Minas Geraes: Fragmentos sobre e para a educação do corpo (1906-1933)*. 50 f. 2010. Monografia (Graduação). Escola de Educação Física, Fisioterapia e terapia ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

KAPPEL, Marília Neto. *Literatos, Jornalistas e Inspetores de ensino: Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas – A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: *História e memória*. 7ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p. 485-499.

LOUREIRO, Clarice Moukachar Batista. “É possível uma educação para a paz?”: a psicologia nas discussões sobre uma pedagogia pacificadora entre 1927 e 1934 na Europa. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Educação comparada*. 3ª Ed. Brasília: MEC/Inep, 2004.

MACHADO, Ana Maria. *Recado do Nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARTINS, Racquel Valério. *A pedagogia de Freire e Freinet e a prática dos direitos humanos. Uma contribuição para as comunidades indígenas e quilombola da cidade de Aquiraz-Brasil*. Salamanca (Espanha): Universidade de Salamanca, 2017.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MELO, Cleide Maria Maciel de. *A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais – 1927*. 2010. 241f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MIGNOT, Ana Chrystina. Decifrando o Recado do Nome: uma Escola em Busca de sua Identidade Pedagógica (1993). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 74, n.º 178, p. 619-638, set./dez. 1993. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1183/1157>. Acesso em: 09/05/2020.

MIGNOT, Ana Chrystina. GONDRA, José Gonçalves. Viagens de educadores e circulação de modelos pedagógicos. In: MIGNOT, Ana Chrystina. GONDRA, José Gonçalves (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 07-14.

MIGNOT, Ana Chrystina. Entre cartas e cartões postais: uma inspiradora travessia. In: MIGNOT, Ana Chrystina. GONDRA, José Gonçalves (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 246-276.

MIGNOT, Ana Chrystina. “Claparède, mestre e amigo”: memórias de travessia. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 2, n.º especial (“Vozes da educação”), p.

253-265, jun-out 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/25510>>. Acesso em: 11/06/2020.

MIGNOT, Ana Chrystina. Narrativas (auto)biográficas. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, vol. 2, n.º 5, p. 263-267, maio/ago 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3966>. Acesso em: 09/05/2020.

MIGNOT, Ana Chrystina. Eternizando travessia: memórias de formação em álbum de viagem. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, vol.02, n.º 5, p. 330-342, mai/ago 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3964>. Acesso em: 11/06/2020.

MORETTIN, Eduardo. Humberto Mauro. *Revista: Alceu*. Rio de Janeiro, vol. 08, n.º15, p.48-59, jul/dez 2007. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Morettin.pdf. Acesso em: 05/06/2020.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Maria Evelyn Pompeu do. *Do adulto em miniatura à criança como sujeito de direitos: a construção de políticas de educação para a criança de tenra idade na França*. 2001. 446f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NUNES, Aparecida Maria. Dissimulações de Clarice Lispector. *Olho d'água*. São José do Rio Preto, vol. 2, n.º 2, p. 66-77, 2010. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/67>. Acesso em: 09/05/2020.

OLIVEIRA, Delaine Gomes de. *Memórias e Representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora (1928-1968)*. 2000. 131 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2000.

OLIVEIRA, Paulinho. *A História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S. A., 1953.

ORTIZ DE SANTOS, Rosa; TORREGO EGIDO, Luiz. Viajes de perfeccionamento docente del magisterio sergoviano: impresiones y reflexiones pedagógicas em Bélgica. In.: HERNÁNDEZ DÍAS, José María (coord.). *Influencias belgas em la educación española e iberoamericana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2019, p. 265-276.

OSSENBACH, Gabriela. Influencias alemanas em la consolidación de los sistemas educativos em América Latina (1870-1914). HERNÁNDEZ DÍAS, José María (coord.). *La pedagogia alemana em España e Iberoamérica (1810-2010)*. Valladolid: Castilla ediciones, 2011, p. 117-133.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mário Casassanta (1927-1928). In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araujo Lima (org). *História e memória da Escola Nova*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 75-115.

PIRES, Raquel Lopes. *Entre cartas e viagens: Adolphe Ferrière estreia relações com a educação brasileira (1927-1931)*. 2019. 71f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Escravidão e cidadania nas páginas da revista *A Semana* de Valentim Magalhães (1885). In.: XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. 2012. São Gonçalo-RJ. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338241466_ARQUIVO_TEXTO_ANAIS_ANPUH_RIO_JULHO_2012.pdf. Acesso em: 09/05/2020.

ROCHA, Inês de Almeida. *Canções de amigo: redes de sociabilidade na correspondência de Liddy Chiaffarelli Mignone para Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012.

RUCHAT, Martine. A escola de psicologia de Genebra em Belo Horizonte: um estudo por meio da correspondência de Edouard Claparède e Helene Antipoff. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 8, nº 17, p. 181-205, mai/ago 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38583>. Acesso em: 11/06/2020.

RUCHAT, Martine. *Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010.

SANJAD, Nelson. CASTRO, Anna Raquel de Matos. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais. O Brasil em Turim, 1911. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 31, nº 57, p. 819-861, set/dez 2015.

SANTOS, Daise Silva dos; MIGNOT, Ana Mignot; PERDOMO, Selma Barbosa. *À beira do cais: um divulgador das ideias de Édouard Claparède em Minas Gerais*. [texto encaminhado para avaliação em periódico].

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. *Esther Pedreira de Mello, uma mulher (in)visível*. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto e as “Seções de Geologia” do Brasil nas Exposições Universais. *Revista Escola de Minas*, vol. 59, nº 3, p. 347-353, 2006.

SCHULLER, Alessandra Frota Martinez de e GONDRA, José Gonçalves. Olhar o outro, ver a si: um professor primário brasileiro no “Velho Mundo” (1890-1892). *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 10, nº 22, p. 87-112, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40825>. Acesso em: 09/05/2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *MÉTIS: história & cultura*, vol. 2, nº 3, p. 57-72, jan/jun. 2003. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041>. Acesso em: 09/05/2020.

SILVA, Alexandra Lima da. MIGNOT, Ana Chrystina. Tão longe, tão perto: escrita de si em relatórios de viagens. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. vol. 27, n.º 1, p. 435-458, abr. 2011.

SILVA, Alexandra Lima da. Ideias em movimento: viagens como horizonte na historiografia da educação. *Roteiro*, Joaçaba, Ed. Especial, p. 109-126, 2013. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2487>. Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, Alexandra Lima da. Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e ensino de história. *Revista História Hoje*, vol. 7, n.º 14, p. 263-284, 2018. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/411>. Acesso em: 11/06/2020.

SILVA, Circe Mary Silva da; RIOS, Diogo Franco. Appropriation of modernizing ideas of Felix Klein in Mathematical teaching practices at Colégio Gonzaga. *Com a Palavra o Professor*, Vitória da Conquista, vol.4, n.º 8, p. 56-53, jan/abr., 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/207316>. Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, Emerson Correia da. *As apropriações e representações de Édouard Claparède no Brasil (1928-1973)*. 2013. 173 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104834>>. Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, José Anchieta da. Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 40, p. 177-192, 2012. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/179>. Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, Lucílio Luís. *Educação e trabalho para o progresso da Nação: O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946)*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). CEFET-MG, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n.º 1, p. 78- 91, jan/jul. 2007. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Arquivo_publico/rapm4.pdf. Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, Shayenne Schneider. *Mestre das Palavras: missão educativa de Coelho Neto na política, na imprensa e nas escolas*. 2017. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. SOUZA, Gisele de. Objetos de utilidade prática para o Ensino Elementar: Museus Pedagógicos e Escolares em debate. In: IV Seminário Internacional de Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia, 2016, Rio de Janeiro. *Anais do IV Seminário Internacional de Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, p. 259-278.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231- 269.

TASMERÃO, Aline Silveira. *Abra o seu coração: a dimensão educativa do correio sentimental de Flan – o jornal da semana (1953)*. 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em

Educação). Faculdade Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TEIXEIRA, Aleluia Henrique Lisboa. A “Gymnastica” no Ginásio Mineiro: internato e externato (1890-1916). In.: VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (org.). *História de Práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 236-257.

VASCONCELLOS, Aline Medeiros de. *Hipólito Boaventura Caron (1863-1892) e o Museu Mariano Procópio: paisagens, retratos e arte decorativa*. 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 28, p. 23-47, 2001.

VIDAL, Diana. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, vol. 28, n.º 1, p., 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO, Antonio. Viajes que educan. In.: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. GONDRA, José Gonçalves (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 15-38.

VISCARDI, Cláudia. Um novo roteiro para a mesma peça. In.: *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2012, p. 31- 50.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes ; KAPPEL, Marília Neto. Grupo Escolar: o símbolo da República, analisado através das páginas da imprensa local de Juiz de Fora (1907-1908). *Educação em Foco*, número especial, p.154-154, mar/ago 2007. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/11.pdf>. Acesso em: 11/06/2020.

APÊNDICE – Lista de fontes

Correspondência

CLAPARÈDE, Édouard [*Correspondência*]. Destinatário: Helene Antipoff. Champel, 04 mar. 1930. In: RUCHAT, Martine. Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 77.

CLAPARÈDE, Édouard [*Correspondência*]. Destinatário: Helene Antipoff. Rio de Janeiro, 15 set. 1930. In: RUCHAT, Martine. Édouard Claparède et Hélène Antipoff Correspondance (1914-1940). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2010, p. 96.

LINS, Francisco [*Correspondência*]. Destinatário: Édouard Claparède. Juiz de Fora, 28 dez. 1929. Arquivo Municipal de Genebra.

LINS, Francisco [*Correspondência*]. Destinatário: Édouard Claparède. Lausanne, 1 fev. 1930. Arquivo Municipal de Genebra.

LINS, Francisco [*Correspondência*]. Destinatário: Édouard Claparède. Paris, 7 jun. 1930. Arquivo Municipal de Genebra.

LINS, Francisco [*Correspondência*]. Destinatário: Afonso Pena. Piranga, 19 dez. 1893. Arquivo Nacional – SIAN (Arquivo Afonso Pena).

LINS, Francisco [*Correspondência*]. Destinatário: Abilio Barreto. Belo Horizonte, 22 out. 1927. Arquivos da Academia Mineira de Letras.

Decretos e Leis

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. *Câmara dos Deputados*. D. Pedro I, Imperador, Poder Legislativo, 15 de outubro de 1827.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 655 de 17 de outubro de 1893. Promulga o Regulamento das Escolas de Instrução Primárias. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais (MG)*. Minas Gerais, 17 de outubro de 1893.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 1.960 de 16 de dez de 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais (MG)*. Minas Gerais, 16 de dezembro de 1906.

Verbetes Biográficos

DUARTE, Constância Lima. Francisco Lins. In.: DUARTE, Constância Lima (Org.). *Dicionário Biográfico de autores mineiros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. Francisco Lins. In.: MARTINS FILHO, Amilcar Vianna (org.). *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais – 300 anos de História*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013. P. 257.

MONTEIRO, Norma de Góis. Francisco Lins. In.: MONTEIRO, Norma de Góis (coord.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889 a 1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 1994, p. 356.

OLIVEIRA, Martins de. Francisco Lins. In.: OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963. P. 158.

SACRAMENTO BLACK, Augusto Vitoriano Alves. Francisco Lins. In.: SACRAMENTO BLACK, Augusto Vitoriano Alves (pelo IHGB). *Dicionário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. P. 371.

VELHO SOBRINHO, J. F. Francisco Lins. In.: VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti, 1937, p. 52.

Livros

BOVET, Pierre. *Vingt ans de vie. L'Institut J. J. Rousseau de 1912 à 1932*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1932. Disponível em: <https://www.unige.ch/archives/aijir/>. Acesso em: 04/04/2020.

FREIRE, Laudelino (org.). *Livro de Sonetos – desenho dos sonetos*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia Editores, 1919.

LINS, Francisco. *Canções de Aurora*. Ouro Preto: Typ. da Província de de LINS, Francisco. Versos. Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898.

LINS, Francisco. *Borboletas Negras*. Juiz de Fora: Typographia Brazil, 1909.

LINS, Francisco. *Uma Campanha pro Hermes-Venceslau*. Belo Horizonte: Typ. do Diário de Minas, 1910.

LINS, Waldemar. *Homens de Febra*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

Periódicos

Academia Mineira de Letras: galeria dos patronos, fundadores e sucessores – cadeira n. 19 – Patrono: Padre Correia de Almeida. *Minas Geraes*, Minas Gerais, p. 20, 20 ago. 1959. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A Epoca, 11/01/1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 23/04/2020.

A Província de Minas, 17/04/1884, Imprensa periódica, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

A *Província de Minas*, 30/10/1884, Sessão Livre – Piranga, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13/06/2020.

A *Semana*, 06/02/1886, Poesias e poetas, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15/05/2020.

A *Semana*, 27/02/1886, Poesias e poetas, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 16/04/2020.

BOVET, Pierre (Ed.). *L'Intermédiaire des Educateurs* – Outubro 1913. *L' Intermédiaire des éducateurs*, 1913, vol. 2, nº 11, p. 1-16.

Canções da Aurora. *O Domingo*, 07/02/1886, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

Canções da Aurora. *O Domingo*, 14/02/1886, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 23/04/2020.

FRANCK, Léo. Ao Léo. *O Pharol*, 04/06/1905, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11/06/2020.

COHEN, Albert. De Paris. *O Pharol*, 21/07/1911, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13/06/2020.

COHEN, Albert. Em viagem. *O Pharol*, 04/10/1911, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 23/05/2020.

Congresso de Ensino Primário. *Revista do Ensino*. Minas Gerais, p. 346-347, out. 1926. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 23/04/2020.

Correio Paulistano, 15/01/1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

Diário de Minas, 18/09/1888, Noticiário, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11/06/2020.

Francisco Lins. *Jornal do Brasil*, 23/04/1933, Falecimentos, p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15/04/2020.

Francisco Lins - Manifestações de pesar da Academia Mineira de Letras. *Minas Geraes*, 22/04/1933, Luto, p. 5.

Francisco Lins na Europa. *Jornal do Comércio*, 24/05/1912, p. 1. Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Francisco Lins. *O Pharol*, 17/06/1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20/04/2020.

Francisco Lins. *O Pharol*, 27/01/1910, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21/06/2020.

Francisco Lins. *O Pharol*, 04/01/1919, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14/05/2020.

Harpa das Selvas. *Arauto de Minas*, 28/01/1888, Litteratura, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

I Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas: as theses discutidas na memorável assembleia de educadores mineiros. *Revista do Ensino*, Minas Gerais, p. 477 e 488, Ago/set. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 23/05/2020.

Jornaes e Revistas. *M. Valente. A Semana* 20/02/1886, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

Jornal do Comércio, 29/10/1910, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

Jornal do Comércio, 14/11/1910, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

LAURIVAL, Fábio. Instrucção publica. *O Pharol*, 15/05/1904, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13/05/2020.

LINS, Francisco. A Aliança Liberal no Rio, *Minas Geraes*, 16/01/1930, p. 8

LINS, Francisco. A Cidade Refúgio, *Minas Geraes*, 17 e 18/02/1930, p. 3

LINS, Francisco. Adolphe Ferrière, *Minas Geraes*, 07 e 08/04/1930, p. 5

LINS, Francisco. A Educação e a política, *Revista do Ensino*, nº. 20, abr. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 08/04/2020.

LINS, Francisco. A educação, a instrucção e o lixo. *O Paiz*, 04/11/1924, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10/04/2020.

LINS, Francisco. A minha volta – Um poeta brasileiro em Paris – O teatro a bordo – A troupe “Rose-Marie” – Um banho de sereias num mar de prata – Como a viagem de Ulysses, *Minas Geraes, Minas Geraes*, 29/06/1930, p. 7.

LINS, Francisco. A Suissa e as creanças. *Minas Geraes*, 31/10/1929, p. 5.

LINS, Francisco. Book T. Washigton – o educador negro, *Revista do Ensino*, nº. 23, out. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 26/04/2020.

LINS, Francisco. Cartas da Roça. *O Pharol*, 31/03/1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

LINS, Francisco. Cartas da Roça. *O Pharol*, 20/06/1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12/05/2020.

LINS, Francisco. Cartas da Roça, *O Pharol*, 14/09/1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14/04/2020.

LINS, Francisco. Cartas da Roça, *O Pharol*, 21/09/1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11/06/2020.

LINS, Francisco. Cartas da Roça. *O Pharol*, 04/04/1893, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21/04/2020.

LINS, Francisco. Cem annos depois, *Revista do Ensino*, nº. 23, out. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 06/07/2020.

LINS, Francisco. Conversando com o oceano, *Minas Geraes*, 08/03/1930, p. 5

LINS, Francisco. Do sonho á realidade, *Minas Geraes*, 06/06/1930, p. 6

LINS, Francisco. Ensino Profissional V. *Correio de Minas*, 20/12/1896, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

LINS, Francisco. Escolas Infantis, *O Paiz*, 15/11/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14/06/2020.

LINS, Francisco. Escolas para anormaes, *O Paiz*, 25/11/1924, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15/06/2020.

LINS, Francisco. Escolas Primárias superiores, *O Paiz*, 28/11/1924, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 16/06/2020.

LINS, Francisco. Escolas Normaes, *O Paiz*, 03/12/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 17/06/2020.

LINS, Francisco. Grupos escolares, *O Paiz*, 23/11/1924, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 18/06/2020.

LINS, Francisco. Instituto J. J. Rousseau, *Minas Geraes*, 21/03/1930, p. 5

LINS, Francisco. Pela Renovação de Minas: a festa de 15 de outubro, *Revista do Ensino*, nº. 24, nov. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 06/07/2020.

LINS, Francisco. Reformas das Escolas Normaes, *O Paiz*, 19/12/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20/06/2020.

LINS, Francisco. Relações da escola com a família, *Revista do Ensino*, nº. 25, jan. 1928. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 06/07/2020.

LINS, Francisco. O Dr. Roux, *Minas Geraes*, 10/05/1930, p. 5.

LINS, Francisco. O professor Ed. Claparède, *Minas Geraes*, 01 e 02/07/1929, p. 6

LINS, Francisco. O problema da educação. *O Paiz*, 22/10/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10/06/2020.

LINS, Francisco. O Rio de Janeiro e o Rio de ontem, *Minas Geraes*, 08/02/1930, p. 4

LINS, Francisco. Um novo Gymnasio, *O Paiz*, 27/12/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

LINS, Francisco. Uma Faculdade de ciencias da educação, *O Paiz*, 31/12/1924, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21/06/2020.

LINS, Francisco. Uma grande cidade, *Minas Geraes*, 26/02/1930, p. 4

Primeiro Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais. *Revista do Ensino*, mai/jun de 1927, p.452-453. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 12/07/2020.

Brasil Moderno, 1909, ano V, n. XXI, p. 28, Registro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

Correio da Manhã, 13/09/1909, Registro Literário, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

O Mequetrefe, 20/01/1886, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 29/05/2020.

O Paiz, 27/01/1928, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13/06/2020.

O Pharol, 12/12/1887, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/05/2020.

O Pharol 16/12/1887, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 08/06/2020.

O Pharol 19/12/1887, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 02/04/2020.

O Pharol, 21/12/1887, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 07/05/2020.

O Pharol, 18/11/1887, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 16/07/2020.

O Pharol, 18/09/1888, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19/06/2020.

O Pharol, 01/01/1890, Declarações – Ao público, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 06/04/2020.

O Pharol, 05/02/1910, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 09/05/2020.

Organização agrícola. *O Pharol*, 27/09/1892, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 23/06/2020.

Um eminente pedagogo suíço hospede no Rio. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 set. 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20/04/2020.

Sites

Arquivo Público Mineiro – APM. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 20/07/2020.

Museu de Turim. Disponível em: <http://www.museotorino.it/>. Acesso em: 18/07/2020.

Academia Brasileira de Letras – ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em: 15/07/2020.

Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16/07/2020.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/>. Acesso em: 06/05/2020.

Arquivos do Instituto J. J. Rousseau – UNIGE. Disponível em: <https://www.unige.ch/archives/aijrr/>. Acesso em: 16/07/2020.

Outros documentos

Atas das sessões da Academia Mineira de Letras. Acervo da Biblioteca da Academia Mineira de Letras.

BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1912. *Collection Brazilian Government Documents – Center for Research Libraries – global resources network*. Disponível em: <https://www.crl.edu/>. Acesso em: 06/07/2020.

BELO HORIZONTE. Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 e 11 de Novembro de 1928. Arlette Pinto de Oliveira e Silva (org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

Diário de Adolphe Ferrière, 11 de março de 1930. Arquivo do Instituto Jean-Jacques Rousseau, Genebra.

JORNOD, Arielle. *Renseignements détaillés sur les quatre premières volées d'étudiants de l'Institut Jean-Jacques Rousseau de 1912 à 1916. Renseignement détaillés sur les quatre premières volées d'étudiants de l'Institut Rousseau de 1912 à 1916*. Instituto Jean-Jacques Rousseau, 1995. Arquivos do Instituto Jean-Jacques Rousseau, Genebra.

Livro de Matrícula do Ginásio Mineiro. Acervo do Colégio Estadual Governador Milton Campos.

Livro de Matrículas dos Delegados Literários. Arquivo Público Mineiro.

Livre d'or des élèves. Arquivos do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Disponível em: http://cms.unige.ch/AIJJR/livredor/crbst_2.html. Acesso em: 15/04/2020.

Mario Mendes Campos. Discurso de Posse na cadeira nº 19 da AML. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Volume XV, 1934.

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro, 15 de julho de 1919. *Collection Brazilian Government Documents – Center for Research Libraries – global resources network*. Disponível em: <https://www.crl.edu/>. Acesso em: 18/05/2020. :

Ouvintes e Alunos Regulares do Instituto (1912-1929). Arquivo do Instituto Jean-Jacques Rousseau. Disponível em: <https://www.unige.ch/archives/aijrr/sourcesenligne/institutionnelles>. Acesso em: 22/06/2020.

Programa Geral e Lista de alunos do Institut Jean-Jacques Rousseau (1912-1913). Arquivos do Institut Jean-Jacques Rousseau. Disponível em: <https://www.unige.ch/archives/aijrr/sourcesenligne/institutionnelles>. Acesso em: 11/07/2020.

APÊNDICE B - Quadros

Quadro 8 - Crônicas ao jornal *Minas Geraes* (1929-1930)

Datas de publicação	Título do artigo
06 e 07/05/1929	A mais Bela
24/05/1929	A imprensa e os diffamadores
01 e 02/07/1929	O professor Ed. Claparède
21/07/1929	La Fayette, estamos aqui
25/07/1929	O patriotismo japonês
31/07/1929	O sufrágio universal e os governos dictatoriais
18 e 19/08/1929	O Rio Grande do Sul
31/08/1929	Minas Livre
09 e 10/09/1929	A história dos vasos
16 e 17/09/1929	A primavera
13/10/1929	A grande viagem
23/10/1929	A palavra e o silêncio
31/10/1929	A Suíça e as creanças
29/11/1929	Sua Majestade o estômago
05/12/1929	Os livros
18/12/1929	A educação na Itália
23 e 24/12/1929	A antiga escola de Direito de Beyruth
25 e 26/08/1930	O Brasil Amado

*Elaboração própria a partir do jornal *Minas Geraes* (1929-1930) - Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quadro 9 - Crônicas em cartas aos periódicos

Periódico	Série	Data de publicação	Local	Data de envio	Ass.
<i>O Pharol</i>	Cartas da Roça	30/09/1891	Piranga	26/09/1891	Francisco Lins
		13/10/1891	Piranga	02/10/1891	
		22/02/1892	Piranga	18/02/1892	
		07/06/1892	Espírito Santo	03/06/1892	
		14/06/1892	Espírito Santo	10/06/1892	
		20/06/1892	Espírito Santo	18/06/1892	
		27/08/1892	Espírito Santo	25/08/1892	
		14/09/1892	Espírito Santo	11/09/1892	
		21/09/1892	Espírito Santo	20/09/1892	
		28/09/1892	Espírito Santo	25/09/1892	
		04/11/1892	Espírito Santo	01/11/1892	
	04/04/1893	Piranga	30/03/1893		
	O Correr da Pena	17/04/1892	Rio de Janeiro	14/04/1892	
20/04/1892		Rio de Janeiro	18 de abril		
25/04/1892		Rio de Janeiro	22/04/1892		
<i>Minas Geraes</i>	Correspondência: Notas e impressões	24/08/1894	Piranga	07/1894	Franc. Lin.
		22/09/1894	Piranga	15/09/1894	

*Elaboração própria a partir dos jornais *O Pharol* e *Minas Geraes*.

Quadro10 – Crônicas com pseudônimo de Fábio Lourival em *O Pharol*

Publicação	Título
08/04/1904	Pelos que sofrem
09/04/1904	Os espiritistas
12/04/1904	As crianças prodígio
13/04/1904	O latim
14/04/1904	O domingo
15/04/1904	O almirante manarroff
16/04/1904	Sonetinho Celebre
17/04/1904	Os empregados do Commercio
20/04/1904	Pensamentos e reflexões
23/04/1904	Autoscopia
24/04/1904	Um soneto de Mallarmé
26/04/1904	Um livro novo
27/04/1904	Être-soi-même
30/04/1904	O Céu (à Joaquim de Almeida Queiroz)
01/05/1904	La Bête Humaine
04/05/1904	Voltaire e Bossuet
06/05/1904	O Perú
15/05/1904	Instrução Pública
19/05/1904	O domínio da crítica
05/06/1904	Força Inimiga
11/06/1904	A exposição
16/07/1904	Pro domo nostrâ
18/09/1904	O repouso hebdomandário
22/09/1904	As montanhas
25/09/1904	A guerra
30/09/1904	Chair á canon

*Elaboração própria a partir do jornal *O Pharol* - Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Quadro 11 – Crônicas com Pseudônimo Lins de França no jornal *O Pharol*

Data de publicação	Título
08/12/1905	Pseudonymos
09/12/1905	As loterias
12/12/1905	O diabo
13/12/1905	Avenida Pedro II
14/12/1905	Pólvora secca
15/12/1905	O tridente de nephtuno
16/12/1905	O lado negro
17/12/1905	O Cysne
18/12/1905	Avenida Pedro II
19/12/1905	Opinião Nacional
20/12/1905	A nova estação da estrada de ferro
22/12/1905	Bien-Boa
23/12/1905	Julio Maria
24/12/1905	O Sol
26/12/1905	Os grandes talentos
27/12/1905	O jornal do comércio
28/12/1905	O vil metal
29/12/1905	Um preconceito
01/01/1906	Pro domo nostra
06/01/1906	Reminiscencias
09/01/1906	Os três poetas
10/01/1906	Lamopolis
11/01/1906	Vozes que clamam
12/01/1906	O riso
13/01/1906	Muito bem!
14/01/1906	Sub umbra
16/01/1906	Vogando
18/01/1906	A vaidade
19/01/1906	O correio
20/01/1906	Palavras, palavras...
21/01/1906	Doutor
23/01/1906	As andorinhas
24/01/1906	Mão começo
25/01/1906	Uma comédia
26/01/1906	Primeiro grito
28/01/1906	Pelos operários
30/01/1906	Far Niente
31/01/1906	Phantasmas
01/02/1906	O Estylo
02/02/1906	Branca
03/02/1906	Sombras
04/02/1906	Lindolpho Gomes
06/02/1906	David Campista
07/02/1906	Supplica
08/02/1906	Os malles
09/02/1906	Borboletas Negras

*Elaboração própria a partir do jornal *O Pharol* - Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Quadro 12 – Colunas com pseudônimos no jornal O Pharol

Coluna	Pseudônimo	Data de Publicação
Corrente Calamo	Fábio Loti	03/03/1904
		04/03/1904
		08/03/1904
		09/03/1904
		11/03/1904
		15/03/1904
		16/03/1904
		18/03/1904
		20/03/1904
		22/03/1904
		23/03/1904
		27/03/1904
		29/03/1904
		30/03/1904
		31/03/1904
		01/04/1904
		03/04/1904
		05/04/1904
Ao Leo	Léo Franck	03/06/1905
		04/06/1905
		06/06/1905
		07/06/1905
		08/06/1905
		09/06/1905
		10/06/1905
		11/06/1905
		12/06/1905
		14/06/1905
		15/06/1905
		16/06/1905
		17/06/1905
		18/06/1905
		20/06/1905
		21/06/1905
		22/06/1905
		25/06/1905
		26/06/1905
		27/06/1905
29/06/1905		
30/06/1905		
01/07/1905		
08/12/1905		
05/12/1905		

*Elaboração própria a partir do jornal *O Pharol* – Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.